



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIOGO BARRETO MELO

**BRINCANTES DO SILÊNCIO:**  
**a atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968-1975)**

RECIFE

2011

DIOGO BARRETO MELO

**BRINCANTES DO SILÊNCIO:  
a atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

RECIFE

2011

Ficha catalográfica

M528b Melo, Diogo Barreto

Brincantes do silêncio: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975) / Diogo Barreto Melo. – Recife : O autor, 2011.

333 p. : il.

Orientadora: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de História, Recife, 2011.

Referências.

1. Anos de chumbo 2. Carnaval do Recife 3. Cultura política I. Oliveira, Ana Lúcia do Nascimento, orientadora II. Título.

CDD 981.43

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL

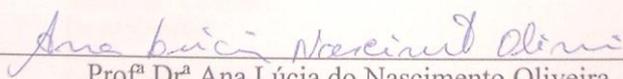
BRINCANTES DO SILÊNCIO: A ATUAÇÃO DO ESTADO DITATORIAL NO  
CARNAVAL DO RECIFE (1968-1975)

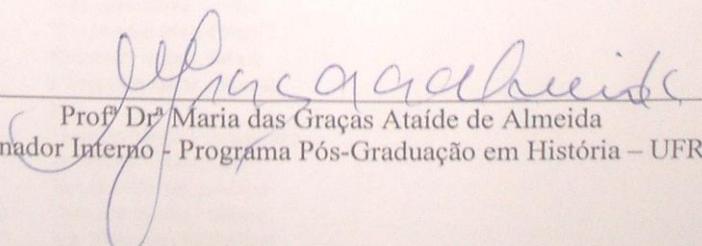
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

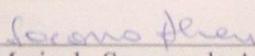
**DIOGO BARRETO MELO**

APROVADA EM 25/02/2011

BANCA EXAMINADORA

  
Profª Drª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira  
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

  
Profª Drª Maria das Graças Ataíde de Almeida  
Examinador Interno - Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

  
Profª Drª Maria do Socorro de Abreu e Lima  
Examinador Externo - Programa Pós-Graduação em História– UFPE

[...]  
Acabou-se o sentimento  
Criou-se a hipocrisia  
Passeatas e protestos  
Claro, não se permitia  
Nas telas, Donald, Dumbo  
Em plenos “Anos de Chumbo”  
Incitavam a fantasia.

[...]  
A decretação dos Atos  
Não tem ordem, nem progresso  
Costa e Silva assumiu  
E fechou logo o Congresso  
Agindo com “Mão de Ferro”  
Sem se poder dar um berro  
AI-5, retrocesso.

Agora, eu rogo e peço  
Veja a cena teatral  
Sai Costa e Silva, doente  
Entra Médici, foi mal  
O auge da repressão  
Médici foi “Campeão”  
Da lei ditatorial

[...]  
Um governo verdadeiro  
Só havia no papel  
A quantidade de mortos  
Não cabe neste cordel  
“Eu te amo meu Brasil”  
De modo ufano, febril  
Cantavam Dom e Ravel.

[...]  
Quando Médici se ausenta  
O regime ainda é duro  
Ernesto Geisel governa  
Promete melhor futuro  
Um processo cuidadoso  
De abertura, ditoso  
Gradual, lento, seguro.

[...]  
Faltava sinceridade  
Não se mudava o enredo  
Legislação arbitrária  
Só aumentava o medo  
O povo não se comove  
Assume em 79

João Batista Figueiredo (VASCONCELOS, 2009).

A nossa vida é um carnaval  
A gente brinca escondendo a dor  
E a fantasia do meu ideal  
É você, meu amor  
Sopraram cinzas no meu coração  
Tocou silêncio em todos clarins  
Caiu a máscara da ilusão  
Dos Pierrots e Arlequins  
Vê colombinas azuis a sorrir laiá  
Vê serpentinas na luz reluzir  
Vê os confetes do pranto no olhar  
Desses palhaços dançando no ar  
Vê multidão colorida a gritar lará  
Vê turbilhão dessa vida passar  
Vê os delírios dos gritos de amor  
Nessa orgia de som e de dor (FRANCO, 2009).

## AGRADECIMENTOS

“Vim, vi e venci”. Tão difícil quanto foi para Júlio César atravessar as margens do Rubicão e empreender uma espetacular vitória à sua carreira militar na história da Roma Antiga, assim foi meu ingresso e a conclusão do curso de Mestrado. Ansiedade, sofrimento, alegrias e muito aprendizado marcaram os dois anos nos quais tentei trilhar um perfil perante a comunidade acadêmica e me fazer digno deste título que ora recebo por este trabalho.

Acima de polêmicas, verdades instituídas ou críticas, esta pesquisa foi fruto de muitas reflexões sobre um trabalho relevante para o campo historiográfico, de modo que mesmo sendo criticado pelo seu tamanho, imagino que possua uma qualidade nas análises que permita a abertura de horizontes para o tema e não seu esgotamento. Sim, aqui fica o sentimento de ter começado algo grande, que merece atenção, respeito e continuidade, como tantos outros que passaram por este longo caminho de aprendizados.

Porém, para que este fosse possível, não bastaram apenas as horas de arquivo, as viagens incansáveis em congressos pelo Brasil afora ou as tantas investidas aos clubes de Carnaval e as entrevistas com pessoas certas a discutirem o tema – valeu, antes de tudo, a perseverança e a busca pela concretização dos objetivos estipulados desde o esboço do projeto. Até aqui, muitas ideias circularam por minha mente (e muitas tentaram desviar-me do objetivo final deste trabalho), mas no final venceram àquelas que me diziam “você está no caminho certo”.

Faz-se verdade que muitas pessoas tiveram imensa importância na elaboração desta pesquisa, de modo que as páginas aqui presentes ficariam pequenas caso citasse o nome de todas elas. No entanto, algumas vivenciaram diretamente este tema em todo seu percurso juntamente comigo, de modo que pudessem merecer uma atenção maior neste momento.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Norma Barreto Melo, minha maior incentivadora e fã, que sempre me apoiou, desde o momento em que eu decidi cursar História há onze anos até aqui: este título, tão amado, perseguido, desejado e realizado é tão dela quanto meu, por quem tenho os mais nobres, puros e verdadeiros sentimentos e eterna gratidão. Não menos importância possuem os demais membros da família que vivenciaram meus dias de mestrando, como meu avô, Sr. Álvaro Melo Filho, uma das minhas vivas memórias do Carnaval da década de 1970 e minha tia, Eliese Melo, uma irreverente brincante e colaboradora deste trabalho com importantes contatos e ideias. Sem eles, meu caminho não teria sido sequer inicializado.

Em seguida, agradeço imensamente à comunidade acadêmica de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, primeiramente na figura de seu reitor, prof. Valmar Correia, que confiou em meu trabalho, abraçou meu projeto e observou que, mesmo com minhas dificuldades e minhas lacunas a serem preenchidas, eu poderia fazer do meu trabalho uma escada para o sucesso gradual em minha carreira. A estes, em especial as profs. Ana Nascimento, Maria das Graças Ataíde de Almeida, Socorro Abreu e Lima (UFPE) – minha banca e que acompanhou toda a trajetória deste trabalho, aconselhando mudanças sempre pertinentes e qualitativas, meu permanente agradecimento; bem como às profs. Marcília Gama, Giselda Brito, Suely Luna, Ângela Grillo, Rosário Andrade (minha primeira orientadora) e aos professores Wellington Barbosa (então coordenador do curso quando de meu ingresso) e Alexandre Furtado (FAFIRE), todos Doutores do saber, amigos em vida, conselheiros notáveis e companheiros de trabalho, meu sincero muito obrigado por tudo.

Merecem atenção especial aqui também minhas fontes orais, sem as quais pouco saberia sobre uma realidade vivida, absorvida e preservada em memórias que ainda possuem sentimentos muito ativos de um recorte que não se perdeu nas areias do tempo. Clubes de carnaval (Internacional, Português), agremiações pedestres, historiadores como Leonardo Dantas, consultores culturais e pessoal dos arquivos públicos (sobretudo do Jordão Emerenciano), devem ser destacados, lembrados e enaltecidos por sua generosidade, gratidão e disponibilidade em contribuir com páginas valiosas neste trabalho. Ele também é de vocês.

Também se fez essencial o agradecimento especial ao apoio dado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), patrocinadora de meus estudos e principal realizadora deste trabalho que ora se apresenta à comunidade acadêmica, de modo que meus livros, folhetos, revistas, viagens e todas as memórias adquiridas com o incentivo financeiro proporcionado serão parte fundamental de minha formação pessoal e profissional, por toda vida.

Por fim, agradecimentos aos amigos do dia a dia que estiveram comigo nesta longa trajetória, enfrentando também suas dificuldades e engrandecendo meu lado pessoal e profissional. Aos companheiros de Mestrado: Helder Remígio, Hugo Coelho, José Brito e, em especial, Sandro José da Silva, Grasiela Morais e ao amigo de todas as horas, viagens, pesquisa e maior incentivador de meus passos, Sandro Vasconcelos. Sem vocês, o caminho estaria incompleto. Igualmente importantes nesta estrada foram meus Coordenadores, Tâmara Cristina e Cristina Zidanes (Radier), Marisa Andrade, Jovina Araújo (e nossas tantas conversas sobre Ditadura) e Zélia Pires (Salesiano), bem como meus diretores da Escola Lions de Parnamirim (Governo de Pernambuco): obrigado pela paciência, compreensão e

atitude. Os tenho eternamente em gratidão. Não poderiam ficar de fora, também neste momento, meus alunos(as), que sempre se mostraram grandes admiradores de meu trabalho, (a maioria deles(as)) grandes amigos(as) e eternos(as) aprendizes: a vocês, todo meu carinho e amor, sempre, uma vez que este trabalho também é para o engrandecimento do conhecimento de vocês.

Por fim, fica o sentimento do dever iniciado, nunca cumprido, pois o caminho é longo e cada passo nos revela uma estrada a seguir, tendo sua segurança sido determinada pelas nossas atitudes, desejos, sonhos e realizações. O importante é seguir em frente e ver que a vida vale a pena quando se transforma o projeto em uma realidade.

## RESUMO

MELO, Diogo Barreto. **Brincantes do silêncio**: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975). 2011. 333 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

Esta dissertação tem como objetivo descrever a atuação do Estado Marcial durante os Anos de Chumbo através do Carnaval, festa popular onde normalmente os padrões de conduta são ditados pela espontaneidade, pelo improviso e pela inversão de valores normalmente observados na sociedade cotidianamente. Assim, faz-se necessário perceber que existe uma relação de forças entre os atores sociais envolvidos nas festas, encarando estas como formas de escape e manutenção de algumas características inerentes ao Estado de Direito, como a liberdade; e uma segunda força, manifestada por uma legislação específica em prol de ditames como ordem, bons costumes e afastamento da subversão. Embora não seja algo totalmente novo a repressão por parte do Estado ao brinquedo momesco, as características que envolveram a Ditadura Militar durante os anos de 1968 e 1975 permitem uma análise mais pormenorizada de como se determinou o espaço social destes grupos na defesa de seus ideais, assim como qual foi a resposta apresentada pelos representantes do poder em relação aos modos de comportamento daqueles e em que medida mudanças e permanências surgiram em virtude deste embate ideológico. Ao longo de três capítulos, o trabalho tem a intenção de mostrar, através de documentos, jornais e memórias, os percursos percorridos em busca de entender como se deu essa atuação do Estado Ditatorial, em um dos períodos mais obscuros da História do Brasil, sobre a farsa carnavalesca. No primeiro capítulo, procuramos enfocar uma análise historiográfica de como a festa apresentou-se enquanto brincadeira reprimida e em que medida essa repressão provocou a tentativa de disciplinamento, bem como modificações ou continuidades para a festa. No segundo capítulo houve a busca por uma análise política dos fatos, procurando abordar a participação direta dos Poderes Executivo e Legislativo em relação ao tríduo de Momo, dando enfoque às relações entre civis e militares. Por fim, o terceiro capítulo busca contemplar a utilização de memórias, tanto de participantes das festividades, como de militares importantes para o período, de forma a analisar os caminhos percorridos em busca da tessitura da festa, assim como a participação do Poder, sobretudo da atuação direta sobre a primeira.

**Palavras-Chave:** Carnaval Recife. Anos de Chumbo. Festas Populares.

## ABSTRACT

MELO, Diogo Barreto. **Brincantes do silêncio**: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975). 2011. 333 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

This paper has the objective to show how the Martial State actuated in Brazil during Leaden Years beyond Carnival, a popular party known by the irreverence, improvise and inversion of standard values observed day by day on society. So, it's necessary to notice that exists a relationship of forces between the social actors involved on the party, facing it as an escape and guarantee of some rules by Direct State like freedom; and a second force, expressed by a specific law in favor of order, good habits and avoid subversion. Even so, the repression of State to the popular parties aren't a new practice, the characteristics that involved the Dictatorship in Brazil between 1968 and 1975 consent an analysis with more details to understand how was the answer showed by the representative power in respect to the behavior of those ones and observe in proportion to changes and permanencies about this relationship of forces. Along of three chapters, has an intention to present, through documents, newspapers and memories, the trajectory of Martial State on a period of more obscure practices about Brazilian Dictatorship, and his performance in connection to the Carnival party. At the first chapter, we have a historical analysis about how the Carnival has repressed by the State and the moderate imposed, as well as the changes and permanencies tempted. The second chapter approach a political analysis of the facts, called for involve the direct participation of the powers executive and legislative taken with Momo's triduo, putting in relief the relationship about civil and military people. The last one has an intention to contemplate the utilization of memories, be it participators of the Carnival or members of the Army very important to the period, investigating the methods to define the party, as well as the participation of the State, overcoat the direct action about the first one.

**Keywords:** Carnival Recife. Leaden Years. Popular Parties.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	A Batalha entre o Carnaval e a Quaresma (1559). .....	39
<b>Foto 1</b>	Policiais reprimem a brincadeira do “mela-mela” na Avenida na Guararapes .....	50
<b>Foto 2</b>	Desfile da Escola Estudantes de São José em homenagem ao Estado Ditatorial .....	60
<b>Figura 2</b>	Representações da Liberdade e Licenciosidade da folia nos Anos de Chumbo .....	62
<b>Foto 3</b>	As travestis como Geralda eram constantes alvos de ações ostensivas da PM .....	68
<b>Foto 4</b>	A repressão ocorria principalmente no desfile do Corso, onde o Carnaval já ficava perigoso .....	71
<b>Foto 5</b>	A juventude “brincava à valer” e não cumpria determinações da Portaria Municipal .....	80
<b>Foto 6</b>	O folião Antônio Carlos Cavalcanti decretou a morte do Carnaval do Recife .....	95
<b>Foto 7</b>	Os periódicos destacavam suas opiniões sobre o Carnaval do Recife taxativamente .....	97
<b>Foto 8</b>	A imprensa apresentou um discurso ambíguo em relação à festa carnavalesca .....	98
<b>Quadro 1</b>	Políticos e suas Legendas baseadas nas Relações de Poder e Duração dos Mandatos .....	117
<b>Quadro 2</b>	Prefeitos e suas Obras Faraônicas no Recife durante os Anos de Chumbo .....	123
<b>Quadro 3</b>	Políticos e Responsabilidades em Prol do Desenvolvimento do Carnaval durante os Anos de Chumbo em Recife e em Pernambuco .....	125
<b>Foto 9</b>	Nilo Coelho marcava presença nos bailes do Interclubes como folião .....	126
<b>Foto 10</b>	O Prefeito Augusto Lucena, durante o Baile Municipal, satisfeito com o sucesso do Carnaval de 1974 .....	128
<b>Foto 11</b>	O Prefeito Geraldo Magalhães e a Primeira Dama do Recife no	

	“Sábado Gordo” do Caxangá Golf Country Club .....	128
<b>Foto 12</b>	Esquema do Detran e do Btran para melhor controle e organização do Corso .....	139
<b>Foto 13</b>	Os foliões mais exaltados foram recolhidos à detenção .....	142
<b>Foto 14</b>	O “passo” ensaiado pelo soldado da PM foi destruir as latas de talco e dispersar a multidão no Corso .....	178
<b>Foto 15</b>	Recife apresentou as luzes da folia de última hora no ano de 1968 .....	187
<b>Foto 16</b>	A decoração do Carnaval de 1970 foi voltada ao Maracatu .....	208
<b>Foto 17</b>	A Avenida Guararapes era o ponto alto da decoração no Carnaval de 1971 .....	218
<b>Foto 18</b>	Camisa contendo os dizeres “Jesus Cristo, eu estou aqui” .....	223
<b>Foto 19</b>	A decoração de 1972 tinha como objetivo reaproximar os foliões do Carnaval de Rua .....	229
<b>Foto 20</b>	Geraldo Magalhães (à direita, de óculos) apresentando-se enquanto grande folião) .....	233
<b>Foto 21</b>	Decoração do Carnaval no centro do Recife .....	241
<b>Foto 22</b>	A decoração não saiu como o planejado e frustrou a Prefeitura e o folião .....	253
<b>Foto 23</b>	O folião invade a Avenida Guararapes .....	259
<b>Foto 24</b>	A Av. Dantas Barreto, embora pouco ornamentada, estava pronta para receber os foliões .....	266
<b>Foto 25</b>	O forte calor não afastou o folião e a animação das ruas .....	273

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI	Ato Institucional
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BTRAN	Batalhão de Trânsito
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIEX	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
COC	Comissão Organizadora do Carnaval
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CPC	Comissão Promotora do Carnaval
DCDP	Delegacia de Costume e Diversões Públicas
DM	Diário da Manhã
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DP	Diário de Pernambuco
EMETUR	Empresa Metropolitana de Turismo
FECAPE	Federação Carnavalesca Pernambucana
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
JC	Jornal do Commercio
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OEA	Organização dos Estados Americanos
OS	Ordem de Serviço
PMP(E)	Polícia Militar de Pernambuco
PSD	Partido Social Democrático
RP	Rádio Patrulha
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 O CARNAVAL E A REPRESSÃO ATRAVÉS DOS DOMÍNIOS DE CLIO:</b> discussões historiográficas sobre a brincadeira no tempo .....	32
2.1 LOUCOS, EUFÓRICOS, TEMIDOS E LIVRES: o olhar da História sobre a festa carnavalesca .....	32
2.2 “EU QUERO É BOTAR MEU BLOCO NA RUA (...)” .....	46
<b>2.2.1 Arqueologia da repressão às festas carnavalescas</b> .....	47
<b>2.2.2 Carnaval, Militarismo e República:</b> verdades intransitivas? .....	55
2.3 ORDEM E DESORDEM NO CARNAVAL DE CHUMBO: subversão ou riso? .....	63
<b>2.3.1 Brincantes e foliões:</b> diferenças etimológicas, semelhanças na brincadeira .....	73
2.4 CARNAVAL DE CHUMBO: império da tristeza ou reinado da alegria? .....	79
<b>2.4.1 Assim é que se brinca:</b> genealogia da disciplina sobre o Carnaval de Chumbo .....	85
2.5 MORTE E RESSURREIÇÃO NO CARNAVAL DE CHUMBO DO RECIFE	91
<b>3 A LINHA ENDURECE NO BRASIL:</b> os Tempos de Chumbo .....	101
3.1 ENTRE A ORDEM DO PAÍS E A BRINCADEIRA DO CARNAVAL: Costa e Silva e Médici governam o Brasil de Chumbo .....	101
3.2 PERNAMBUCO NA ROTA DOS ANOS DE CHUMBO: os governos de Nilo Coelho e Eraldo Gueiros Leite .....	115
3.3 EM NOME DA ORDEM: as leis de segurança nacional e segurança pública buscam controlar e disciplinar o Carnaval do Recife .....	129
3.4 DEIXA EU BRINCAR, DE SER FELIZ: relações entre os poderes de polícia e os foliões recifenses durante os carnavais de 1968 a 1975 .....	145
<b>4 “(...) DIZENDO BEM, QUE O RECIFE TEM O CARNAVAL MELHOR DO MEU BRASIL (...)”:</b> o Carnaval de Chumbo através de múltiplos olhares .....	172
4.1 O CARNAVAL DE CHUMBO PELOS OLHOS DA IMPRENSA: na rua ou nos clubes, chova ou faça sol, o que importa é animação e ordem .....	172
<b>4.1.1 Carnaval de 1968</b> .....	172

<b>4.1.2 Carnaval de 1969</b> .....	190
<b>4.1.3 Carnaval de 1970</b> .....	201
<b>4.1.4 Carnaval de 1971</b> .....	215
<b>4.1.5 Carnaval de 1972</b> .....	226
<b>4.1.6 Carnaval de 1973</b> .....	235
<b>4.1.7 Carnaval de 1974</b> .....	249
<b>4.1.8 Carnaval de 1975</b> .....	263
<b>4.2 O CARNAVAL DE CHUMBO PELOS OLHOS DOS BRINCANTES: “eu quero é entrar na folia, meu bem”</b> .....	276
<b>4.2.1 Troças, Blocos e Agremiações de Rua</b> .....	276
<b>4.2.2 Bailes tradicionais da Cidade do Recife</b> .....	283
<b>4.3 MEMÓRIAS DO RISO: reminiscências do Carnaval de Chumbo no Recife ...</b>	288
<b>4.3.1 Memórias de Foliões e Brincantes</b> .....	291
<b>4.3.2 Memórias de Militares</b> .....	304
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	311
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	316

## 1 INTRODUÇÃO

A operação histórica tem um efeito duplo. Por um lado, historiciza o atual. [...] Mas por outro lado, a imagem do passado mantém seu valor primeiro de representar aquilo que falta. [...] é conotativo de um passado na medida em que, inicialmente, remete a uma ausência e introduz também a falta de um futuro (CERTEAU, 2008, p. 93).

Quando o assunto Ditadura Militar Brasileira é trazido no cerne da discussão, forma-se logo um imaginário que remete aos termos repressão, exílio, tortura, prisões, mudanças de paradigmas políticos, golpe, revolução, perseguições, entre outros comumente aplicados por vários estudiosos do tema, de forma exaustiva sobre a historiografia do período. Contudo, ao debruçar-se sobre este recorte temporal, intentamos explorar o cunho cultural desta época em seus pormenores folclóricos, os quais (diferentemente da música e do teatro de protesto) se traduziram em dados capazes de abrir perspectivas para descobrir a história esquecida, deixada de lado pela memória oficial do período. Seria almejar novas possibilidades de entendimento de uma época considerada difícil, excludente e, sobretudo, bastante rígida.

Tomando como instrumento o legado de Marc Bloch, tentamos observar os fatos não apenas da forma como estes aconteceram, mas principalmente como foram percebidos, onde, no exercício de historiador, esmiuçar os mesmos, tornou-se cada vez mais necessário em busca de momentos da História do Carnaval Recifense antes percebidos, embora não voltados para este paradigma cultural-político e recortados dentro de uma análise crítica, documental e oral indo o mais longe possível na recuperação deste passado recente. Nas palavras de Becker (apud Remond, 2003, p. 186), seria realizar uma “história em profundidade”<sup>1</sup>.

Imaginando que a história se faz também por aqueles grupos que desafiaram os padrões de uma época, que viveram um cotidiano diferente do que os relatos oficiais mostraram apenas por não concordarem em terem seus significados e ambientes modificados por leis de cunho cerceador, pensamos em alguns aspectos que pudessem, a partir de uma investigação cuidadosa, enxergar o período de 1968 a 1975 como o próprio Carnaval se propunha a fazer: através da sátira, da crítica, do riso como também do choro - seja este de dor, alegria ou saudade - da perseguição, proibição e censura à festa.

---

<sup>1</sup> O autor citado entende por história em profundidade uma análise voltada para a compreensão do modo de agir dos homens em confronto com os acontecimentos, de forma que tal seja feita da maneira mais segura possível. Sobre as ideias de Becker e outros pensadores da História Política, ver Rémond (2003).

Para que houvesse possibilidade em reunir todos esses elementos, a escolha desse tema levou ao menos dois anos para ser executável. Dentre várias possibilidades que as novas perspectivas dos estudos históricos proporcionam atualmente, a História Social foi a que se mostrou mais atrativa para nosso campo de trabalho. Mais especificamente, o eixo temático abordado será o de Cultura Política, um conhecimento abrangente e de grande relevância para a História atualmente, tendo em vista que trata de aspectos que são conhecidos, mas não são investigados em seus pormenores, revelando olhares que passam despercebidos em suas migalhas, marcados pela sensibilidade, desconstrução e que superassem a associação terminológica comumente feita pelos historiadores (DOSSE, 2001).

Entre conversas formais e informais, descobrimos que o Carnaval trouxe grande contribuição para a definição de um campo de estudo graças à sua pluralidade de elementos, sua espontaneidade, sua disponibilidade em agregar costumes, valores, crenças e comportamentos, enfim, sua riqueza de elementos. Ao passo que relacionar este ciclo cultural, especialmente no caso de Recife, Pernambuco, ao período da Ditadura Militar e, mais diretamente, aos Anos de Chumbo, transformou-se em um grande desafio por alguns motivos: como conseguir a documentação específica e necessária para a contextualização histórica? Qual será o marco teórico usado para defender nossas questões e alcançar os objetivos propostos pela pesquisa? Como se utilizar dos registros da oralidade (sobretudo dos mais velhos) para fornecer importantes fragmentos não contidos nas fontes escritas que sejam de grande pertinência para este estudo? Foram algumas das questões que nortearam esta escrita.

Já a escolha pela abordagem em História Política do Brasil envolvendo os Anos de Chumbo (1968 a 1975) se deveu pelas revelações que as pesquisas no transcorrer dos últimos dez anos têm proporcionado, através de novas guinadas interpretativas que fornecem ao conhecimento histórico uma série de importantes informações acerca de um período, todavia recente, porém não menos importante na tecedura de uma historiografia da República. Por ser um período de exceção, conhecido na duração pelo rigor legislativo e por limitações, o referido recorte temporal influenciou diretamente nos campos social, cultural, político e econômico do país, sendo objeto de estudo fundamental para localizar o legado deixado na construção e para melhor conhecimento do Brasil Contemporâneo.

Passada a fase de estruturação e iniciada a pesquisa, detectamos que os elementos pertencentes ao período foram multiplicando-se e a ideia original ganhara muitos contornos, ao ponto de serem necessárias algumas interferências dos orientadores e colaboradores para que o estudo não se tornasse algo sem sentido ou carregado por informações excessivas. Foi

então que a pesquisa enveredou para uma fase mais prática: a de ser parte do ciclo cultural, a de reviver a experiência através dos olhares dos brincantes e foliões, a de ser um instrumento importante para manutenção da memória viva de uma época, de um povo, de um espaço social. Seria transformar a pesquisa em um elemento da tradição, apresentando-se como uma tradição inventada<sup>2</sup>, numa busca pela continuação da memória social.

Essa invenção de uma tradição passou, antes, por um resgate de sentido. Este se deu graças às possibilidades encontradas através da captação de fragmentos do passado que, modificados ou não, mantiveram um contato com o tempo presente, aproximando os espaços de fala entre o historiador e suas fontes de pesquisa, observando com isso o surgimento de outras possibilidades na investigação que valorizasse o que foi vivido, pensado, construído, numa tentativa não de realizar uma totalidade histórica ligada ao Homem, mas sim uma pluralidade dialógica com outras ciências como a Antropologia, a Filosofia e a Sociologia. Todavia não basta apenas resgatar o sentido da História (especialmente da História Cultural) se o conhecimento abordado não tiver plausibilidade para a busca de novos horizontes de possibilidades. (Re) Escrever a História, neste cerne, implicou estabelecer caminhos que conduzissem a análise historiográfica para um momento novo, capaz de fazer a investigação ser dotada de elementos subsidiados pela documentação em torno de afirmar as condições hipotéticas em questão, transformando-as em verdades relativas relevantes para a (re) constituição do momento histórico. “A questão aqui gira em torno de fatos que possuem a qualidade de compreensibilidade” (DIHEL, 2002, p. 176).

Metodologicamente, a pesquisa esteve centrada em um objetivo principal e quatro específicos. No plano geral, procuramos desenvolver um problema de modo a demonstrar como se processou a atuação do Estado Ditatorial Militar durante o Carnaval do Recife no recorte temporal de 1968 a 1975 enfocando as práticas utilizadas e justificadas como necessárias à manutenção da ordem e da paz social de acordo com os conceitos políticos da época. Do ponto de vista específico, contemplamos analisar: a) o enfoque sobre a maneira como ocorreu o Carnaval durante o período de 1968 a 1975 em termos de participação social, a atuação das agremiações e formas de expressão do ciclo cultural; b) a participação do Estado Ditatorial, representado na figura do Governo do Estado e da Prefeitura da Cidade do Recife, enquanto elementos organizadores e incentivadores do carnaval, mesmo em uma época de limitações promovida pelas Leis Federais; c) o traçar de um paralelo entre a forma

---

<sup>2</sup> O termo foi empregado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger para designar as tradições que buscaram manter, através de regras específicas de construção (culturalmente falando) de uma continuidade em relação ao passado. Para melhor referência, ver Hobsbawm e Ranger (2002).

de brincar próprias das ruas e nos clubes com àquelas praticadas pelos dirigentes do Estado na época; d) Analisar e discernir até que ponto o Carnaval manteve expressões de anos anteriores e que modificações, advindas com a legislação, teriam acontecido, conservando-se as particularidades inerentes a cada recorte na duração.

Se o passado é o lugar de possibilidade das condições de escrita da História, sua valorização foi essencial para que este trabalho tivesse um direcionamento. A busca de informações em um futuro passado, há quarenta anos, pode parecer recente, mas que em se tratando do período em questão (1968 a 1975), apresenta uma série de implicações que tornam os fatos ainda mais valiosos, afinal, “toda a história (do recorte em tela) pôde ser concebida como um processo de contínuo e de crescente aperfeiçoamento (em relação à pós-modernidade)” (KOSELLEC, 2006, p. 317). Contudo não somente o passado foi visto como lugar de enunciação dos personagens envolvidos na trama, uma vez que a inteligibilidade dos fatos e sua independência através dos tempos em questão foram essenciais para dar forma à pesquisa, a qual não teria sentido se não houvesse uma filosofia da história capaz de recuperá-los. Em outras palavras,

Todas as ações, passadas e presentes, assemelham-se entre si e sua ciência é em grande parte dispensável, mas podem tornar-se de grande proveito quando esse esqueleto for recoberto da carnação correspondente, de modo que possa então mostrar à juventude qual foi o impulso para uma tal transformação, assim como os meios pelos quais este ou aquele fim foi alcançado, ou então, os motivos pelos quais ele não teria sido alcançado; dessa maneira, prega-se antes ao entendimento do que a memória. A história torna-se mais agradável e mais interessante [...] (HARDENBERG apud KOSSELECK, 2006, p. 45).

Na intenção de oferecer esta escrita agradável, recuperar o Carnaval significou inferir novos olhares à festa, de maneira que esta fosse mais do que a festa da carne, o espaço da liberdade, a brincadeira de rua e dos clubes: o estudo voltou-se para a ideia de que o Carnaval é um espaço temporal que permite aos seus personagens se dotarem de poder, de vivenciarem um tempo de permissividade além da legislação (por mais coercitiva que fosse) que representasse o tempo da liberdade universal, que levantasse provocações e implicasse numa manifestação espontânea através do riso, do escracho e da subversão (BURKE, 2002, p. 32)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Buscamos definir, no decorrer do primeiro capítulo, o conceito para os subversivos carnavalescos de modo a diferenciá-los dos subversivos políticos conceituados pelas Forças Armadas dentro do período em questão.

Folguedos que vivem e partem do seio da sociedade, que misturam classes sociais num ritmo intenso durante três, quatro dias e fazem dos tempos mais complicados e das maiores dificuldades simples elementos que podem ser, temporariamente, ignorados em prol da diversão e da espontaneidade, o Carnaval revelou, de 1968 a 1975, momentos de extrema intimidade entre os brincantes no decorrer daquele cenário político, social e cultural, designando procedimentos que levaram a formação de discursos capazes de reconhecer, no povo recifense e nos turistas que vinham a cada ano apreciar a riqueza de ritmos e a beleza das manifestações características dessa brincadeira, a unicidade que se voltava à adoção da alegria, da sintetização das características mais intrínsecas da cultura das classes sociais, mas que igualmente demonstrava que essas não apresentavam uma unificação, nem sempre falavam o mesmo discurso. A festa continuava, mesmo sendo plural, a expor as contradições presentes na sociedade:

A festa continua, a tal ponto, a existência cotidiana que reproduz no seu desenvolvimento as contradições da sociedade. Ela não pode ser o lugar da subversão ou da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada, porque não é apenas um movimento de unificação coletiva: as diferenças econômicas e sociais nela se repetem (CANCLINI, 1983, p. 55).

Houve espaço também para desenvolver a noção de circularidade de práticas, costumes, simbologias, (re)construção de tradições, desenvolvimento de comportamentos, ideologias, enfim, termos sociais que, em um período de difícil acesso a diversas representações desta natureza, os brincantes (denominação dada àqueles que participaram diretamente do Carnaval) e os foliões demonstraram que as pessoas possuem inúmeras formas de constituir seu imaginário, de buscar a melhor forma para suas expressões, alimentar seus anseios, através de momentos que são considerados, como as festas, caminhos que deixam de ser meras utopias para transformarem-se em contextos possíveis, fosse através da inversão, da subversão ou do escárnio, segundo comentam alguns de nossos autores<sup>4</sup>.

A metodologia basilar voltada à seleção de fontes constou de análises em quatro diferentes periódicos de relevância para o recorte em tela, bem como documentos oficiais do Departamento da Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE) e bibliografia específica sobre Carnaval, Poder Político, Sociedade, Cultura e conhecimentos afins. O acesso a estes documentos foi possível graças a inferências realizadas nos acervos do Arquivo

---

<sup>4</sup> A respeito do uso do termo “inversão” para os brincantes, ver Duvignaud (1983), Soihet (2008), Burke (2010), Ladurie (2002), Davis (1990) e Heers (1987).

Público Jordão Emerenciano (APEJE), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) nos setores de Microfilmagem e História Oral (CEHIBRA), da Biblioteca Pública do Estado, setor de Obras Pernambucanas e Obras Raras, de registros orais coletados a partir de criterioso método de escolha dos depoimentos mediados por conhecimentos relevantes para a pesquisa e não adquiridos nas demais fontes ora citadas, mas presentes nas memórias e acervos pessoais dos clubes de carnaval, troças, blocos e outras agremiações, através de membros mais antigos, histórias vivas do enredo cultural, assim como pela disponibilidade dos responsáveis destas, e também por parte do acervo pessoal do autor.

Acerca do Carnaval, foram de fundamental importância as fontes presentes no acervo da Casa do Carnaval, sobretudo partituras e fotografias que revelam páginas de um tempo recente resgatado a partir de elementos não encontrados em análises puramente antropológicas ou de outras ciências humanas. Contudo, a coleta de dados, seleção das informações e ajustamento ao propósito da pesquisa encontrou algumas dificuldades. Da mesma forma, a consulta ao acervo particular do Historiador Leonardo Dantas Silva e da Brincante Isabel Bezerra (Presidente do Bloco da Saudade), ambos gentilmente cedidos, foram de extrema notoriedade para a aquisição de conceitos fundamentais do trabalho.

Em toda pesquisa histórica, infelizmente, há de se considerar o fato de que as fontes principais podem ter sofrido com o processo de desgaste do tempo bem como terem sido perdidas, seja pela não catalogação devidamente feita do acervo ou até mesmo pela falta de interesse e descuido para com o mesmo. Ao iniciar o caminho da investigação a partir da via que contempla os grandes clubes de Carnaval do Recife, a exemplo dos Clubes Internacional e Português do Recife, os únicos registros disponíveis foram as fontes bibliográficas comemorativas de alguns dos aniversários destes e as raras memórias orais existentes, que não apresentaram uma clarividência de informações que pudessem contribuir, efetivamente, para reconstituir o tempo histórico desejado neste trabalho. Entretanto, a inquirição contou com uma seleção criteriosa de informações a partir desta documentação disponível na intenção de dotar de plausibilidade a continuidade da tecedura historiográfica.

Assim, o uso dos jornais enquanto fontes históricas tomou maior proporção nesta pesquisa por se tratarem de registros com maiores quantidades de informações que possuem várias vertentes interpretativas, assim como é função do pesquisador, quando tomar o jornal como fonte documental histórica, compreender que o mesmo só pode ser estudado mediante uma prévia definição de um objeto de estudo contextualizado. Segundo Neves (2002, p. 101), a leitura de jornais de época oportuniza para o pesquisador conhecer “os eventos históricos no

seu cotidiano, facilitando, com a periodicidade regular, a organização de cronologias, situando o objeto de estudo num contexto mais amplo”. Entretanto, cabe ao pesquisador ter o cuidado de cruzar as informações obtidas com outras fontes documentais que possam transmitir dados acerca do objeto de estudo e escolher uma metodologia adequada para analisá-los.

No entanto, precisa haver um cuidado específico em relação a estas fontes e seus significados possíveis: é preciso ter o olhar para definir que boa parte dos periódicos utilizados nesta pesquisa estavam inclinados a apoiar o Regime Marcial, de modo que muitas leituras feitas ao longo destes capítulos não se traduzem como reproduções do discurso já-dito, mas contrapontos observados mediante a análise historiográfica dos fatos e imagens expostas.

Em decorrência de tal fato, o uso paralelo dos registros orais foi de suma importância, pois a memória, quando não está voltada para o passado vivido, torna-se apenas uma vaga lembrança e se perde no tempo. Representam, ainda, alternativas às fontes oficiais que relatam acontecimentos que não foram abordados por não representarem interesse ou comprometerem determinadas posições de cunho político-econômico, fazendo-se mais uma arma ante a censura do período em tela. Nos domínios de Clio, a oralidade transformou-se num importante elemento de renovação de valores históricos pré-fixados e na determinação de uma identidade, pois a aguçada e constante busca do passado para afirmar a significação do presente ganha, nas palavras de Nora (2003 apud LE GOFF, 2003, p. 467), “uma experiência vivenciada, tendo como grandes agentes grupos que passaram por esta mantendo traços comuns, frutos da experiência coletiva, sujeita a mudanças e permanências”. É aquilo que o mesmo chamou de dessacralização da memória.

A oralidade, especialmente dos mais velhos, permitiu-nos alcançar importantes pontos na constituição e coleta dos fatos para formação do *corpus* documental desta pesquisa. Foi com muito pesar que, em diversos momentos desse percurso, nos deparamos com a escassez de fontes, tendo em vista que os atores sociais que participaram da construção histórica não mais estavam entre nós para trazer novamente ao presente suas memórias na tentativa de nos fornecer um fio condutor para o encadeamento dos fatos. Tivemos então que nos conformar com o pouco que restou, com os descendentes destes, que buscavam, mesmo através de suas recentes marcas, rememorarem o passado narrado a partir da construção de mundo que os antigos lhes legaram. Na busca desse encadeamento dos acontecimentos a partir destas memórias, devido à fragmentação histórica, a presente pesquisa ancorou-se de forma especial nessas informações, pois, concordando e aqui citando Caldas (1999, p. 58-59):

o trabalho de memória é praticamente o mesmo levado a cabo na criação de um texto ficcional. Ela não é um arquivo: sua forma de existência, a imagem que talvez a exprima não é estrutural, sistêmica ou orgânica, mas poética, virtualidade criativa e metafórica, ritmo e movimento, que nunca é aquilo que diz nem o metafísico e inapreensível aquilo que viveu, mas abertura em processo, o sentido da ficcionalidade ontológica do ser social na órbita da singularidade, puro calidoscópio atravessado pelas múltiplas vivências do humano.

Para tanto, as entrevistas realizadas não seriam suficientes sem que houvesse um conhecimento prévio do que vem a ser as técnicas de investigação oral, assim como a forma de utilização das palavras como instrumentos formadores de um discurso, a partir de ideologias voltadas para o tema em questão através de um jogo de sentidos permitindo um encadeamento de noções voltadas a uma explicação reflexiva. Essa memória coletiva dos atores e dos espaços sociais por eles vividos e (des)construídos foi um caminho pelo qual a pesquisa teve que enveredar se quisesse conhecer melhor o ambiente social no qual o Carnaval foi dotado de significado e significou de forma considerável o universo social. Seguir por este caminho, ao final, representou a libertação da memória dos envolvidos nas festas, o que não leva a entender que a mesma, antes de nossa investigação estivesse esquecida: apenas recebeu uma nova narrativa para que pudesse atingir outros espaços e pudesse integrar-se a eles.

Essa busca pela identidade, pois, terminou por colocar, em alguns momentos, o passado em desconfiança, pois no exercício de coletar registros orais, o historiador deve interferir de maneira a selecionar quais depoimentos precisam informações mais seguras para a pesquisa. Deste modo, a desconfiança começou a transformar-se na ocasião em que os fatos começaram a direcionar-se para um horizonte de expectativa mostrando que os fragmentos da memória poderiam indicar um caminho para o futuro explorando esse potencial explicativo. A ordem natural da história, de voltar ao passado, começou a mover-se na integração com um projeto de formação do futuro mediante o reconhecimento daquilo que não estivesse além das narrações, ou seja, que não se baseasse em invenções ou falsos testemunhos que deslocassem o encadeamento dos fatos.

Outro importante acervo que foi essencial para a pesquisa encontra-se nos boletins diários da Casa de Detenção do Recife, mais especificamente no recorte de 1968 a 1973. A datação em questão encontra-se fragmentada em dois anos com relação ao período da pesquisa por conta do funcionamento da instituição, que se deu até o recorte descrito anteriormente (1973), embora o acesso às informações tenha sido de grande relevância por demonstrarem (em nosso caso, pesquisando os meses de janeiro a março dos destes anos) o

cotidiano do sistema carcerário recifense antes, durante e após o Carnaval, onde observamos, mediante o auxílio das fontes encontradas nas Hemerotecas, a formação do chamado Bloco do O Quê que eu vou dizer lá em casa?, caracterizado principalmente por aqueles que desobedeceram as normatizações e foram recolhidos durante os dias de folia para brincarem separados da sociedade, sendo liberados ao fim do reinado momesco. As informações coletadas foram encontradas em livros de atas, boletins diários e informativos gerais bem datados e com legibilidade.

Não obstante, houve uma tentativa em realizar a discussão entre Carnaval e ideias políticas a partir de três vieses: o primeiro deles encontra-se na teoria de circulação dos poderes e disciplinamento de Foucault (2009), bem como em sua análise do sistema prisional, buscando através deste entender a operacionalização do poder visto a partir de sua multidirecionalidade, não sendo um objeto intrinsecamente ligado ao Estado, compreendendo a perspectiva que existem na verdade poderes diferenciados e estes foram criados independentemente e podem integrar-se ou não ao Estado. O poder existe, nesse sentido, como instrumento que ultrapassa a simples noção de proibição e controle. Paralelamente, foi de suma importância o diálogo com as ideias de Bourdieu (2007a) que ao analisar os símbolos e a sociedade, vistos como formas de poder e exercendo uma influência, sobretudo cognitiva, sobre a cultura que se apresenta enquanto elemento caracterizador de sistemas sociais diversos, como também um instrumento usado em busca de um consenso visto a partir de sua ótica política. Esse instrumento será legitimador de seu regime de dominação, ou seja, através de regras que sejam capazes de estabelecer uma ordenação nos materiais que compõem este campo simbólico (política) da sociedade, posicionando a cultura como baluarte das regras do discurso (BOURDIEU, 2007b). E finalmente um terceiro viés que parte da ideia de teatralização do poder vista por Balandier (1999), especialmente em sua análise dos conceitos de ordem e desordem, tão importante para a compreensão da constituição da ideologia do Governo Ditatorial, a partir do momento que este utiliza como ferramenta as características inerentes à manutenção de seus interesses por meio de alguns artifícios que circulam entre o consenso e a coerção.

As ideias políticas ganharam uma dimensão mais centralizada, especialmente em se tratando de Brasil, vistas a partir dos estudos realizados no campo da Ditadura Militar por Fico (2001, 2008a), Contreiras (1998, 2005), Berg (2002), Rezende (2001), Ansara (2009) e Martins (2004), estudos estes em fase de expansão, sendo dotados cada vez mais de novas informações mediante a revelação de importantes documentos da época antes inacessíveis

devido a questões puramente burocráticas que foram (e estão sendo) superadas graças à adoção da Lei que se fez cumprir em todo território nacional a partir de 13 de maio de 2005, onde a Diretoria-Geral do Arquivo Nacional, com base na Portaria Interministerial nº 205, de 13 de maio de 2009, tornou pública chamada para a apresentação de documentos e informações sobre o período de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985 que estivessem sob posse de pessoas físicas ou jurídicas, servidores públicos e militares, um feito realizado pelo atual Governo Federal através da ex-ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O projeto (ainda em andamento) batizado pelo nome de Memórias Reveladas trouxe importantes contribuições para a ampliação do nosso campo historiográfico do tempo presente sobre a Ditadura Militar brasileira, fornecendo documentos de suma relevância para uma melhor compreensão e desenvolvimento dos estudos.

A partir destas ferramentas teóricas, buscamos analisar o quadro geral da política brasileira durante os anos de 1968 até 1975, não deixando de reconhecer as influências e interferências que a conjuntura global estava a realizar durante o período. Em tempos de extremismos e mudanças significativas para a história da humanidade, o Brasil inseriu-se em um contexto onde, além de modificar sensivelmente a sua estrutura política, econômica, social e cultural, igualmente serviu como modelo para que outros países também seguissem a mesma forma de constituição da história de seu tempo presente. Não obstante, o estudo das influências norte-americanas na arquitetura da Ditadura Militar brasileira (STEPAN, 1973) ganha, com o passar dos anos e o maior acesso aos documentos existentes, bem como depoimentos das memórias da época, elemento significativo para uma busca pelo encadeamento de conceitos que associem a identificação das ideologias presentes durante os anos em tela aqui analisado.

Esta conjuntura global será voltada, sobretudo, ao surgimento do movimento de Maio de 1968, cujo entendemos que, para a pesquisa, é o ponto de partida da análise das transformações sociais, culturais e ideológicas em geral iniciadas ainda em 1967 que forneceram importantes contrastes durante a segunda metade do século XX. Os novos valores instituídos, as mudanças realizadas, os paradigmas deixados para trás foram elementos de grande importância para uma melhor compreensão e para o marco inicial dos estudos sobre a caracterização do que Hobsbawm (1998) chama, a partir do grande movimento de Maio na França e, depois, na Europa, de pessoas extraordinárias<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Para uma maior compreensão, ver Hobsbawm (1998), sobretudo o capítulo 15, sobre Maio de 1968. Outra leitura importante encontra-se em Martins (2004), onde há destaque para o que o autor define como “cultura autoritária”. Ver também Ventura (1988).

Partindo para o caso de Pernambuco, Recife mais especificamente, a análise centrou-se em desenvolver um estudo crítico acerca das principais realizações voltadas ao Carnaval por parte dos governadores Nilo Pereira e Eraldo Gueiros Leite, como baluartes, elementos de confiança e representações maiores do Governo Federal Ditatorial em sua esfera de poder político-administrativa, tal qual os prefeitos da Cidade do Recife, Augusto Lucena e Geraldo Magalhães, responsáveis diretos por grande parte dos acontecimentos de grande importância vistos pela ótica da caracterização da relação entre Estado e agremiações carnavalescas, bem como brincantes, foliões e poderes de polícia.

Esse debate de ideias foi realizado ao longo do Capítulo 3, visto que os estudos em Cultura Política não buscam dissociar ambos os objetos e analisá-los isoladamente: estes formam um conjunto integrado para confrontar pontos de vista, influenciar hipóteses, estabelecer nortes teóricos e fomentar conclusões explicativas almejando adquirir coerência. Dessa forma, houve uma tentativa em integrar conhecimentos com outros teóricos conhecidos da Nova História Cultural, como Hunt (2002), Ladurie (2002), Davis (1990), Bakhtin (1999), Rotterdam (1979), Heers (1987), entre outros.

Para melhor organização, a pesquisa foi dividida em três capítulos, onde nestes há subdivisões mais específicas que expliquem relações necessárias entre os objetos em tela para uma melhor compreensão do problema. No primeiro capítulo foi realizada uma discussão historiográfica com os autores, nacionais e estrangeiros, que trataram do Carnaval como uma manifestação dotada de vários significados, assim como sua constituição, evolução, suas permanências, mudanças, elementos característicos, entre outros aspectos que fazem do Cultural algo *sui generis*, especialmente em se tratando de Pernambuco. Brinquedo que fora entendido, durante tempos, como a festa da inversão, onde normas, regras e hierarquias vigentes são abolidas ou até mesmo um momento excepcional onde há uma ruptura brusca com as padronizações do cotidiano (ARAÚJO, 1996, p. 20), foram caracterizações que mereceram atenção ao lado de interpretações divergentes destas, como a do espanhol Baroja (2006, p. 32), que apresenta o Carnaval como uma festa não-pagã, religiosa, ligada ao Ciclo Quaresmal, desenvolvendo uma análise que busca demonstrar que àquele estaria localizado, nos estudos da cultura, numa “busca do equilíbrio social, baseando-se num ou mais períodos de desequilíbrio aparente, durante os quais a sociedade se precipita de um extremo a outro, não havendo espaço para a resistência e para a possibilidade modificadora (no sentido político) dessa festa”. Ladurie (2002), encontramos a noção de Carnaval transformado a partir da riqueza de símbolos e códigos, enfocando o mesmo em diversas esferas: religiosa, social,

biológica e cósmica<sup>6</sup>. Esta análise ainda contou com a contribuição de Burke (2010) e Davis (1990) sobre o sentido histórico-social da festa.

A análise do Carnaval a partir dos autores nacionais compreende, especificamente em Recife, Pernambuco, as leituras feitas por Araújo (1996), Silva (2000), Real (1990), Souto Maior (2001), Belfort (2009) entre outros que falaram com propriedade sobre a essência do Carnaval. Pela proximidade com os estudos desenvolvidos nas áreas de Antropologia (sobretudo Antropologia Cultural), Sociologia e Filosofia, importantes contribuições de Nestor Canclini (1983, 2006), Duvignaud (1983), Miceli (1984) e Chauí (1986, 2000) também serão abordados na tentativa de se constituir uma base teórica bem articulada e plural sobre a festa.

Foi preciso perceber que o Carnaval enquanto uma festa que possui um lugar de enunciação que não pode ser substituído por outra expressão da Cultura. Por isso, a festa, em seu sentido, ganha um importante cotejo na pesquisa a partir de duas visões: uma historiográfica e outra sociológica. Nestas, buscaremos um encadeamento de conceitos mediando um diálogo que contemple seu sentido, sua repercussão, sua caracterização e, principalmente, seu legado para as sociedades ao longo do tempo, em especial no Brasil, Pernambuco, Recife durante o período de análise da pesquisa, uma vez que existe um campo de possibilidades que permite que esta diferenciação se processe e características sejam identificadas a partir de elementos que coexistem de formas próprias, entretanto conectados pelo tempo histórico.

O primeiro capítulo ainda tentará esclarecer e definir conceitos básicos para a compressão do tecido historiográfico carnavalesco, visto que o diálogo entre os tempos revela grandes possibilidades de interpretação, sendo um direcionamento necessário para que contornos centrados nos foliões, militares e brincantes sejam passíveis de compreensão. Por fim, para melhor compreensão os conceitos de Modernidade e Ambivalência foram utilizados de acordo com o estudo do sociólogo polonês Bauman (1999), especialmente a partir da visão que este estabeleceu da ordem como fator primordial do campo de atuação do Estado em uma nação, observando que no estabelecer desta, sua finalidade primordial era, sem pormenores, eliminar a ambivalência. Vista como o inimigo a ser combatido, a ambivalência significava expurgar tudo o que seria falha dentro da ordem: seria uma maneira de refazer a mesma não deixando espaços para que houvesse uma possibilidade de instalação do caos. Seria a

---

<sup>6</sup> Para maiores esclarecimentos acerca das ideias de Baroja e Ladurie, ver: SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia: algumas abordagens. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-15, jul. 1999.

eliminação de tudo que era estranho, tudo que era causador de problemas e até mesmo limitador da ação dos poderes locais. Tal referência encontrou semelhanças e diferenças com as ideias de Huggins (1998), também discutidas aqui.

As questões exploradas foram igualmente subsidiadas pelas ideias de invenção cotidiana de Certeau (2008) e a de distinção social de Bourdieu (2008), contemplando uma investigação sob as relações entre a política ditatorial e o Carnaval visto a partir do olhar dos brincantes e foliões, além das notícias veiculadas pela imprensa (jornais, documentários) que expusessem as expressões, as caracterizações, os atores, os bastidores da organização dos carnavais ligados ao período em questão aqui abordado. Esta análise, contudo, não seria possível sem os registros feitos a partir das informações que foram relatadas pela oralidade daqueles que participaram diretamente do período em questão por via das agremiações carnavalescas e grupos da época.

Os teóricos usados nesta abordagem entre Política e Carnaval foram novamente Balandier (1999), ganhando o aporte de Hobsbawm e Ranger (2002), Certeau (2008), Foucault (1979) e Ehrenreich (2010), onde houve uma tentativa de dialogá-los em torno da ideia que apreciou considerar as tradições populares sendo usadas pela política como instrumentos de manipulação, mas ao mesmo tempo entendendo que essas possuem uma série de elementos próprios que as tornam independentes e únicas, não podendo ser manejadas de acordo com a legislação, apesar de haver regras específicas em cada uma dessas tradições igualmente. A contribuição de Hobsbawm e Ranger (2002, p. 22) se dá no sentido da formação interdisciplinar que as tradições possibilitam vistas a partir da reestruturação de imagens do passado onde o Homem atua como um ser político.

No segundo capítulo apontaremos para um estudo mais voltado aos fatos sócio-políticos e culturais propriamente ditos: a caracterização dos Anos de Chumbo, a promulgação do Ato Institucional nº 5, as mudanças na panorâmica política brasileira e, sobretudo o estado de Pernambuco (que foi analisado nos âmbitos estadual e municipal), os principais feitos dos governantes da época, a atuação das legislações desde a esfera nacional até a municipal (caso de Recife), o papel da imprensa na divulgação de notícias, os artifícios que justificavam um discurso do silêncio, bem como o tratamento dado aos expoentes da cultura neste período serão contemplados.

Almejamos também nos apropriar, inicialmente, das relações que pudessem existir entre civis e militares, de forma que foi preciso buscar nas fontes disponíveis os comportamentos sociais de cada campo e investigá-los, inicialmente, de forma separada para

então somente compará-los, estabelecendo diferenças e provocar um debate acerca de como estes elementos poderiam coexistir numa sociedade como a que se formou na Ditadura Militar. Para tanto, o exame partiu dos estudos do historiador americano Huntington (1996), que também contribuiu com a visão do militar e do Estado, estabelecendo uma relação entre estes e destes com a sociedade, formando uma verdadeira colcha de retalhos que, na verdade, puderam ser mais definidos como um quebra-cabeça onde as peças estavam muito bem encaixadas em seus devidos lugares.

Essa visão, ao abordar o Carnaval em tempos de exceção no Recife, apresenta possibilidades de novas leituras a partir da teoria de caracterização do espaço público enquanto local de circulação de práticas culturais, poderes e representações de diferentes matrizes vistas a partir da constituição das ideias de Certeau (2008), fato que ganha completude com Foucault (1979) na direção como este pensa a forma dos poderes se constituírem mediante uma relação de forças, onde a imposição do poder dominante se justifica pelo discurso da soberania e da segurança. Este amálgama de ideias é fundamental para entender como o poder do Estado Ditatorial se constitui em uma verdade, mas ao mesmo tempo produz outras verdades intrínsecas nas manifestações culturais.

Ainda no segundo capítulo, didaticamente, voltadas ao eixo temático da Ditadura Militar, as discussões em torno das formações políticas ficaram a cargo das obras de Fico (2001, 2008a), Alves (2005), Berg (2002) e Contreiras (2005) onde houve uma tentativa em promover uma aproximação entre os casos identificados, a formação do aparato repressor, as práticas e costumes com a realidade encontrada nos periódicos do Arquivo Público de Pernambuco. Fico (2001) contribui com uma análise que vai, desde os bastidores da constituição do poder autoritário no Brasil até sua atuação como máquina governamental e representante da ideologia militar, em detrimento das expressões civis e dos direitos fundamentais garantidos pela Carta Constitucional. A obra do autor também contempla o contexto da Ditadura na América Latina (FICO, 2008a) como um projeto coordenado mediante os interesses do Governo Norte-Americano, notadamente no plano conhecido como Aliança para o Progresso, que importou para o Brasil interesses específicos através de Secretários de Estado e Embaixadores norte-americanos como ponto de integração, no caso do presente estudo, entre Pernambuco, especialmente Recife, e o governo dos Estados Unidos da América através da chamada Operação *Brother San* (FICO, 2008b).

Complementando as ideias de Fico (2001), a tecedura de Rezende (2001) será outro olhar a ser considerado na busca de estabelecer marcos históricos para os acontecimentos

envolvendo os presidentes da República durante os Anos de Chumbo e suas relações vistas como necessárias à condução do país através de metas, facetas inusitadas e planos frustrados de governo que atestavam a falta de experiência e a incapacidade dos militares em conduzir o país nas suas esferas de poder. Esperamos, desta forma, a construção de uma direção plural no entendimento das essências constitutivas da República Marcial para, somente então, realizarmos a análise voltada ao Carnaval e a Política de maneira específica.

No entanto, não poderíamos deixar de contemplar o estudo organizado por Silva (2007), onde numa perspectiva centrada em âmbito estadual, a mesma analisa os mecanismos de ação do DOPS-PE durante a Ditadura, de modo a considerar a informação como elemento chave das ações deste grupo em torno de práticas estabelecidas na esfera nacional, como a tortura, a censura e a perseguição àqueles considerados inimigos (in) diretos do regime.

O terceiro e derradeiro capítulo tentou por realizar uma descrição dos elementos presentes no Carnaval, enquanto folguedos, festas particulares (bailes dos grandes clubes) e a brincadeira tradicional de rua que transformou o Carnaval pernambucano em um item cultural único no estado. A abordagem partiu da análise de fotos, matérias de periódicos e relatos orais dos brincantes e foliões de outrora que hoje ainda fazem parte das agremiações mais tradicionais da festa, almejando concatenar as experiências existentes nas memórias com as fontes escritas que, se não fielmente, relataram seus olhares (diferentes dos primeiros) sobre o Carnaval e se caracterizaram como importante objeto de análise histórica da mesma maneira.

Tal estudo ainda trouxe algumas curiosidades interessantes que passaram, provavelmente, despercebidas na época, mas foram importantes para alguns sujeitos históricos do período para serem revividas através da oralidade ou da escrita. Este tipo de relato apenas abrilhantou uma imensa gama de informações às quais estiveram disponíveis e permitiu realizar um trabalho bastante discernente, para que as mesmas aqui constantes pudessem trazer uma clarividência sobre aquilo que pretendemos trabalhar.

No tocante a uma análise do silêncio, presente tanto no segundo como terceiro capítulos, mas com abordagens direcionadas aos propósitos de cada um, a pesquisa ganhou apoio da Análise Crítica do Discurso, através do estudo de Orlandi (2007) e Van Dijk (2008). A autora abordou importantes pontos acerca da formação e espaços produzidos pelos silêncios em regimes autoritários, sobretudo ditatoriais. Este estudo é passível de uma conexão com as ideias de Foucault (1979), onde a partir destas poderia ser compreendido de uma melhor forma o discurso do poder ligado à ótica que o Estado de Exceção tinha da sociedade nesta época, bem como de seu papel enquanto agente salvador da Pátria. Complementar a esta

análise será a abordagem feita ao estudo do lingüista holandês Van Dijk (2008), que debate as ferramentas voltadas para a constituição de discursos políticos que agem diretamente no subconsciente, implantando falsas realidades e manipulando opiniões, posturas e ações dos grupos sociais ligados a este poder dominante. A intenção maior de Van Dijk (2008) é mostrar o poder dominante como elemento que ignora os direitos humanos de cada cidadão.

Ainda neste capítulo, o esboço sobre as memórias foram igualmente um importante objeto de estudo na busca pela compreensão de discursos do não-dito a partir das fontes pesquisadas, ancoradas em teorias desenvolvidas especialmente por Le Goff (2003) e Nora (1993), onde história e memória formam dois relicários que buscam superar a visão pura e simples de antiquário que durante muito tempo foi atribuída aos estudos dos relatos orais como meios para a produção de conhecimentos. Nesse sentido, outras importantes visões sobre a memória e a oralidade merecem destaque, como as ideias de Portelli (1993), nos quais este defende que não se pode confiar nas memórias como fontes únicas de informação e estudo – é preciso perceber que estas estão repletas de sentimentos passionais que podem, diversas vezes, distorcer os fatos além do que propriamente representaram dentro de um recorte temporal. Ampliando os horizontes, foi utilizada a problemática de Halbwachs (2006), a qual diz respeito à formação de memórias coletivas como pontos de encontro entre elementos da tradição, a constituição de ambientes que possam ser reconhecidos tanto de maneira individual como por grupos e a forma como estes conhecimentos produzem novos direcionamentos e deslocamentos a partir das memórias que os formam. Proust (2007) e seu resgate das reminiscências pelos raros momentos vividos em situações de grande destaque ou caracterizações pessoais também se torna uma fundamental fonte de compreensão da forma como a memória atua enquanto mecanismo produtor de saberes necessários à formação da tradição cultural e do poder.

A oralidade contida nos militares e nos idosos, assim como os resgates feitos em entrevistas são outros pontos que foram levados em consideração neste capítulo. Entrecruzando caminhos, memórias e elementos da tradição, buscamos nestas ferramentas formas de inclusão de conhecimentos normalmente esquecidos pela historiografia oficial que podem nos oferecer um horizonte de sentido para a formação de um cenário diferente daquele comumente apresentado sobre o período em questão. Para tanto, foram utilizados Contreiras (1998), D'Araújo, Soares e Castro (1994) e Couto (1999) para as compreensões das memórias militares; já sobre a oralidade dos mais velhos, Jucá (2003) no deu o suporte necessário.

Concluindo e na esperança de termos conseguido desenvolver o tema de acordo com nosso cronograma e objetivos, fizemos uma análise pormenorizada que buscasse não deixar dúvidas sobre nossa pesquisa. Foi importante voltar cada passo percorrido para, através dos sinais encontrados, realizarmos um olhar detalhista sobre a investigação como ferramenta para que nossas opiniões pudessem se encaixar naquilo que já fora dissertado de acordo com as fontes, evidenciando a postura da pesquisa e abrindo espaço para que este trabalho não seja o único, mas o começo de um estudo nesta área da observação historiográfica que mereça ser ampliada, revistada, se possível corrigida e referenciada como uma importante busca pelas informações que aparentemente, antes mesmo do sucesso da Nova História Cultural, tivesse ficado esquecida no passado e não pudesse ser resgatada como algo próprio, com sentido e significado para os estudos não somente históricos, mas também culturais de nosso estado.

Não foi fácil emitir um juízo de valor sobre como a política ditatorial atuou sobre o Carnaval do Recife de 1968 a 1975. Antes de qualquer outra análise, foi preciso ter a noção de que os lugares de fala não estavam prontamente acabados, com ideias e termos desenvolvidos que não pudessem receber contribuições sobre a luz de novos eventos, revelando outra significação possível. Tantos foram os fatores que influenciaram na festa, igualmente os acontecimentos que se mostraram dúbios, como também os personagens que circularam e deixaram um pouco de si nessas histórias, nesses anos, nas atitudes, nas invenções, enfim, na elaboração ou repaginação de uma tradição que permanece, salvas diferenças do tempo, até os dias atuais com bastante força e propagação no sangue, suor e alegria do povo recifense, pernambucano e daqueles que vêm, veem e se apaixonam. Contudo esperamos ter sido bem sucedidos nesta missão de escrever um tema que, ao que sempre nos chega, parece ser bastante interessante e de grande importância para ampliação do horizonte historiográfico social.

## **2 O CARNAVAL E A REPRESSÃO ATRAVÉS DOS DOMÍNIOS DE CLIO: discussões historiográficas sobre a brincadeira no tempo**

### **2.1 LOUCOS, EUFÓRICOS, TEMIDOS E LIVRES: o olhar da História sobre a festa carnavalesca**

As festas foram, ao longo da duração histórica, objetos particulares não somente que fizeram sociedades e atores destas encontrarem representações de sua cultura no tempo – tais manifestações apresentaram, antes, ritos e comportamentos que permitem um espaço de compreensibilidade a partir de conceitos como loucura, euforia e liberdade que dotaram a brincadeira de particularidade e diversos sentidos, entre eles, o social, o econômico e o político.

Festividades e fantasias percorreram um longo caminho na história, desde o aparecimento das primeiras características foliãs por volta de 2.000 a.C. – as Luperciais e Saturnais em Roma nos fazem lembrar que estas origens estão muito ligadas aos deuses como Pã, protetora dos pastores e Baco, deus do vinho; assim como houve importante ligação com elementos da Ibéria a exemplo do famoso Zé Pereira, cujo nome possibilitou uma associação com o ritual de abertura oficial de festas populares que virou um costume em Portugal e se transferiu para o Brasil ainda no século XIX, embora sua classificação enquanto origem da primeira manifestação realmente carnavalesca no Brasil ainda seja bastante discutida – até a reinvenção destas origens, o que se processou de modo bastante cosmopolita.

Deste modo, personagens se misturam entre os séculos, caracterizando o ambiente diversional e multifacetário pertencente ao reinado de Momo, onde prevaleceram a alegria, o improviso, a criatividade e o riso. Contudo, ao mesmo tempo, estas formas da folia precisaram dividir espaços com proibições, censuras, repressões, prisões e mortes.

No entanto, estas mesmas festas (em especial o Carnaval) não apresentam uma completa inversão da ordem instituída nos meios em que se manifestaram: conservando a organização social pela diferenciação em relação ao capital, seus caracteres passam, antes, por um horizonte de sentido que os coloca diante de uma conjuntura que precisa ser criticada e reinventada a partir de objetos que, ao lado de vários elementos da cultura de um povo, colocam a tradição em questionamento, elaborando novas interpretações da realidade e reposicionando os atores frente ao processo de construção dos pilares socioculturais.

As festas, então, eram no passado o cenário mais importante em que se poderia observar um vilarejo, um centro urbano. Oportunidades ímpares, estas envolviam pessoas de

diferentes matrizes e congregavam objetivos comuns como o descanso do trabalho, a fartura alimentar, a pujança de bebidas alcóolicas e muita música e dança, onde os brincantes e foliões consumiam sem comedimento tudo o que tinham, ratificando o discurso de que o Carnaval era o tempo do excesso que se manifestava em detrimento da carestia que estava por vir diante da Quaresma. As roupas também mudavam o tom de sua significação: ganhavam muitas cores, adereços e significados sociais como a representação de grupos populares como padeiros, açougueiros e lavradores, retratando que aqueles não eram dias comuns como tantos outros. Passava-se ao entendimento da festa enquanto um rito, uma expressão de fundamentações mitológicas, folclóricas de um povo, um lugar por meio de palavras, gestos e imagens.

Nesse sentido, a ideia de analisar o Carnaval de Chumbo no Recife foi aqui pensada e buscada como uma maneira de situar de que forma os Dias de Momo encontraram sua significação durante um dos períodos mais obscuros da História do Brasil – a Ditadura Militar. Para além da discussão que se limita ao recorte político do período em questão em relação ao axioma se este foi um movimento que ainda conservou algo de democrático ou um golpe puramente autoritário, a percepção apresentada pelas diversões nas ruas e nos espaços fechados, neste recorte, nos colocou em uma perspectiva de compreensão que apontava para uma brincadeira dotada de originalidade, amparada ao mesmo tempo por um forte sentimento político de busca da liberdade.

Dias expressivos, especiais e representativos demonstraram que a folia era um dos meios permitidos pelo sistema para a conquista de ideais aparentemente perdidos na névoa e no sangue derramado pelo sistema repressor durante os anos de 1968 a 1975 não por uma questão de benevolência, mas antes pela percepção de que a festa também era uma forma de poder que mantém preceitos e normas em relação à tradição de seus personagens principais. Assim como a Ditadura se instituía e se legitimava a partir de fundamentos legislativos e repressores, o Carnaval traçava seu percurso totalizante pela alegria, escracho, trajes, musicalidade, manutenção das tradições e adaptação das inovações próprias da dinâmica histórica das sociedades e dos tempos.

Justifica-se a escolha do Recife como ponto de reflexão central pelo Carnaval representar um dos mais notáveis ciclos culturais do estado, sendo uma das festas celebradas com maior entusiasmo por moradores da cidade e turistas que, em número crescente anualmente, contemplam os folguedos com bastante euforia. No período abordado, esta visão não foi diferente – uma significativa participação pôde ser observada, revelando importantes formas de emitir signos que pudessem subsidiar a análise.

Os signos, segundo Deleuze (1987) - e ratificando a teoria de Proust na qual estes são fragmentos da memória de um tempo passado encerrado no pensamento -, demonstram nesta perspectiva que a redescoberta do tempo da liberdade promovida pelo Carnaval não tinha a intenção de unificar as pessoas que dela fizeram parte um dia – seriam, antes, formas de perceber que a convergência está ligada ao mesmo tempo pela distância de conceitos tão contrários neste contexto como diversão e repressão. O tempo significa que tudo que não é dado, ou seja, ele precisa de outra maneira de concatenar os fragmentos deixados, além do que este, como o maestro que rege a orquestra de frevo ou marca a passada do Cavalo Marinho, do Caboclinho ou dos Maracatus, ordena o modo como estes discursos encontraram sua significação perante os envolvidos.

Todavia, o peso do Chumbo das armas e tanques nas ruas não impedia que a Cultura encontrasse seu espaço de enunciação – a força que esta tinha no seio da sociedade permitia que o riso, o escárnio, os encontros (amorosos ou amistosos), a dança e a música fossem instrumentos de significação profundos em torno da luta empreendida pelos foliões e brincantes para fazer de suas expressões festivas seu espaço de identidade e resistência. Em que pese, seria demasiado errôneo enveredar pela via interpretativa da conformidade plena desta visão de oposição apresentada por boa parte dos segmentos envolvidos no brinquedo: da mesma forma, havia conformidade de alguns atores sociais em relação aos preceitos instituídos como democráticos e mantenedores da boa ordem para as diversões advindos dos poderes de Estado. Este confronto de ideias ficaria bem representado nas maneiras de brincar o Carnaval – a liberdade estaria mais bem representada nas ruas e a conformidade e aversão ao subversivo, nos clubes.

Estava, pois, lançado o desafio: como perceber as formas de aproximação das expressões de brincantes e foliões com outros espaços apresentados pela História do Carnaval no Recife em relação ao período escolhido, de modo que esta leitura do tempo presente encontrasse pontos de reflexão num passado distante, mas ao mesmo passo aproximado por elementos singulares ao decurso da duração e da festa? Da mesma maneira, como observar a atuação das forças de Estado enquanto poderes capazes de organizar, distribuir, controlar, atuar diretamente sobre as características elementares da expressão cultural dotando esta de significação de acordo com seus preceitos políticos e econômicos? Estas duas reflexões serão nossos horizontes de debate.

Identificar o Carnaval por diferentes recortes temporais é um desafio cuidadoso que precisa de um porto seguro para que se possa encontrar um viés analítico. Pensamos que é pertinente, neste sentido, a percepção das festas a partir dos fins do Medievo e início da

Modernidade, pois tal reflexão nos dá uma melhor dimensão de que a brincadeira se apresenta enquanto um divisor de fronteiras, voltadas para atitudes e comportamentos daqueles participantes envolvidos diretamente no processo de construção da realidade foliã, nem sempre permeada por interesses estritamente ligados aos setores pilares da sociedade. Assim, a análise feita por Burke (2010) de biculturalidade nos oferece a possibilidade de entender o processo cultural carnavalesco como um sistema de limites bastante definidos, amparados por um sistema de hábitos e representações culturais. Seria, mais ou menos, perceber a história das ações e noções que envolvem diretamente a vida cotidiana (BURKE, 2010).

A questão então se volta para a noção de participação dos atores sociais na brincadeira – delimitar, pois, a fronteira entre a elite e o popular, no entendimento de Burke (2010) não seria apenas tentar separar os fundamentos que permitem compreender os conceitos que tais segmentos possuem das festas, mas atentar para o fato de que a tradição pertence a ambos de forma a aproximá-los, coloca-los em uma situação de igualdade, onde tanto o popular como o erudito encontram elementos comuns na constituição de suas fundamentações culturais, de modo que a transformação social pudesse dar uma consciência maior sobre a importância da tradição a estes indivíduos.

Tal tradição, remontando a uma observação sobre o Carnaval de Chumbo, se mostrava revista, determinando os espaços de manifestação dos caracteres pertinentes ao que era popular e ao que era erudito. Mesmo que ambos pudessem se utilizar de fragmentos culturais que os aproximassem em algum momento, era clara a separação entre estes personagens sociais – enquanto a rua era o lugar do simples, periférico, humilde, escrachado e subversivo, que precisava de olhares mais atentos e leis específicas buscando regulamentar severamente as expressões da brincadeira, o clube se apresentava como o refinado, o distante, o centro irradiador dos padrões finos da brincadeira, embora também agisse sobre si um conjunto de determinações tais quais as que regiam as festas nas ruas. Para além, ambos encontravam, entre diferenças e semelhanças, um importante ponto de apoio: a concepção de “fuga provisória dos moldes da vida ordinária, isto é, oficial” (BAKHTIN, 1999, p. 6).

O Carnaval então passa a ser o jogo que representa a vida real: é a segunda vida do povo, sua vida festiva (BAKHTIN, 1999). Transferem-se para as festas várias facetas históricas que envolvem elementos naturais, sociais, biológicos, políticos e morais que buscam dar estabilidade ao momento e criar o clima típico da manifestação cultural. Entretanto, parece comum a visão dos Dias Gordos como uma festa da libertação temporária e da inversão. A este respeito, numa aproximação entre passado e presente históricos:

[...] o carnaval era o triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto.” (BAKHTIN, 1999, p. 8-9).

Era este sentido de libertação temporária, alternância e renovações que o Carnaval de Chumbo recifense buscava nos anos em questão. Entender a forma como as autoridades empregaram discursos em torno do controle, normatização e disciplina das festas era perceber um conjunto de regras hierárquicas que se transferiam dos preceitos sociais empregados pela Ditadura a todos os setores da sociedade e que ainda não encontravam, no setor cultural festivo, uma penetração tão contundente como outrora se revelara para a música, a imprensa ou o cinema, mesmo estes igualmente apresentando formas de interpretação e conceituações em grande parte contrárias ao Regime Militar, a exemplo das músicas de protesto, dos caricaturistas censurados ou das revistas de grande circulação no país. Seria, para o discurso autoritário, a vitória do ato de vigiar a sociedade em todos os seus pormenores.

Seguindo este caminho, percebemos que existiam duas razões em choque: a força do riso e da inventividade cultural contra o peso empregado pela força das armas e das legislações. Apresentando o riso enquanto símbolo da alegria carnavalesca, patrimônio do povo e elemento de representação, de conscientização e renovação das intenções sobre os valores políticos e autoritários, os Dias Momescos se exibiam cada vez mais como patrimônios imateriais indestrutíveis. Nesse sentido, havia o perigo em a festa se deixar dominar pelas determinações repressivas – é preciso não perder o foco do objetivo principal no qual se ambienta esta, modificando assim seu sentido e seus signos:

A visão do mundo carnavalesco, particular, com seu universalismo, suas ousadias, seu caráter utópico e sua orientação para o futuro começa a transformar-se em simples humor festivo. A festa quase deixa de ser a segunda vida do povo, seu renascimento e renovação temporários. [...] Embora reduzido e debilitado, ele (o princípio da festa) ainda assim continua a fecundar os diversos domínios da vida e da cultura (BAKHTIN, 1999, p. 30).

Como resultado deste pensamento, decidimos empregar os termos Império da Tristeza e Reinado da Alegria como formas de vermos o confronto entre o medo da Ditadura, da repressão e da censura defrontar-se com a noção do riso enquanto elemento libertador, expressão de superação da tristeza e do choro. Embora esta visão não seja totalmente nova, uma vez que na rota de colisão com as apresentações carnavalescas esteve sempre o poder que se dizia legitimado (fosse político ou religioso) buscando um espaço de determinação de seus

conceitos, o evento momesco atribui ao homem e ao tempo as formas pelas quais este encontra uma situação confortável para si, um lugar onde possa evidenciar os atributos que o tornam o principal intérprete da festa. A este respeito, “[...] Desde un punto de vista social, lo que imperaba era una violencia establecida, un desenfreno de hechos y de palabras que se ajustaba a formas específicas; así, la inversión del orden normal de las cosas tenía un papel primordial en la fiesta” (BAROJA, 2006, p. 51).

Esta inversão passava, sobretudo, pela percepção dos envolvidos e responsáveis diretos pela caracterização do Carnaval. Tentar compreender o tríduo momesco sem tal característica, seria ignorar que o mesmo possui fundamentos que estão muito além do social – transitam, igualmente, pelo campo psicológico. A então busca de um aparente equilíbrio social pelo desregramento, pelo momento onde boa parcela de foliões e brincantes se lança em uma catarse coletiva de forma extremada remete a uma interpretação de que não é possível dissociar os excessos da festa. A respeito desses excessos no Carnaval, a História transformou-se em testemunha de ações enérgicas para a coibição dos mesmos ao longo dos séculos.

Grandes e diferentes passagens na Narrativa mostram o Carnaval durante fins da Idade Média e início da Modernidade como um momento de desilusão, de libertação de uma realidade excludente e pouco representativa (politicamente) das ideias fundamentadas na tradição. Comumente associada aos rituais pagãos, os Dias de Momo hoje são reinterpretados segundo outro olhar: o da festa enquanto partilha de elementos das raízes culturais; continuidade, ruptura e conformidade com elementos pagãos e cristãos; e espaço de identificação do Homem consigo mesmo e com o espaço no qual desenvolve seus caracteres mais particulares. Nas palavras de Ladurie (2002), a contradição entre paganismo e cristianismo é, apenas, dialética. Este horizonte analítico tem profundo envolvimento com os conceitos de ordem empregados pela cristandade, assim como pelos poderes políticos pertinentes a cada período, tomados como responsáveis pelo controle e dinâmica do espaço de manifestação do brinquedo de Momo.

Estes enfrentamentos entre Catolicismo e Carnaval foram bastante debatidos por diversos autores. Não cabe aqui promover um esgotamento desta discussão, mas um olhar sobre este confronto ideológico a partir da ideia que contempla este encontro como necessário para o rompimento de algumas barreiras que distanciam duas visões de mundo aparentemente incongruentes. Durante a transição Medievo-Modernidade, a diversão gratuita, os jogos, os cortejos e festas eram elementos que integravam a sociedade ao ambiente clerical e as formas

carnavalescas do espetáculo, da brincadeira, da paródia e da sátira são comuns a estas duas correntes de pensamento.

A reinvenção, então, de emblemas, insígnias, carros de desfiles, estandartes estão presentes em ambas as culturas e não podem ser vistas com distanciamento. A este respeito, no Recife, ainda como reflexo dos movimentos de aproximação/distanciamento destas ideias, Araújo (1996, p. 357) nos faz entender que a Igreja, mesmo condenando a prática do Entrudo, via o Carnaval como um instrumento de resolução dos problemas que não estariam ao seu alcance pleno, a solução para superação de tensões cotidianas em uma sociedade marcada por conflitos internos, “de ordem política, econômica e social, (que) não dispunham de outros canais para se expressar e serem resolvidos”. Em nossa análise, é interessante observar a postura dos religiosos nos períodos de festas carnavalescas nestes Anos de Chumbo a partir de declarações dadas por membros da Igreja aos principais periódicos da cidade.

O Jornal do Commercio de 04 de fevereiro de 1968 já dava sinais dessa postura dos religiosos para com as festas, a partir da crítica feita pelos mesmos em relação ao sentido da brincadeira de Momo para os foliões mais eufóricos e aqueles que se preparavam para o período quaresmal. A matéria ainda aborda o recolhimento, em dias do Carnaval, dos religiosos em mosteiros e, embora aquela atitude não fosse considerada um aconselhamento pela instituição, alguns dos sacerdotes realizavam estas práticas, enquanto que outros buscavam, na verdade, uma maior e mais objetiva aproximação com os fiéis debatendo com os mesmos os conceitos de moralidade ou não das atitudes cometidas durante o brinquedo. Os escritos citam um padre, de nome não revelado que diz: A moral do carnaval não é diferente da moral fora do carnaval. Quem não tem moral nos dias de carnaval não a tem também nos outros dias.

Visão conservadora, porém reflexo do pensamento clerical durante séculos em relação aos excessos, esta de certa forma ratificava, indiretamente, o discurso visto pelo Estado de Exceção para a brincadeira. Mesmo oficialmente separada das questões políticas desde o início da República, a Igreja sempre esteve presente nas questões mais decisórias do cenário nacional e a mesma, enquanto instituição secular que prezava pela moral e pelos bons costumes, além da unidade da família, deveria posicionar-se contra ou a favor de tais atitudes. Como nos periódicos não há opiniões expressas da Igreja, presumimos que a mesma optou pela via da ratificação do discurso militar, mesmo que estas duas instituições, ainda que importantes representações do poder na sociedade não se entendessem em seus pormenores durante o recorte em tela.

Deste modo, o combate entre o Carnaval e a Quaresma nos mostra que as culturas interagiam significativamente a ponto de encontrarem umas nas outras, tanto pela tradição oral como pela escrita – sermões, poesias, registros oficiais – meios de retratar a realidade festiva de modo a sugerir as formas de sobrevivência e autenticidade das reivindicações culturais. O Carnaval era a representação da fartura, da extrema felicidade, da subversão; enquanto a Quaresma era a carestia, a ausência de liberdade e excessos.



**Figura 1** – A Batalha entre o Carnaval e a Quaresma (1559).  
**Fonte:** Kunsthistorisches Museum Wien, Viena, Áustria.

Não se pode afirmar com convicção que esta ordenação apresentada pelos brincantes e foliões representava de fato uma ameaça à ordem instituída, muito menos tinha intenções de destruir a hierarquia apresentada pela sociedade naquele período: o Carnaval buscava, verdadeiramente, um meio de transitar entre os mundos pagão e cristão, estabelecendo pontos de convergência e conciliando divergências que pudessem deixar de lado a nomenclatura de Festa da Carne, em razão de muitas das suas práticas estarem associadas a momentos celebrativos que envolviam membros do clero, como as Festas de Bobos ou de Inocentes. Para além de ser a Festa dos Loucos, o Carnaval era a representação da diversão sem regras sem que esta fosse ameaçadora, apenas alegre e risível<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Para uma melhor compreensão a respeito das Festas de Loucos, dos Inocentes e de Bobos, ver Heers (1987), Baroja (2006), Burke (2010), Ladurie (2002) e Davis (1990).

Nesse sentido, é plausível afirmar que muitos membros da elite tivessem medo dos excessos cometidos pelo povo quando da brincadeira nas ruas, uma vez que antes do Carnaval Veneziano, não havia a festa em espaços fechados tal qual se pode identificar no tríduo. Os literatos da Modernidade e os folcloristas descrevem a forma como esses foliões demonstravam suas alegrias através de práticas consideradas, muitas vezes, violentas e de mau gosto. O cenário então escolhido para que estes eventos ocorressem eram as praças e ruas. Entre os mais característicos exemplos de escritores e artistas conhecidos, podemos citar Rabelais e Rotterdam (1979), tendo em Shakespeare, Kant, Montaigne e Goya outros exemplos bastante significativos que ampliam o recorte sobre as características observadas das festas em diferentes partes da Europa.

No Carnaval de Chumbo, podemos encontrar referentes desse medo na brincadeira do mela-mela presente no Corso, especialmente à noite. A licenciosidade apresentada pelos foliões mais animados confundia-se com mau gosto a partir dos exageros em usar produtos considerados pelas autoridades sanitárias como nocivos e perigosos, a saber: água sanitária, soda cáustica, batom, talco, maisena, pó de arroz, entre outros que eram objetos de representação da inventividade e da alegria desmedida para quem as utilizava. Em contrapartida, muitas pessoas, caracteristicamente da elite, optavam por afastarem-se das ruas por conta dessa jocosidade que não levava em conta o livre arbítrio em participar ou não desse exercício<sup>8</sup>.

Pode-se compreender, então, que a aproximação inicial entre elite e povo no Carnaval foi se alterando especialmente pela forma como a brincadeira se processava. A separação entre ricos e pobres no Carnaval já era vista e comentada por Ladurie (2002) apresentando fundamentações bastante próprias de um ambiente citadino<sup>9</sup> seccionado por fatores econômicos, políticos e culturais. Esta segregação dizia respeito principalmente ao nível de letramento presente entre os dois segmentos sociais, o que influenciava na escolha de temas, referências e símbolos das festas. Essa transferência pode ser observada da mesma forma em nosso recorte, quando da escolha dos temas que decoravam os principais focos da folia no espaço urbano e a divergente decoração apresentada nos ambiente fechados dos clubes, em consonância com os conceitos do público que frequentaria estas prévias, estando dissociado dos enredos escolhidos para a brincadeira nas ruas.

---

<sup>8</sup> Uma melhor exemplificação desse contato promovido a partir da brincadeira do mela-mela está presente no capítulo 4, durante as descrições dos carnavais de 1968 a 1975.

<sup>9</sup> O referido autor, assim como Burke (2010), frisa que é importante lembrarmos que as cidades neste período enfocado por suas obras (século XVI) não apresentavam uma expansão dos centros urbanos de forma significativa, limitando-se mais a concentrações espaciais do que propriamente aglomerados como os da era pré e pós-industrial.

A respeito das ruas e praças, Bakhtin (1999, p. 162-163) referencia-os como ambientes de possibilidades que “suprimiam todas as barreiras hierárquicas que separam os indivíduos” e se estabelecia “um contato familiar real”. Este era, ainda, um espaço onde a linguagem, os gestos, as vestimentas e todo um arsenal de elementos ligados à cultura popular tinham seu lugar de enunciação, encontrando franqueza e livre expressão ante os entraves de regras, interditos e hierarquias. Complementar a esta leitura está a percepção da conservação dos elementos na duração, considerando a diversidade de expressões de cada sociedade associadas à festa:

Mas isso não é tudo, ou não é só isso. A história não se repete indefinidamente. As sociedades, com séculos de intervalos, assinalam mesmo sem rupturas, por intermédio das várias expressões que lhes são próprias, a sua originalidade poderosa. A festa não se dissocia nunca de um contexto social que a segrega, lhe impõe os seus impulsos e as suas máscaras (HEERS, 1987, p. 26).

E onde o poder desta originalidade se apresentaria? Nos cortejos, nas fantasias, nas jocosidades e na música presente durante a festa. Esta força que emana da cultura é proporcional ao espaço procurado pelo Estado em seus ditos para escrever a contrapartida da instituição de uma ditadura do riso, onde as tristezas e as dificuldades são colocadas em separado e a lei do folguedo é se divertir sem preocupações e limitações, compreendendo atitudes que estejam acima da ordem institucional compreendida para cada momento histórico. No caso da Ditadura Militar, esta originalidade ganhou maior importância por representar o sentimento de brincantes que buscavam espaços durante o decorrer dos meses do ano, mas somente no Carnaval encontravam certo espaço para proferir seus discursos, mesmo que estes, ainda, estivessem sofrendo intervenção de ações como as Portarias Municipais das autoridades ligadas à Segurança Pública. É importante, neste sentido, não esquecer que os Dias Gordos traziam consigo a impressão de caso de polícia desde o século XIX no Recife.

Igualmente, podemos perceber que a formalidade se encontra com a festa e promove uma releitura da realidade a partir da reinterpretação e de uma ordem que se institui, mesmo que temporariamente, como um instrumento necessário à diversão e à originalidade das coisas do povo que não podem ser representadas fora dos dias celebrativos. O espaço da rua é, então, o lugar onde se observa uma gama ampliada destes signos pela diversidade de brincantes e foliões presentes com suas tradições. Seria, antes de uma inversão da hierarquia, a instituição de uma lei da diversão capaz de ampliar os sentimentos que nutrem o momento da farsa de profunda significação. Assim: “[...] A las manifestaciones formalistas del Carnaval clásico

han de añadirse las que suponen un margen de libertad individual, muy comunes en los suburbios e arrabaldes en los últimos tiempos de la fiesta” (BAROJA, 2006, p. 103).

Também no Recife, em nosso período, as praças e ruas eram pontos de encontros, risos, bebedeira e práticas que lembravam a entrudança (como o mela-mela) de uma forma muito significativa. Era possível ouvir palavrões, gritos, correrias desenfreadas, atitudes que normalmente seriam atribuídas a pessoas em estado de loucura plena, fazendo com que alguns espectadores da festa vissem aquele momento como de profunda subversão, falta de respeito e ignorância. Este quadro situacional não se limitava ao subúrbio – no coração citadino, havia vários espaços que congregavam veredas culturais e ampliava o horizonte diversional, apresentando ao espectador uma festividade marcada pela alegria, originalidade, criatividade, improvisação e disposição durante três, quatro dias. Para tal, o significado a ser compreendido pode ser o mesmo: a sensação de liberdade e reinvenção do cotidiano deturpado pelo extremismo da Ditadura.

Este comportamento do folião é passível de compreensão de acordo com a ideia sobre como os artifícios da folia são simplificados pelas estruturas e práticas sociais. Em um passado distante (século XVI/XVII), até mesmo as festas cristãs, imbricadas de valores da cultura popular - mas tendo estes um tanto quanto afastados em razão das determinações dos Sínodos - acabavam por esquecer momentaneamente seu próprio sentido de sagrado, suas origens e sua razão de ser (HEERS, 1987, p. 52). Os divertimentos, então, seriam entendidos como valores livres de instintos, ambições dos outros e triunfos de uma autêntica inversão daqueles a partir de uma organização da consciência coletiva.

Assim, a festa de Momo é entendida como “o sonho sem juízo, o paraíso tosco” e um objeto de paródia e críticas morais ou sociais (HEERS, 1987, p. 117). Com efeito, correm em paralelas duas correntes de ideias que norteiam essa discussão: a da negação ou inversão da hierarquia, por um lado; e a sátira de costumes, maneiras ou categorias, de outro (HEERS, 1987). Neste sonho, jogo real, os jogadores estão todos dispostos em um tabuleiro onde o movimento das peças determina a forma como a tradição não inibe o desenvolvimento de um estilo individual, uma vez que a cultura não é homogênea (BURKE, 2010).

Tal compreensão nos permite destacar que era mais fácil observar a participação nobre em uma festa como o Carnaval do que em um sistema de crenças. Também não seria incomum ver padres, cônegos e clérigos a cantar e dançar alegremente nas Festas de Loucos, usando máscaras e participando diretamente do evento (BURKE, 2010). Este encontro de tradições, no entanto, não pode ser entendido como unidirecional: ao passo em que a nobreza participava da tradição popular, o inverso não pode ser tido como fundamentação de suas

práticas de lazer. Deste modo, “[...] Para a elite, mas apenas, para ela, as duas tradições tinham funções psicológicas diferentes: a grande tradição era séria, a pequena tradição era diversão” (BURKE, 2010, p. 56)<sup>10</sup>.

Neste ponto, voltando os olhares novamente para o Recife no período de 1968 a 1975, a distinção apresentada entre elite e povo era tão evidente quanto o que se delineou nas festas do Medieval e da Modernidade. Essa distinção, de origem econômica, mas com reflexos nos campos social e cultural é vista pela observação de Bourdieu (2008) quando este cita que a indagação sobre os pormenores dos problemas relacionados à vida cotidiana são os mesmos para homens, mulheres e todos aqueles que significam o espaço social, colocando-os em uma separação meramente de gênero do que propriamente antropológica.

Isso pode ser compreendido também pelo movimento de separação promovido ante as diversões pela dinâmica sociopolítica presente na transição da sociedade pré-industrial para a industrial, o que também alterou os rumos da participação na festa. A segunda metade do século XX observou um movimento dos sentidos capaz de demonstrar os contrastes econômicos da sociedade se transferindo para o brinquedo, mas nunca esquecendo que este proporciona sempre, pela sua simbologia e fidelidade de aspectos presos a uma tradição arraigada, oportunidades privilegiadas a quem dele se apropria, mesmo que temporariamente.

Foi então que a rua e o clube observaram diferenças que iam além do espaço de organização: enquanto havia um conjunto de elementos como fantasias, canções, tipos populares e formas de risos e diversões mais livres no espaço público, o lugar fechado apresentava algo mais artístico, longe de um realismo verdadeiramente amplo e profundo. Seria o contraste entre uma realidade aparente e outra realmente dotada de sentido e orientação que se fragmentava pelo discurso da brincadeira violenta, encontrando-se nas autoridades e nas críticas feitas pelos jornais como problemas que deveriam ser coibidos a qualquer custo. Chegou-se até mesmo a pensar na extinção temporária da festa<sup>11</sup>.

Outra vez, mesmo com as mudanças que podem (e surgiram) através da dinâmica histórica, o Carnaval conservou importantes elementos que cabem aqui serem destacados como fundamentais para dotar a festa de aspectos essenciais à sua prática. Não se trata de se estender em miudezas sobre como se deu a folia no passado ou focar, neste momento, a

<sup>10</sup> O conceito de grande tradição visto no autor se refere às formas pelas quais a nobreza procurava seu espaço de diversão ante as possibilidades disponíveis para a época, transitando nos dois campos da cultura. Entendemos que este trânsito livre pelos elementos populares tinha a intenção de ver, comparar e estabelecer pontos de separação das festas apresentadas em espaços fechados, distanciando cada vez mais os dois mundos. Já para pequena tradição, o autor defende a caracterização de pontos que tornavam o Carnaval uma festa curiosa em ser contemplada e por isso, escrita e comparada para que, posteriormente, fosse alvo de críticas e ridicularização por parte da elite.

<sup>11</sup> Esta discussão será realizada mais a frente, no tópico 2.2.2.

maneira como ela se processa em nosso recorte<sup>12</sup>, mas antes é a reflexão necessária sobre a noção de que o aspecto livre e popular, mesmo afastado e visto como nocivo, de mau gosto pelos padrões rígidos da Ditadura e dos bons costumes, controlaram a dinâmica do tempo e permaneceram presentes de maneira marcante, a ponto de ser, como diria Bakhtin (1999, p. 191), “o símbolo e a encarnação da verdadeira festa popular e pública, totalmente independente da Igreja e do Estado”.

Podemos então perceber que este Carnaval de Chumbo não perde a característica de ser uma folia, assim como em tempos remotos, de participação. A doação apresentada pelos foliões e brincantes às festas pode ser percebida de forma bastante contundente a partir da invenção das fantasias, nas máscaras (que mesmo proibidas após determinado horário da noite)<sup>13</sup> ainda traziam consigo a finalidade do mistério e da farsa presente no brinquedo, assim como os risos e as músicas, incitando uma liberdade que até a época do folguedo se mostrava como sitiada e então ganhava espaço para apresentar uma maior permanência de privilégios e da espontaneidade do corpo social envolvido. Mesmo nos clubes a animação era alta, chegando a apresentar fugas de características de uma festa estritamente elitista em alguns casos, promovendo encontros entre práticas capazes de escandalizar as pessoas cidadinas, sublinhando deste modo os atributos bastante diversos destes Dias Gordos.

Ao mesmo passo, esses clubes mostravam, tal como os antigos bailes carnavalescos da Modernidade, que o popular estava bastante presente e um distanciamento entre as origens não era evidente. Desde o uso de acessórios até a organização e caracterização do ambiente, as festas fechadas, por mais que fossem privadas e dotadas de certas formalidades, ainda apresentavam uma apropriação e uma transformação criativa dos elementos populares os quais se ajustou. Nesse sentido, dizer que no Recife não acontecia esta aproximação, durante o recorte em tela, seria ignorar uma abordagem comparativa que, mesmo conservando as variações locais da festividade, considera a permanência elementos essenciais às práticas do brinquedo.

Deste modo, é preciso perceber que o grande feito histórico e social que supõe o Carnaval como uma festa que se impõe por uma ordem própria está imbricado pela visão de que os velhos rituais firmaram-se não de um modo rígido, fixo – passaram por ajustamentos de acordo com seus variados atores e se transpuseram de um modo geral, “um tanto quanto

---

<sup>12</sup> Tal debate se faz presente no capítulo 4.

<sup>13</sup> Portaria Municipal nº70/68, alínea j) → fica proibido o uso de máscaras, na via pública, depois das vinte (20) horas, salvo se com a devida permissão. Esta proibição vigorou até 1975, sendo observadas nas portarias referentes ao recorte temporal que compreende o intervalo dos Anos de Chumbo, acrescidas de outros dispositivos normatizadores.

homogêneo, para o Ocidente cristão” (BAROJA, 2006, p. 161). Sendo “uma experiência concreta da vida não hierárquica contra as categorias fixas da cultura oficial” (DAVIS, 1990, p. 92), a farsa de Momo apresentou um delineamento ao longo da duração que aproxima a sociedade brincante do modelo ideal de ambiente de vivência, onde a regra maior se encontra na diversão, na subversão da autoridade, na percepção de um mundo imaginário que se realiza durante alguns dias e coloca a sensação de conforto presente. Entretanto, ao mesmo passo, revela um conjunto de relações de força que acabam por situar o papel real dos envolvidos na festa de modo que esta apresente características como civismo e submissão, mesmo em um ambiente onde a lei é a diversão.

Nesse sentido, sagrado e profano marcam a sensibilidade carnavalesca de forma muito profunda, estabelecendo a primeira de muitas relações de poder que estarão presentes nas festividades carnavalescas ao longo da temporalidade histórica. Ao nos depararmos com o período de Chumbo e o Carnaval recifense, estas diferenças nos mostram que a identificação dos foliões e brincantes com preceitos que estão presentes na tradição e muita vezes vão de encontro aos elementos que partem dos membros ligados à ordem, colocando a festa em uma situação onde os ritos de caçada apresentam o que a sociedade interpreta de seu tempo e o que deseja para si a partir de uma brincadeira que mistura ofensividade, licenciosidade e sensualidade extremas, ante um sistema legislativo rigoroso e determinante de ações rígidas.

Este conflito de ideias não se limitará a discursos promissores ou ameaças infundadas. Os choques relacionais entre brincantes, foliões e autoridades ficarão tão evidentes quanto foram outrora em Romans, Nuremberg, Madri e outros centros da Europa em recortes tardios. O desafio entre o popular, o social e o político ficam cada vez mais evidentes e encontrar os espaços de manifestação da Cultura se torna um desafio a ser superado pela alegria, pelo riso e pela reinvenção do cotidiano a partir da prática burlesca. Especialmente em relação aos populares, brincantes da rua, tidos como concentradores de maus gostos e hábitos subversivos, os acontecimentos que se seguirão nas próximas páginas mostram que,

A conquista de espaços públicos pelas camadas populares durante as festividades momescas, e o reconhecimento social deste fato, por parte das elites e das autoridades públicas, foi um processo extremamente árduo e completo, e que refletia as mudanças havidas na realidade social e na correlação de forças entre os grupos urbanos (ARAÚJO, 1996, p. 405).

Tal conquista se processava através das notícias lidas nas primeiras páginas dos periódicos da semana carnavalesca entre 1968 e 1975. Retrato do progresso e, ao mesmo passo, resistência da cultura ante as mudanças instituídas pelo crescimento presente no

modelo de governo da Ditadura Militar, os personagens do Carnaval de Chumbo moldaram seus lugares e estabeleceram as próprias regras do seu jogo. Mais do que fazer do espaço citadino um instante de existência física, havia a construção de uma essência balizadora das estratégias sócio-políticas e econômicas a partir da festa (CERTEAU, 2008). Tal situação nos coloca em posição de observar quais as instâncias que nortearam a construção dos ambientes ideológico, cultural e repressor, bem como a tessitura de relações entre estes.

## 2.2 “EU QUERO É BOTAR MEU BLOCO NA RUA (...)”

A licenciosidade e a liberdade serão duas vertentes bastante discutidas e presentes durante o Carnaval de Chumbo. Ademais, o que se pode observar é que existiu uma meticulosa trama por parte das autoridades que ia de encontro aos conceitos desenvolvidos especialmente pelos foliões das ruas, para afirmar o discurso do Estado Ditatorial acima de qualquer gosto pessoal ou coletivo. Mesmo que a festa representasse uma empolgante euforia, uma conjuração do livre-arbítrio, um respeito à tradição, era preciso evidenciar de alguma maneira que os tempos eram pesados e sob a capa da diversão, repousava o forte olhar do poder militar.

Ao desenvolver este tópico, buscamos contemplar de que maneiras, ao longo dos domínios de Clio, a brincadeira carnavalesca foi diferentemente reprimida, estabelecendo um cotejo entre a atuação dos poderes cerceativos, tentando perceber as práticas e ações em torno de como se faziam presentes àqueles nas festividades, fosse no espaço público ou nos ambientes fechados; e as repostas que emanavam diretamente das ações dos envolvidos na sinfonia momesca, respeitando igualmente os modos de ser e manifestar de seus valores. Complementarmente, tentaremos verificar a questão dos tempos de Ditadura Militar em seu período mais rígido para com os ideais de República e o sentido que possui o Carnaval nesse contexto, observando que existem pontos que promovem uma intransitividade entre estas três premissas.

### 2.2.1 Arqueologia da repressão às festas carnavalescas

Reprimir as festas é, em uma tentativa mais ampla de análise, um processo um tanto quanto perigoso e delicado. Perceber a convergência entre ideais políticos e culturais, envolvendo práticas interessadas e desinteressadas, requer um esforço de análise que implica encontrar o sentido de ambas as formas de pensamento, separando-as e abrangendo suas particularidades de modo que seus signos possam evidenciar o contorno como se fazem presentes na organização do real.

Nesta direção, entendemos que é pertinente voltar os olhares mais uma vez ao passado, sobretudo ao período em que o Carnaval era reprimido por conflitos políticos, sociais e econômicos. Em fins da Idade Média, durante o processo de transição para a Modernidade e estendendo-se até meados da era pré-industrial, os populares eram vistos nos dias carnavalescos como aqueles que desejavam romper o curso da hierarquia instituída (embora este não fosse o real sentido da festa, como discutido no tópico anterior) através de farsas e burlas que ridicularizassem as principais instituições sociais da época. Esta diretiva apontava para um olhar mais rígido por parte de autoridades locais e nacionais em torno da permissividade dada a estes atores para a realização dos seus festejos.

Antes de promover um impedimento a estas celebrações coletivas, os poderes constituídos aguardavam o momento mais oportuno para delinear suas ações sobre aqueles que estivessem se divertindo na brincadeira de forma deliberada, sem que estes pudessem perceber a presença de ações contrárias às suas práticas culturais – surgem, pois, as máscaras enquanto símbolos também de poder e não somente de diversão. Poderes que partem dos excluídos e, ao mesmo tempo, que são usados pela burguesia e pela nobreza para aniquilar a subversão. Algumas outras práticas eram vistas igualmente como desrespeitosas, violentas e perigosas como o banho de água, os ovos recheados de perfume, as frutas jogadas em tom de batalha, entre outros exemplos. Heers (1987, p. 223) nos dá uma ideia de quem são esses mascarados na Alemanha, no final do século XV: “O mascarado do Carnaval de Nuremberga, em 1480, sem dúvida não sonha com os mitos ancestrais do folclore germânico: vive o seu tempo, a sua sociedade, a sua religião”.

Essa conjuração entre tempo, sociedade e religião se alongou pela duração de formas diferentes, mas determinou o espaço da cultura diante do espaço político enquanto afirmação de um caráter identitário que não poderia ser alterado pela simples imposição de regras legislativas. Nesse sentido, as máscaras não foram os únicos símbolos capazes de demonstrar esse poder transformador da realidade: simbologias como camisetas, brinquedos de plástico ou

qualquer outro material como bonecos de tecido, fantasias e músicas são exemplos que enriquecem esse conjunto de coisas do fazer humano nas festas. A este respeito, vale a conformidade com o fato de que a festa usa a própria cultura como uma máscara, fazendo com que esta entre em risco, enquanto que os sujeitos dela constituintes estão equilibrados dentro de um sistema de valores e hábitos (DUVIGNAUD, 1983).

Complementa tal visão àquela apresentada por Ladurie (2002) sobre outros mascarados, distantes dos primeiros em algumas práticas devido ao entorno geográfico (viveram em Romans, França) e o recorte temporal (1579-1580), mas próximos em relação aos seus modos de fazer a festa:

Para além do Carnaval de Romans do século XVI ao século XIX, os jovens delfineses, por gerações sucessivas, saíram no Carnaval, em danças e em mascaradas, para penetrar nas casas e ali coletar das pessoas instaladas, dos casados e outros chefes de família, ovos, salsichas e presentes de comida e de dinheiro (LADURIE, 2002, p. 193)<sup>14</sup>.

Independentemente do espaço geográfico no qual manifestaram suas ações, o que pudemos perceber é que o espírito farsesco presente nesses brincantes/foliões do passado revela um olhar voltado à fabricação de um universo místico, calcado na ideia de costumes como armas, argumentos frente ao tempo que precisava de modificação a partir da brincadeira. Neste caso, afrontar os padrões legais se torna ao mesmo passo a afirmação de formas de pensamento, símbolos e atitudes que são parte dessa parcela explorada da população, perseguida em suas práticas pelas rígidas leis do período.

A respeito destas, Baroja (2006) cita que muitas destas técnicas provocavam discussões sérias e por vezes até mesmo mortes, sendo as proibições adotadas mais para as formas do brincar do que para as palavras ditas pelos foliões durante essas farsas burlescas. Eis então a importância de se agir energeticamente para conter os excessos dos foliões mais exaltados, por vezes bastante eufóricos, de modo a conscientizá-los (pela força) que o Carnaval era um momento transitório e nele já deveria haver a conscientização do esquecimento das violências, preparando-se para a Quaresma (BAROJA, 2006).

---

<sup>14</sup> É importante chamarmos a atenção para as condições sociais que envolviam os participantes do Carnaval durante fins do Medieval e o decorrer da Modernidade na Europa, tanto em seu entorno setentrional como meridional: havia uma complexa luta por espaços culturais entre a nobreza e a burguesia, excluindo deste processo o campesinato, visto então como grotesco e dotado de práticas bizarras, bárbaras em relação à evolução dos tempos. Desta forma, manifestar uma significação para a brincadeira estava relacionado ao nível social e cultural a que se pertencia, deixando transparecer na festa aspectos que identificassem a posição na qual a sociedade deveria se orientar para encontrar um verdadeiro sentido de ser. Esta discussão está bem presente em Bakhtin (1999), Burke (2010), Davis (1990) e Ladurie (2002).

Esse ímpeto empregado contra as ações dos mascarados, foliões e brincantes do passado da Modernidade revela uma direção em determinar, a partir da festa, àqueles que têm características de vilões e aqueles que precisam assumir os papéis de vingadores das boas práticas e costumes da ordem. Os símbolos usados, códigos sociais empregados no sentido de situar o lugar e como agiriam esses repressores do Carnaval tanto de Romans como de Nuremberga, conjuravam dois sentidos em suas ações: a atribuição e conseqüente expulsão dos males em pessoas de bem que aproveitavam a licenciosidade da festa e, ao mesmo tempo, a morte daqueles costumes burlescos por meio da eliminação dos envolvidos na ordem farsesca.

Voltando os olhares para o Recife do Período de Chumbo, o Carnaval revela que a arqueologia da repressão se delineava desde meados de 1966 – em vigor, as portarias disciplinadoras do Carnaval não se apresentavam enquanto novidades para a festa, uma vez que o tríduo havia sido tratado como caso de polícia desde o Estado Novo Vargasista (ALMEIDA, 2001), mas ampliavam seu raio de atuação mediante conceitos desenvolvidos de acordo com o projeto pensado para a Segurança Nacional. O importante era coibir os excessos e deixar o ambiente citadino, público ou privado, na mais perfeita ordem. Neste caso, a ação da repressão não pretende modificar o sentido do social, ou seja, impedir que a brincadeira se realizasse: suas ações estão direcionadas, antes, para a forma como os atores sociais brincam, deixando claro que eles estão sendo vigiados constantemente e devem se autocensurar em busca da concretização do objetivo em se ter um ambiente tranquilo ao folgado.

Pensamos que esta censura branca é um conceito bastante danoso empregado ao Carnaval. Reprimir as formas da folia é uma maneira de estabelecer limites que não são inventados ou pautados pela tradição, transferindo para a festa feições que não pertencem ao seu universo fundamental. Nesse sentido, alguns aspectos vão sendo enterrados aos poucos, como a liberdade de ação dos modos de se expressar, os risos, a bebida, os trajes e fantasias usados, entre outros em nome de um discurso moralizador que se diz defensor e eliminador dos problemas e injustiças presentes no mundo momesco.

Observando as entrelinhas que aproxima passado e presente da folia aqui analisado, Peter Burke nos lembra que a visão dos brincantes em relação ao que observavam e, por isso agiam de modo subversivo contra as imposições e dificuldades impostas pelo Estado era, para além de aspectos puramente folclóricos e míticos, uma defesa: “É como se as pessoas acreditassem que o sistema não podia se transformar, mudando apenas as posições relativas das pessoas dentro dele, o que se mostra da maneira mais espetacular na imagem popular do ‘mundo de cabeça para baixo’” (BURKE, 2010, p. 241).

Destarte, Recife observou que essa repressão era reinventada nos anos aqui em questão, assim como suas práticas foliãs, em prol de uma maior dinamização do raio de atuação das formas autoritárias para estabelecer um olhar cerceador sobre a festa. Ao mesmo passo a manifestação festiva abriu, ao longo da duração, caminho para que as criações do imaginário se colocassem como verdades aos espaços nos quais buscava afirmar seu discurso (BALANDIER, 1999). A representação da força retira, então, do passado os meios para sua expressão; uma linguagem mais livre que busca mostrar como os poderes de Estado podem funcionar como perfeitos corretivos a qualquer tipo de ordem instituída pela sociedade.

Essa contra imagem produzida tende, aos poucos, a ser uma verdade desmascarada. E será determinada desta maneira exatamente pela forma como os foliões respondem às atitudes cerceadoras das forças policiaescas, como: destruições de latas de talco, prisões de burlescos embriagados, proibições a usos de trajes de banho, afastamento de crianças dos focos de brincadeiras e responsabilização dos pais por suas atitudes, impedimento da mascarada após determinadas horas, entre outras ações.



**Foto 1** - Policiais reprimem a brincadeira do “mela-mela” na Avenida Guararapes.

**Fonte:** Jornal do Commercio, Segundo Caderno, p. 11, 29 de fevereiro de 1968. Acervo APEJE, Recife/PE.

Pode-se perceber que essa atitude dos policiais estava em conformidade com os ideais vistos como inoportunos pelo Estado de Exceção diante da festa. Agredir os foliões que se amontoavam atrás dos cordões de isolamento e buscavam seus espaços de diversão através da brincadeira, representava a instituição do poder cerceador como legítimo defensor da coerção às atitudes da brincadeira de rua. Deste modo, do mesmo jeito que a farsa do mela-mela representava uma reinvenção do cotidiano, a repressão policial era a confirmação e a

legitimação dogmática de uma ordem construída a partir da redistribuição do espaço, promovendo uma verdadeira batalha titânica entre duas forças que buscavam uma maneira de reutilizar os sistemas disponíveis. Enquanto os foliões ansiavam por driblar os termos dos contratos sociais (CERTEAU, 2008), os policiais esquadrihavam a potência do discurso do controle e da disciplina.

Em se observando o comportamento da Imprensa presentes no Jornal do Commercio de 04 de fevereiro de 1970, pode-se ter a noção de que a festa em sua autoridade começava no Corso, o desfile de carros onde se manifestava o mela-mela. Alegria, risos, pouca roupa e jovens eufóricos por diversão tomavam conta das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto em busca de praticar o Passo ainda nos ensaios gerais da Semana Pré-Carnavalesca. Momento de apresentar suas armas, àquele era uma representação da identidade de parte dos foliões que estavam nas ruas durante as décadas de 1960 e 1970 buscando seus espaços, ao mesmo tempo ignorando o que era ou não permitido.

Nesta mesma via de compreensão, era por meio da presença policial no Corso que o discurso da autoridade policial fundamentava-se na transposição das relações internas entre Estado e os indivíduos envolvidos no brinqueado de Momo. Assim como prender, torturar e matar era permitido no sentido de defender a integridade da Segurança Nacional ratificados até mesmo por princípios constantes no Direito Internacional Público (FON, 1979), a intervenção da mão armada sobre o folião estava amparada por um conjunto de determinações legais (Portarias Municipais) que, em nome da ordem, representavam o modo como o poder do Estado de Exceção se legitimaria diante daqueles que cometessem excessos na festa.

É compreensível que as associações voltadas a uma esfera social e política mais ampliada neste período pelos militares passava também por uma transferência de valores para o elemento cultural – o autoritarismo ganhava o campo das festas populares e dilatava a forma como a Ditadura estava presente em nome do seu conceito de seguridade. Nem mesmo a ideia constante nos manuais da ESG em se preservar os valores alcançados e realizar os objetivos colimados serviram como motivo para diminuir os olhares intimidadores também sobre a cultura (BRASIL. Escola Superior de Guerra, 1976).

Se o Corso inaugurava a Semana Pré-Carnavalesca com excessos e libertinagem, as autoridades poderiam (re)estrear, da mesma maneira, seus preceitos **em busca** de orientar o folião. Esta orientação, no entanto, não se definia como necessariamente repressora, podendo assumir o caráter informativo muitas vezes. Contudo, é plausível afirmar, mediante observações em imagens do Corso e entrevistas feitas com foliões que estiveram presentes no

evento, que não havia muito diálogo entre policiais e aqueles que estavam buscando a festa de Momo como escapamento e inversão da ordem instituída<sup>15</sup>.

Antes de representar meramente um instrumento educativo de ação policial, a intervenção no Corso era a representação de categorias do Estado Marcial acima dos direitos individuais dos foliões. Assim como cometeu excessos nos julgamentos feitos para com os civis na caçada de inimigos potencialmente ativos, os militares transferiram tal característica para outros âmbitos. Em última instância, seria reconhecer que o princípio da necessidade, constante no Manual da Escola Superior de Guerra, se fazia presente de outro modo no folguedo:

O princípio da necessidade justifica as medidas excepcionais, de caráter repressivo ou preventivo (obviamente diversas das comuns providências acauteladoras da ordem), adotadas pelos governantes na defesa do Estado ou da Nação quando se positivam ameaças, tentativas de subversão ou subversões baseadas em antagonismos ou pressões de origem interna, externa ou externo-interna. Tais medidas transpõem as regras que tutelam, em época normal, os direitos antes de tudo individuais, assegurados habitualmente pelos textos constitucionais e também pela Declaração Universal dos Direitos do Homem ou pelas leis ordinárias específicas (FON, 1979, p. 30).

No teatro do poder, Recife era um dos tantos palcos Brasil afora que poderia ilustrar bem a caracterização da imagem simbólica que marca o discurso do autoritarismo sobre a festa. Encarando a sociedade como um inimigo perpétuo que precisava ser observado de perto em suas práticas, os representantes da Ditadura reconheciam que essa autoridade passasse por uma afirmação reconhecida pelo reprimido. Mesmo que fosse por um pequeno deslize, uma careta ou uma fala mais ríspida, estas já eram formas de apresentar uma visão carregada de intolerância para com aquelas ações.

Por ser o Carnaval um dos ciclos culturais mais expressivos dentro do estado, o ambiente que este encontra se confronta com a expansão das ideias ditatoriais em tempos onde o questionamento era visto como uma afronta à responsabilidade que todo cidadão tinha perante o projeto de construção de seu entorno social: a sociedade, sem exceções, era responsável pela manutenção dos padrões de conduta e do caminhar tranquilo do cotidiano, dirimindo seus problemas.

---

<sup>15</sup> Dois dos entrevistados, o Doutor Marcus Andrada e o Professor Emerson afirmam que os foliões se apropriavam do Corso enquanto momento de maior catarse no Carnaval durante esses anos. Espaço de liberdades irrestritas, a festa começava com o “mela-mela” ainda na frente do Bar Savoy, local de maior concentração da juventude que, em jipes, caminhões ou na própria avenida, iniciavam a farsa; e terminava nas praias de Olinda e Boa Viagem, com banhos coletivos de mar. A Polícia Militar, ostensiva, prendia diversos foliões considerados “subversivos” por usarem produtos inapropriados como graxa, ácido e soda cáustica.

Soares (apud FUNARI, 2008, p. 9) nos lembra de que “a condução do processo de resgate da memória e verdade de períodos ditatoriais segue caminhos diferentes a depender de cada povo e não há uma fórmula única para se lidar com o legado da violência e de segredo das ditaduras”. Nesse sentido, lembrar a forma como a violência autoritária se fez presente nas festas de Carnaval nos leva a fazer uma importante reflexão: esta não era explícita como em relação aos atos políticos ou manifestações culturais de outras ordens como o Cinema, a Imprensa, o Movimento Gay ou a Música – a violência carnavalesca era embalada por uma sinfonia que dava uma falsa impressão de liberdade para o folião de modo que este passasse a empregar normalmente suas práticas, sendo apenas advertindo quando estas tivessem características de ferir o livre arbítrio, prejudicar o trabalho das forças policiais e representassem farsas burlescas de extremo mau gosto.

Seria tal qual se parece seguir uma cartilha pré-determinada pelo poder. Deste modo, a mão opressora cairia sobre a brincadeira, forçando limites e demarcando fronteiras, instituindo ferramentas que ansiaram por silenciar a Cultura em nome do discurso político que se transferia para a festa. Neste momento em que esta premissa ficasse cada vez mais evidente, concordando com Heers (1987, p. 228): “A festa, qualquer que ela seja, reflecte e testemunha também, preocupações, intenções políticas, relações de força: [...] Começando por ser um simples jogo, derivou forçosamente para uma lição de civismo e submissão”.

Neste constante jogo das relações de força, as páginas do Carnaval de Chumbo registraram no Jornal do Commercio do dia 21 de fevereiro de 1968 uma ação vinda do Deputado Newton Carneiro. Enviada à Assembleia Legislativa, a mesma propunha a proibição da festa durante dez anos. Alegava o referido parlamentar que o brinquedo usava o dinheiro público para abrilhantar sua brutalidade em detrimento do investimento deste capital para a comunidade em outras benesses, além do folguedo ser o único do Brasil a se utilizar de produtos tóxicos como elementos da brincadeira de rua, o que havia levado muitos foliões aos hospitais em sérias condições físicas, muitos com seus campos de visão comprometidos (DEPUTADO..., 1968).

Na mesma matéria, médicos e sanitaristas também alertavam para o perigo em não haver uma ação mais enérgica do policiamento em relação à permissividade expressada pelos foliões (DEPUTADO..., 1968). Nos seus ditos, podemos perceber não uma inclinação de consonância com a coibição da festa, mas uma preocupação com o Estado de saúde de seus pacientes, pois as emergências já apresentavam certa quantidade de pessoas atendidas em virtude das mesmas causas (produtos tóxicos misturados ao talco arremessados nos olhos).

Estas passagens encontram referência em Burke (2010), quando o mesmo cita que frequentemente alguns membros das classes mais altas sugeriam que determinadas festas deveriam ser abolidas ou então que a cultura popular sofresse uma grande reforma de modo abrangente e modificasse danças tradicionais folclóricas, trajes e outras alegorias relativas aos festejos tradicionais.

Ademais, foi uma característica comum do autoritarismo neste evento durante 1968 e 1975 as proibições a usos de produtos como talcos, soda cáustica, lança-perfume, batom, maisena e qualquer substância que pudesse ser considerada nociva ao folião. A pouca roupa também era coibida por ser um atentado aos bons costumes. Nos clubes, esta prática não foi tão incisiva quanto nas ruas, uma vez que o padrão seguido pela brincadeira em espaço fechado requeria outro código de conduta (e outro tipo de folião), onde não cabia a deliberação de ações como se apresentava no espaço público. Entendemos que, assim, as razões para haverem certos autoritarismos frente ao Carnaval foram mais uma questão de reivindicação de setores sociais atônitos com a forma pela qual a folia encontrava suas expressões, sua caracterização do que exclusivamente pelo ideário dos Anos de Chumbo. No entanto, é importante destacar que o ideal de Segurança norteava toda e qualquer ação policiaesca e, ao mínimo sinal de desvirtuamento daquela, os homens da lei deveriam agir sem comedimento.

Seguindo este raciocínio, é possível compreender que mesmo com todo o índice proibitivo determinado pelo autoritarismo, seria possível observar as práticas foliãs se repetindo ano após ano durante o período aqui analisado. Mesmo com seu sentido transformado e distorcido, a festa não se intimidava e ressaltava aspectos que estavam acima do imperioso sistema – a participação e a observação de como os foliões receberam a contramão de seu discurso da ordem mostra que, mesmo não estando salvos da Ditadura nos dias de Carnaval, estes ainda poderiam lançar mão de muitas formas libertinas de brincar.

Dessa forma, a ação da polícia deveria ser feita de modo que toda uma arqueologia da repressão tivesse apenas uma direção: derrotar a ideia de subversão contida no Carnaval, assim, automaticamente, empreendendo uma luta contra o inimigo presente. Todavia, a subversão carnavalesca não se manifestava como apenas uma afronta à dureza do regime, embora também estivesse em algum sentido imbuída deste sentimento – mas a resposta que este recebia por parte da repressão significava que interpretações particulares do Estado começavam a se sobrepujar às verdades contidas na essência da festa, empreendendo uma contínua luta, uma instintiva relação de forças que acabaria por transformar o Carnaval de Chumbo, ainda que não explicitamente, em um campo de confronto de conceitos contrários.

### 2.2.2 Carnaval, Militarismo e República: verdades intransitivas?

Carnaval, desengano  
 deixei a dor em casa me esperando  
 e brinquei, e pulei, e cantei  
 vestido de rei,  
 quarta-feira sempre desce o pano (HOLANDA, 1965).

O Homem, não sendo visceralmente convicto de seus papéis no mundo e, por conseguinte, desejando outros, substitutivos, complementares ou objetivos observou que seu trajeto desenhado pelo Carnaval encontrou significados diferentes em cada período da História onde se apresentou. Reservando-se, primeiramente, a rituais que encontravam em mitos seu horizonte de sentido, seus signos mais particulares, a festa foi adequando-se a seus atores e superando problemas. Porém, analisá-la no âmbito do Militarismo e da República refletem visões diferentes de acordo com a dinâmica da duração.

Entender como a República, especialmente a conhecida como Marcial (1964-1985) pôde enxergar a festividade carnavalesca com certa naturalidade nos remete a dois pontos chave: o primeiro diz respeito ao uso da brincadeira enquanto instrumento de dominação ideológica por parte do Estado Militar; a segunda estaria ligada ao fato da manutenção de elementos de caráter republicano (como a liberdade) a partir dos Dias Gordos, sem que estes pudessem promover enfrentamentos com os preceitos contidos nos Manuais de Segurança da Escola Superior de Guerra (ESG). Estas duas visões, quando comparadas ao ideal, às essências do Carnaval, serão colocadas como intransitividades.

Desde que a República foi proclamada no Brasil, mudanças aconteceram em todos os setores que norteiam a vida em sociedade, mantendo-se, igualmente, outra gama de elementos, sobretudo culturais. Nesta discussão, o que era visto como de bom grado ou de péssimo hábito estava ligado aos atos de uma pessoa que prezasse pelos bons costumes, pelo comportamento civilizado, o que, na instância da sinfonia carnavalesca, se traduzia também. Nesse sentido: “A dicotomia entre os dois mundos do carnaval – o da rua e o dos clubes – expressa o preconceito latente entre os ‘homens de bem’” (ALMEIDA, 2001, p. 150).

Em relação a estes homens de bem, a primeira metade do período republicano foi taxativa e determinante na construção de valores que seriam transferidos, enquanto sinônimos de verdades organizadoras da sociedade, para o Período Marcial. Havia, assim, uma intensa

preocupação em como o Estado deveria desenvolver ações para coibir, evitar e controlar as práticas vindas do povo em nome da construção de uma verdade autoritária<sup>16</sup>.

Nessa direção, imaginar que os militares aceitariam de bom grado toda e qualquer ação vinda dos foliões em épocas de festa não significava a representação da intolerância observada outrora quanto à participação de classes nas festas, vistas como “indesejáveis presenças físicas” (SOIHET, 2008, p. 60). Separar os foliões foi, em outros tempos, uma forma de segmentar os espaços que não era observada durante os Anos de Chumbo, uma vez que não havia àquelas restrições<sup>17</sup> feitas em relação ao início da República e ao Período de Vargas: as classes eram conclamadas a brincar na rua, nos clubes e apresentar seus temas e evoluções, desde que nenhum destes ferisse a imagem do Estado Militar ou representasse formas de expressão de subversão da ordem instituída.

Acentuadamente, estas marcas sociais que diferenciavam o Carnaval de rua daquele do clube nos Anos de Chumbo apresenta algumas razões de ordem econômico-financeiras, bastante marcantes em um país que se apresentava em franco crescimento a ponto de ninguém segurá-lo. O Jornal do Commercio de 04 de fevereiro de 1969 ilustra bem esta situação ao determinar como essenciais para a diferenciação das brincadeiras - sendo a de rua asfixiada por tais problemas - os seguintes pontos:

- 1) A inexistência de bens móveis ou patrimoniais das agremiações carnavalescas, inclusive da própria mentora oficial, que lhes proporcionassem arrecadação de recursos financeiros;
- 2) A baixa renda *per capita* dos integrantes destes conjuntos, cada vez mais agravada pela alta do custo das utilidades;
- 3) A preocupação com família, sobretudo da educação da prole face à ocorrência, hoje, de oportunidades inexistentes para os das gerações passadas, aliada ao interesse pelo bem estar que, na medida do possível, desejam usufruir;
- 4) O corte da contribuição financeira, dispensada do comércio e da indústria e, também, de particulares, com o advento da oficialização, ajuda que não era lá grande coisa, mas que de qualquer modo, servia para pequenas despesas;
- 5) A escassez de músicos e, conseqüentemente, o elevado aumento de preço das tocatas carnavalescas, agravada com a concorrência oferecida pelos clubes sociais, que apresentam melhores ofertas e mais conforto;
- 6) A adoção de fantasias baseada em enredo, exigindo conjunto e não prescindindo de figurinistas, cortadores, costureiros etc., duplicando, dessarte, as despesas da confecção;

<sup>16</sup> O termo em destaque é empregado por Almeida (2001) para definir as formas de discursos presentes na construção de uma ideologia repressiva às práticas sociais, sobretudo populares, durante o período Vargasista no Recife.

<sup>17</sup> Soihet (2008, p. 70) nos mostra que a mistura de classes no Carnaval era uma realidade que por mais indesejável que se apresentasse na primeira metade do período republicano justificava o empenho desenvolvido pelo Estado em conscientizar o cidadão sobre qual era o seu lugar, o que nesse sentido, porém, se tornara ineficaz pela festa representar uma guerra social.

- 7) A falta de estímulo por parte do poder público, inclusive de ajuda financeira condizente com as possibilidades do Erário e com as necessidades de cada uma das agremiações, uma vez que se exige dos cordões carnavalescos não só a apresentação prévia de um Plano de Aplicação mas, sobretudo, a Prestação de Contas após os festejos de Momo (FATORES..., 1969b, p. 11).

A situação descrita nos permite tentar imaginar que o país se encontrava em crescimento, mas este não se refletia em aspectos positivos no período de Carnaval dos estados, especialmente no Recife, onde o ciclo recebia atenção especial do público brincante. Era colocar a festa no acaso, o que fica presente na descrição do item 7, pois o desestímulo das autoridades para com o reinado de Momo devia-se a uma escala de importância econômica estabelecida pelos planos diretores de governo da época, que colocavam em cheque investimentos principalmente no setor cultural, deixando-o a cargo dos próprios fabricantes da cultura, ou seja, seus inventores, divulgadores e facilitadores.

O Estado Marcial passava, então, de âncora da promoção de facilidades para os festejos a subjugador das causas que se diziam elementares para uma prática mais diversificada e colorida, digna da constituição momesca. Assim, o poder republicano ditatorial buscava diminuir sua atuação financeira e social na festa, limitando-se ao enquadramento cultural político, apresentando ao Carnaval facetas que diferiam do propósito da diversão plural e circularidade cultural. Certeau (2008) nos situa nesse contexto mostrando que existe uma multiplicidade de táticas que permitem uma maior articulação do poder em torno dos “detalhes” das práticas cotidianas em seus modos de fazer. Mais importante do que tais métodos, todavia, seria a forma como a sociedade se reinventaria de modo a não se reduzir a estes.

Mesmo que ainda estando na contramão deste discurso e construindo uma realidade ancorada em certa circularidade cultural, o Carnaval deveria atender aos preceitos republicanos de liberdade de expressão, caracterização, associação e pensamento. No entanto, a busca pela disciplina da festa apresentava uma forma do folião e do brincante reconhecerem que seu lugar social seria garantido não pelo que a Constituição afirmava, mas sim pela necessidade enxergada pelo Estado para seu cotidiano – e essa visão se referia, principalmente, a suas práticas culturais.

A respeito da forma como tais expressões foram envolvidas pela Ideologia Marcial, pode ser observada uma determinação essencial para a Ditadura - o uso do convencimento de grupos, instituições e indivíduos de que suas ações eram, antes de controles sociais, formas de organizarem perfeitamente os gestos, sentimentos e emoções que envolviam a Cultura. Em uma melhor compreensão, significava entender que:

A estratégia psicossocial formulada pela Escola Superior de Guerra e incorporada pelos governos militares como um de seus fundamentos partia da perspectiva de que o povo não sabia e não entendia quais eram, sequer, os traços fundamentais de sua cultura. Os condutores da ditadura estariam, assim, incubidos de retirá-los do limbo e transformá-los em elementos essenciais de legitimação do regime em vigor. Somente a partir daí torna-se possível compreender, inclusive, o seu sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia (REZENDE, 2001, p. 191).

Buscava-se, então, a compreensão de que “o ideário de democracia do regime operava uma espécie de encontro entre as condições objetivas e subjetivas” (REZENDE, 2001, p. 190). A República Marcial, dessa forma, não admitiria que a lei da festa carnavalesca se sobrepusesse à lei militar, estando em consonância com esta quando bem achasse necessário – toda a sociedade, em seus pormenores, deveria integrar a causa da construção de um ambiente cotidiano onde as ações de civis e militares deveriam buscar uma adesão de ideias para a construção de valores sólidos dos componentes da sociedade brasileira.

Neste ritmo, a cadência do frevo, do maracatu e dos demais ritmos comuns ao Carnaval de Recife no período descrito seguia a mesma rota desenvolvida ainda durante os anos de 1930: sofriam tentativas de normatização por parte da Secretaria de Segurança Pública e da Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE). A liberdade de expressão, a constituição do jogo de cores, a rítmica própria das musicalidades frevísticas e as diferentes acepções presentes nos trajes usados passavam, antes do imaginário mítico e folclórico próprio dos brincantes e foliões, pela aprovação ou não da legislação apresentada para capacitar o desenvolvimento de uma festa ideal.

Pensar, então, o Carnaval de Chumbo na perspectiva de uma estratégia psicossocial revelou-se uma continuidade de preceitos observados antes mesmo do período republicano, empregados no Recife ainda durante o século XIX. Sobre tais cláusulas, a forma pela qual o povo brincante entendia que deveria estar mais comedido em relação a como participar da folia, especialmente aqueles de classes consideradas mais humildes e excluídas revelava que: “A linguagem autoritária da força, do castigo e da violência policial era, segundo acreditavam, a única assimilável pelos grupos e segmentos sociais dominados e a única capaz de produzir efeito desejado: a eliminação de certos costumes populares da via pública das cidades” (ARAÚJO, 1996, p. 164).

Contudo, a mesma autora ressalta que “na prática, o controle e a repressão absolutos mostraram-se inviáveis e, politicamente, não recomendados: uma extrema radicalização poderia levar a choques e revoltas ainda mais intensos” (ARAÚJO, 1996, p. 165). Esta preocupação transferiu-se ao longo dos tempos até a chegada ao Carnaval de Chumbo justificando-se, exatamente, a diminuição dos problemas sociais pela criação de uma

consciência social onde os membros da Ditadura esperavam que foliões e brincantes soubessem os limites de suas ações, preservando o colorido dos divertimentos e observando uma falsa impunidade, uma vez que os olhos do Estado eram sentinelas sem descanso.

Deste modo, é pertinente concordar novamente com Rita de Cássia quanto ao sentido do entretenimento para a preservação do ideal da festa enquanto circularidade cultural e resistência aos regulamentos impostos pelo poder autoritário:

[...] a manutenção dos folguedos nas ruas revelava o quanto ele estava vivo e forte nos costumes e na forma como a população concebia o Carnaval e seus entretenimentos; e, fundamentalmente, expressava o quanto a cultura popular era capaz de impor resistência à proposta de mudança elitista e autoritária idealizada pelas classes dominantes (ARAÚJO, 1996, p. 166).

Reservando-se as particularidades dos tempos históricos, os folguedos como maracatus, ursos, blocos líricos, caboclinhos seguiam determinações pré-fixadas já desde a década de 1930-1940 pela FECAPE, com algumas alterações<sup>18</sup>. Apenas as escolas de samba apresentavam formas pautadas pelo chamado Tema Nacional, presente desde o Governo Dutra nos desfiles carnavalescos destas agremiações (LIMA, 2001). Diferentemente de outros ritmos pertencentes ao Carnaval, as escolas de samba foram doutrinadas pelas esferas de poder desde o Estado Novo de Vargas no sentido de se tornarem representações de histórias, contadoras dos grandes feitos nacionais, destacando a forma sobre como poderiam expressar a grandeza do Brasil em relação à sua diversidade cultural e como se formou uma nação, um povo rico e variado em diferentes cantos, guardando particularidades que exprimem o pluralismo da festa, além de destacar o papel do Estado como promotor principal dessa melhoria de vida.

---

<sup>18</sup> Federação Carnavalesca de Pernambuco. Era a representação criada para ser um elo entre as agremiações participantes do Carnaval do estado com o Governo e as Prefeituras, tratando de questões primárias aos brincantes como o pagamento de verbas e o reconhecimento de normas para os desfiles nas ruas. Para um estudo mais detalhado sobre tal instituição, ver Vidal (2010a).



**Foto 2** - Desfile da Escola Estudantes de São José em homenagem ao Estado Ditatorial.  
**Fonte:** Jornal do Commercio, 17 de fevereiro de 1972. Acervo APEJE, Recife/PE.

O exemplo observado no desfile da Escola Estudantes de São José, acima da intenção em revelar a beleza do folguedo carnavalesco, acabava por pressupor o conhecimento, as crenças e ideologias que ratificavam o poder da época de modo a disseminar a ideia de que sua reprodução era mais benéfica do que maléfica, mesmo que esta não fosse a intenção real da maioria de seus integrantes ao realizar o desfile.

No entanto, mesmo tentando penetrar na estrutura das festividades carnavalescas, a República Marcial, amparada e justificada pela indústria cultural, não tiveram força para derrubar a tradição dos folguedos, que por sua vez demonstraram que suas celebrações possuem um conjunto próprio de regras que ultrapassam “os limites das datas e regras de controle do Estado” (LIMA, 2001, p. 73). Portanto, a significação do Carnaval em relação aos Anos de Chumbo a respeito de sua ideia de Revolução Republicana Democrática reflete a impossibilidade de domínio absoluto ou controle desmedido das manifestações populares sustentadas pelo folclore mítico da tradição.

Neste ínterim, o que se apresenta enquanto intransitivo? Diferente do que havia nos tempos de Agamenon Magalhães, quando este havia editado um folhetim para instruir a população sobre as mudanças e a forma como o Carnaval estaria sendo organizado pelas autoridades condescendentes (SANTOS, 2010), o Estado Marcial apenas baixava Portarias Municipais, estabelecia os pontos inflexíveis de ação das forças policiais e esperava a cooperação da população para a tranquilidade e o sucesso de mais um Carnaval. No entanto, este comportamento não era seguido pelos foliões e brincantes como uma doutrina, uma cartilha tal qual fizeram os jovens chineses após a Revolução Cultural de Mao Tsé Tung –

reinava o improviso, o escracho e o deboche como armas de resistência cultural, intransitivas, contrárias ao código de conduta pré-fabricado pelos homens de poder.

Essa intransitividade pode ser entendida de acordo com as palavras de Certeau (2008) a respeito de como aqueles considerados mais fracos pelo poder conseguem retirar das raras oportunidades momentos onde superam suas adversidades e utilizam práticas cotidianas como falar, ler, circular e outras como táticas contra uma dominação ideológica. No Carnaval de Chumbo, essa evidenciação pode ser vista a partir da lei empregada pelo folião, especialmente nas ruas: com dinheiro ou sem dinheiro, com sangue, suor ou cerveja, a brincadeira aconteceria. Ainda de acordo com o mesmo autor, seria reconhecer que “a linguagem produzida por uma categoria social dispõe do poder de estender suas conquistas às vastas regiões do seu meio ambiente” (CERTEAU, 2008, p. 95).

Uma passagem presente no Jornal do Commercio de 10 de fevereiro de 1969 ilustra bem o momento em que República, Militarismo e Carnaval se refletiam no folião e no povo pernambucano:

[...] A quarta-feira de cinzas invade agressivamente os lares e escritórios do Brasil: a pequena burguesia liberta abstratamente por três dias, volta ao seu mundo sufocante, de ódios recalçados e imposturas morais.  
E no costumeiro ciclo da vida nacional, incapaz de se libertar do onirismo, os brasileiros, logo após a quarta-feira, já começam a sonhar com outro carnaval (MENEZES..., 1969, p. 8).

Essa libertação encontrada no Carnaval não estava restrita a nenhuma faixa etária. A classificação de momento da liberdade, no entanto, encontrava maiores referentes na população jovem do Recife, engajada em outros movimentos de vanguarda no meio universitário que empreendiam uma circulação de ideias da negação do poder repressor da Ditadura de forma veemente. À medida que vão se tornando adultos, os jovens eram tomados por concepções que ultrapassavam sua simples permanência enquanto seres do mundo – ansiavam, antes, por se aproximar da Loucura (especialmente a Loucura Carnavalesca) adentrando no universo da sabedoria, possibilitando-os de experimentar o doce sabor da vivacidade sem simplicidade ou complacência característicos da inocência de uma criança.



**Figura 2** - Representações da Liberdade e Licenciosidade da folia nos Anos de Chumbo.  
**Fonte:** Diário de Pernambuco, Primeiro Caderno, p.12, 8 de fevereiro de 1975.

Ao som de Chuva, Suor e Cerveja<sup>19</sup> ou quaisquer outros sucessos da época, a juventude demonstrava que apenas a diversão estava sendo representante legal do folião, seria a garantia de algo de fato inerente aos preceitos republicanos como o ato de extravasar a alegria sem moderações, de expor a beleza dos corpos, de beber em demasia, sair frevando pelas ruas e reunir-se com os amigos de estudo ou infância, vizinhos, familiares, entre tantas outras pessoas que viam no Carnaval do Recife a oportunidade brincar com dinheiro ou sem dinheiro, apenas entendendo que o sentido daqueles dias era o de aproveitar ao máximo, se entregar de corpo e alma ao calor da festa e não se preocupar com o retorno à realidade dura e excludente implantada pelo AI-5.

Seria entender que, na concepção republicana marcial e carnavalesca, o jovem era mais propenso a ser baluarte deste processo de escapamento, de motivação para que os espíritos mais velhos seguissem esta interpretação da realidade e a liberdade fosse tão presente na vida e no coração dos recifenses como uma marchinha de Carnaval ou um amor nascido da folia e não facilmente esquecido. Essa constante epidemia, contudo, não deveria limitar-se aos Dias de Momo, estendendo-se para os demais dias do ano: eis o desafio desta juventude.

Ademais, o discurso empregado pela Ditadura no Estado de Exceção era o da coerção aos excessos. Este poder do saber, estratégia de conquistar para si um lugar próprio (CERTEAU, 2008), era uma prerrogativa que não seria esquecida pelos militares por mais que a folia tivesse que ser preservada em seus elementos culturais. Da mesma forma, havia o discurso dos que estavam diretamente envolvidos na constituição do brinquedo, que também procuravam seus poderes de saberes, estabelecendo um jogo de estratégias capazes de articular a produção de características culturais que colocassem os foliões em um grau de

<sup>19</sup> “Chuva, Suor e Cerveja” é um dos sucessos cantados e compostos por Caetano Veloso, presente no disco “O Carnaval de Caetano”, do selo Philips. Foi composta ainda em 1971 durante seu exílio em Londres, mas apenas se tornou sucesso em 1972.

astúcia ante as limitações que lhes fossem impostas pelo poder autoritário. Estava composta, nesse sentido, uma latente intransitividade.

Deste embate, uma importante reflexão aparece no contexto: até que ponto o riso carnavalesco pode ser considerado subversivo? Existe alguma definição estrita de ordem e desordem para os eventos ocorridos no Carnaval? De que maneira esses discursos ganham força e como se fizeram presentes na esfera da festa? São perguntas a serem discutidas a seguir.

### 2.3 ORDEM E DESORDEM NO CARNAVAL DE CHUMBO: subversão ou riso?

Crianças correm nas ruas com bisnagas de água molhando quem vem pela frente; palhaços, morcegos, piratas, enfermeiras e médicos saem às ruas para mostrar o largo de seus sorrisos e o colorido de suas vestes; carros passam em cortejo espalhando o alto som da falta de escapamento, combinados com gritos e palavrões impronunciáveis; homens se vestem de mulheres, usando sombra e batom, tomando muita cerveja e usando talco para brincar; e como não falar do biquíni e da tanga, sucessos dos carnavais nas belas silhuetas da juventude feminina pernambucana? Estas cenas tão corriqueiras com o passar dos anos do Carnaval de Chumbo foram associadas às palavras ordem e desordem, onde estas últimas servem como ponto de discussão para definir o que é permitido ou não nos Dias Gordos segundo as autoridades castelistas.

Os conceitos ora apresentados são, por muitas vezes, ambíguos e ambivalentes. Em relação ao Carnaval, estas duas considerações dizem respeito a maneira como o folião e o brincante se comportaram e enfrentaram a dureza da legislação e tentativa de controle de sua festa por parte do Estado Marcial, bem como se apropriaram da tradição para reelaborar seu cotidiano através da diversão desmedida e da êxtase dos sentimentos contidos durante o intervalo entre um Carnaval passado e o atual vivido.

Como frisado anteriormente, o papel das autoridades era impedir os excessos e garantir um ambiente familiar para a brincadeira carnavalesca, tanto no espaço público como clubes. Entretanto, a separação destes dois universos era, primeiramente, obra de mudanças econômicas que afetaram o ambiente cultural durante os anos 1960 e 1970 de modo que enquanto as festas de clube apresentavam certa ordem por contarem com pessoas melhores situadas na vida (em termos econômicos) e mais acomodados, a rua era a representação da licenciosidade descabida, dos maus gostos e lugar da brincadeira afugentadora. Numa segunda via, tal segregação era feita de acordo com a distinção dos costumes: o bom folião

sabe se portar, usar os modos e brinca no clube, ao lado de famílias e personalidades do cenário local; enquanto que o mal está solto nas ruas, dando trabalho ao policiamento, cometendo atrocidades e colocando vidas em perigo devido à sua falta de limites.

Nesse sentido, a ambivalência apresentada por estes conceitos passava pelo entendimento do ambiente no qual se caracteriza a ordem, em especial a do eu humano com o mundo no qual este vive. Essa interconexão entre os dois é complementada pela ideia que a comunidade, enquanto elemento de ordem foi a primeira criação humana. Em contrapartida à ordem, existe o caos, que caracterizado pela negatividade, é todo o contrário ao que àquela se propõe a ser. Contra essa negatividade, a ordem se coloca como solução, entretanto é importante reconhecermos que uma não existe sem a outra: enquanto condição *sine qua non*, a primeira é estabelecida pela segunda e vice-versa (BAUMAN, 1999).

Um caso típico pode ser observado na manifestação de ações carnavalescas em relação aos modos de agir diante de mudanças existentes no tempo, especialmente após a adoção do AI-5. Enquanto blocos raramente ensaiavam suas músicas ou se preocupavam com o teor de suas letras e temas, normalmente voltadas a mensagens saudosistas de carnavais passados e esquecidos, as troças tinham um sentido mais de escárnio e procuravam abordar – aberta ou sublinaramente - o teor sexual, a liberdade e o riso escrachado. Esta diferenciação apresentou nuances particulares em relação ao comportamento de foliões e brincantes, que em alguns casos pensavam juntos em subverter a ordem e apresentar o Carnaval tal qual eles imaginavam ser o ideal.

Deste modo, o caos (desordem) seria representado pela licenciosidade do suor, pelo riso, pelo excesso da cerveja, pelo uso dos trajes e do talco como ações subversivas que deveriam ser coibidas pelas forças policiais caso não houvesse determinada autocensura empregada pelos foliões. Ao mesmo passo, evitar o uso de vestes como tangas e biquínis se fazia necessário para que a ordem e a moral dos bons costumes e da família fossem preservadas. Assim, em relação especificamente do caso do Carnaval do Recife nos Anos de Chumbo, o Estado Marcial pretendia não iniciar uma ordem a partir do caos, como sugeriu Bauman (1999), mas evitar o caos a partir da ordem, determinando regras coercitivas e ações enérgicas sob a capa de orientações ao folião para evitar possíveis transtornos para si.

Os preceitos para se obter a ordem eram traçados, anualmente, no Plano de Ação da Polícia para os Festejos Carnavalescos e publicados nos principais jornais da cidade (Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio) para que o mesmo também pudesse ser percebido pela população que brincaria nas ruas e nos clubes. Entendemos que, desta forma, as forças

autoritárias traçariam os rumos do que seria permitido ou não na intenção de manter a ordem nos festejos. Segundo tal documento, a missão particular do policiamento seria:

- a) Cumprir as portarias do exmo. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública e do exmo. Sr. Dr. Juiz de Menores;
- b) Evitar que foliões usem líquidos e pós, em recinto aberto ou fechado, assim como na via pública, nos termos da portaria do exmo. Sr. Cel. Secretário da Segurança;
- c) Proibir que foliões, na via pública ou no interior de veículos, façam uso de bebidas alcóolicas;
- d) Evitar que populares não participantes dos festejos sejam molestados pela ação de foliões;
- e) Evitar que ocupantes de veículos, assim como os seus condutores, infringam o Código Nacional de Trânsito e as Diretrizes do Detran, não permitindo, inclusive, a permanência de passageiros em capuzes, para-lamas, para-choques ou qualquer parte externa, quando com os carros em movimento;
- f) Cooperar com o Btran no que for necessário, quando solicitado;
- g) Não permitir em sua área de ação, ou em seus setores, que veículos estacionem sobre as calçadas;
- h) Deter e apresentar à autoridade policial competente todo aquele que for flagrado cometendo excessos que infringam a lei e as recomendações expressas na Portaria da SSP, assim como as desta NS;
- i) Coibir a prática de atos atentatórios à moral e aos bons costumes;
- j) Não permitir que foliões em recinto fechado ou aberto, ou na via pública, usem trajes reconhecidamente contrários aos bons costumes;
- k) Evitar que foliões usem substâncias nocivas à saúde e à higiene;
- l) Observar se em seus setores ou em suas áreas há lançamento d'água pelas janelas dos edifícios. Em caso positivo, observar os andares e comunicar à Delegacia de Plantão;
- m) Em caso de prática de crime, deter o (os) acusado (os), arrolar testemunhas, encaminhar a vítima (se necessário) ao HR, solicitar uma guarnição da RP e apresentar o (os) acusado (os) e testemunhas à Delegacia de Plantão;
- n) O policiamento destacado para os clubes somente atuará nos salões ou em qualquer outra dependência quando solicitado pela Diretoria ou seus representantes; ficará isento desta condição quando a anormalidade se verificar extra-prédio, ou seja, acintosamente praticada na sua presença;
- o) O policiamento destacado para os bairros ou cidades do Grande Recife, além do cumprimento do que preceituam estas normas, cumprirá o determinado pela autoridade policial local;
- p) As viaturas do BRP terão a obrigação de cooperar com o Pol. Ost. a Pé, na condução de detidos para a Delegacia de Plantão ou no que for solicitado;
- q) Cooperar com o policiamento civil da SSP, quando solicitado;
- r) Atender com presteza as solicitações de quem quer que necessite de garantia ou segurança;
- s) Cooperar com as patrulhas da FFAA quando solicitado<sup>20</sup> (POLÍCIA..., 1975a, p. 12).

<sup>20</sup> Os referidos itens dizem respeito ao ano de 1975, escolhido por abarcar o fim do período em tela da pesquisa e constar, entre outras, das demais determinações adotadas (inclusive anteriormente a 1968 e, especialmente, após 1970, quando houve a reforma do Estatuto da Polícia Militar de Pernambuco (1972) pelo Governador Eraldo Gueiros Leite). Sobre os pontos em questão, estes podem ser lidos na íntegra ao lado de outras determinações como áreas de policiamento e quantitativo de homens e suas respectivas patentes na matéria: POLÍCIA divulga plano para o Carnaval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1975. Caderno 1, p. 12. Nota de Serviço da Polícia Militar de Pernambuco nº 002 para o Carnaval do referido ano.

Podemos, então, esboçar duas reflexões a partir dos pontos acima: os verbos utilizados como proibir, impedir, coibir, evitar complementam o cumprir em nome da ordem e da ideologia do Estado de Chumbo que, em 1975, já havia sacralizado as formas de silenciar a prática do brinquedo em algumas de suas expressões; no entanto, outra possibilidade seria a visão mais simplória de que estes policiais estariam apenas realizando um olhar mantenedor, garantindo o ambiente sem maiores convulsões sociais, se preocupando em como a tranquilidade os faria passarem despercebidos. Porém, é preciso atentar para o fato de que o Estado buscava, pelas entrelinhas, apresentar quais eram as condições para que as festividades momescas encontrassem seu grau de euforia perante os conceitos de permissividade pensados pela legislação da Secretaria de Segurança Pública.

O posicionamento tanto dos policiais como dos foliões era o de que a ordem deveria imperar na festa de Momo, fosse esta através da política castelista do Estado Autoritário ou através da ressurreição do Reinado da Alegria que era constituído nas ruas e nos clubes pelo folião através de suas formas de agir, seus modos de ser, sua própria ordem.

O projeto da ordem se faz diretamente na constituição das leis e na aplicação direta no *modus vivendi* da sociedade: mediante tal visão, esta, sozinha, não é capaz de produzir os instrumentos necessários à constituição e manutenção da ordem, uma vez que os valores intrínsecos a ela se manifestam com bastante facilidade, fazendo com que a ambivalência esteja presente em diversas esferas. Daí a entendermos que a ordem seria a forma de organização ideal de uma realidade dotada de juízo e autoridade que sabem coibir a ambivalência ditando (e impondo) as regras sobre o que deve ser e sobre como deve estar.

Neste fogo cruzado, outra maneira de entender esta desordem carnavalesca nos Anos de Chumbo em Recife é através da inversão sexual. Após os movimentos que colocaram em emergência os intérpretes que defendiam a diversidade, o reconhecimento da pluralidade sexual, a simples brincadeira da inversão de papéis homem-mulher, presente na festa desde os tempos da Roma Clássica, passou a ganhar novos contornos.

No discurso das origens desta prática, Davis (1990) nos apresenta que os conflitos nascidos dentro dos sistemas familiares, no trabalho e na vida pública serviram de esteio para que o riso da desordem e as brincadeiras paradoxais pudessem reforçar uma estrutura hierárquica. Assim, “o jogo das inversões espalhou-se para a vida cotidiana ‘séria’ e seus efeitos ali foram algumas vezes perturbadores e até inovadores” (DAVIS, 1990, p. 121). Entendemos, assim como a autora, que esta possibilidade gerada pela inversão pode oferecer novas formas de pensar e reagir ao sistema, sendo que, no caso específico do Carnaval, existe a particularidade do travestismo masculino, uma forma considerada desmascaramento dos

papéis sociais instituídos e, no caso dos militares, não aceito mediante um código de posturas direcionado pela máxima da virilidade masculina.

Essa atitude de colocar a mulher por cima mostra a revisão do tradicional, a capacidade de reestabelecer a hierarquia segundo válvula de escape, uma forma de corrigir e aliviar o sistema quando este se torna autoritário. Seria, neste sentido, uma inovação e não propriamente uma destruição do aparelho. Assumir certos papéis ou características do sexo oposto representa, no exemplo carnavalesco, que “o simbolismo sexual está presente para se fazer afirmações sobre a vida social e para expressar (ou esconder) suas contradições internas” (DAVIS, 1990, p. 109).

Não faltam exemplos no Carnaval de Chumbo que ilustram essa situação: desde as ruas até as agremiações, exemplos de inversão sexual presentes em homens fantasiados de mulher esdruxulamente ou travestis assumidos buscavam ocupar seus espaços na brincadeira, apresentando sentidos proximais e distais: enquanto que a paridade de objetivos estava voltada ao rompimento, à fuga da rigidez das regras e o impedimento do riso jocoso e subversivo, os distanciamentos diziam respeito à afirmação de uma cultura silenciada e vista como de mau gosto pelo padrão militar e elitista do período. O travestismo compreendia, antes de uma prática desafiadora da ordem no Carnaval, a busca por um lugar social de mais respeito e reconhecimento humanístico.

Fantasiar-se ancorado na licenciosidade e inversão sexual, no caso em questão, era uma transmutação, uma espécie de ritual mágico que seguia uma ordenação que não era a original. Essa transformação passava por um esforço de sentido na direção de ações próprias do cotidiano humano como o agir pragmático, o ser, o gerir, o saber, o propor e, acima destes, uma transfiguração do real. Nesse sentido, a combinação entre fantasia e postura carnavalesca revela uma constituição de anseios fundamentais.

Observando exemplares no Carnaval de 1969 no Recife, o Jornal do Commercio de 08 de fevereiro apresentou um discurso homofóbico e representativo do período ditatorial em relação às travestis que foram presos durante as festas. Dizia a matéria que o motivo para a intervenção policial aos brincantes/foliões foi o atentado ao pudor que cometeram. Seguiu a lista com os nomes e codinomes de algumas das mesmas: Dorgival Zellaquète, Edilson Marconi, Valdemar José da Silva, Nelson Alves Pereira (ou Neide), Severino Jacinto da Silva (ou Terezinha), Manoel Severino da Silva (Sílvia), José Maria de Santana (Renata), Paulo Roberto da Silva (Roberta), Edvaldo Gomes das Chagas (Corôa), Idalino Alves Guimarães (Cornélio), Luiz Severino da Silva (Miss Kéty), Antônio Ferreira dos Santos (Aleide) e Olímpio Francisco da Silva.

Estes teriam passado, ainda segundo a matéria supracitada, por vinte horas de detenção na Delegacia de Plantão e, após serem interrogados pela Divisão de Costumes, foram liberados. A reportagem não exibiu outros detalhes, contudo podemos tentar ambientar a situação para esses travestis: elas teriam sofrido com falas discriminatórias e foram expostas ao ridículo quando no distrito policial, o que representava uma agressão corriqueira a estes tipos sociais, identificados pelo redator do periódico como anormais.

Outro caso característico dessa prática homofóbica no Carnaval de Chumbo pode ser visto a partir da travesti Geralda. O riso dos policiais (respectivamente de capacete e boné, no canto direito da foto) apresenta exatamente a ridicularização por conta da prisão da mesma - o uso de trajes atentatórios à moral. A matéria cita, através de seu redator, que a travesti teria chorado copiosamente quando interrogada no distrito e, por clemência à mesma, as autoridades teriam deixado esta seguir em paz, não realizando a detenção. O que se pode perceber nesta atitude é a tentativa que o poder coercitivo tem de manipular a seu proveito e diretamente o processo de inversão, receando a segunda via pela qual circulava o poder na distribuição da força no tecido social – o povo; porém, este autoritarismo intimidante não apagou completamente estes expedientes, pois o embate entre ordem e desordem se fez de maneira constante através de uma conformidade passiva e uma liberdade transformadora.



**Foto 3** - As travestis como Geralda eram constantes alvos de ações ostensivas da PM.

**Fonte:** Diário da Manhã, 19 de fevereiro de 1969. Acervo APEJE, Recife/PE.

Tal modo de encarar a situação dos travestis e travestidos<sup>21</sup> encontra referentes na análise de Canclini (2006) sobre o Hibridismo Cultural. A reorganização dos cenários nos quais os atores promovem os cruzamentos identitários faz com que sejam observadas de outro modo as formas pelas quais as relações materiais e simbólicas entre os grupos presentes no brinqueado se autodeterminem. Isso implica dizer que, tanto as travestis como as virgens tinham o ideal de liberdade como estandarte, para que sua festa se apresentasse enquanto momento áureo da alegria, da criatividade e da inventividade própria do Carnaval ante o pulso firme da legislação regulatória das autoridades.

Não se pode esquecer, no entanto, que a vida moderna da década de 1970 transgredia a cada momento a ordem instituída pela mão do Estado. Dias (2003) afirma, mediante a citação de importantes depoimentos de pessoas que marcaram a Contracultura dos finais da década de 1960 e início de 1970, que por mais que os atores sociais não tenham modificado de fato o poder político constituído na época ou as relações de poder econômico, os engajados nessa nova concepção de mundo acreditam ter mudado o comportamento em grau de evolução. Nesse sentido, o conceito de ordem empregado às festas encontra lutas semânticas, perturbações e encenações de conflitos em relação à rigidez apresentada pelo autoritarismo, o que implica no confronto do popular pela sobrevivência da tradição (CANCLINI, 2006). Desfazer as ordens habituais e deixar que surgissem as rupturas e as justaposições foi, então, o sentido empregado pela subversão carnavalesca.

Este discurso visto pelo poder estatal durante o Carnaval como uma espécie de desordem se coloca como um manejo astucioso e elaborador dos passos intermediários que fazem o popular se deslocar em cena, ou em outras palavras, fazem os poderes se revezarem em cena. A este respeito, nos diz Balandier (1999, p. 87):

[...] Para lá destas fronteiras, situa-se o espaço das resistências, das rebeliões, e para lá disto as revoluções em transformação. Estas visam o estabelecimento duma outra ordem. Aquelas desafiam de maneira espetacular aquilo que existe – sendo o primeiro objetivo a provocação e a demonstração da vulnerabilidade dos poderes em vigor, da impotência relativa, dos poderosos. A desordem latente torna-se parte evidente pelos seus efeitos; é mostrada não por ser invertida, mas por ser conservada, desenvolvida e explorada.

---

<sup>21</sup> A distinção se faz em relação ao sentido do termo – enquanto que caracterizamos “travestis” como aqueles que assumiam posturas de fato homossexuais, comportando-se e vestindo-se como mulheres, os “travestidos” eram os foliões, a exemplo do Bloco “Virgens de Olinda”, que apenas se caracterizavam como mulheres para ilustrar a irreverência e o riso jocoso presentes na sinfonia de Momo.

As transformações sugeridas pela desordem em direção ao que prenuncia a fala da ordem atendem, antes, a uma recuperação permanente das funções culturais presentes na festa. Contribui, assim, para que haja uma exibição e disseminação destoante de uma cultura em vias de definição da dramaticidade, de uma caracterização da liberdade sobre a opressão, da ode à festança, da espontaneidade sobre a rotina, em suma, da canalização de forças ao estabelecimento de uma nova ordem que se vê desencadeada da regra para impor aos indivíduos seu reposicionamento em relação ao lugar no brinquedo.

As atitudes como a brincadeira do mela-mela, então, passavam por estes dois discursos anteriormente citados. Partindo da visão mais conservadora, o Estado de Exceção era mais taxativo quanto aos seus códigos: a ordem da festa não pode ser caracterizada pela barbárie das brincadeiras nem pela violência. Esta visão, no entanto, revelava uma ambiguidade – o autoritarismo usado pelas forças policiais sobre os foliões eram formas de reações brutais que se desagregavam da visão de poder institucional para se travestir de atos bestiais. A segunda visão, entretanto, apresentava o contorno como o burlesco se instituía enquanto expressão purificadora e defensora dos assassinatos simbólicos que por ventura pudessem aparecer pelas mãos da Ditadura.

A respeito desta farsa, o Diário da Manhã trouxe no dia 21 de janeiro de 1972 um destaque com a fala do Vereador Aristides Carneiro sobre seu projeto, o qual ratificava a intenção de acabar com a prática carnavalesca e a repressão policial aos praticantes do mela-mela. Segundo o parlamentar, o extermínio do entrudo garantiria a volta dos turistas e da família pernambucana ao Carnaval de Rua e os que atentassem contra tal ordem deveriam ser escolhidos para brincar o Reinado de Momo na Detenção, uma vez que tal prática apenas dava prejuízos à sociedade, pela agressividade com a qual era exercida e ao Estado, que usaria de seus dispositivos policiais para coibir tal atitude já anteriormente considerada proibida (CARNEIRO apud FIM..., 1972, p. 6).



**Foto 4** - A repressão ocorria principalmente no desfile do Corso, onde o Carnaval já ficava perigoso.

**Fonte:** Diário da Manhã, 26 de janeiro de 1970. Acervo APEJE, Recife/PE.

Dentro da mala de uma Rural, nas calçadas, garupas de Jipes ou nos para-choques um Fusca, com a bisnaga d'água nas mãos, a roupa suja de talco, o sorriso estampado no rosto e o risco de ser preso latente a entredança se caracterizava como um importante elemento de descumprimento da lei ordinária. A propagação das dimensões deste evento implicaria em uma avaria dos aparelhos de poder e da autoridade do Estado de Exceção. Da mesma forma, de resultado incerto,

Esses tempos são de efervescência; nada é fixado, o movimento introduz-se por todo o lado; invertendo os códigos e as convenções, a sexualidade quebra os seus entraves, a palavra liberta-se e instaura-se o reinado do palavreado, a violência ritualiza-se e a irreverência é a forma da agressão não-violenta. A imaginação, a criação espontânea preenchem dum excesso o vazio de poder (BALANDIER, 1999, p. 76).

No caso em questão, o burlesco da brincadeira do mela-mela mostra “uma sociedade fraterna e festiva por detrás da que regula estritamente a vida quotidiana e, através desta ilusão, contribui para aceitar esta última” (BALANDIER, 1999, p. 85). A intervenção desenfreada e o impedimento à farsa eram formas de evitar o erotismo, a devassidão e o subversivo na ótica do Estado Militar. Por outro lado, o ritual de instituição de uma ordem pela alegria do brinquedo apresentava a substituição temporária do tradicionalismo em nome

da identificação e do reconhecimento das posições variáveis assumidas pela Cultura em relação ao rigor das condutas marciais.

Enfim, a aceleração em torno do restabelecimento da ordem traz a desordem consigo, caracterizando ações falsas em seu objetivo. Cumprindo um papel que atendia às reivindicações das classes elitizadas que estavam deixando as ruas para brincar nos clubes, o Estado passou a tentar exercer o controle e, ao mesmo tempo, ter que tolerar os espaços onde os grupos populares passaram a desenvolver suas práticas independentes da iniciativa e vontade do sistema. Desse modo, O Carnaval de Chumbo mostrou que as culturas populares, “[...] não são um efeito passivo ou mecânico da reprodução controlada pelos dominadores; também se constituem retomando suas tradições e experiências próprias no conflito com os que exercem, mais que a dominação, a hegemonia” (CANCLINI, 2006, p. 273).

Em resumo, os múltiplos agentes se combinam em torno da reformulação da tradição: de um lado, o poder impõe seu conceito vertical e irrestrito; do outro, o acontecimento que se constrói com base na reminiscência e apontam para relações que se edificam muito longe da realidade. Domínios que nascem e se renovam, procuram seus lugares em torno da festa que subverte os valores, a natureza, o sexo e tantas outras vertentes. O fato é que os folguedos entre 1968 e 1975 revelam que as classes recifenses, civis e militares, à sua maneira, definiram as verdades que toleravam e impuseram os limites aceitáveis longe da estreita conformidade, uma vez que o que concede qualidade à liberdade é a mudança.

Enxergar, pois, na ótica do Estado Ditatorial o Carnaval como uma festa onde existe uma dosagem extra de atividades libertinas que levam à subversão da ordem, instalando a desordem, encontra referentes nas próprias ações do poder autoritário: segundo explica Oliven (1982), o aumento da violência ocorrido durante a Ditadura pós-1964 é reflexo do arrocho promovido pelo regime para que este pudesse alcançar seus objetivos. Dessa forma, é revelador que uma festa popular como o Carnaval se faça presente enquanto a instituição de uma ordem que, partindo da interpretação onde esta quebra os paradigmas do Estado e impõe suas próprias regras, obedece a uma diretiva que ultrapassa o simples conceito de sobrevivência por parte das classes submetidas contra sua vontade a tais cerceamentos.

No entanto, era mais cômodo ao regime admitir que não houvesse excessos que provocassem uma desordem em seus modos de tratar os foliões – o discurso empregado centrava-se na prerrogativa de que o problema da subversão, ou seja, do desafiar as normas instituídas sem pensar no bem estar que as formas de agir estariam proporcionando àqueles envolvidos na festa, não tinha correlação com a maneira como o processo de ação do policiamento era conduzido. A importância das forças policiais, nesse sentido, ia muito além

da compreensão de que estas eram meras sentinelas da ordem. Assim sendo, “[...] [as polícias militares] a partir de 1967, passaram a serem consideradas forças auxiliares, reservas do Exército, cabendo-lhes a manutenção da ordem pública e da segurança interna das unidades federadas, ficando subordinadas à Inspeção Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército” (OLIVEN, 1982, p. 22).

A polícia, então, encarava em nome da ordem, um inimigo com características que não podiam ser taxadas como elementos capazes de provocar uma guerra psicológica ou uma luta armada na sociedade: o riso ainda era livre e no Carnaval foi a melhor associação encontrada pelo folião na intenção de se reconhecer e ter seus direitos reconhecidos perante o processo da Ditadura Militar. Sua desordem, então, passava na verdade por um estado de insegurança diante das ações que pudessem ser justificadas pelo Estado de Exceção como necessárias para uma substituição do poder falso pelo verdadeiro, retomando o rumo da dureza da vida cotidiana (BALANDIER, 1999).

Nesse sentido, faz-se pertinente perguntar: onde estava a fronteira dos limites? Até que ponto esse dois estados de poder poderiam se instituir e caracterizar a vitória de ideologias como a alegria ou a dureza, a tristeza das forças repressivas pela censura branca? São aspectos a serem considerados nos próximos pontos, quando a análise, partindo da diferenciação entre folião e brincante, esteve centrada nos conceitos de Império da Tristeza e Reinado da Alegria.

### **2.3.1 Brincantes e foliões: diferenças etimológicas, semelhanças na brincadeira**

Ao perceber as formas carnavalescas, independente de recorte temporal, uma distinção logo parece bastante clara de ser feita – existe um limiar que separa aquele que está envolvido diretamente com a festividade enquanto meio de sobrevivência, espaço de constituição de valores, tomada de elementos e perpetuação da tradição daquele que participa do folguedo intensamente, mas não faz deste seu meio de vida, não observa a brincadeira como negócio ou precisa desta para caracterizar-se enquanto elemento social ativo. Neste âmbito, brincantes e foliões, apesar de estarem localizados no mesmo universo cultural, consideram diferenças que são bastante pertinentes.

A respeito de como os brincantes são caracterizados, José Lins do Rêgo já nos dava uma dimensão da importância que tinha o brincante enquanto organizador da festa desde os bastidores até mesmo quando a agremiação colocava os pés nas ruas em Moleque Ricardo:

[...] Não é de hoje que brinco carnaval, porque se a gente afrouxar, a canalha acaba na rua com o bloco. Eu já vi um clube se acabar na Rua do Hospício. O presidente foi mole e quando se viu, a canalha caiu em cima das moças que foi aquela desgraça. A bandeira saiu nas mãos dos outros no deboche. Depois disso, Chico Cação abandonou o carnaval e não se meteu mais a presidente (REGO apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991, p. 386).

Este olhar sobre as responsabilidades de Chico Cação não distavam mesmo que houvesse uma diferença de vinte, trinta anos entre o relato de José Lins do Rêgo e o período dos Anos de Chumbo: a vitalidade empregada pelo brincante enquanto organizador, incentivador, gestor das ações que levavam a agremiação para as ruas em dias de desfile e negociação das subvenções pagas pela Prefeitura para a realização da temática escolhida para aqueles anos tornavam a vida destes homens bastante particulares desde cedo.

Zene dos Anjos, presidente em exercício do Clube das Pás e brincante ativa que esteve nas ruas com a agremiação durante o Carnaval de Chumbo, nos revela por meio de suas memórias que a preparação dos brincantes começava muito cedo, ainda em janeiro com pequenos bailes nas sedes sociais<sup>22</sup>, quando se arrecadavam fundos para contribuir com as fantasias e alegorias do desfile. Todo o trabalho era realizado conjuntamente, contando com a colaboração da comunidade e mantendo uma identidade associada a pessoas como mecânicos, engraxates, sapateiros, médicos, vereadores, professores, entre outros (informação verbal)<sup>23</sup>.

O caso do Clube das Pás é um entre tantos, assim como do Lenhadores de São José, do Madeiras do Rosarinho, Gigante do Samba e Maracatu Elefante que apresentam a manutenção de elementos que identificam um determinado grupo com o contexto no qual se inserem. Durante os Anos de Chumbo, o trabalho dos brincantes era diferenciado porque seus temas deveriam estar de acordo com a conjuntura, uma vez que as subvenções pagas dependiam também dos temas, assim como dos cadastros das agremiações na FECAPE e na Delegacia de Costumes.

As dificuldades eram maiores do que propriamente os ganhos com o Carnaval. Este nos parece ser um fato bastante presente em diversos exemplos analisados no decorrer da pesquisa, no entanto, há de se ressaltar a presença de espírito dos brincantes como um dos subsídios necessários para dotar a festa de alegria, motivação e energia, superando as dificuldades e ampliando os horizontes da cultura.

---

<sup>22</sup> É importante frisar, aqui, que nem todas as agremiações dispunham de sedes sociais na transição da década de 1960 para 1970 devido à condição social que se encontravam, representando pessoas de baixa renda em bairros humildes da periferia do Recife. No caso em questão, o Clube das Pás, apesar de ter em suas raízes uma origem ligada a carvoeiros ainda no século passado, apresentava uma organização que a distava de outras concorrentes do carnaval durante o recorte em tela.

<sup>23</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 03 de julho de 2009.

Um segundo momento diz respeito à postura assumida pela maioria das agremiações brincantes no Carnaval de Chumbo: ainda segundo Dona Zene, o luxo era uma busca constante nas fantasias, mesmo com as dificuldades para montá-las. No entanto, a agremiação procurava manter um caráter apolítico, o que de certa forma conservava um distanciamento com as questões imediatas de envolvimento com o Estado Marcial, concentrando as atenções em montar a festa, ir para a rua e exibir o colorido das fantasias e a alegria própria daqueles que dedicaram um ano inteiro a montagem do trabalho (informação verbal)<sup>24</sup>.

Esse trabalho esmerado, exaustivo e prazeroso também podia ser observado em relação à montagem das fantasias dos foliões que gostavam de exibir sua alegria e seus coloridos nas ruas. O folião, em sua gênese, não tem obrigações reais em estar envolvido com os bastidores oficiais da festa – seu compromisso é com a diversão, é com o colorido e a invenção de formas de redesenhar a realidade que vive, de forma que se sinta em um estado mítico confortável o suficiente para se reconhecer enquanto parte essencial dos Dias Gordos.

Dessa maneira, o folião acaba por tomar conta de espaços diferentes e estabelece conexões inevitáveis com os brincantes, direcionando para si parte das responsabilidades pelo sucesso do Carnaval, entendendo principalmente que a construção daquele processo envolve, entre outras características, a formação de uma linguagem que rompe com o linear, funda o trágico, o épico e se utiliza de inversões que proporcionam um cruzamento ideal entre os eixos da contiguidade e da simultaneidade (PINHEIRO, 1995).

Visto tais fomentações, pois, observamos que não existem mais do que distâncias etimológicas entre os brincantes e foliões, uma vez que, mesmo em suas atribuições diferentes, desde a obrigação e prazer do primeiro ao livre uso da farsa como arma da diversão do segundo, a proximidade entre ambos referencia algo que já institui o carnaval como a travessia do avesso que embala os corpos numa loucura geral (PINHEIRO, 1995).

Entretanto, ao observar outro relato de brincantes, dessa vez de Dona Isabel Bezerra, presidente do Bloco da Saudade, percebe-se que, da mesma forma que não havia regra para se tornar um folião, assim ocorria com o brincante em determinadas ocasiões - para ser um deles, havia muito mais do que laços consanguíneos ou mesmo participação efetiva nos combates por subvenções junto à Comissão Organizadora do Carnaval (COC)/Comissão Promotora do Carnaval (CPC) e Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur) – contavam, nestas veredas, o sentimento envolvido para com a farsa. O brincante poderia confundir-se com um folião e dele emanar o sentimento em possuir sua própria agremiação como uma representação, uma

---

<sup>24</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 03 de julho de 2009.

alegoria que simbolizava sua devoção ao reinado de Momo, como se depreende no relato da brincante/foliã: É, brincar o carnaval [...] eu realmente conheci o carnaval em 1977 [...] de 1968 a 1975 eu não ia pro carnaval. Então em 1977 foi que eu comecei a brincar no Bloco da Saudade, num grupo de amigos que nos convidaram para participar. Então eu fui ver o que era o bloco e nos encantamos [...] até hoje (informação verbal)<sup>25</sup>.

O caso de Dona Isabel não é isolado, uma vez que nasce da observação, muitas vezes, um sentimento tão grandioso pelo carnaval que leva um simples folião a confundir-se com os brincantes, envolvidos por outras questões (até mesmo históricas) com a festa, guardados as devidas proporções de seus papéis, história e motivações que os fazem participar diretamente do processo carnavalesco. Entre estas diferenças, estava o caráter independente do Bloco da Saudade, que não recebia subvenções das autoridades ligadas ao Carnaval de Chumbo. A origem diferente do Bloco pode ser referenciada pela fala de Oliveira (apud AMORIM, 2008, p. 55):

A origem dos blocos se liga à rapaziada que gostava de fazer serenatas e vinha também às ruas, em dias de carnaval. Acabaram por organizar-se famílias inteiras, pais com suas filhas, maridos com suas esposas, namorados e namoradas, todos pertencentes à classe média, moradora em bairros burgueses, gente a quem não agradava o rojão do frevo, nem mistura com o povo.

Essa distância entre o Clube das Pás e o Bloco da Saudade, como exemplos das fronteiras que poderiam separar brincantes e foliões (e até mesmo brincantes deles próprios) em alguns aspectos e aproximá-los em outros, representa as diversas formas pelas quais a festa encontrava seu modo de acontecer. Mesmo considerando tais fundamentações, ambas as agremiações colocaram seus membros nas ruas e clubes e passaram a preocupar-se com um objetivo em comum: colorir o carnaval, respeitar a lei de Momo e motivar a diversão, o riso e o esquecimento de anos conturbados que envolveram muitos aspectos ligados a fatores políticos, enfatizando que as pessoas também deviam pensar em seus espíritos jocosos, em suas tantas maneiras de representar a identidade, a alegria e a tradição dos Dias Gordos.

No entanto, é pertinente concordar com Vila Nova (2007) quando este cita que o Carnaval produzido mediante a visão parca e incompleta de uma festa democraticamente integrante dos espaços ocupados por toda população ainda é bastante difundida. De fato, há um pouco dessa referência pelo olhar que se pode ser feito nesta aproximação e nessa distância que existe entre o brincante e o folião, onde no limiar de suas atuações no brinquedo

---

<sup>25</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 02 de julho de 2009.

se tem as problematizações referentes ao cotidiano social brasileiro. Em especial, a década de 1970 apresentou contrastes que são bastante destacados, estabelecendo as raias existentes no Carnaval pela presença dos cordões de isolamento e das arquibancadas que eram instaladas no meio das ruas, separando os personagens não meramente por uma questão organizacional, mas especialmente econômica, embora culturalmente estivessem estreitamente próximos.

Ortiz (apud VILA NOVA, 2007) nos dá outra compreensão possível acerca dessa situação existente no recorte em tela, apresentando o carnaval brasileiro como uma consequência da dominação processual capitalista que se desenvolvia no país à altura dos anos do chamado milagre brasileiro:

Em momento nenhum a ordem do cotidiano deixa de existir. Pode-se argumentar ainda que as inversões são segmentadas e estratificadas. Não é por acaso que se exagera a ritualização da inversão sexual, mas são reduzidas as inversões de caráter propriamente político. A própria divisão da folia em classes contribui para isso. [...] Contesta-se a posição do rei, mas nunca a autoridade real, os gestos não são revolucionários, mas simplesmente rebeldes (ORTIZ apud VILA NOVA, 2007, p. 34).

No momento em que observamos esta realidade se transparecendo no Carnaval de Chumbo do Recife, podemos ter um horizonte de compreensão a partir de matérias como se depreende no Diário da Manhã de 22 de janeiro de 1973, quando da organização do Carnaval Nelson Ferreira<sup>26</sup>: o presidente da Comissão Promotora do Carnaval (CPC), professor Alfredo de Oliveira, solicitava maior concentração do desfile do Corso nas ruas centrais da cidade, uma vez que por conta das brincadeiras desmedidas, pela descentralização dos carros no cortejo e pela separação econômica presente nesta farsa exclusivamente (presença de veículos automotivos como caracterização), o Carnaval do centro estava perdendo espaço para os pequenos eventos que aconteciam nas periferias, tendo as autoridades da festa uma maior preocupação em trazer as atenções para as principais artérias do coração da cidade.

Esta atitude nos permite perceber que o Carnaval de Chumbo deixava bem claros estes contrastes sociais comentados por Ortiz (1994) a partir do momento em que a maioria dos foliões se concentrava em eventos localizados nos bairros onde residiam por dois motivos: não teriam que brincar isolados por um cordão nem estariam sendo alvo de vigilância do policiamento ostensivo, podendo curtir o momento sem maiores preocupações e olhares das autoridades sobre suas fantasias, objetos e comportamentos. Normalmente, nos carnavais de periferia se localiza todo um conjunto de atitudes e valores que mantém o caráter de

---

<sup>26</sup> No quarto capítulo, ao realizar a descrição dos Carnavais pelos olhares da Imprensa, destacamos a iniciativa dos órgãos responsáveis pelo Carnaval em homenagear personalidades locais.

resistência apresentado pela cultura diante de modificações impostas pelos sistemas políticos e os personagens, fossem brincantes ou foliões, são os melhores exemplos dessa observação, a partir do instante que reúnem um conjunto simbólico de atitudes que se refletem enquanto constituintes de uma realidade idealizada. Bourdieu (2007b) oferece-nos esta compreensão, percebendo um poder simbólico que estabelece o paradigma onde:

A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na ‘vontade’ de um indivíduo ou grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as ‘vontades’ e nos qual se define e redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.” (BOURDIEU, 2007b, p. 81).

Assim, perceber as fronteiras entre brincantes e foliões representa o reconhecimento de que as produções sociais históricas são resultado de confrontações existentes a partir da constituição de um pensamento e ação universais que partem de interesses particulares. Se existe uma dicotomia entre conceitos e constituição desses dois grupos, significa ao mesmo passo reconhecer que, dado momento, estes se aproximam e determinam as fundamentações para que exista um lugar onde as categorias fundantes do jogo de poder (BOURDIEU, 2007a, p. 72) demonstrem uma visão e um sentido dos mundos social e natural que norteiam as ações desses dois grupos.

O rompimento de entraves e dificuldades a estes impostas pelas legislações presentes no Carnaval de Chumbo os colocava em situação de escolha – participar da farsa utilizando todas as suas características, fossem permitidas ou não (no caso de determinados foliões, especialmente os da rua), ou render-se às imposições culturais dos tempos ditatoriais. Significava uma escolha entre a participação no Reinado da Alegria ou o trancafiar-se psicologicamente no Império da Tristeza.

## 2.4 CARNAVAL DE CHUMBO: império da tristeza ou reinado da alegria?

O que existe na fronteira entre o choro e o riso? No Carnaval, estes dois estados de espírito se confundem no passo do folião, no colorido das fantasias, no entusiasmo da orquestra ao tocar um ritmo como o frevo ou no passo da flauta dos caboclinhos e até mesmo nos tambores silenciosos dos maracatus. Entretanto, é preciso atentar para o fato que tanto a alegria como a tristeza, nos Anos de Chumbo, não se apresentaram apenas enquanto sentimentos ligados às festividades momescas – seu sentido passa por uma amplitude que envolve, principalmente, conceitos antes mencionados como o estabelecimento da ordem e a preocupação com os excessos.

Desta forma, observar como alegria e tristeza transitam no Carnaval de Chumbo do Recife é realizar um exercício de observação das imagens que caracterizaram esse tempo, uma vez que as expressões captadas, as reações apresentadas e as relações desenvolvidas entre os segmentos sociais envolvidos no evento nos permitam determinar as fronteiras existentes entre a brincadeira e sua tentativa de normatização diante da busca pelo controle dos sentimentos para que os mesmos não fossem vistos enquanto de mau gosto, ofensivos ou perigosos aos olhos das autoridades.

Esta preocupação fica expressamente clara em diversas matérias que circulam nos periódicos do Recife durante o período em questão. A preocupação primordial é deixar a população ciente de que existem olhares atentos para a forma como estes sentimentos estão sendo evidenciados por aqueles que estão na brincadeira, posteriormente passando a falsa impressão de que as autoridades apenas buscam o bem de todos pela ostensividade que empregavam.

Craveiro (1970a), em sua coluna semanal do *Jornal do Comercio* veiculada em 05 de fevereiro de 1970 aborda que o Carnaval era para ele não a alegria que tomava as ruas e salões dos clubes, mas antes representava um sentimento profundo de tristeza. Esta era a feição na qual idealizava uma festa que não veria mais, uma vez que os valores haviam sido invertidos por aqueles que brincavam e, principalmente, pela presença das autoridades que se faziam mais presentes, especialmente coibindo as travestis (tipos característicos do escárnio e da alegria) de forma mais contundente.

Observando a forma como Craveiro (1970a) coloca-se diante do Carnaval, podemos entender que o mesmo apresenta um olhar de parca amplitude da festa. Mesmo que houvesse de fato uma mudança nos valores e atitudes, como se observava na euforia desmedida do mela-mela ou até mesmo na quantidade considerável de policiamento nas ruas, os Dias

Gordos eram determinados pela forma como as fantasias se misturavam ao calor dos passos de frevo, da cerveja gelada, do calor e clima da cidade. Durante o dia ou à noite, o folião estava nas ruas e nos clubes ativamente, buscando divertir-se e deixar de lado, momentaneamente, seus problemas, vendo as festividades como uma solução temporária para recobrar os sorrisos encerrados no fundo de suas almas em decorrência da dureza apresentada pelos Anos de Chumbo.

Este retrato apresentado do folião pode ser mais bem visto através das expressões dos jovens que estiveram nas festas durante as décadas de 1960 e 1970. Juventude ativa, com muitos valores e questionamentos diferentes de seus pais, estes buscaram transparecer na farsa os novos conceitos de mundo que carregavam consigo e entendiam serem as melhores formas de comportamento. Destarte, o que na visão das autoridades e algumas pessoas mais tradicionais eram um comportamento exagerado e de mau gosto destes jovens, para muitos era visto como uma subversão suave que se traduzia numa canção ou sorriso usado para “aguçar a arte de ler nas entrelinhas, de oferecer à adivinhação o óbvio” (DIAS, 2003, p. 51).



**Foto 5** - A juventude “brincava à valer” e não cumpria determinações da Portaria Municipal.

**Fonte:** Diário de Pernambuco, 27 de fevereiro de 1973. Fundo APEJE, Recife/PE

Fosse pelo ácido tomado durante os três, quatro dias do Carnaval, ou seguindo o modo Leila Diniz de ser, através de uma liberdade desmedida (DIAS, 2003), esta juventude que fez ativamente o Carnaval de Chumbo ao lado de antigos valores contrastava motivos para determinar as fronteiras da alegria e da tristeza presentes em muitos aspectos durante a festa

de Momo. A rua e o clube eram o lugar onde a alegria se traduzia pela substituição da liberdade política por outras liberdades como a sexual, a de tomar drogas ou se pensar em realizar a loucura que se queira (DIAS, 2003). Assim, a patota ia mudando os conceitos de uma época e determinando o que era careta ou bacana.

Posto isso, os conceitos de Império da Tristeza e Reinado da Alegria foram determinados nestas duas direções – na brincadeira de Carnaval que ultrapassava os limites ou se apresentava enquanto cumpridora de certas determinações das autoridades em nome do colorido da festa; e nas proibições e perseguições a costumes e práticas da farsa. Ambas dividiram espaços que puderam ser direcionados nestas considerações.

A este respeito, novamente Craveiro (1970c), desta vez em sua coluna *Meditações de Momo* no *Jornal do Commercio* do dia 06 de fevereiro de 1970 apresentou o sentimento que era expresso por boa parte da população que costumava ver o Carnaval enquanto a preservação de velhas tradições. Agora, a festa transitava entre a alegria de um período onde retomava a personalidade infantil, brincando entusiasticamente, porém com limites; e a tristeza de mudanças tão significativas que faziam daqueles anos um conjunto de inovações (a seus modos incompatíveis com a tradição). Segundo o jornalista:

Por que devo ser coagido pelos carnavalescos que não respeitam o direito do próximo? A resposta a esta questão envolve problemas éticos que talvez não sejam esclarecidos sem colocar-se em dúvidas conceitos sobre civilização e seus estágios. Porque reajo ao ‘slogan’ de que os incomodados se mudam, aqui estou pronto para responder aos desafios (CRAVEIRO, 1970c, p. 8).

Pensando nestes desafios, ou seja, em colocar a tradição diante da mudança e promover a transição entre a alegria de uns, em detrimento da tristeza de outros, as autoridades mediavam o discurso da ordem como justificável para estabelecer o limiar entre os conjuntos de atitudes aceitáveis ou não para caracterizar a festa e não observar um momento de embate cultural que ameaçasse a primeira.

Assim, uma explicação possível é observada nas palavras do jornalista e letrista de Carnaval Antônio Maria. Segundo este, é preciso entender o Carnaval do Recife enquanto “uma necessidade temperamental do povo” (MARIA apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991, p. 7), onde o corpo do pernambucano fala, com o apoio da polícia e do governo, como se fora um desabafo de coisas encerradas no fundo da alma. E mais importante ainda, cita que:

Não se pode fazer ideia do que era o povo do Recife, solto nas ruas do Recife, após a declaração irreversível do Carnaval. [...] Cada homem e cada mulher eram uma parte daquele furacão libertário. Todos se emancipavam (eu digo por mim) e se tornavam magnificamente dissolutos [...] porque o clarim estava tocando, porque os estandartes se equilibravam no espaço, porque o mundo, naquele exato e breve momento era, afinal, de todos (MARIA apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991, p. 12).

Embora essa emancipação citada por Maria (apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991) não possa ser considerada enquanto uma catarse coletiva de fato, pois nem todos seguiam a mesma forma de brincar (mesmo que uma vez nas ruas), o supracitado não nega, destarte, que o Carnaval sofreu modificações e havia, com isso, ficado bem diferente de outrora. Estas mudanças, no entanto, não continham a mesma carga emocional de liberdade e necessidade temperamental de antes em sua visão, mas representava um conjunto de valores tão novos que tinham uma forte carga de esquecimento e ausência de amor real pela festa. Assim, chama a atenção para o fato de que:

Tudo deve estar mudado. O Carnaval do Recife, talvez, não seja, hoje, um desabafo. Talvez, não contenha aquele desafio de homens e mulheres, livres de todas as sujeições e esquecidos de Deus. É possível que se tenha transformado numa festa, simplesmente. Talvez seja alegre e isto é sadio. Mas, os meus carnavais eram revoltados. Não tenho a menor dúvida de que aquilo que fazia a beleza do carnaval pernambucano era a revolta – revolta e amor – porque só de amor, por amor, se cometem os gestos de rebeldia (MARIA apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991, p. 12).

Ainda que a visão de Maria (apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991) seja uma comparação entre os carnavais das décadas de 1930, 1940 e 1950, este começa a observar as mudanças que norteavam a festa com a chegada dos anos 1960, especialmente durante a época do Golpe Militar. Nesse sentido, usar suas impressões para observar o Carnaval de Chumbo, herdeiro das mudanças sofridas pela farsa ao longo destes trinta anos, com a adesão de valores em conformidade com a dinâmica que alterou a sociedade durante a chegada dos Anos Rebeldes, requer um esforço de atenção no sentido de compreender que embora a caracterização observada na década de 1960 e 1970 seja a de uma ruptura com o tradicionalismo formal e saudosista do Carnaval, tanto no clube como nas ruas os participantes do brinquedo se apropriaram de instrumentos que buscavam na licenciosidade extrema, no desatino ao perigo de um enfrentamento com o policiamento e na instituição do apelo sexual à festa suas fundamentações para caracterizar a alegria e afastar a tristeza do ambiente farsesco.

O Reinado da Alegria, então, tomava posto através da bermuda rasgada, dos pés no chão ou do sapato surrado, com ou sem fantasia, estampado nos rostos com sorrisos subversivos, tais quais trelas de crianças que precisavam ser chamadas a atenção pelo teor de licenciosidade e onde os problemas, muitos à altura dos Anos de Chumbo da Ditadura Brasileira, eram transferidos em nome de algo muito mais importante, de um sentimento que sem constrangimento ia tomando as ruas e os clubes da cidade do Recife em nome do sucesso do Domínio Momesco.

Embora tal impressão causada pelo Carnaval fosse digna de registro, o contrário também despertava a atenção: o colunista Clóvis Menezes, do Diário da Manhã, registrou no dia 03 de fevereiro de 1973 em nota que “[...] Não fossem os clubes sociais, de há muito que o carnaval já teria sido extinto”, uma vez que a liberdade do chamado “Mundo Democrático Comunista era fôgo” (MENEZES, 1973, p. 3). O jornalista era um dos defensores de regras estritamente responsáveis pela manutenção dos carnavais nos moldes dos anos 1910 a 1940, onde rezava o tradicionalismo familiar, a lima-de-cheiro, os frevos nos bailes e os flertes com máscaras nos ambientes sociais à base do confete e serpentina, além do Corso sem práticas exageradas, como o mela-mela e o escape livre.

No sentido empregado pelo membro da imprensa, notamos que a instituição do Império da Tristeza convivia num constante embate com a manutenção do Reinado da Alegria, pois enquanto o Carnaval procurava seus espaços de enunciação, a Ditadura empunha um contra-argumento que evitava justamente, como diria Rabello (apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991, p. 78), essa manifestação da festividade como um lugar onde “os preconceitos caem por terra, onde as licenciosidades têm vez, onde o barulho impera, as danças acontecem e os homens usam máscaras, como se fazia há dez mil anos antes de Cristo”. A radicalização era tamanha que Clóvis Menezes termina a coluna enfatizando: “Fechem-se os clubes, proíbam-lhes de funcionar durante os dias de folia, e garanto que o Carnaval se acabará” (MENEZES apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991, p. 78).

Deste modo, o Império da Tristeza era caracterizado, especialmente, pelo impedimento da prática do mela-mela nas ruas. Toda e qualquer ação designada pelo Secretário de Segurança Pública para coibir a prática libertina da brincadeira tinha o aval não somente de uma imprensa que exibia, em idos de fevereiro em suas páginas, notas de repúdio a esse tipo de brinquedo, como igualmente uma elite que não via com bons olhos o fato de não poder nem mesmo sair de carro durante os dias de festa, pois havia o risco em ser alvejado por um balde com soda cáustica misturada à água, talco ou maisena.

Sobre esta forma de entender a caracterização do contra discurso em relação à prática do mela-mela, tanto Rabello (apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991); quanto Barbara Ehrenreich (2010) mostram que o ato não é algo exclusivo da contemporaneidade por conta da mudança de valores, especialmente da juventude que caracterizou os anos 1960 e 1970. Segundo o primeiro, apesar de verberar com duras palavras a brincadeira, existia muitas pessoas que aceitavam o brinquedo e aguardavam ansiosamente por sua manifestação (RABELLO apud SOUTO MAIOR; SILVA, 1991); já a estudiosa do carnaval apresenta que a classe alta sempre dedicou algumas manifestações da festa para si, exclusivamente. [...] para as elites, o problema das festividades residia não só no que as pessoas estavam deixando de fazer [...] mas no que estavam fazendo, isto é, na natureza da própria folia (EHRENREICH, 2010, p. 126).

Esta visão sobre a participação das massas e o estabelecimento de uma determinada distância dos modos de brincar é, na visão da historiadora, um resultado direto das mudanças impostas pelas perspectivas religiosa (tanto católica quanto protestante) quanto capitalista para as qualidades impostas a festa. No entanto, a mesma admite que a brincadeira era uma forma de revigorante, um hábito no qual as classes mais humildes (normalmente as que brincam na rua) assumiam sua qualidade redentora, uma vez que: “Para as pessoas comuns, a perda de tantas recreações e festas é incalculável. Nós, que vivemos numa cultura quase privada de oportunidades de ‘nos perdermos’ em festividades comunais ou de distinguir-nos em qualquer arena que não a do trabalho, não estamos em condições de entender isso a fundo” (EHRENREICH, 2010, p. 126).

Delimitados então os campos do Reinado da Alegria e do Império da Tristeza, percebemos que a festa de Carnaval, pelo menos durante o intervalo de 1972 a 1974 sofre com acusações (por parte da imprensa e profissionais) de ter perdido a magia, o espírito envolvente e acolhedor, embora ainda representasse os sentimentos do povo e sua tradição. A visão da Ditadura para a festa parecia, momentaneamente, apresentar seu momento de glória e celebrava por ostentar os números finais de um carnaval que teve poucos foliões nas ruas e uma diversão mais concentrada nos clubes, onde nem todos tinham condições de brincar. No entanto, ao menos nos subúrbios, o espírito permanecera resistente e apresentara suas armas contra a repressão pela autocensura.

Tal impressão se confirma a partir do que se apresenta nas páginas do Diário da Manhã de 24 de fevereiro de 1973, uma semana antes da abertura oficial do Carnaval, quando a matéria trazia em destaque na primeira página um elogio ao Coronel Egmont Bastos Gonçalves, Secretário de Segurança Pública, por ter baixado uma portaria que buscava

disciplinar a festa afastando a prática do mela-mela dos carnavais, assim “dando um clima de euforia que não necessitava de loucuras para divertir do povo” (CARNAVAL..., 1973b, p. 1). Julgava a imprensa que tal brincadeira não estimulava a diversão, mas “dava margem à ação de criminosos”, assim como “perturbava a imagem perante os turistas” e poderia causar uma confusão no policiamento, que poderia atribuir culpa a inocentes no meio do furor (CARNAVAL..., 1973b, p. 1).

Esse modo de observar a formação dos artifícios que ratificaram a instituição do Império da Tristeza esconde por detrás deles as formas de resistência apresentadas pelo Reinado da Alegria. Se a preocupação do Estado Marcial era a brincadeira com ordem e alegria, ela aconteceria independentemente da presença do policiamento na rua ou da portaria municipal em vigor. O Carnaval encontrava, assim, seus meios para driblar a tristeza e a repressão e buscava seus modos particulares de escapar a essas proibições, que existiam desde 1604 e continuaram através dos tempos, mas que, ao mesmo passo, também revelaram grandes embates.

#### **2.4.1 Assim é que se brinca:** genealogia da disciplina sobre o Carnaval de Chumbo

Determinar meios pelos quais se manifesta a brincadeira do Carnaval é algo que percorre um longo caminho dentro da duração historiográfica da festa que passa, antes, por direções diferentes, tomadas tanto pelo poder instituído como pela capacidade de se reinventar presente na própria festa. Desta forma, ao perceber uma genealogia da disciplina no Carnaval de Chumbo, os olhares devem estar voltados para outros dois momentos na história do brinquedo em Pernambuco: durante o século XIX e na Era Vargas/Período Democrático. No entanto, o primeiro exemplo de tentativa de controle efetivo da festa, para a História nos é dado por Burke (2010, p. 271):

O ritual do *charivari* parece ter servido à função de controle social, no sentido em que era o meio utilizado por uma comunidade, aldeia ou paróquia urbana para expressar sua hostilidade a indivíduos que saíam da linha, e dessa forma desencorajar outras possíveis transgressões aos costumes. [...] Os rituais de execução pública também podiam ser vistos como forma de controle social, na medida em que havia um consenso da comunidade quanto à perversidade do crime.

Reservadas as diferenças na temporalidade, uma vez que o relato acima se refere a fins do século XVI, a forma como esses rituais serviram às autoridades ao longo da duração mostram duas possibilidades: de um lado, a da festa enquanto resistência de brincantes e

foliões; do outro, o brinquedo como forma de exercer o controle social por meio de uma política de pão e circo, promovendo tal momento para distrair os problemas existentes. Em ambas as situações, delineia-se um ponto comum – a utilização do patrimônio imaterial enquanto espaço de poder.

Rotulada pela imprensa como uma brincadeira de mau gosto, perigosa e, por vezes, problemática no sentido de desestruturar a ordem, a farsa de Momo passou por um longo processo de resistência no sentido de manter vivas suas tradições, mesmo que estas não agradassem as autoridades de sua época e a elite presente naquele momento. O fato é que, mesmo respeitando os espaços e estabelecendo uma espécie de consenso que contemplava a todos seus lugares de fala, as festas foram enxergadas como um processo que deveria ser cautelosamente visto enquanto problema social a ser resolvido.

Araújo (1996) nos dá uma dimensão de como a festa, no Recife, era vista ainda no século XIX como uma série de ritos que precisavam ser modificados e instituídos valores que contivessem o afastamento de ações consideradas extremadas e abusivas na festa. Segundo a autora, havia uma tendência reformista por parte dos governos e pelo clero europeu em relação às manifestações culturais, uma vez que as festas poderiam (e normalmente o faziam) romper “a fronteira que separava a ordem da desordem” (ARAÚJO, 1996, p. 159). Percebemos, no entanto, que essa forma de observar as brincadeiras populares é mais antiga ainda – remete aos fins da Idade Média e durante a Idade Moderna, porém se reinventaram de acordo com as formas de governo e comportamento das sociedades nas quais se fizeram presentes.

Excessos de paixão, banhos de cerveja, pouca roupa, beijos roubados, uso de lança-perfume, maconha e psicotrópicos de natureza variada era a forma como os foliões inventavam o cotidiano de seus carnavais durante os Anos de Chumbo. Vendo desta forma a libertação de seus espíritos e a caracterização da alegria da festa de rua, muitos tipos sociais terminaram por forçar ações mais extremas das autoridades em relação ao que se fazer com os foliões mais agitados. O uso das Portarias Municipais atendia a uma meticulosa forma de penetração do Estado Ditatorial na festa, não pretendendo deixar arestas por aparar – permeava desde o ambiente da rua até mesmo a diretoria dos clubes e agremiações.

Esta determinação contida nas Portarias atendia à regra de disciplinamento e militarização da sociedade. De acordo com Brigagão (1985, p. 20), “a cultura censurada e vilipendiada passou a ser uma questão militar e policial” onde a sociedade, de vítima transformou-se em consumidora silenciosa do medo imposto pelo sistema ditatorial. A partir daquele momento houve um banimento do sentido ético e civil do código de conduta

brasileiro e o comportamento foi se tornando cada vez mais militarizado (BRIGAGÃO, 1985). Contudo, é preciso atentar que não se pode estabelecer uma generalização para este padrão de ação; e muitos eram considerados, para tanto, subversivos graças a seus anseios em manter preceitos do Estado de Direito que lhes era negado por essa extrema ilegitimidade dos modos de ser.

Entre vários exemplos, um que pode oferecer uma dimensão deste controle é o da matéria que circulou no Diário da Manhã de 15 de janeiro de 1972 com o título Carnaval vem aí e clubes vão ter que tirar licença na SSP. De acordo com a Delegada de Costumes, Dra. Vicentina Amaral, não somente os clubes que desejassem realizar seus bailes deveriam estar em dia com suas obrigações perante a Justiça, mas especialmente as agremiações como maracatus, caboclinhos e ursos, além dos brincantes do frevo, troças e mascarados a fim de obter seus alvarás de permissão para atuar durante os Dias Gordos. Uma fiscalização seria designada nos dias de festa para verificar a autenticidade e permissividade daqueles que estivessem se exibindo durante o tríduo e tiraria de circulação aqueles onde fossem constatadas irregularidades (CARNAVAL..., 1972f).

É importante frisar que a matéria não oferece muitos subsídios para entendermos quais são as reais razões da emissão dos alvarás de funcionamento, mas uma possível compreensão é o controle e a fiscalização da festa para evitar qualquer tipo de associação subversiva contra o sistema, especialmente reunindo membros do Partido Comunista e representantes da Luta Armada que poderiam se utilizar das festividades para elaborar seus planos de guerrilha. Embora não seja esta a única interpretação possível para o caso designado, para um melhor entendimento desta atitude da SSP em relação aos brincantes, as ideias de Foucault (2009) sobre a disciplina normativa nos servem como um importante instrumento.

Segundo o mesmo autor, o poder disciplinar normativo estabelece a falsa noção de que há uma homogeneidade entre os que estão por ele sendo alvos, porém na prática o que se caracteriza é um jogo de relações que direciona os modos de agir desse poder para situar as diferenças individuais. Neste caso, cada indivíduo passa pelo exame do sistema, onde é colocado como objeto da normatização e cumpri-la significa a legitimação e demonstração da força, primeiramente em âmbito psicossocial para, posteriormente, se utilizar da violência como arma complementar, se caso necessário (FOUCAULT, 2009).

Dessa forma, a disciplina se transforma em um instrumento pelas mãos do Estado Ditatorial que premia uns e desprivilegia outros onde a ideia de penalidade não tem a intenção de destruir, segregar, comparar ou hierarquizar a sociedade – sua finalidade é, antes, a normatização da mesma, só sendo passível de disciplina aquilo que escapa à lei. Nesse

sentido, outro exemplo que ilustra essa prerrogativa consta nas páginas veiculadas pelo mesmo Diário da Manhã no dia 05 de fevereiro de 1972 através da matéria Carnaval não terá Maconha. O periódico apresentava a fala do Delegado de Entorpecentes, Sr. Genivaldo da Fonseca, explicando que todas as ações no sentido de coibir as bocas de fumo e o consumo destes psicotrópicos nos ambientes fechados como clubes, gafieiras e *dancings* não seria temporizado pelas autoridades, que agiriam no rigor da lei para punir os infratores (FONSECA apud CARNAVAL..., 1972c).

Sendo assim, observamos que em ambos os casos descritos mais acima o que se apresenta é uma imagem que privilegia a indiscrição do poder, que estaria presente em toda parte e sempre alerta, no entanto, funcionando em silêncio na intenção de estabelecer a eficácia de atitudes que permitem uma física deste poder sobre os corpos diante os quais ele atua (FOUCAULT, 2009). Somente desta forma a disciplina atrai as atenções e faz de suas observações uma máquina de controle capacitada por um único olhar que mantém a ordem acima de qualquer suspeita.

Outra maneira de perceber o controle sobre o Carnaval estava representado pelas instituições que buscavam organizá-lo através de subvenções e regras para as apresentações em público. Transferência de preceitos que estava presente, oficialmente pelas mãos do Estado desde a Era Vargas, grupos independentes formados por membros de elite da sociedade e pessoas de respaldo cultural como a Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE), a Comissão Organizadora do Carnaval (COC) e a Comissão Promotora do Carnaval (CPC) buscavam essa regulamentação e definição dos caminhos possíveis para a realização das festas de Momo no Recife e em Pernambuco segundo conceitos de ordem e disciplina.

O historiador Silva (2000) nos situa sobre o significado que estas instituições tinham para as festas momescas na cidade: de acordo com o mesmo, a FECAPE foi criada, ainda durante a década de 1930, com a intenção de reunir questões para a organização do Carnaval, prezando pela ordem pública, educação, preservação moral dos costumes e ideologias da festa, mantendo viva a tradição e o colorido do brinquedo. De inspiração do jornalista Mário Mello, o órgão reunia pessoas estranhas ao Carnaval que tinham igualmente o interesse de controlar as doutrinas nascentes com a dinâmica dos tempos, principalmente a disseminação do Comunismo (MELLO apud SILVA, 2000), transformando assim cada agremiação por ela abraçada em um “núcleo educativo voltado para festas cívicas, com concentrações e desfiles patrióticos” (SILVA, 2000, p. 225).

Tal caracterização delineada pela Federação Carnavalesca transferiu-se ao longo do tempo e o chamado Tema Nacional, durante os Anos de Chumbo, ganhou mais notoriedade, inspirando-se em práticas adotadas durante o Estado Novo, como: a mudança nos temas dos desfiles das agremiações e o uso de fantasias temáticas que pudessem exaltar vultos da História do Brasil. Durante os anos de 1970, foi uma prática comum de se ver a abordagem de temas históricos por parte das Escolas de Samba do Recife como O Período Holandês, O Século da Mineração, a figura dos Escravos, a exaltação aos representantes do Poder Executivo como Presidentes, Governadores e Prefeitos, entre outros, o que demonstra uma proximidade de ideias que nos permite concluir que o Carnaval de Chumbo se apropriou de muitas características desenvolvidas anteriormente pelo Estado Novo, quando se tentou evitar o chamado Carnaval de Sangue.

No entanto, durante os Anos de Chumbo, outras instituições somaram-se à Federação Carnavalesca no intuito de normatizar, organizar e disciplinar a festa: a principal delas foi a Comissão Organizadora do Carnaval (COC). Criada ainda durante a primeira gestão do Prefeito Augusto Lucena, foi definida pela Lei nº 9.355 de 14 de dezembro de 1964, presidida pelo Secretário de Educação e Cultura. Contava ainda com membros da Câmara Municipal, da Federação Carnavalesca, da Associação dos Cronistas, da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, do Governo do Estado e outros quatro membros à escolha do Prefeito. Por meio de suas ações, a COC seria responsável por determinar uma subvenção financeira às agremiações, assim como aos carros que melhor se destacassem no Corso. Também a organização de um concurso de passistas e marchinhas carnavalescas que reuniram os três tipos de frevo (bloco, canção e de rua), além de maracatus eram de sua competência. Igualmente se faz importante destacar que a “dotação nunca (deveria) ser inferior a um décimo por cento da estimativa da receita municipal” (SILVA, 2000, p. 292).

A COC então determinou locais específicos para que as manifestações do Carnaval acontecessem na cidade, de modo a direcionar cada ritmo, cada folguedo em um recorte espacial do centro da cidade do Recife. Nesse sentido, foram determinadas áreas como o Quartel General do Frevo, como ficou conhecida a Pracinha do Diário, o Corredor da Folia, nome que designava a Avenida Dantas Barreto e a Área do Frevo, como ficou conhecido o Pátio de São Pedro. Assim, em que pesem as contínuas leis e decretos, a instituição buscou valorizar o Carnaval Espetáculo em detrimento do Carnaval Participação, divergindo do

discurso empregado na imprensa na época<sup>27</sup>. Tal atitude fica evidenciada a partir da construção dos palanques e arquibancadas nos locais de festas, o que não somente servia ao discurso das autoridades como elementos organizadores dos locais de folia, mas principalmente atendia à segregação e distinção entre os foliões presentes no brinquedo.

Embora as ações da COC tivessem boas intenções, houve muitas falhas em relação à distribuição de verbas e tratamento dado às agremiações, o que tornou o órgão um tanto quanto obsoleto. Passando por uma renovação de preceitos e dos quadros administrativos, a COC passou a se chamar, a partir de 1972, de Comissão Promotora do Carnaval (CPC). Contando com um novo estatuto, a instituição foi regulamentada pela Lei nº 10.537 de 14 de setembro de 1972, estando vinculada à Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur). Nas palavras de Silva (2000, p. 294), esta Comissão, “que nada inovou na sua missão de organizar a nossa festa maior, veio cair nos mesmos erros do passado e o Carnaval do Recife, em que pesem os protestos dos verdadeiros carnavalescos, continuou a ser uma imitação subcarioca<sup>28</sup>, valorizando o ‘espetáculo’ em detrimento da participação coletiva”.

As queixas variadas demonstram que, mesmo com a criação de órgãos que deveriam estabelecer um senso de organização minimizado da festa, a mesma demonstrava que se reinventava e se adaptava às condições da realidade em que vivia, não necessitando ser regulamentada ou orientada por representantes que se autodenominavam grandes entendedores do folguedo e de suas necessidades. Somente o brincante, o folião, tinham a verdadeira dimensão e consciência do que o Carnaval de Chumbo poderia e deveria lhes proporcionar, assim como quais seriam os esforços medidos para que a farsa ganhasse contornos marcantes e se caracterizasse como uma marca da identidade pernambucana e recifense. Em outras palavras, seria concordar que toda sociedade possui um sistema de representações que determina a ordem social no qual vive por meio de sentidos. Por sua vez, estes determinam a circulação, reelaboração e instituição de crenças onde se apre(e)nde uma realidade por meio da ação coletiva de seus grupos (FERREIRA; ORRICO, 2002).

<sup>27</sup> No quarto capítulo, a descrição sobre como aconteceram os Carnavais de 1970 a 1975 traz igualmente um debate sobre as questões que norteavam classificar o Carnaval de Chumbo enquanto um carnaval participação ou uma festa espetáculo, feita para turistas.

<sup>28</sup> A referência feita ao termo subcarioca foi retratada no ano de 1966, em uma das notas escritas pelo sociólogo Gilberto Freyre na edição de 27 de fevereiro de 1966 do Diário de Pernambuco. Nesta, o mesmo acusava que o Carnaval do Recife estava passando por um processo de caricaturização do Carnaval Carioca e defendia uma preocupação em evitar aquela “despernambucanização” da festa, a começar pelo controle das escolas de samba até a valorização extrema do Frevo, do Passo, do Maracatu, do clube popular e tantas outras expressões de notoriedade que diferenciavam a farsa na capital de Pernambuco. Para uma reprodução dos escritos de Freyre, ver Silva (2000, p. 292-293).

Determinando esses pontos, chegamos a uma conclusão que, em certa medida, diverge da visão elaborada por Foucault: o poder produz a realidade por meio de campos de obediência e rituais que instituem a verdade. “O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nesta produção” (FOUCAULT, 2009, p. 185). Na realidade, a reivindicação de seu espaço por meio da brincadeira escrachada e de fazer o que era proibido demonstram que a máquina estatal não obtinha o controle de fato nem determinava a forma como o brincante e o folião se perceberam no Carnaval. Mais do que se perceber, era preciso que eles fossem percebidos pelos demais atores que faziam parte daquele momento farsesco, de modo a traduzir que o seu cotidiano representava o processo dialético das atividades humanas (FERREIRA; ORRICO, 2002), instituindo assim uma ordem paralela e uma reconstrução da imagem da festa e da sociedade por meio da liberdade sexual, do uso de psicotrópicos ou através do exagero na brincadeira.

Deste modo, o Carnaval de Chumbo estabeleceu seus pontos de inflexão e tornou seu cotidiano articulado em novas fronteiras que ultrapassavam a lei marcial. Ocorre que, em decorrência de tal comportamento, muitas características do brinquedo foram sendo alteradas e essas mudanças acabaram por promover um intenso debate na imprensa e nos meios intelectuais carnavalescos durante o período abordado na cidade do Recife: estaria o Carnaval do Recife morrendo ou ainda havia muita vida no mesmo? Não seriam as mudanças rituais de renascimento da festa e reinterpretção da realidade com base nos valores do passado e da tradição? São pontos a serem melhor considerados.

## 2.5 MORTE E RESSURREIÇÃO NO CARNAVAL DE CHUMBO DO RECIFE

Espero um ano inteiro  
 Até ver chegar fevereiro  
 Para ouvir o clarim clarinar  
 E a alegria chegar  
 Essa alegria que em mim  
 Parece que não terá fim  
 Mas se um dia o frevo acabar  
 Juro que vou chorar (CAPIBA, 1972).

Os discursos de morte e vida de uma cultura são, todavia, bastante polêmicos. É preciso reunir uma série de argumentos que subsidiem estas ideias de modo que as mesmas possam perceber, com os fatos da realidade vivida, as transformações que emitem esse tipo de juízo. Em relação ao Carnaval, esses ritos passam, antes, por ressignificações do que

propriamente por invenções e desconstruções, sendo dotado de novos sentidos que permitem ampliar o horizonte interpretativo sobre os mesmos.

Com relação a estes pontos de discussão, é preciso compreender o Carnaval como um patrimônio imaterial próprio de cada espacialidade, onde se manifesta carregado de tradições e inovações, de modo que se reinventa, promove o retorno ao passado e se adéqua ao presente sem esquecer as características fundamentais que movem a cultura. Nesse sentido, as transformações observadas na década de 1960 introduzem novas práticas na sociedade como movimentos sociais a favor do feminismo, a profusão de grupos ambientais e principalmente de ativistas a favor do homossexualismo e da liberalização de hábitos e comportamentos. Essa contracultura se coloca como um agente modificador da cultura que a vai aproximando das ações cotidianas em toda sua heterogeneidade (PELEGRINI, 2008).

Assim como a cultura em seus elementos sofre alterações, aqueles que também fazem parte diretamente desse processo (no caso do Carnaval, os brincantes e foliões) também sofrem influência com o surgimento de novas normas e julgamentos impostos pelo Estado, enquanto promotor e defensor legal do conjunto de hábitos culturais de uma sociedade de diferentes maneiras (PELEGRINI; FUNARI, 2008). Tal postura assumida pelos atores sociais pode ser explicada e compreendida pela via da manutenção de um código de condutas, onde mediante uma coletividade restrita ou ampliada, o princípio normativo direciona as ações no sentido de estabelecer uma aceitação dos indivíduos ou não.

O contexto no qual o Carnaval de Chumbo se insere passa por essas intensas transformações ocorridas na transição dos anos de 1960 para 1970. Analisar o processo dos valores que morreram ou viveram durante os anos em questão requer concentrar olhares além das fronteiras (BHABHA, 1998) e perceber que, na duração, o Carnaval é uma festa que passa por reinvenções míticas e, principalmente, busca o conforto dos brincantes e foliões diante de uma situação de conflito ou inquietude social, sendo o processo de desaparecimento, substituição e manutenção de grupos, ritmos e caracterizações próprios de cada situação local e global no qual se insere.

O caso do Recife, já durante o ano de 1968, traz expoentes curiosos que viriam a se tornar mais constantes durante os primeiros anos da década de 1970. O Jornal do Commercio de 22 de fevereiro de 1968, em matéria especial assinada por Jeová Franklin intitulada O carnaval do futuro será menos carnaval, realizava um prognóstico de futuro para o brinquedo na cidade mediante o que se observava nas ruas e clubes em dias de festa:

Recife, fevereiro ou março de 1973.

As ruas estão decoradas e cheias de luzes. As vitrines das lojas apresentam bonitos motivos e atraem as pessoas. Os preços dos artigos não são tão caros. O carnaval já começou. Os clubes dão grandes bailes. O corso continua. As roupas diminuiram. O entusiasmo também. Carnaval de Pernambuco é só pra turista ver (FRANKLIN, 1968, p. 11).

O pensamento do jornalista mostra uma consonância com o exposto mais acima sobre as mudanças observadas pela conjuntura do fim da década de 1960 – na opinião deste, seria alterado o sentido da festa, as classes participantes (com uma maior profusão da classe média e uma maior pobreza das classes menos abastadas), a música e a instrumentalidade (com a introdução da guitarra e outros instrumentos como o órgão e o baixo), os bailes estarão cada vez mais intensos e movimentados devido às brincadeiras que acontecem no meio da rua (especialmente o mela-mela), confetes e serpentinas estariam quase que extintos e as máscaras e fantasias dariam lugar a trajes de banho e roupas em tamanho diminuto. Utilizando-se de uma observação que pode parecer generalizante, o jornalista, na realidade, se colocou preocupado com um processo que instituía novos valores para a sociedade e, cedo ou tarde, estes também seriam identificados a partir do público nas tradições populares. O Carnaval, por excelência, seria o ritmo onde haveria uma forte penetração dessa inovação, promovendo a morte de valores antes tomados como padrões, especialmente por conta da diversidade social que dele participava, sobretudo os jovens, agentes da transformação nesta transição de décadas.

Não somente o público, mas o Estado precisava caminhar nessa direção de adequar-se às transformações observadas por aqueles que o constituíam. No caso dos representantes da Ditadura, esses valores precisavam ser observados com cautela, de modo que suas ações não poderiam deixar transparecer explicitamente uma repressão às novas formas do público se apropriar dos valores das festividades: era preciso, simbolicamente, instituir o poder como aceito e promotor das salvaguardas que ofereciam novas possibilidades de brincar e enxergar a realidade.

A respeito desta ideia, Baroja (2006) nos diz que pelo Carnaval representar esse ritual de rompimento de ideais com a ordem social a qual faz o homem abandonar, ainda que temporariamente, a própria personalidade equilibrada para reelaborar velhos rituais que tem o sentido de fertilidade de seus significados culturais, é sempre o medo de uma violência anônima que faz o Estado adotar a repressão a valores e velhos hábitos. Esta forma de agir se explica pela adoção de aparatos legislativos e no reforço policial, que vem a compactuar com

a ideia de que o controle caminha junto à transformação e ambos precisam um do outro para que se exerça a ordem.

Posto isso, esse “carnaval woodstockiano”, como definiu Duarte (1971, p. 11) no *Jornal do Commercio* de 11 de fevereiro de 1971, instituía os valores, acima da diversão, de uma sexualidade desnudadora de frustrações cotidianas. Preservando os valores de que o “sexo é prisão e o carnaval o liberta”, práticas como o uso de roupas que expõem o corpo e a deliberação do álcool, causando diversão, mas igualmente problemas entre os participantes da brincadeira e a extrema libertinagem eram motivos que moviam a natureza da juventude na direção de constituir um carnaval animado, inserindo as demais pessoas da sociedade naquela dinâmica sem mesmo estarem preocupados se seus valores eram dignos de reconhecimento ou não por parte da coletividade (DUARTE, 1971, p. 11). Encerravam-se no passado valores como o carnaval em família, a brincadeira com a lima de cheiro e as fantasias, o curso de exibição dos carros e o uso de confete e serpentina – os novos valores estavam em rota de colisão com as transformações observadas enquanto corria a barca. Dessa forma, é pertinente seguir o raciocínio de que:

O carnaval tornou-se, paulatinamente, um espetáculo para ser visto e admirado, à medida que a cultura local abriu-se à exploração do capital estrangeiro. O intercâmbio da cultura pernambucana com outra, em decorrência da venda da festa momesca como mercadoria, insuflou o carnaval pernambucano de valores, que foram muito combatidos pela Federação Carnavalesca Pernambucana, nos anos em que esteve à frente do carnaval. Os regionalismos saíram da “ordem” do dia, porque eram considerados entraves para a gestação de uma unidade nacional (VIDAL, 2010b, p. 7-8).

Nesse contexto, as autoridades, reprimindo essas ações e integrando a festa ao propósito do nacionalismo, dos preceitos capitalistas, acabavam por dar os retoques finais na arte que se apresentava inicialmente pelas mãos do próprio público: um carnaval marcado por excessos e muitas brincadeiras sem comedimento, repressão e prisões, libertinagem confundida com liberdade, uso de drogas como a maconha e substâncias servindo como entorpecentes a exemplo do lança-perfume, ao mesmo passo em que corria solto o frevo e os sorrisos. O curso havia se transformado em uma batalha campal dos estudantes e foliões adeptos do mela-mela e a fraca decoração, a ausência de algumas agremiações tradicionais nas ruas e o público cada vez maior nos bailes em espaços fechados dos clubes completavam a conjuntura do Carnaval de Chumbo. Essa situação era vista como uma hecatombe da festa, que passava por um profundo processo de resignificação, contando ainda com a presença do

elemento comercial (patrocínios, subvenções estatais, propagandas, turismo) de forma contundente.

Tais eventos apresentados acima eram expostos também pelas páginas dos periódicos de modo a chamar atenção do público folião para o que decretava a morte ou vida do Carnaval do Recife. No Diário de Pernambuco de 09 de fevereiro de 1972 (CARNAVAL..., 1972a) um registro sobre a Semana Pré-Carnavalesca era usado como referência para identificação de uma festa que, aos poucos, ia dando sinais de fraqueza por afastar-se das músicas mais tocadas, uma vez que aquelas vencedoras do Festival de Frevo do Canal 2 não foram transmitidas pelos alto-falantes e os maiores sucessos do ano como Chuva, Suor e Cerveja e Tengo-Tengo<sup>29</sup> sequer faziam parte dos planos da COC para animar o brinquedo. A retirada das famílias das ruas foi a primeira estratégia para um conjunto de ações que não traduziam a verdadeira alma da cultura pernambucana, como o esvaziamento da Pracinha do Diário e a transferência do Corso para a Av. Conde da Boa Vista, responsabilidades atribuídas à Comissão Organizadora do Carnaval. Restavam então a remodelação das ações que davam trabalho às autoridades como alternativas para uma brincadeira nas ruas de modo a movimentar o folião.



**Foto 6** - O folião Antônio Carlos Cavalcanti decretou a morte do Carnaval do Recife.  
**Fonte:** Diário de Pernambuco, 28 de fevereiro de 1974. Acervo APEJE, Recife/PE.

Nesse sentido, o exemplo acima mostra que os foliões adeptos do Carnaval Tradição (revivendo os olhares e valores do passado, dos carnavais saudosos) observava tais mudanças como vitais para a morte da folia. Frases como “Adeus meu povo, nunca mais vejo vocês. O carnaval morreu, pois teia de aranha só no [...]” de Antonio Carlos Cavalcanti, eram possíveis

<sup>29</sup> “Tengo-Tengo” é um Frevo-canção composto por Adil de Paula (mais conhecido como Zuzuca) que foi publicado no Diário de Pernambuco de 10/02/1972. “Chuva, Suor e Cerveja” foi um dos sucessos do cantor e compositor Caetano Veloso, citado anteriormente.

de serem vistas nesta fantasia que, naturalmente, não deve ter sido a única que apregoava o fim da essência da festa de Momo para estes espectadores. Circulando em lugares públicos de extrema concentração durante o Carnaval como o Bar Mustang, na Av. Conde da Boa Vista, a intenção destes era se fazerem vistos e despertarem a dúvida nos demais, promovendo um juízo de valor em relação ao sentido que a farsa havia adquirido. Comentários contrários e a favor não faltaram, mas predominaram no momento aqueles que diziam “o doutor tem razão, pois o carnaval morreu, realmente”.

Entretanto, ao passo em que as modificações eram percebidas no cotidiano, uma significação precisa ser ressaltada perante o sentido da festa carnavalesca – esta se tornou “o reservatório onde se guardavam as formas que não tinham mais existência própria” (BAKHTIN, 1999, p. 190). Isso demonstra o aspecto livre e libertário no qual o Carnaval (sobretudo o popular) se preservou e exibiu uma relação com o tempo, fazendo com que seus elementos sobrevivessem à duração. É nesse sentido que, mesmo enfrentando dificuldades financeiras, agremiações diversas como Cabolinhos, grupos de Ursos, Maracatus e clubes pedestres de frevo reinventavam seu cotidiano e estabeleciam uma identificação que os permitisse ser parte do brinquedo, que os fizesse percebidos e dotados de importância, ao ponto de esforços serem medidos para que não deixassem de desfilar e alegrar ao público.

Em um discurso presente no Diário de Pernambuco de 12 de fevereiro de 1973, três foliões - Onésino Viana da Emetur, o compositor João Santiago e Pedro Ramos Barborsa, da Câmara dos Vereadores – acreditavam que o “melhor carnaval do mundo” estava realmente morrendo em relação ao que se vira outrora, especialmente na década de 1930 e alertavam: a aparição dos Detrans e Btrans controlando o Corso, o descaso das autoridades e a concorrência com o “Carnaval Metalizado” da Bahia estão fazendo o Carnaval pernambucano morrer a cada dia mais (VIANA; SANTIAGO; BARBOSA apud FOLIÕES..., 1973, p. 5). Concorria para isso o desaparecimento de muitas agremiações por falta de apoio financeiro - e este já começava a causar problemas a Batutas de São José, Pitombeira dos Quatro Cantos e Madeiras do Rosarinho, tradicionais no cenário local. Mesmo assim, acreditavam que o Carnaval poderia retomar os tempos áureos e, como diria Bakhtin (1999, p. 190), “estar longe de ser um fenômeno simples e de sentido único”.

Outro nome que apresentava suas justificativas para observar o Carnaval morrendo à míngua no Recife era o deputado Jarbas Vasconcelos. Segundo o mesmo, o problema começava pelo Governo do Estado e passava pela Prefeitura do Recife, que não tinham objetivos claros no sentido de fazer com que a festa retomasse o posto de principal baluarte da cultura pernambucana (VASCONCELOS apud AUTORIDADES..., 1974). Somado a este

fator, a falta de orientação e organização das agremiações concorria para que a CPC também passasse por uma grande desorganização, prevalecendo nesta o interesse de cada integrante. Por fim, o baixo poder aquisitivo da população era o fator que, aos olhos do parlamentar, era o mais preponderante no sentido de determinar os rumos da alegria. Outras autoridades, como o presidente da Câmara Municipal, Dep. Wanderkolk Wanderley apregoava o fim do Baile Municipal por conta de sua desvirtualidade, enquanto que o chefe de gabinete do Governador Eraldo Gueiros, Sr. Mário de Oliveira Antonino, afirmava que a morte do Carnaval era devido ao rigoroso policiamento e às restrições impostas face aos excessos cometidos pelos foliões (ANTONINO apud AUTORIDADES..., 1974).

Mediante as falas supracitadas, a situação vivida pela farsa momesca no Recife neste período reforça o discurso de que desde o cenário, até os personagens e o enredo da folia passavam por um momento onde, às vezes, a simbologia cristã normalmente atribuída ao Carnaval não é suficiente para que possa ser decretada a morte ou sobrevivência da festa (BAROJA, 2006). Esta forma de perceber as transformações indica que o brinquedo de Momo no Recife buscava se adaptar às novas condições e exigências de uma sociedade também em mutação, mas que, assim como a festa, resistia no sentido de perder sua essência voltada para a união familiar, alegria e universo de escapamento da realidade cotidiana. Nesse sentido, a morte do Carnaval representava, na realidade, o renascimento para o despertar de uma nova realidade que estaria cada dia mais presente durante as décadas subsequentes na cidade.



**Foto 7** - Os periódicos destacavam suas opiniões sobre o Carnaval do Recife taxativamente.  
**Fonte:** Diário da Manhã, 07 de março de 1973. Fundo APEJE, Recife/PE.



**Foto 8** - A imprensa apresentou um discurso ambíguo em relação à festa carnavalesca.  
**Fonte:** Diário da Manhã, 08 de fevereiro de 1975. Fundo APEJE, Recife/PE.

Pelas imagens, pode-se perceber que as autoridades, em seu descaso com a decoração e o apoio aos clubes e agremiações, transferiam para o público folião a responsabilidade em manter a festa dotada de alegria e diversidade, isentando-se de problemas em relação ao elemento cultural como a modificação das fantasias, o uso de outras músicas que não frevos (considerados sucessos nas difusoras espalhadas nas ruas) e o forte policiamento para coibir ações consideradas subversivas. Esta definição apresentava, em linhas gerais, a percepção de que a pluralidade da festa sobrevivia pelo espírito engajado de foliões e brincantes em unirem esforços para reinventar seu cotidiano, buscar nos modos jocosos de fazer a farsa momesca um resgate de sentido, de espaço, de características daqueles grupos sociais envolvidos diretamente com o processo. Para isso, a rua, a cidade, o asfalto era o lugar onde se via o Carnaval em sua maior efervescência, ou seja: [...] planejar a cidade é ao mesmo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade à este pensamento do plural: é saber e poder articular” (CERTEAU, 2008, p. 172).

Em que pese, os discursos de vida e morte seguiam duas direções que se apresentavam ao público folião de maneiras diferentes: enquanto boa parte dos envolvidos nos festejos conseguia observar as mudanças apresentadas como um ritual de morte da cultura, as autoridades insistiam de que o brinquedo estava cada vez mais vivo e convidativo para o público. Essa autoimagem da festa garantia a forma pela qual as autoridades veriam o

comportamento das pessoas nas ruas, podendo estabelecer ou não se suas ações eram realmente eficazes no processo de apoio (principalmente financeiro) à farsa momesca.

Assim, o maior sucesso do período se fazia no frevo-canção de Salatiel José, Rogério Gutemberg e Germano Gladistone, onde De Sangue Quente<sup>30</sup>, o Carnaval transitava na fronteira entre a vida e a morte:

De Sangue Quente  
 Urgentemente, demente na frente  
 Aguento o repuxo contente  
 Mostrando os meus dentes  
 Lá vou eu  
 No Carnaval  
 Valeu a pena  
 Deixar a barriga pequena  
 Chutar outra vez Madalena  
 E nada de Cinema pra gastar  
 Agora eu traço  
 E retraço no passo  
 Não me importa que a vida  
 Se acabe pra mim amanhã  
 É Carnaval  
 Eu vou deixar  
 Meu rock de lado, vou  
 Curtir meu frevo apressado  
 Debaixo do meu sol dourado  
 Nos braços de quem Deus mandar (JOSÉ; GUTEMBERG; GLADISTONE, 1973).

A letra refletia bem esse sentimento que tomava as ruas do Recife durante os dias de fevereiro. Sangue, suor e cerveja eram leis que pareciam não estarem preocupadas se faziam parte da restrita lista de permissões elaborada pelas autoridades da SSP, mas eram instrumentos de diversão maiores de um grupo que através de ritos, atributos, músicas e máscaras levavam ao Carnaval diferentes formas de diversão, embora muitas delas passassem pelo processo de desaparecimento/ressignificação. Abriam-se, então, as cortinas do teatro da vida para uma apreensão artística da realidade que captava o sentido e a orientação da sociedade em seus mais profundos pormenores.

No entanto, esse passado que escapava, frente ao presente que chegava ainda encontrava grande resistência. Bastava que se tocassem quatro notas de Vassourinhas que a energia e a espontaneidade do povo folião estariam novamente colocando o pernambucano, o recifense e até mesmo o turista no compasso da alegria, respondendo ao chamado do despertar

---

<sup>30</sup> A música citada também encabeçava o nome do disco que foi produzido pela Fábrica Rozenblit, sob a direção de Ozires Diniz e misturava o frevo baiano, o samba carioca e a tonalidade da música pernambucana com um instrumental bastante pesado. Os músicos envolvidos na montagem do compacto foram Salatiel José, Rogério Gutemberg, Germano Gladstone e o próprio Ozires Diniz. Foi um dos grandes sucessos do Carnaval de 1973 no Recife.

das ordens de Momo. A essência renascia, o povo se reencontrava e esquecia também as polêmicas em relação à morte do Carnaval, fazendo com que o reinado de Momo fosse tomado pela vida e pela significação além da moral e dos costumes, mas principalmente pautados por um código de extremos que deveria atingir um fim último – o espírito inventivo do folião, do brincante. O Carnaval seria assim durante os Anos de Chumbo: o estandarte de pé, o bloco na rua, o frevo tocando e a fantasia no corpo, ainda que pouco se renovasse.

O modo como o Carnaval se relacionaria diretamente com a política, então, seria um dos principais pontos de possibilidades observadas no Carnaval de Chumbo. De que forma as autoridades estabeleceram o controle da festa? Que instrumentos foram usados para realizar esta tentativa de normatização e controle? Como era o relacionamento de Prefeitos e Governadores com a festa? De que forma policiais e foliões buscavam espaços de significação e entendimento durante a manifestação? São discussões que serão abordadas no próximo capítulo.

### **3 A LINHA ENDURECE NO BRASIL: os Tempos de Chumbo**

#### **3.1 ENTRE A ORDEM DO PAÍS E A BRINCADEIRA DO CARNAVAL: Costa e Silva e Médici governam o Brasil de Chumbo**

O ano de 1968 não começou de fato com as tradicionais salvas de fogos ou os champanhes abertos na à meia noite. Nos primeiros meses daquele longo ano, os fatos que iam se sucedendo logo levaram os personagens daquele contexto social a terem prova de que aquele seria um ano de incertezas, luta por mudanças e busca em torno de novos paradigmas. Caminhar e cantar, seguir a canção, era no Brasil um lema que, inspirado nas transformações que se pretendiam ocorrer na Europa já um ano antes, já demonstravam que aquele janeiro não seria um mês igual aos janeiros dos últimos quatro anos passados. Não bastava mais unicamente levantar-se contra uma forma de governo que restringia importantes instrumentos simbólicos sociais garantidos mediante a ideia de um sistema democrático: levantaram-se, sim, diversas bandeiras que prezavam por mudanças no âmbito cultural, comportamental, racional, sentimental e, sobretudo, ideológico que começaram a se processar a partir das primeiras semanas daquele mês.

Estudantes nas ruas, pátios de colégios e universidades, artistas nos palcos, imprensa ávida por notícias e policiais a postos: o quadro não diferia tanto daquele que viveu o primeiro quadriênio do período militar, embora as aspirações da sociedade fossem outras não tão diferentes daquelas adotadas pós-Golpe e as posturas do governo seguissem inversamente o compasso das reivindicações, sustentando discursos como a manutenção da ordem, da paz social, da família e dos bons costumes como plano efetivo em torno da democratização da nação e, assim, estabelecendo os rumos de um novo Brasil: dessa maneira, estaria garantida a Segurança Nacional prevista antes mesmo do Golpe de 1964 pelo programa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, com isso, obtendo-se uma diretiva que conseguisse estabelecer um maior controle sobre as ações dos grupos considerados pelos donos do poder como subversivos.

Essas mudanças não ocorreram de maneira simples. Ainda em 1967, por conta da mudança de governos no país, as políticas em relação à sociedade também mudaram: saía de cena o grupo liderado por Castelo Branco, conhecido como Grupo da Sorbonne, adepto de práticas mais brandas e entrava o grupo liderado por Artur da Costa e Silva, o chamado Grupo da Linha Dura. O próprio nome deste último sugeria o que seriam os anos a seguir e, em

especial, aquele ano de 1968. Ao adotar uma postura mais rigorosa, Costa e Silva revelaria importantes caracteres de sua personalidade, o que ficaria ainda mais explícito após o segundo semestre de 1968. Até então, o país vivia um momento delicado, com a adaptação à nova Constituição promulgada em 1967, a qual dava respaldo total aos militares em ação e pensamento, além de ratificar a eficácia e eficiência em se conviver com os quatro Atos Institucionais em vigor. As liberdades estavam reduzidas e a sociedade clamava por mudanças estruturais em busca da restauração da sua ordem.

Esta ordem social almejada por aqueles que combateram o Estado de Exceção não leva a uma conotação que nos permita pensar a sociedade fora dos quartéis por apenas uma vertente: não se pode observar unicamente enquanto vítimas do sistema autoritário àqueles que decidiram estar na contramão do Regime Militar, pois havia na sociedade grupos que deram voz ao governo e apareceram como uma segunda força de sustentação deste perante as práticas e o cotidiano social daquele Brasil pós-1964. Entretanto, o grande movimento eclodido na Europa em Maio de 1968 foi um divisor de águas nos paradigmas que envolviam aquele contexto social mergulhado em legislações e determinações de comportamento, ação e pensamento. Sendo assim, um embate intransitivo (MARTINS, 2004) instalou-se buscando, antes de tudo, a destruição da criticidade do indivíduo, onde o principal objetivo era que este tivesse dificuldade na percepção das ações que suprimiam seus direitos e também uma desarticulação com o pensamento não-alienado, assim privilegiando o discurso do poder autoritário (MARTINS, 2004).

Contudo, a sociedade brasileira ativa contra o Regime Militar não se fez pautar pelas ações que, por ventura, pudessem doutriná-los mediante uma cultura autoritária (MARTINS, 2004). Percorrendo os mecanismos que se localizavam em torno da mudança de paradigmas, os diversos setores sociais brasileiros que agiram em contraponto com a Ditadura Militar seguiram as transformações que envolveram a cultura, a sociedade, as formas políticas e o mundo em geral a partir de Maio de 1968: estes mostravam a construção de um novo imaginário social. Concentradas especialmente na França, em Praga, nos Estados Unidos ou no Brasil, as repercussões desses acontecimentos surtiram efeitos que se manifestaram naqueles anseios mais desejados pela sociedade: a garantia de seus direitos fundamentais, mais tarde chamados universais, o que a nem todos foi acessível. Nascia ali uma geração que viveu alimentada por sonhos, heróis, ódios, emoções e ações das mais variadas possíveis em torno da concretização de suas ideologias, novas para muitos.

A geração de 1968 viveu uma dicotomia durante aquele ano de tantas transformações: enquanto uns estavam horrorizados com as mudanças propostas pelos movimentos que eclodiam a cada momento, outros buscavam consolidar suas perspectivas diferenciadas com relação a antigos paradigmas como: estrutura social e familiar, lealdades ideológicas e legados culturais. Como já evidenciado, maio de 1968 representou um crescimento dramático de acontecimentos, que na verdade tem suas origens ainda em 1967 e suas repercussões muito vivas ainda em 1969, que só foram possíveis graças a uma sintonia muito grande entre seus principais protagonistas (KURLANSKY apud LIMA; PALMEIRA, 2008). Esse mesmo grupo formado por estudantes universitários, grupos envolvidos nas questões ambientais, manifestantes que lutavam pela formação de um Estado de Direito a partir de legislações adotadas para minorias como homossexuais e feministas, diversos profissionais liberais entre tantos outros foi tomado de consciência crítica, provocando uma grande adesão nas universidades e reunindo condições essenciais para a formação de um pensamento crítico, cultural e, sobretudo, tomados por uma enorme vontade de serem diferentes da geração de seus pais, bem como possuir capacidade de debater sobre assuntos envolvendo política, principalmente.

Mais do que um legado, aquela geração ativa em torno da luta pela construção de ideias em prol da mudança perante a insatisfação de muitos que estavam junto com eles estava preocupada principalmente em fazer de 1968 um ano inesquecível (LIMA; PALMEIRA, 2008). Inesquecível não porque houve grande mobilização de várias esferas sociais em torno de uma causa única: lutar contra a ordem estabelecida, as ameaças reais contra o Estado de Direito ou até mesmo o anseio em construir algo realmente novo. Aqueles que fizeram daquele período o ano que não terminou (VENTURA, 1988) utilizaram instrumentos dos mais variados como cartazes, pichações, piquetes, festivais de músicas (vide *Woodstock*) e até mesmo seus próprios corpos para estabelecer a luta movida pelas paixões, onde buscaram encontrar a si mesmos em cada momento que saíam às ruas em busca da realização de seus anseios. Ainda, segundo Dosse (2001), era uma ruptura brusca e, como toda ruptura, buscou no passado a memória necessária para um novo presente, estabelecendo caminhos novos totalmente independentes da inércia existente, rejeitando a verticalidade e a delegação de poder.

Assim, as manifestações não se restringiram à Passeata dos Cem Mil em São Paulo, mas dinamizaram-se por diversas capitais brasileiras. Em Pernambuco houve algumas mobilizações voltadas para a Praça Dezessete, Praça Maciel Pinheiro e Independência,

piquetes na Rua do Príncipe, todos feitos por estudantes universitários, mas nada que realmente se comparasse a passeata que saíra em frente à UNICAP, congregando vinte mil manifestantes contra as decisões do Congresso Biônico em relação aos casos Márcio Moreira Alves e Edson Luís. Recife já vivia um clima de protestos, tensões, repressão, busca por maiores espaços de Democracia que promoviam embates encabeçados especialmente pelos estudantes vinculados à UNE<sup>31</sup>. Todavia, apesar do movimento de maio de 1968 ter se apresentado como um divisor de águas nas concepções daquela época, alguns sentidos são mais fortes na Europa, a exemplo da reforma universitária e o movimento ambientalista, rebatendo secundariamente no Brasil. Neste sentido, as repercussões negativas que atingiram as manifestações, assim como os resultados práticos das ideologias contidas no movimento, também foram inesperadas. O Governo Costa e Silva, alegando ameaça ao Estado de Segurança Nacional, decidiu promulgar a 13 de dezembro de 1968, uma verdadeira sexta-feira macabra, o Ato Institucional nº 5, decretando um silêncio temporário de sete anos em muitos instrumentos legais previstos na Constituição da Democracia brasileira.

Mesmo sendo uma diretiva impetrada pelos militares, o AI-5 não representou uma unanimidade entre estes. Em consonância com o que afirma o jornalista Contreiras (2005), alguns militares ligados ao Legalismo e ao Positivismo de Benjamin Constant eram contra esse golpe dentro do golpe, afirmando que não havia necessidade para acionar forças de tamanha repressão a exemplo do que acontecera na época do Plano Cohen de Getúlio Vargas, onde o uso da força de contorno extremo se tornou uma instituição legal pelas mãos do Estado. Nem mesmo ameaças de guerrilha ou qualquer atividade do mesmo quilate pairava sobre aqueles que discordavam do Regime Militar na altura do ano de 1968, de modo que justificasse a implementação de tais leis.

Porém, os militares ligados à Linha Dura precisavam de um pretexto para que suas ideias fossem colocadas na ordem da vez e inclusive, segundo o coronel-professor do Exército Tito de Avillez, ameaçaram o Marechal Costa e Silva juntamente com sua esposa, D. Iolanda, caso o endurecimento do Regime não se traduzisse numa realidade. Sem saída, Costa e Silva cedeu aos planos manipuladores dos representantes do autoritarismo (o que não isenta o

---

<sup>31</sup> Apesar de extinta oficialmente desde o Golpe de 1964, a UNE era vista como um órgão estudantil propenso à subversão por ter adotado a luta em campo aberto – nas ruas – pela afirmação de seus ideais, especialmente o de uma reforma universitária, bandeira que já havia sido levantada antes mesmo de 1968 (em março de 1964) pelo estudante paulista de Engenharia José Serra, então presidente da entidade naquela ocasião. Com os direitos caçados e seus principais líderes presos, acusados de inimigos veementes do regime, a imprensa passou a designar a organização como EX-UNE, apesar da ideologia ter permanecido intacta e muitos de seus membros continuarem ativamente protestando contra o Governo Militar. Para entender melhor a nomenclatura “EX-UNE”, ver matéria em: REVOLUÇÃO, ano zero: as sextas-feiras 13 da extinta UNE. **Revista Veja**, São Paulo, n. 15, p. 16-25, 18 dez. 1968.

mesmo de responsabilidades sobre os atos que teria justificado como necessários à condução do país). Nesse caso, não houve um conjunto de ações de fato plausíveis e coerentes para promover um discernimento em torno do que poderia ser feito para conduzir legalmente o país (CONTREIRAS, 2005).

Através, pois, deste dispositivo (AI-5), O Governo Militar acabou por decretar a institucionalização da tortura, da perseguição, da censura, impetrando o medo como arma e promovendo a ampliação dos sistemas de Estado que privilegiavam a informação como um dos elementos primordiais para o estabelecimento do controle efetivo das ações das formas de repressão. Estas maneiras de agir dos órgãos repressores são situadas por Carlos Fico de acordo com o conceito político de subversão:

A subversão atende a uma meticulosa diretiva, manifestando-se em torno das instituições políticas, sociais e econômicas, procurando miná-las da base à cúpula, visando adequar o terreno para que possam disseminar mais facilmente seus propósitos. [...] Tem se observado um movimento crescente que vem se formando em torno do tema 'censura'. [...] A sua revogação daria trânsito livre para as mensagens que pregam a desmoralização das instituições e a contestação à ordem estabelecida, criando o clima desejado para a grande investida pretendida pelas esquerdas (FICO, 2001, p. 79).

Da mesma forma, Silva (2007, p. 69) aponta que este dispositivo em Pernambuco necessitava da ideologia onde

Ter o controle da vida dos indivíduos, produzir, apreender, divulgar, fantasiar e manipular informações reais ou imaginárias passa a ser o principal objetivo da polícia política de Pernambuco, bem como de todos os órgãos de informação da rede, seja do Exército, Marinha, Aeronáutica ou Polícia Federal. As anotações, os registros constituem-se nos mais eficiente argumento de coerção e de controle sobre os indivíduos e de manutenção do instituído. E é através delas que o poder ancorado em saberes prévios produzidos ou apreendido pelos órgãos de informação e segurança, se exerce.

Uma vez que a subversão era uma ameaça crescente e constante na sociedade, as maneiras de agir dos instrumentos repressivos a exemplo do DOPS e do DOI-CODI justificavam uma direção no sentido de se estabelecer uma militarização da sociedade (BRIGAGÃO, 1985) para que cada um estivesse consciente de que a ordem e a segurança seriam mantidas pelo Estado Ditatorial independentemente dos dispositivos previstos na Carta Constitucional aprovada em 1967. O controle, o cerceamento, a vigília e a força eram formas de manter a autoridade e a presença forte e segura no sentido de evitar a perda de referência da ordem social.

No entanto, não somente os órgãos de informação e repressão retratavam a dinâmica do que seria o período designado como Anos de Chumbo. “As contestações dos anos sessenta, depois as retenções do crescimento econômico, revelou, sobretudo temores e medos e, pela mesma maneira, orientou novamente a atenção em direção aos lugares do poder” (BALANDIER, 1999, p. 101). Esta visão pode ser identificada em seus resultados nas palavras de Alves (2005), que com base em relatos de seu irmão, o então deputado cassado Márcio Moreira Alves, ressalta que o AI-5 fora preparado um ano antes de sua decretação (1967), com base em princípios da Agência Central de Inteligência (CIA) e dos projetos da Aliança para o Progresso das Américas praticado em finais da década de 1950, início dos anos 1960 pelo governo John F. Kennedy.

Segundo Fico (2008b) este projeto atendia aos interesses do então presidente norte-americano Lyndon Johnson para as Américas, sem que, contudo, os governos apoiados pelos norte-americanos agissem ancorados em atividades repressoras. O autor chama a atenção para o papel dos Estados Unidos enquanto baluartes da Democracia, mesmo que tenham concordado e patrocinado o Golpe de 1964. O apoio ao Governo Brasileiro durou até a aprovação do AI-5, pois os americanos haviam reagido ao documento suspendendo qualquer ajuda que pudesse colocá-los em concordância com tal ato (FICO, 2008b). As palavras do Secretário de Estado Norte-Americano, Dean Rusk, atestam este posicionamento contrário: “[...] o secretário de Estado sugeria um apelo algo descrente ao governo brasileiro para que abandonasse o AI-5, mas orientava a embaixada no sentido de que essa posição fosse levada com um estilo ‘calmo, amigável e franco, sem aparência de dramatismo, ameaça, tutela ou dirigismo’ (FICO, 2008b, p. 204).

A posição contraditória, no entanto, pode ser observada no estudo de Huggins (1998, p. 9), quando esta cita que houve uma burocratização das polícias nos países ajudados pelos norte-americanos durante a Guerra Fria, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970, onde um “programa bélico de controle social” foi instalado visando atender aos “interesses e objetivos políticos específicos de segurança nacional dos Estados Unidos” evitando, assim, o nascimento de novas Cubas na América do Sul. Estas duas visões, quando analisadas, podem nos revelar uma possível face da política dos Estados Unidos nas Américas – a de defensora de governos democráticos que seguissem sua ideologia voltada a duas demandas: de um lado, a necessidade marcada por uma negação da repressão em função das reações negativas causadas perante a Anistia Internacional (FICO, 2001) e o Congresso dos Estados Unidos – o que acabou ocorrendo em 1974, com o fim do apoio à militarização das polícias (HUGGINS,

1998, p. 6) – e, de outro lado, a decisão de apoiar negócios no país aproveitando o chamado milagre econômico, o que chegava a surpreender os próprios norte-americanos.

Seguindo neste caminho, enquanto instrumento legal de seus objetivos, o AI-5 era documento que dava plenos poderes aos militares sem que estes precisassem se preocupar com os direitos civis do povo brasileiro. Como ficaram conhecidos de vários estudos feitos sobre o referido documento, as perseguições, cassações de mandatos políticos, exílio e a oficialização da tortura se transformaram nos planos de ação desta legislação, que complementava as disposições contidas na Carta de 1967. Apesar de direcionado para grupos tidos pelos poderes de Estado como subversivos a respeito de Estudantes e militantes de Esquerda (notadamente do PCB e tantos outros grupos que surgiram à medida que o Regime aumentou seu campo de ação), o AI-5 atuou em todas as esferas civis. A maior prova disso é a perseguição a membros progressistas da Igreja Católica e até mesmo a censura voltada a sambas-enredo do Carnaval, principalmente do Carnaval Carioca. De acordo com Kirmeliene (2008), essa foi uma época onde “houve um momento em que as vozes se calaram perante a opressão e a repressão. Tais ações e reação também se manifestaram dentro do ‘planeta carnaval’”.

O ano seguinte, 1969, mostra-se como crucial para as novas determinações do Governo Militar: era preciso enquadrar a sociedade como um todo nos preceitos contidos na Lei, para o bem e a segurança de toda a nação, assim como afirmava o discurso dos Manuais da ESG. Contudo, seria pretensioso demais afirmar, conforme o autor supracitado, que a partir de 1969 “todos os componentes do ‘planeta carnaval’ pareciam seguir a cartilha ufanista do regime militar” Kirmeliene (2008). Havia dentro dos clubes e agremiações de carnaval membros que estavam apenas preocupados em realizar belos desfiles, não desrespeitando os limites dados, mas sublinaramente ousando através dos temas e fantasias expressar a liberdade até então adormecida, silenciada, negada em várias vertentes pela legislação, embora também houvesse grupos nos quais os temas escolhidos pelos carnavalescos exaltassem vultos da História do Brasil de outros tempos, o que causava o apreço do Governo Militar e uma inclinação à permissividade maior do programa organizacional destes grupos carnavalescos.

Nesta atmosfera, Valle (1970) nos mostra que, enquanto o país vivia o clima de incertezas em relação a como seria o amanhã após o AI-5, em fevereiro de 1969, enquanto a população preparava o espírito para o Carnaval, colocando a fantasia e o estandarte da diversão nas ruas, o Governo Marcial, através do Conselho de Segurança Nacional propunha e conseguiu a criação da Comissão de Inquérito Policial Militar, dessa forma fortalecendo o

poder central contra as agitações que surgiram pedindo o seu fim. Era a consolidação do Ato nº 5, que ao final de 1968 selara a unidade militar em torno da política nacional.

Decerto, os carnavais pelo Brasil foram caracterizados de forma particular, entretanto há de se concordar também que existia determinada parceria na troca de contatos, mesmo neste período, para a organização das temáticas e dos sambas-enredos. Mesmo com tal liberdade, os militares mantinham olhos vigilantes nas festas, pois havia a suspeita de encontrar algum subversivo na brincadeira, uma vez que o Carnaval, por ser uma manifestação cultural estendida a diversos segmentos sociais (o que não abre perspectiva para uma leitura de plena Democracia voltada à festa por outras razões que serão discutidas mais à frente), poderia ser usado como artifício para possíveis planos contra o governo vigente.

Esse controle imposto às festividades seguia algumas direções que se assemelhavam àquela voltada para o cinema, a imprensa e a música. Aplicado através das Delegacias de Costumes e Diversões Públicas (DCDP), que passaram a agir com maior efetividade a partir de 1969, apresentando determinações em consonância com a Lei de Segurança Nacional e procurando promover a manutenção da ordem e dos bons costumes, havia uma maior preocupação com o comportamento e as expressões individuais em ambientes públicos. No caso Pernambucano, onde o Carnaval possui ao longo de anos uma expressividade destacada, a preocupação dos órgãos responsáveis pelo policiamento das festividades estava centrada em um objetivo: coibir os excessos. Durante os Anos de Chumbo, as matérias que seguem na imprensa pernambucana mostram que os órgãos competentes como as Delegacias de Plantão, os comissários de Polícia, o Secretário de Segurança Pública, entre outros envolvidos na organização interna ressaltavam a importância da conscientização dos foliões em brincar preservando a ordem, sem cometer os tais excessos, embora essa techedura não se limitasse apenas a estes aspectos.

Seguindo o curso do tempo, a década de 1970 trouxe a chegada do Presidente Emílio Garrastazu Médici ao poder e com ele desenhou-se o panorama da ideologia “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Médici faria da repressão seu mais “convincente” argumento em prol das conquistas que julgava necessárias para o estabelecimento de um Brasil progressivo, um país que tivesse os olhares voltados ao futuro, ao desenvolvimento e ao crescimento gradativo. Os avanços na área econômica e a relativa melhoria do poder de compra da sociedade com o Milagre Brasileiro, programa econômico que estabeleceu faixas reais de crescimento entre 8 e 11% ao ano durante seu governo, respaldavam o presidente a inflamar frases como “Ninguém

segura esse país”, “Este é um país que vai pra frente!”. Enquanto isso, nesta dicotomia, a situação voltada aos direitos democráticos não mudou positivamente em nenhum aspecto.

Mesmo com a censura introjetada, onde cada ator social experimentou os espaços e os limites do dizer, os sentidos proibidos eram as formas pelas quais os subversivos tinham para expressar-se nessa época, promovendo um discurso da resistência que ficou evidente em diversos segmentos sociais, sobretudo aqueles que aderiram à Luta Armada. Explorando o avesso do sentido social da época, muitas ideias nasceram operando em favor de um novo lugar onde o discurso agiria em benefício da circulação de poder.

Neste panorama, o planejamento do Governo Médici foi de maiores punições, de maiores cerceamentos contra aquilo que Coelho (2000) chama de identidades difusas. Àquelas pessoas, com objetivos contrários aos do Governo tinham duas opções: integrarem-se ao modelo, aceitando a situação ou então responder por suas atitudes, sabendo (ou não) que estariam sendo constantemente monitoradas em seus passos. Essa era a única maneira que os militares viam de formar um consenso na sociedade brasileira sobre sua participação e suas atitudes para com a organização da arena político-social do país. A doutrina militar de intervenção total na esfera social se deu sob a égide justificativa de que existiam muitos fatores desagregadores que fluíam da civilidade e era preciso que as Forças Armadas, em seu objetivo de zelar pela integração e Segurança Nacional, agissem de alguma forma de modo a coibir qualquer alteração profunda na estrutura política delineada para o país naquele momento (COELHO, 2000).

No tocante ao Carnaval a partir de 1970, o panorama nacional revela que havia, como citado anteriormente, certa complacência para com os temas ufanistas, de modo a ratificar a ideia de que este era um país que vai pra frente, um país com grande perspectiva desenvolvimentista e com um futuro promissor mediante os índices até então apresentados. O Carnaval modelo exportação passa a ser a tônica do período, de sobremaneira a incentivar que mais turistas venham ao Brasil conhecer o país onde o samba, a economia e a política garantem o futuro da nação. As escolas de samba do Rio de Janeiro são os melhores exemplos que ilustram esse discurso voltado ao eixo Sudeste-Sul. Na região Nordeste, com destaque para o Recife, tem-se exemplos similares, a saber, a Escola Estudantes de São José, que trouxe um desfile intitulado Brasil, Glória e Tradição dos seus Estados. Contudo, havia da mesma forma outra senda através da Cultura que se enquadrava na chamada Corrente do Escapismo, composta por aquelas escolas que não concordavam em abordar o tema do Motivo Nacional, herança do Estado Novo Vargasista e definido oficialmente vinte três anos

antes pelo Presidente Dutra (1947), que fora ampliada em conceitos pelos militares pós-1970. Os temas ainda abordavam falas questionadoras que antes não haviam se manifestado abertamente, como fica presente nos temas escolhidos por agremiações a exemplo da Acadêmicos do Sanguêiro, através de seu carnavalesco da época, Joãozinho Trinta.

Apesar disso, brincar na ordem significaria acompanhar o desenvolvimento de um programa pautado no controle já previamente estabelecido, no exemplo do Recife, em anos anteriores. Os jornais do período apresentam que o policiamento ostensivo, a censura e as licenças eram as palavras de ordem para o Carnaval Recifense, ratificando o discurso do cuidado com os excessos e buscando integrar a brincadeira à ideia de Segurança Nacional, com determinadas ressalvas. Havia todo um esquema previamente traçado pelas autoridades que permitia, “Um montante de consenso suficiente para legitimar diretrizes gerais para a formulação de políticas substantivas. Sem este consenso, tais políticas se tornariam inviáveis” (COELHO, 2000, p. 171).

Um exemplo disso seria relatado em uma das colunas do Diário de Pernambuco de 08 de fevereiro de 1970, quando esta falava de um importante clube que, devido à rigurosidade das leis e a forma como o Carnaval vinha se processando desde que a Linha Dura foi implantada no país, teve que ir modificando não somente o seu quadro social como também (e principalmente) o cultural. O clube Pás Douradas, naquele ano, não mais desfilaria; tradicional, o clube disputava com Vassourinhas o título de clube mais antigo do Carnaval Recifense e um dos motivos, segundo o colunista, era que o clube estava deixando de participar por causa da liberdade que lhe era negada (assim como a tantas outras agremiações) (WALENTE, 1970). A liberdade, nesse sentido, era vista como um artefato essencial para a prática dos elementos carnavalescos e o referido colunista enfatizava que “essas liberdades que têm suas raízes na índole democrática do povo – às vezes nocivamente distorcidas em licenças, dão ao Carnaval função de desafogo e alívio para tensões e cargas emotivas” (WALENTE, 1970, p. 5). Assim, nota-se aqui uma importante característica da época: a falta de subsídios e a não concordância de alguns grupos em seguir as determinações da entidade designada desde 1955 pela Prefeitura da Cidade do Recife para a organização do Carnaval, a Comissão Organizadora do Carnaval (COC), tendo em vista que a mesma era excludente e utilizava a censura branca<sup>32</sup> como arma para vender um Carnaval modelo exportação.

---

<sup>32</sup> Entendemos que a censura branca aplicada pela COC é uma forma indireta de censura onde, através de regras específicas voltadas a desfiles de agremiações, pagamentos de taxas e proibições feitas a práticas da festa, o Estado buscou estabelecer uma rotina para o carnaval de modo diferente ao que o brincante tinha como modelo ideal de sua festa.

Enquanto aconteciam os festejos carnavalescos, o presidente Emílio Médici aproveitava para pensar na sucessão política dos Estados. Em Pernambuco, havia uma articulação entre os Arenistas para conduzir Eraldo Gueiros Leite ao Palácio do Campo das Princesas, sobretudo por este representar os interesses de momento do Presidente e mostrar-se como um amigo do mesmo, desenvolvendo relações muito próximas. Isso ficará expresso anos mais tarde, com as diversas visitas de Médici ao Agreste e Sertão Pernambucanos e a liberação de somas vultosas em dinheiro para obras emergenciais nestas regiões, além de homenagens que foram reservadas ao chefe do Estado de Exceção naquele momento.

No intervalo compreendido entre 1971 e 1975, o Carnaval manteve-se dentro deste quadro ordinal e situacional: temáticas geralmente ufanistas, subvenções pagas pelas autoridades, legislação específica voltada para a execução da festa. As modificações, no entanto, vieram gradativamente com uma abertura promovida pelas festividades, uma vez que as proibições aos poucos foram sendo ignoradas pelos foliões que passaram a utilizar-se daquelas práticas reprimidas como brinquedo e com isso dotar o tríduo momesco de maior espontaneidade e originalidade. Eram dois discursos diferentes que se entrecruzavam e às variantes resultantes destas formas de se expressar, não era possível efetivar controle sobre os espaços de falas. Destarte: “Este é o risco dos sentidos. Não há discurso estanque que os torne de todo ‘controláveis’ nem discurso que garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que são produzidos. Uma vez postos em circulação, eles podem circular por qualquer ponto dos processos discursivos” (ORLANDI, 2007, p. 117).

Embora nem todos os foliões fossem adeptos desta ideia, não podemos negar que a mesma contribuiu para uma paulatina mudança de paradigmas no tratamento das autoridades para com a festa de maneira rigorosa. Entendemos que a abertura não pode ser atribuída única e exclusivamente a causas políticas, mas através da Cultura o processo foi se delineando e promovendo uma maior flexibilidade que levou o país a realizar uma nova virada de conceitos durante o período em que Ernesto Geisel assumiu a presidência (1974) em substituição à Médici, com a gradativa revogação do AI-5 e com a formação (mesmo mediante a pressão de maior parte da sociedade brasileira) de um pensamento voltado a uma abertura lenta, gradual e segura, como ficou explícito nas palavras iniciais durante o mandato do então presidente que assumia, apesar deste fator não ter sido uma realidade efetiva em seu planejamento presidencial.

Geisel era aquele presidente que pensava o Brasil como um país que necessitava de mudanças após os primeiros dez anos do Governo Militar para que não houvesse um desgaste

maior do mesmo. A conjuntura internacional (especialmente após a Crise do Petróleo de 1973) e os reflexos que a mesma produziu no país desmitificaram o chamado milagre brasileiro, mostrando os verdadeiros contrastes e problemas de uma nação em franco crescimento, mas que se encontrava em estado de espera. Buscando a manutenção da ordem democrática que julgava defender, o Presidente insistia que houvesse uma margem significativa da sociedade apoiando o regime, pois somente dessa maneira existiria um consenso básico e uma institucionalização acabada dos princípios da revolução. Assim, Geisel (apud REZENDE, 2001, p. 175) afirmava:

O que almejamos para a nação [...] é um desenvolvimento integrado e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homoganeamente, todos os setores – político, social e econômico – da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento, é que alcançaremos a distensão – isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o processo da nação e o bem estar do povo.

Esta distensão era requerida, especialmente pelos setores mais abastados da sociedade brasileira nos anos de 1974/1975 ao lado da classe média e baixa por se tratar de uma luta incessante que muitos dos brasileiros buscaram encampar em torno do estabelecimento do Estado de Direito desde que o AI-5 passou a vigorar no país. No entanto, Geisel afirmava que somente o comedimento e a autodisciplina seriam os valores fundantes para que o processo de modificação de algumas estruturas pudesse ser encaminhado. Tais alterações, entretanto, passavam por alguns paradigmas.

Dentre os principais direcionamentos que promoveriam a distensão do regime estavam, segundo Alves (2005): a) trabalhar em torno da suspensão gradativa da censura prévia, negociando com a sociedade, calcados nos direitos humanos defendidos pela Declaração da ONU (reivindicação de diversos grupos sociais e ONG's no período em questão), os termos para uma melhor condição de tratamento das questões na ordem do dia; b) posteriormente, elevar-se-iam questões ligadas aos direitos eleitorais, com o retorno da participação da sociedade diretamente no pleito, sem que, contudo, esta ainda tivesse acesso à escolha do cargo de mandatário máximo da nação; c) e por fim, a suspensão dos mecanismos legislativos de controle da Constituição, como o AI-5, reconhecendo, porém, que o mesmo deveria ser apenas usado em casos mais extremos, quando uma real ameaça à organização do país fosse processada.

O conjunto dessas medidas representava o que Geisel denominava de “democracia relativa” ou “democracia forte” (ALVES, 2005, p. 225). Garantindo seletivamente o controle

da sociedade a partir de um poder coativo, as medidas de liberalização buscavam legitimar o discurso de que, desde 1964, os militares já conheciam as formas de promoção de uma Abertura Democrática para o regime observando que pouco se falava em substituição do modelo político, mas na verdade o pano de fundo dessas medidas revelava a busca de um resfriamento das reivindicações presentes na sociedade civil. Esta, por sua vez, precisava entender que o espírito guardião das Forças Armadas estava ao lado da manutenção e garantia dos modelos de valores democráticos.

Nesse sentido, as lutas se processaram em vários campos: a distensão foi iniciada, como prometido pelo então Presidente, esfacelando uma parcela das bases que sustentavam tanto o aparato executivo como o legislativo da Linha Dura. Todavia, essa busca pelo Estado Democrático de Direito observava uma não equalização entre os interesses preponderantes e os valores sociais difundidos como base da sociedade como um todo (REZENDE, 2001). Assim, era possível imaginar que havia um encontro em objetivações do regime e subjetivações da sociedade civil, onde prevaleciam as prerrogativas que envolviam o primeiro, especialmente em relação ao âmbito cultural.

Costa (2007), ao analisar o Carnaval Carioca, revela que a capacidade criativa que todas as suas modalidades têm preenche as lacunas deixadas pelo desconhecimento que a sociedade possui dela mesma. Neste caso, podemos estabelecer um comparativo com a ideologia presente nas modificações que começavam a se processar na percepção que os militares tinham de Cultura Brasileira – segundo estes, o povo brasileiro desconhecia os reais valores e potenciais capazes de serem alcançados pelos valores trabalhados mediante regras e comportamentos que seguissem o movimento de deslocamento das questões democráticas. Iniciando estas mudanças a partir da educação, o objetivo do Estado Ditatorial era expandir para as demais áreas da Cultura, conhecimentos que ajudariam os brasileiros a realmente conhecerem sua identidade e perceberem em que sentido operava o panorama arquitetado pelos homens do poder para a preparação de uma sociedade educada por fortes e duradouros traços culturais. É o que Rezende (2001, p. 191) chama de “obra da cultura”.

O olhar sobre o Rio de Janeiro possibilita reflexos para perceber a mobilização em torno do Carnaval do Recife nesta época. Mesmo não se colocando na contramão do chamado Tema Nacional, os Dias Gordos revelavam uma constante busca pela liberalização da rigorosidade presente nas Portarias Municipais – da tática à prática, Recife viveu verdadeiros anos de liberdades vigiadas nos carnavais de 1974 e 1975, entretanto, assim como a

conjuntura nacional, observando uma distensão nos valores que pautavam as limitações impostas pelo Estado, sobretudo aos foliões.

Um bom exemplo que ilustra esse debate está registrado nas páginas do Diário da Manhã de 09 de fevereiro de 1974 (ASSEgurada..., 1974) - atendendo às reivindicações dos foliões e apreciadores da brincadeira de Momo, o Prefeito Augusto Lucena, junto com o Secretário de Cultura, Rubem Gamboa, optaram pela não instalação das arquibancadas que limitavam a aproximação do público folião aos brincantes, de modo que toda celebração da alegria se daria no asfalto, como o recifense gostava. No entanto, a distensão ainda estava presente nas regras do desfile das cento e sete agremiações previstas para aquele ano em caso de atraso: o desfile começaria às 20h e teria seu término previsto para 1h do dia seguinte, onde a punição variava dos 15 aos 60 min. de atraso, correndo o risco de desclassificação em caso de ausência. Embora essas regras fizessem parte da competição e acirrassem a elaboração dos desfilantes, há de se perceber certo rigor no cumprimento de regras, sobretudo em horários obedecidos para eventos nas ruas, evitando agitações madrugada adentro. Chegamos a essa constatação pelo tratamento dado pela Emetur (Empresa Metropolitana de Turismo), CPC (Comissão Promotora do Carnaval) e Federação Carnavalesca às agremiações que desfilavam durante o dia, pois não havia limite de horários nem mesmo regras rígidas em torno de suas apresentações (EMETUR..., 1974).

Outro exemplo encontra-se na permissão dada pela Divisão de Censuras para a instalação de barracas que comercializariam comes e bebes ao longo dos principais focos de folia. Contudo, mediante um polido conjunto de regras, o órgão estatal averiguou se nenhuma das instalações feria aos padrões da decoração da cidade, que evocavam os antigos carnavais naquele ano (1974). Mesmo assim, caso as barraquinhas desobedecessem as normas instituídas pelo Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da Prefeitura do Recife, teriam sua mercadoria apreendida e sua licença provisória de comércio caçada pelos funcionários de plantão da entidade (BARRACAS..., 1974).

O ano de 1975 observou novos movimentos dos sentidos da distensão iniciada por Geisel um ano antes de forma mais contundente – tais modificações foram minando sentimentos de liberação extrema na sociedade, o desejo de uma abertura deliberada, de um maior espaço de manifestação dos anseios contidos desde o AI-5. Tal liberdade, porém, era vista com certo receio e periculosidade por membros ligados ao Governo, sobretudo os partidários da Arena presentes na Câmara dos Deputados, como José Sarney, Petrônio Portela e Magalhães Pinto (REZENDE, 2001). Estas mudanças, mesmo sinalizando aspectos mais

positivos em relação aos Anos de Chumbo, acabavam por ver no Carnaval certo dilema característico de anos anteriores: o estandarte sempre estaria suspenso sobre a ingenuidade coletiva própria dos Dias de Momo, onde a incerteza do folião era em saber se o mesmo acordaria após a Quarta-Feira Ingrata, erguendo os braços para abraçar novamente o Carnaval. Pairava a dúvida do próximo Carnaval.

### 3.2 PERNAMBUCO NA ROTA DOS ANOS DE CHUMBO: os governos de Nilo Coelho e Eraldo Gueiros Leite

Em um passado não tão distante para a História, onde o mesmo nos revela momentos em que o povo estava nas ruas em busca de identidade política e cultural,

uma cidade aumentou seu status aos olhos das cidades vizinhas quando conseguiu fazer com que o governante participasse das festividades locais. Com sua presença, o duque revelou seu poder e autoridade. Participou das refeições e das danças, ouviu com atenção os recitadores e atores da cidade, mostrou sua generosidade para todos eles e para os inúmeros menestréis e bufões (NIJSTEN apud EHRENREICH, 2010, p. 138).

A visão acima acerca da política envolvendo as festas populares, apesar de pertencer ao século XIV na Holanda, apresenta que não existe uma distância tão grande entre os governantes e seu público, estando a autoridade se fazendo presente na farsa como símbolo de austeridade e benefício para a realização da mesma, especialmente nas ruas, há bastante tempo. Nesse sentido, é pertinente pensar sua participação enquanto uma das peças fundamentais que aproxima política e cultura no decorrer da evolução das festas populares a exemplo do Carnaval como primordial para entender a forma como estes caminhos se cruzam e mantêm estreitas relações na duração histórica.

Transferindo os olhares para o Recife e Pernambuco durante o período 1968-1975, guardando-se as particularidades próprias dos contextos históricos e comparando a totalidade, é possível destacar que a representação dos poderes militares nas esferas estaduais e municipais caracterizou-se de maneira decisiva após o AI-5. Estabelecendo as regras e o discurso pautado em nome da Segurança Nacional, os políticos indicados pelos poderes militares advindos de Brasília deveriam ter obrigações para com o Governo Federal e necessitavam estar envolvidos com os preceitos defendidos pelas Forças Armadas para a construção de um país mais sólido, democrático e desenvolvido. Em certa medida, deveriam

pensar seus territórios como ambientes embrionários para uma política de integração ao projeto nacional.

Este pensamento estaria claro ainda nas determinações expressas pela Carta Constitucional de 1967, que previa a autonomia das Assembleias Legislativas dos estados para elegerem, de acordo com os preceitos nacionais, seus representantes para o regimento das diferentes federações. O artigo 13, parágrafo 2, que previa a escolha dos mandantes estaduais, no entanto, não seria respeitado e a eleição destes se daria de forma indireta graças à Emenda Constitucional nº 1 de 1969; todavia, conservava-se o disposto no artigo 16, parágrafo 1, incisos a) e b) a respeito dos prefeitos como extensões do poder estadual, estando engajados no projeto de construção da identidade nacional (BRASIL, 1967). Tal postura, segundo Bobbio (1987), contrariava o princípio e a razão de ser do Estado na figura de seu governo, onde o mérito de um governo deve ser procurado antes na quantidade de direitos que goza o singular do que na medida dos poderes dos governantes.

Posto isso, em busca da licitude das formas de governo nos Anos de Chumbo, Pernambuco e Recife se colocavam entre os centros políticos do país com maior identificação para com o Governo Federal. A escolha de seus representantes no período compreendido entre 1968 e 1975 não se deu como mero acaso – a representação política da ARENA I (ala mais conservadora do Regime) se apresentava como uma forte corrente política que contava com nomes de tradição para defender os interesses do Estado Marcial em um dos maiores colégios parlamentares do Nordeste.

Envolver este ambiente de costura política mediante as novas determinações resolvidas pelo AI-5 possibilita a compreensão de que, nas estruturas políticas brasileiras do período abordado, a logística da Escola Superior de Guerra em formar especialistas em Brasil servia como forte esteio para a divulgação de conhecimentos adquiridos sobre a necessidade de legalizar um conjunto ideológico, pensado mediante práticas de poder indissolúveis à medida que as necessidades civis e econômicas pedissem uma maior atenção e atuação do Estado Militar na sociedade (VALLE, 1970). Tal movimentação visava à substituição de um poder civil obsoleto, propenso a subversão (leia-se como sinônimo de contradição aos preceitos da Segurança Nacional defendidos no período) por outro de caráter consensual, capaz de defender as formas de poder que se construíam mediante o encadeamento de ideias que pretendiam a legitimação em um raio maior das determinações da ESG, assim alcançando a estabilidade e tranquilidade sociais. Este papel de governadores e prefeitos seria, pois, de essencial vitalidade ao sistema ditatorial.

Nesse sentido, o quadro a seguir demonstra como os membros da Arena em Pernambuco e Recife colocaram-se como pilares do pensamento político ditatorial, alicerçando a consonância da ordem com a segurança e buscando, em certa medida, a paralização de críticas que lhes poderia ser oferecida caso a manutenção da ordem como denominador comum à segurança não fosse estabelecido.

**Quadro 1** – Políticos e suas Legendas baseadas nas Relações de Poder e Duração dos Mandatos

<b>NOME</b>	<b>TEMPO DE GESTÃO</b>	<b>LEGENDA POLÍTICA</b>	<b>CARGO OCUPADO</b>	<b>MEIO DE OBTENÇÃO DO PODER</b>
<b>AUGUSTO DA SILVA LUCENA</b>	01/04/1964 A 15/03/1969 (GESTÃO INDIRETA)	ARENA I	PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE (INTERINO)	EM 1964, OCUPOU O CARGO EM VIRTUDE DO GOLPE MILITAR QUE DEPÔS O ENTÃO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES E O PREFEITO PELÓPIDAS SILVEIRA.
<b>GERALDO MAGALHÃES MELO</b>	15/03/1969 A 15/03/1971	ARENA I	PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE	ELEITO INDIRETAMENTE PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA POR INDICAÇÃO DO ENTÃO GOVERNADOR NILO COELHO (PREFEITO BIÔNICO)
<b>AUGUSTO DA SILVA LUCENA</b>	15/03/1971 A 15/03/1975 (GESTÃO INDICADA)	ARENA I	PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE	EM 1971, FOI ELEITO INDIRETAMENTE PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA POR INDICAÇÃO DO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS LEITE. (PREFEITO BIÔNICO)
<b>NILO DE SOUZA COELHO</b>	31/01/1967 A 15/03/1971	ARENA I	GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO	ELEITO INDIRETAMENTE PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E INDICADO PELO PRESIDENTE CASTELO BRANCO (GOVERNADOR BIÔNICO)
<b>ERALDO GUEIROS LEITE</b>	15/03/1971 A 15/03/1975	ARENA I	GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO	ELEITO INDIRETAMENTE PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E INDICADO PELO PRESIDENTE MÉDICI (GOVERNADOR BIÔNICO)

Fonte: O Autor, 2011.

Como se depreende no quadro anterior é possível perceber a capacidade eletiva por indicação característica após a adoção da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, garantindo às magistraturas estaduais a força na formação dos quadros locais e municipais de acordo com os ideais do Estado Marcial. É perceptível, ainda segundo o mesmo referencial, que em nenhum momento durante os Anos de Chumbo, membros do MDB ou até mesmo membros da Arena-II (ala pouco mais moderada do regime) estiveram à frente dos principais cargos diretivos. Este comando dado à política revela uma compreensão de que a estrutura partidária não representava uma abertura, estabelecendo as escolhas pelo grau psicológico e comportamental dos candidatos ao cargo de acordo com sua inclinação para com o Estado Ditatorial.

Stepan (1973), em seu mais detalhado estudo sobre a Ditadura Militar, revela que nenhum governo de caráter civil poderia, na ótica castrense, possuir excelentes profissionais que pudessem assumir uma postura de Salvação Nacional pelas vias da Segurança, assim como governos voltados ao desenvolvimento real do Estado Brasileiro. Nesta lógica, seria prático admitir que a presença dos supracitados governadores e prefeitos regendo Pernambuco e Recife, respectivamente, não pudesse ou tivessem habilidades para a legislatura. No entanto, a inclinação ideológica (como já citado) era um fator que transpassava o fato dos legisladores não apresentarem obrigatoriamente patentes militares, o que revela um caráter de militarização da sociedade pelas vias psicológicas, um dos preceitos do Regime antes mesmo do Golpe de 1964.

Assim, a adesão dos governos e prefeituras em grande parte do território brasileiro ao AI-5 ganhou, em Pernambuco, capítulo especial na figura do Governador Nilo de Souza Coelho. Nos quadros da ARENA-PE, o político que carregava um histórico de ter sido um dos deputados mais atuantes na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco quando ainda figurava nos quadros do PSD, foi escolhido como candidato ao Governo em 1966, na convenção do partido devido à indicação do então dirigente naquele período, o Monsenhor Arruda Câmara. Recomendação acatada pelo então Governador Paulo Pessoa Guerra, surpreendendo seus aliados e a imprensa pernambucana que apontava o Cel. Murici como favorito para estar à frente do processo sucessório durante o ano de 1967, Nilo Coelho procurou seu espaço gradativamente (CAVALCANTI, 1980).

Logo, a inclinação política de Nilo Coelho se revelaria como o início de um projeto do Estado Marcial em Pernambuco que ganharia continuidade. O primeiro grande desafio do novo governador veio quando, ao ser questionado pelo Diário de Pernambuco no dia 14 de dezembro de 1968 sobre a atitude das Forças Armadas em adotar o Ato Institucional nº 5, o então novo mandatário do Estado disse:

Fiel ao espírito da Revolução de 31 de março, o presidente da República acaba de editar o Ato Institucional nº5. O Governo do Estado, solidário com a reafirmação dos princípios revolucionários, assegura ao povo pernambucano que o clima de paz e de tranquilidade indispensável ao desenvolvimento nacional será preservado e garantido.

E Pernambuco, com essas declarações, colocava-se ao lado do Governo Federal sendo representado por Nilo Coelho até 1970, ano em que deixaria a cadeira de Governador para seu sucessor, o também Arenista Eraldo Gueiros Leite. Todavia, ambos mostraram-se governantes voltados à fidelidade de seus princípios: muitos representantes dos setores de Direita já vinham pressionando as Forças Armadas para que o regime promovesse um endurecimento maior do Golpe e o Governador de Pernambuco era um dos entusiastas do acontecimento. Governar o estado com o respaldo garantido pelo AI-5 representava maior amplitude de seu plano de ação e um ascendente controle sobre as práticas adotadas mediante ação das polícias Militar e Civil diante do corpo social.

Esta direção pode ser observada em Eraldo Gueiros Leite ainda com maior veemência. Foi um administrador que carregou consigo uma grande responsabilidade: integrar o desenvolvimento de Pernambuco ao desenvolvimento proposto ao país pelo Governo Médici - se aquele era um país que ia pra frente - Pernambuco precisava caminhar no mesmo sentido. Para isso, Eraldo Gueiros abriu mão de seu mandato como Ministro e teria ocupado a pasta do Governo em sucessão a Nilo Coelho, que se candidatara à Câmara Federal.

Fiel aos preceitos da Lei de Segurança Nacional, Eraldo Gueiros buscou a manutenção da ordem, da paz e da tranquilidade do povo pernambucano de acordo com as ações consideradas eficazes pelo Governo Militar. O também Arenista não hesitou em realizar atos que pudessem ser dignos de registro para tornar seu governo marcante, o que foi reunido por meio de duas obras bibliográficas publicadas pela editora do Governo (atual CEPE) nos anos de 1971 e 1972: *Para Servir a Pernambuco* e *Assim Servi a Pernambuco*.

Admirador e seguidor do Presidente Emílio Garrastazu Médici, Eraldo Gueiros desenvolveu muitas ações no Estado de Pernambuco situando a presença do Presidente como de suma importância para destacar a imagem do Estado como promotor do impulso desenvolvimentista frente ao cenário nacional. As visitas do Presidente ao Nordeste tornaram-se cada vez mais frequentes neste período e os recursos, ao que parecia, de acordo com o observado nos periódicos e nos relatórios que constam na obra *Para Servir a Pernambuco* (LEITE, 1974) para o desenvolvimento da região e, principalmente, do Estado, eram volumosos. Realizaram-se também, a partir de 1970, algumas das formaturas dos Aprendizes da Escola Superior de Guerra, onde o Governador recebia honrarias e procurava discursar

sempre exaltando seus feitos em prol do desenvolvimento do estado integrado à política faraônica do Presidente Médici. Como mesmo disse Eraldo Gueiros, em um dos discursos dos formandos da ESG: “Por isso não me inquietarei por não ser um governador de placas de bronze. Mas para ser um governante apoiado na programação racional, renovadora dos destinos de Pernambuco, quando tão significativas são as mudanças brasileiras” (LEITE, 1974, p. 34).

Em nome da Segurança Nacional, Eraldo Gueiros traçou planejamentos para o reforço das condições dos poderes policiais do estado, criando políticas de incentivo ao exercício da profissão e qualificando o treinamento dos oficiais para que estes pudessem estar integrados à Lei Federal nº 667 de 1969, a qual ressaltava a responsabilidade das polícias, sobretudo a Militar em receberem todo seu doutrinamento de acordo com àquele dado aos soldados nos quartéis (BRASIL, 1969a). Eraldo Gueiros tinha a Segurança como princípio primeiro diante das questões sociais e logo tratou de desenvolvê-las como um dos principais planos-pilotos de seu governo voltado à integração à Doutrina de Segurança Nacional. Exemplo no estado que ilustra tal premissa foi a reorganização da Colônia Reeducação de Dois Unidos, que na perspectiva aqui pretendida, visa analisar de que forma esta abrigava os detentos capturados no Carnaval, uma vez que estes necessitavam apenas de claustro temporário, passando esta à jurisdição da Secretaria de Interior e Justiça, a qual promoveu uma severa reforma no local.

A política do Governador Eraldo Gueiros era realmente voltada, primeiramente, para a promoção da Segurança. Percebemos que os efetivos policiais ganharam a cada ano, durante os Anos de Chumbo, expressivo aumento do efetivo preventivo que saía às ruas, especialmente no Carnaval, para a realização do trabalho ostensivo. Isso pode ser explicado pelo conjunto de realizações através das quais o Governo do Estado, durante a gestão Eraldo Gueiros, promoveu uma profunda reestruturação nos quadros policiais, a saber:

- a) instituição da Polícia de Carreira no Estado e redefinição da estrutura organizacional da Secretaria de Segurança Pública (SSP);
- b) reestruturação da Casa Militar e do Centro de Operações da Polícia;
- c) construção de Quartéis de Polícia nos bairros e compra de uma fazenda para o Regimento Dias Cardoso (Batalhão de Cavalaria);
- d) aquisição de unidades móveis com equipamento de rádio integrado ao DETRAN para ações integradas em todo o estado;
- e) reaparelhamento da Rádio Patrulha, também com a aquisição de novos veículos;

- f) instalação e organização do Serviço de Informações;
- g) novas instalações para cinco Delegacias Distritais e uma Especializada, com o apoio das comunidades e da Prefeitura e;
- h) reorganização da Corregedoria de Polícia do estado.

No caso de Nilo Coelho, esta preocupação com a segurança não se faz tão presente, apesar do mesmo estar ciente dos conceitos desenvolvidos durante o período em que legislou a frente do Estado de Pernambuco. Pelas suas características, tal governador colocava-se como defensor de uma política mais humanista e percebeu, inicialmente, que os setores de desenvolvimento básico do estado precisavam de um tratamento de choque. Nesta perspectiva, adotou medidas que iam do Litoral ao Sertão, sobretudo em sua cidade natal, Petrolina. Seu planejamento foi executado, desde as primeiras ações, de maneira a integrar Pernambuco na rota do desenvolvimento faraônico que preconizava a chegada dos anos 70, buscando novas formas de atrelar o Estado na era do incremento pleno para o futuro (RIVAS, 2001). Neste ponto, os planos de ação de Eraldo Gueiros e Nilo Coelho coincidiam.

Provavelmente por representar um período de ajuste, com a chegada do Ato Institucional nº 5 e a reforma empreendida pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, o primeiro mandatário ainda buscava a assistência a problemas mais emergenciais, o que não significa dizer que não houvesse um período marcado por certas agitações contraditórias ao regime que precisassem de um planejamento mais eficiente e eficaz por parte da Segurança Pública. Entretanto, a postura assumida no início dos Anos de Chumbo em Pernambuco se mostra como um amoldamento aos preceitos nascentes e que iam, aos poucos, se consolidando naquele período de sete anos.

O que se vê, na realidade, entre as fronteiras nas quais se cruzam os dois governadores, é uma visão de que “sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mais contíguos, distintos, mas interdependentes do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna” (BOBBIO, 1987, p. 52). Desse modo, através do Governo do Estado, Pernambuco buscava uma percepção inversa ao que fora proposto pelos direitos das Declarações americana e francesa – nesta via, o indivíduo é para o Governo e não o contrário. A presença do Governo é a garantia da solidez do sistema, que se desenvolve mediante a cooperação e o reconhecimento do regime por parte dos indivíduos que dele são partes, sendo necessário ou não o uso da força como instrumento de legitimação.

No compasso do Governo, a aproximação do Governador com os dirigentes militares da Aeronáutica, do IV Exército e representantes do alto escalão da Marinha, em especial nas festividades carnavalescas demonstrava a necessidade da presença integrada dos poderes durante os Anos de Chumbo presentes nos eventos clubísticos como forma de apresentar uma possível leitura de que os mesmos se importavam com os acontecimentos voltados à sociedade, especialmente o Carnaval, que representava um momento especial nas festas culturais em Pernambuco (e notadamente no Recife) pela forma marcante com a qual se apresentou durante décadas junto à sociedade. Se havia falta de incentivos financeiros e uma maior aproximação administrativa em relação à festa, os Governadores buscaram redimir tais ausências, algumas vezes, apresentando-se como foliões, operando uma imagem construída em torno da quebra mística de que o representante estatal seria um homem intocável e não poderia estar onde seus governados estariam.

Em relação aos prefeitos, podemos considera-los como projeções dos governadores que ocupavam os cargos durante o recorte abordado. Excluindo a obrigatoriedade de serem chefes militares ou ligados às Forças Armadas, os prefeitos atuavam sobre um espaço geográfico mais direcionado e buscavam desenvolver ações em parceria com os governadores de modo a contemplar todos os pontos do planejamento federal: segurança, desenvolvimento e visão de futuro. Passando por momentos mais delicados, o cargo de Prefeito do Recife foi ocupado interinamente (como se apresenta no quadro 1) e posteriormente seguiu a direção das legislação então em vigor.

Por estarem mais próximos da população, especialmente nas capitais, tomadas como áreas de segurança nacional (SAMPAIO, 2009), os governos de prefeitos voltados à Ditadura representavam a formação de poderes amparados por rígida legislação, que se impunha a períodos considerados pelo Estado Marcial como de crise institucional, deslegitimando e relegitimando processos de constituição das forças na sociedade. Em outras palavras, seria observar a condução da sociedade mediante soluções adotadas pelos mandatários em consonância com as decisões do Governo Federal. Dessa forma, o conhecimento da sociedade civil de perto e ações que tornassem seu poder claro para tal segmento formaria áreas de consenso para a sobrevivência do sistema político (BOBBIO, 1987).

Visto isso, tanto Augusto Lucena como Geraldo Magalhães eram mais do que homens de confiança dos Governadores e das Assembleias Legislativas – representavam olhares para a Capital de Pernambuco que preparariam, dariam um passo decisivo na localidade de acordo com o projeto desenvolvimentista da Ditadura. De acordo com Sampaio (2009, p. 11), Geraldo Magalhães “começava a ver a capital de Pernambuco com olhos de amanhã”,

tamanho as obras que pensou para a cidade, mostrando-se um conhecedor do perímetro que lograva governar; enquanto Augusto Lucena também não ficava atrás, sendo um grande construtor e enquanto homem de interesse público procurou manter os conceitos de civilidade, honestidade e trabalho acima de qualquer outra forma de ação, tanto que em seu período de Governo, os avanços urbanísticos foram marcantes na cidade, sobretudo colaborando de alguma forma com a promoção do Carnaval, especialmente após sua segunda gestão.

O quadro a seguir nos permite perceber uma dimensão do desenvolvimento urbanístico promovido pelos dois prefeitos de modo a compreendê-los neste ambiente desenvolvimentista:

**Quadro 2 – Prefeitos e suas Obras Faraônicas no Recife durante os Anos de Chumbo**

NOME	FORMAÇÃO	ÓRGÃOS FORTES	OBRAS REALIZADAS
<p><b>AUGUSTO DA SILVA LUCENA</b><sup>33</sup></p>	<p>Advogado (Direito)</p>	<p>Empresa Metropolitana de Turismo (Empetur)</p>	<p>1964-1968 (1º mandato): construiu: o edifício-sede da Prefeitura; o Colégio Municipal para ensino do 1º e 2º graus; mais de 4000 casas populares; muitas avenidas, entre elas: a Caxangá, a Antonio de Góis, o cais José Estelita, a Nossa Senhora do Carmo, participação na elaboração do projeto para abertura da Av. Agamenon Magalhães e construção da Domingos Ferreira, da Abdias de Carvalho e do Cais do Apolo; as pontes de Limoeiro, Jiquiá, Capunga e Caxangá; criou: a Companhia de Habitação do Recife; a Fundação Guararapes, em ensino primário e artesanal; instalou o Mobral-Recife; promove a ampliação industrial da Companhia de Abastecimento do Recife (Compare).</p> <p>1971-1975 (2º mandato): criou a Empresa de Urbanização do Recife (URB); o Coral Madrigal do Recife; implantou o sistema de iluminação a vapor de mercúrio; construiu: casas através da Cohab; a Praça da Convenção; os jardins do Cais de Santa Rita; a Unidade Médica UR-7; o Pronto Socorro Odontológico de Afogados; ampliou e reformou a Praça da Independência; ampliou a Av. Dantas Barreto; e urbanizou a praia de Boa Viagem.</p>
<p><b>GERALDO MAGALHÃES MELO</b></p>	<p>Engenheiro e Rodoviarista</p>	<p>Empresa Metropolitana de Turismo (Empetur)</p>	<p>1969-1971: Avenida Mascarenhas de Moraes, viadutos da João de Barros e do Forte das Cinco Pontas, urbanização da Rua da Aurora, primeiras obras de ajardinamento de Boa Viagem, o ginásio de esportes (“Geraldão”), a restauração do Pátio de São Pedro, a ampliação da Avenida Caxangá, as primeiras intervenções para a abertura da Avenida Agamenon Magalhães, escolas públicas, postos de saúde e centros</p>

<sup>33</sup> É importante frisar que as ações modernizadoras de Augusto Lucena despertaram fortes insatisfações em grande parte da população recifense durante sua segunda passagem pela Prefeitura do Recife. Estas ações não contemplavam os interesses reais da população, muito menos houve uma preocupação real com a preservação do patrimônio histórico material do espaço cidadão.

			sociais urbanos, entre outros.
--	--	--	--------------------------------

**Fonte:** O Autor, 2011.

Os dados ora apresentados nos permitem concluir que de fato Augusto Lucena, por duas oportunidades, ao representar a Prefeitura da cidade do Recife, teve maior período para desenvolver um conjunto de feitos com maior destaque e projeção que lhe permitiram ser visto como um desenvolvedor do que o próprio Geraldo Magalhães, que teve dois anos incompletos de mandato, no entanto, foi igualmente um grande construtor. Nesse sentido, contudo, não bastava apenas ser reconhecido por nomes e placas, como dizia o governador Eraldo Gueiros Leite – o importante era a renovação dos caminhos que colocariam Pernambuco (e Recife, por conseguinte) na rota renovadora dos destinos e das importantes mudanças que eram promovidas em todo o país (LUCENA, 2009).

E foi justamente por conta deste reconhecimento que era importante a projeção sobre as festas, em especial, sobre o Carnaval. Estes homens do poder, em suas competências, precisavam desenvolver ações que estivessem ligadas à promoção de verbas para as festas e atenção especial com a decoração da cidade, de modo que o espírito de Momo estivesse cativante e despertasse os sentimentos da brincadeira na população, principalmente no Recife. Nesse sentido, o conjunto de práticas adotadas pelos parlamentares deveria atender a uma meticulosa ação em prol do trabalho de valorização dos elementos culturais como segundas necessidades, complementares ao desenvolvimento material empreendido em seus mandatos.

No tocante ao sentido buscado pelo lado administrativo dos Governadores de Pernambuco e Prefeitos do Recife em relação aos Dias Carnavalescos, uma leitura possível é a de que o incentivo destes representantes do poder provinha, na verdade, de uma necessidade da Ditadura em maquiagem para a população o lado truculento e obscuro da Ditadura, dando ao povo uma espécie de Política de Pão e Circo. Assim, estes homens faziam mais o papel de governantes consoantes com os Anos de Chumbo do que propriamente o de representantes que incentivavam o lúdico por benevolência, pois garantindo os dias de Carnaval apresentavam a visão na qual o povo estaria supostamente feliz e apoiando as ações do Governo.

O quadro 3 apresenta uma síntese das principais atribuições relativas aos cargos de Governador e Prefeito para a promoção e desenvolvimento das festividades carnavalescas em Pernambuco e no Recife durante os Anos de Chumbo, a saber:

**Quadro 3** – Políticos e Responsabilidades em Prol do Desenvolvimento do Carnaval durante os Anos de Chumbo em Recife e em Pernambuco

NOME	RESPONSABILIDADE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
<p><b>AUGUSTO DA SILVA LUCENA e GERALDO MAGALHÃES MELO</b> (Prefeitos da Cidade do Recife)</p>	<p>Determinar a mesa diretora da Emetur (Empresa Metropolitana de Turismo); estabelecer contatos com a Comissão Organizadora do Carnaval/Comissão Promotora do Carnaval e firmar parcerias para a melhor realização da festa carnavalesca; organização da estrutura do Baile Municipal; e tratar da concessão das verbas para decoração e iluminação da cidade.</p>	<p>Presença na Abertura Oficial do Carnaval juntamente com o Rei Momo através do palanque da Prefeitura, onde era entregue a chave da cidade ao brincante; Incentivo e comparecimento aos principais clubes da cidade, em especial para prestigiar o Baile Municipal; estar presente nos desfiles e nas premiações das agremiações campeãs do Carnaval.</p>
<p><b>ERALDO GUEIROS LEITE e NILO DE SOUZA COELHO</b> (Governadores do Estado de Pernambuco)</p>	<p>Estabelecer o plano diretor das verbas destinadas à Prefeitura e os eventos culturais ocorridos no Estado, assim como oferecer meios para a promoção da festa fora de Pernambuco através do Vôo do Frevo; incentivo ao desenvolvimento turístico, com a atração de capitais para o estado durante as festividades momescas.</p>	<p>Presença nos principais clubes da cidade e seus bailes, em especial o <i>Bal-Masqué</i> e o Baile Municipal; prestigiar a premiação das agremiações campeãs do Carnaval e assistir ao desfile das mesmas.</p>

Fonte: O Autor, 2011.

Destarte as informações presentes no quadro, percebe-se que as atribuições dos Prefeitos se faziam mais urgentes do que a dos Governadores em relação às possibilidades geradas para a festa. Vale salientar que, mesmo estando no período autoritário, os principais condutores da política procuravam transparecer a ideia de poder democrático e incentivador das festividades e eventos que aprazassem a sociedade, maquiando por trás desta ação a verdadeira face do Estado Marcial brasileiro.

Neste sentido, o lugar do poder se encontra com o lugar da cultura, onde o último se desloca entre o arcaísmo do discurso da força próprio dos Anos de Chumbo e encontra seus

meios de enunciação a partir da tradição, sem desconsiderar as mudanças e permanências sofridas no decurso da duração. Estes caminhos promovem uma negociação entre os interesses políticos e os objetos de valor cultural de modo a perceber que se estabelece um campo de possibilidades na articulação de diferenças culturais próprias de novos signos que vão definindo a ideia de sociedade e os intercâmbios culturais nela existentes (BHABHA, 1998).

Colocando-se, pois, na linha de frente do desenvolvimento das condições que possibilitariam as festas de Momo no Recife e no Estado, os homens do poder começaram a promover uma ponte entre a Cultura e a Ditadura, executada por civis, que transformassem essa negociação de elementos distais em uma realidade – o Estado, como executor de ações culturais eficazes promoveria a ideia de que as posições políticas deste não estariam tão identificáveis e, nesses termos e condições, o momento histórico da ação política se faz ambivalente, tal qual foi explicitado no capítulo 2.

Assim, tanto o colorido das ruas, como o trajeto do Corso, a premiação às agremiações vencedoras ou a presença nos bailes foi um papel assumido pelos Prefeitos e Governadores que nem sempre se revelavam enquanto uma regra. Havia aqueles, como o Governador Eraldo Gueiros que preferia estar ausente até a Quarta-Feira de Cinzas em descanso com a família, normalmente na cidade de Gravatá, apenas estando na cidade para premiar os vencedores ao lado do Prefeito; ou como o Governador Nilo Coelho, que mesmo sendo evangélico, procurava estar presente de forma significativa no centro da folia. Seguiam outra postura os Prefeitos Augusto Lucena e Geraldo Magalhães, cuja atitude deste, segundo o historiador Leonardo Dantas Silva, era a de um folião autêntico, de corpo e alma carnavalesco: ele foi o prefeito mais presente nas festas de Carnaval e aquele que mais embelezou a cidade durante as festas (informação verbal)<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 23 de março de 2010.



**Foto 9** - Nilo Coelho marcava presença nos bailes do Interclubes como folião.  
**Fonte:** Diário de Pernambuco, 28 de fevereiro de 1974, Caderno Especial “Carnaval 1974”, p. 3.

Tais ações, embora parecessem de livre iniciativa e necessárias, revelavam que por trás das mesmas havia a consonância com a noção de evitar a desordem e manter os preceitos da segurança e da brincadeira sadia, familiar. Em sintonia com as determinações expedidas na época pela Secretaria de Segurança Pública, os Prefeitos e Governadores revelavam suas verdadeiras personalidades ao estabelecer corredores e cordões de isolamento nas ruas e a instalação de arquibancadas, onde o público e os foliões pudessem estar ao alcance dos olhos vigilantes dos policiais. A fala de Augusto Lucena no Diário de Pernambuco de 03 de março de 1973 ilustra esta situação:

[...] Que todos vivam a plenitude dos três dias de folia, respeitando a lei e a sociedade, é o desejo do Executivo Municipal empenhado, como se encontra até hoje, em propiciar aos recifenses um bom e animado carnaval, lembrando que as proibições das autoridades não são contra esse divertimento popular, mas contra os perturbadores da ordem.

Com esse propósito, apelo ao bom senso e à compreensão das diversas classes sociais do Recife, para que, inebriadas com os delírios dos festejos de Momo, não venham a fazer do carnaval um trampolim para a prática de excessos e intemperanças, que somente dissabores poderão lhes trazer, prejudicando a segurança, a estabilidade emocional e a liberdade de cada um [...] (LUCENA..., 1973, p. 6).

Entendemos que a fala do Prefeito, direcionada a todos os brincantes e foliões, estava encoberta pelo discurso da violência simbólica, porém de forma abrandada, de modo que os deslocamentos provocados pela oratória deveriam despertar na população a ideia de permissão para ir às ruas brincar com alegria, mas ao mesmo tempo deveria se ter em mente

que determinadas práticas contidas nas Portarias Municipais decretadas dias antes pelos poderes públicos não seriam toleradas e, de certo modo, nenhum brincante ou folião gostaria de ser confundido com um subversivo e sofrer sanções rigorosas.

Este pensamento não deixa claro quais seriam os perturbadores da ordem e, nesse sentido, o policiamento teria livre arbítrio para decidir qual o melhor julgamento a ser feito mediante as ações e comportamentos assumidos pelos foliões durante os dias de Momo. Isentando-se de problemas, os Prefeitos e Governadores seriam os paladinos da justiça, que promoveriam as condições da festa e seriam figuras presentes para serem ovacionados e, por conseguinte, demonstrarem que o Estado Castrense era digno também do reconhecimento popular.



**Foto 10** - O Prefeito Augusto Lucena, durante o Baile Municipal, satisfeito com o sucesso do Carnaval de 1974.

**Fonte:** Diário de Pernambuco, 18 de fevereiro de 1974, Coluna Social, p. 8.



**Foto 11** - O Prefeito Geraldo Magalhães e a Primeira Dama do Recife no “Sábado Gordo” do Caxangá Golf Country Club.

**Fonte:** Diário da Manhã, 19 de fevereiro de 1969, Coluna Social de Clóvis Pereira, p.5.

As imagens anteriores dão uma ideia da postura dos homens do poder nas festas e ao mesmo tempo demonstram que os sistemas político e cultural, por mais que sejam constituídos em um espaço contraditório e ambivalente de enunciação, possuem determinadas regras hierárquicas que acabam por se apresentar enquanto categorias insustentáveis, uma vez que ocorre uma hibridação entre as instâncias históricas (BHABHA, 1998). O fio condutor destas relações, então, é determinado segundo o lugar ocupado pelos discursos em encontro, através da negociação dos espaços e da forma como os significados se posicionam diante dos atores envolvidos.

Resta-nos observar, no Carnaval de Chumbo em suas instâncias ligadas ao Estado Ditatorial, a forma como os instrumentos (i)legais se fizeram presentes em relação aos festejos, buscando normatizar, controlar e ditar as formas de expressão através de órgãos e utilizações de artifícios policialescos em torno da legitimação do discurso autoritário. Este é o foco da abordagem a seguir.

### 3.3 EM NOME DA ORDEM: as leis de segurança nacional e segurança pública buscam controlar e disciplinar o carnaval do Recife

O assunto Segurança, por si, tornou-se delicado. Dentre suas diversas explicações e definições, uma ganha fôlego nesta temática: aquela onde se justifica sua aplicabilidade para garantir as formas expressas, desde séculos por legislações, para garantir os direitos fundamentais do Homem e do Cidadão. Com o objetivo de estabelecer um campo de atuação

organizado para a liberdade de expressão e pensamento, o direito de ir e vir, a igualdade entre os membros de uma sociedade, a manifestação cultural, dentre outros a Segurança surgiu como instrumento aplicado por vias do Estado, detentor das técnicas de manipulação desta de maneira correta e planificada, com o intuito de garantir o exercício das faculdades humanas fundamentais requeridas enquanto reconhecimento dos cidadãos como elementos ativos de um determinado *corpus social*.

Ao longo da História, vários teóricos do pensamento político trouxeram à discussão os principais fundamentos constantes na questão da palavra Segurança, bem como as formas pelas quais deveria ser guiada sua aplicabilidade. Decerto, percebemos que a Segurança foi um elemento variável, pois tinha seu campo de atuação limitado à variabilidade social a qual precisava adaptar-se para determinar as regras que deveriam ser cumpridas mediante um acordo social (ou aquilo que Rousseau também chamaria de Contrato Social) ou até mesmo através da coerção, do uso da força e de um aparato humano especialmente preparado para situações adversas. O Brasil, durante os Anos de Chumbo, optara por escolher o segundo caminho.

Segundo elucidou o jurista e jornalista Fidélis (1979), o Regime Militar Brasileiro utilizou-se da palavra Segurança como um escudo para garantir sua manutenção e prolongar sua estadia no poder. Com ações e ideologias pautadas pelo Sistema de Defesa Norte-Americano, os militares brasileiros impuseram à sociedade brasileira pós-1968, através da Lei de Segurança Nacional nº 898 de 29/09/1969 complementar ao Ato Institucional nº 5, que se expressava por meio de normas que prevaleceram sobre todos os direitos da sociedade, explicitando os ideais de uma classe que mais parecia estar vivendo um clima de guerra ante a população civil. Tentar ilustrar essa situação:

[...] Cumpre relembrar que a continuidade da segurança nacional significa não só uma constelação satisfatória de certos fatores militares, mas também de elementos políticos, econômicos e sociológicos. Uma ameaça à segurança nacional pode provir de uma dentre muitas direções e envolver estes ou aqueles de seus elementos essenciais; mas a perda ou subversão de qualquer deles assinalará a perda final dos outros (FIDÉLIS, 1979, p. 34).

Neste intuito de manter, acima de qualquer suspeita, a ordem e a segurança nacional, não somente os setores político, econômico e social foram afetados. Na área cultural, notadamente no Carnaval, o Recife vivenciou um exemplo de legislação específica para as festividades no ano de 1968, perdurando até 1975 que era composto por uma série de

atribuições aos foliões em consonância com a Lei de Segurança Nacional em vigência. Este dispositivo, conhecido por Portaria Municipal ou Lei de Segurança Pública do Carnaval, seguiu os mesmos moldes ideológicos da sua referente federal: busca pela preservação dos bons costumes, evitar o abuso da liberdade, limitar o excesso nas brincadeiras, banir qualquer forma de uso de psicotrópicos (lança-perfume, maconha, solventes e demais produtos), coibir o uso de trajes impróprios em relação aos conceitos de família e moral eram apenas alguns dentre os exemplos que a mencionada legislação apresentou.

Pelo termo Segurança Nacional, a Escola Superior de Guerra (apud FIDÉLIS, 1979, p. 2-43) o definia como sendo “o grau de garantia que através das expressões do poder nacional o Estado proporciona à nação. As expressões do poder nacional eram: política, psicossocial, econômica e militar”. Essas práticas deveriam, de acordo com a ideologia democrática, manter a liberdade e a garantia de ação plena, acesso e expressão ao povo brasileiro mediante as mãos dos governantes por intermédio do Estado. No entanto, o que observamos foi exatamente o contraponto da proposta descrita pela Lei: a garantia do Estado Autoritário se fez mediante a negação, perseguição e repressão àqueles que deveriam ser beneficiados pela legislação em favor de um discurso que prezava, antes de tudo, por uma sociedade doutrinada, pautada em um conjunto de possíveis relações de convivência que pudessem aceitar as determinações sem contradições ou levantes para que o Estado conduzisse seu objetivo de maneira tranquila, sem grandes conturbações<sup>35</sup>.

Enquanto referencial, o Estado assumiu o papel de organizador das ações em torno do estabelecimento de um plano de Segurança Nacional voltado para medidas que se faziam justificáveis através da necessidade que o povo brasileiro tinha em possuir uma nação coesa, organizada e bem estabelecida em termos de objetivos e metas, fossem essas ligadas aos setores básicos como saúde, transporte, educação ou aos demais como indústria, fundo monetário, etc ou simplesmente mantenedoras do Estado de Direito. Dessa forma, as estruturas de dominação se valeram do caráter plural da gramática para exercer uma dominação ideológica a partir do abuso do poder sobre os grupos sociais. Esse discurso empregado pela violência também simbólica do Estado pode ser entendido segundo as ideias encontradas em Orlandi (2007), Bourdieu (2007a) e Van Dijk (2008).

Para uma melhor definição, direcionados pela Análise Crítica do Discurso, optamos por identificar o Estado como dominante, uma vez que buscamos enfatizar as práticas da Lei

---

<sup>35</sup> Isso pode ser observado a partir da Emenda Constitucional nº 1, de 1969 em seu art. 86, onde dizia que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”.

de Segurança Nacional e da Portaria Municipal, bem como por dominados os sujeitos sociais que delas foram agentes receptores, emitindo igualmente respostas posteriores. Assim, essa dominação se deu, especialmente, mediante alguns critérios, a saber: a) as relações de dominação se estabeleceram por via de um posicionamento e ideologia dos que estavam sofrendo sua ação; b) as experiências dos dominados também contribuíram para a tecedura do discurso dominante; c) as ações dos dominantes passaram pelo questionamento acerca da legitimação ou não de seus discursos; d) houve momentos de instabilidade entre dominantes e dominados<sup>36</sup>.

Tais critérios provocaram um abuso do poder que foi avaliado no sentido de um discurso capaz de, através da legislação, impor à sociedade elementos silenciadores, provocando um contra-argumento que ansiava por libertar-se, por ser reconhecido no tecido social em que se manifestava, sendo coibido pelos primeiros através de métodos rigorosos de controle. De outra forma, seria reconhecer que “o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações sociais ou pessoais” (VAN DIJK, 2008, p. 18).

Cabe aqui lembrar que o controle e a vigilância representavam a consolidação do Estado Autoritário e essa unilateralidade cerceadora do poder mostra que, acima de tudo, houve um arrefecimento da participação dos cidadãos na vida pública devido às buscas, capturas, torturas e assassinatos praticados pelos militares e pela polícia (HUGGINS, 1998). Neste caso, o estudo de Martins (2004) merece destaque quando este exemplifica que a intenção contida nas ações do Estado de Exceção primava, sumariamente, pela alienação total das consciências que envolviam aqueles elementos sociais engajados na luta contra o regime, de modo que atingissem um estado ideológico onde a negação de seus preceitos acabaria por se tornar uma verdade não imposta pelo mecanismo da força, mas reconhecida pelo próprio militante como ineficiente.

Da mesma forma que o Estado exercia essa mediação mental, este também deixava alguns poucos espaços de real liberdade e mais lugares de formação de resistências por parte daqueles que eram subjugados. Neste caso, o poder só tornou-se um instrumento de controle social a partir do momento em que houve a “violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm (tinham) o poder e contra os interesses dos outros” (VAN DIJK,

---

<sup>36</sup> Para uma melhor compreensão de como os discursos políticos influenciam leituras semióticas partindo de uma compreensão de que as palavras são as primeiras formas de exercer arbitrariamente o poder, ver Van Dijk (2008, p. 15).

2008, p. 29). Os abusos de poder significaram “a violação dos direitos sociais e civis das pessoas” da maneira como se processou no Brasil a partir de dezembro de 1968, após a adoção do AI-5 (VAN DJIK, 2008, p. 29).

Enquanto instrumento representativo da força e da disciplina, a Lei de Segurança Nacional utilizou-se da censura como arma para atingir seus objetivos sobre a população não levando em conta que a mesma tinha interesses e aspirações<sup>37</sup>. A finalidade de censurar estava, além de outros propósitos, na manutenção da ordem e no impedimento da subversão. Assim, o Carnaval, enquanto festa de rua e de espaços fechados no Recife demonstrou (sobretudo porque pode – e deve - ser classificado como elemento sem regras legislativas) um espaço da liberdade, do riso, do escracho, da baderna e da brincadeira que seria difícil determinar ou considerar que fossem de caráter atentatório, subversivo ou ofensivo à moral e aos bons costumes dentro da manifestação cultural. Observamos, porém, que a Lei de Segurança Nacional procurou enquadrar-se ao âmbito cultural das festas de rua e postar-se além do disposto para a política. Atuando através das Delegacias de Censura e Diversões Públicas (DCDP), as autoridades militares se fizeram presentes através das Portarias Municipais.

A partir de 1969, as Forças Armadas passaram a atuar diretamente nos casos considerados de subversão ou na espionagem e intervenção policialesca, estando mais presente no combate aos inimigos do Regime. Até então, esta função pertencia aos órgãos ligados às polícias estaduais, como é o caso das Delegacias da Ordem e Política Social (DOPS), mas que passaram a ser taxadas pelas próprias Forças Armadas de incompetentes na caça as bruxas. Esta delegação de poderes aos órgãos estaduais pode ser explicada através do Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969, que reorganizava as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros de acordo com os preceitos da Segurança Nacional. Aplicada ao Carnaval, podemos perceber duas diretrizes nas quais os policiais estavam diretamente envolvidos em sua atividade dentro dos festejos, como:

- a) art. 3º, (Inciso b) → atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem.
- b) art.3º, (Inciso c) → atuar de maneira regressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprêgo das Forças Armadas (BRASIL, 1969a, p. 1394).

---

<sup>37</sup> “[...] Cerceando, limitando, proibindo, a censura trata cada um de nós como crianças, como imaturos, como débeis mentais, sem capacidade de escolha, de livre arbítrio” (Ignácio de Loyola Brandão, escritor, autor do romance Zero).

Promovendo uma tentativa de normatização e o controle da brincadeira, o Estado Militar, em sua esfera municipal, imaginou que poderia silenciar em partes o riso, determinar até que ponto haveria irreverência e o que realmente seria considerado expressamente proibido. Essa normatização adotou caracteres civis através da chamada Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE), que orientava as agremiações presentes de acordo com a legislação estatutária no Carnaval Recifense desde a década de 1930. O fato é que algumas modificações foram iminentes, como aquelas que atendiam a preceitos da Segurança Nacional referentes a usos de trajes, psicotrópicos e armas, fossem de brinquedo ou não; tendo em outros casos os legisladores buscado contar com a colaboração dos brincantes em torno do estabelecimento de um ambiente pautado na ordem e até certo ponto livre, contanto que não fossem cometidos exageros, como o mela-mela, o uso de máscaras após as 20h sem autorização expressa, o uso de bebida alcoólica em demasia, etc.

Porém esperar que o Carnaval se utilizasse de tais métodos clamados pelas autoridades dos Anos de Chumbos no Recife seria uma exigência além das faculdades aplicáveis ao Carnaval, uma vez que não se podia modificar uma brincadeira milenar como esta repentinamente, nem mesmo para atender às leis do país em vigência. É importante lembrarmos que a ordem do Carnaval estabelece um reflexo da sociedade naquilo que ela tem de mais comum, naquilo que está na tradição e pertenceu ao povo como conjunto de práticas enraizadas há bastante tempo, sem sofrer grandes mudanças estruturais a menos que fosse pelas práticas e invenção dos próprios brincantes. Sobre essas modificações, o compositor Capiba escreveu que a experiência vivida em mais de trinta e oito carnavais lhe permitira concluir que não se podiam modificar, de maneira alguma, os festejos consagrados a Momo, suprimindo certos elementos de destaque do Carnaval Recifense; caso isso ocorresse, as tradições do mesmo estariam morrendo. Elementos característicos da brincadeira como fantasias não eram ao lado das máscaras, as únicas alegorias proibidas, o mesmo exemplo era válido também para minissaias, biquíni e a presença das travestis nos festejos momescos. Na fala do compositor: “[...] não se pode deter a marcha do tempo”. “Eu já tenho dito – observou – inúmeras vezes, que é muito perigoso se pensar em modificar os folguedos populares e não se pode impor ao povo o que ele deve fazer para se divertir” (PROIBIR..., 1968, p. 6).

No entanto, mesmo com as palavras de Capiba, as modificações buscaram ser feitas pelas autoridades em nome dos preceitos morais e da segurança. Desta forma, o Secretário de Segurança Pública, o Gal. Adeodato Mont’Alverne, às 18 horas do dia 15/02/1968, baixou a primeira das Portarias Municipais ao longo dos Anos de Chumbo, buscando disciplinar o

Carnaval, hábito que vigoraria no seio das autoridades policiais até 1975. Pela mesma, estavam proibidos, por exemplo:

Art. 1º:

- ✓ Qualquer tipo de brincadeira que fizesse referência ao entrudo, como lança-perfume, goma, sacos d'água, pó, talco e semelhantes;
- ✓ A execução, por cântico ou instrumento, de hino nacional ou estrangeiro;
- ✓ O uso de bandeira ou símbolo de qualquer instituição, particular ou pública, inclusive a bandeira da Cruz Vermelha;
- ✓ O traje a crengas religiosas ou instituições nacionais/estrangeiras;
- ✓ A apresentação de dísticos ou canções ofensivas a autoridades, corporações militares ou instituições religiosas;
- ✓ O uso de vestes que se assemelhem a instituições militares ou religiosas;
- ✓ Obrigatoriedade no uso de trajes que façam jus a moral e bons costumes, inclusive nos locais que peçam tal prerrogativa;
- ✓ O uso de máscaras após as 20h, salvo se tiver autorização especial para tal;
- ✓ O uso de animais para fins carnavalescos, com exceção de bandas de clarins;
- ✓ O fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e a quem já estivesse embriagado ou a deficientes mentais;
- ✓ Qualquer motorista que transportar elemento que conduza consigo objetos nocivos à saúde ou então trajes inadequados;
- ✓ A qualquer motorista dar carona a passageiros nos pára-lamas, pára-choques, capotas ou capuzes dos veículos;
- ✓ Levar para o Corso, caminhões com peso superior a cinco toneladas;
- ✓ Dirigir, em qualquer circunstância, sem os devidos documentos de habilitação;
- ✓ Dirigir em estado de embriaguês bem como perigosamente, transgredindo qualquer norma de trânsito;
- ✓ A exibição de qualquer conjunto carnavalesco que não esteja devidamente licenciado pela Divisão de Licenciamento das Diversões Públicas da Secretaria da Segurança Pública;
- ✓ O encontro frontal de conjuntos carnavalescos de forma a produzir choques.

Art. 5º:

- ✓ Estava proibido o porte de armas desde o dia 23 até o dia 28, salvo se o portador estivesse enquadrado nos serviços de segurança pública e estivesse em efetivo exercício.

Art. 6º:

- ✓ Os transgressores serão enquadrados no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais em diversos artigos.

Art. 7º:

- ✓ A realização de qualquer baile, em âmbito particular, fica a cargo do licenciamento da Divisão de Diversões Públicas, após a satisfação de todas as exigências, inclusive do pagamento de taxa estipulada por lei em vigor (PERNAMBUCO, 1968, p. 1490)<sup>38</sup>.

Como se pode ver, a Lei de Segurança Pública voltada ao divertimento do Carnaval Recife foi um instrumento cerceativo de muitas características praticadas há anos pelos brincantes. As autoridades se faziam presentes nos locais de agitação foliã através do discurso que justificava apenas a fiscalização da brincadeira, cabendo ao folião a forma como ele iria

<sup>38</sup> Os exemplos mostrados são grifos nossos para artigos da legislação normativa municipal em relação ao Carnaval do Recife. A legislação completa encontra-se no Diário de Pernambuco, Primeiro Caderno, p. 8, 16/02/1968 por meio da matéria “Secretário da SSP baixou portaria, disciplinando o Carnaval”. A referida portaria consta do número 71.

se comportar, dando a entender que o Carnaval deveria ser dotado de elementos que reprimissem sensações, exaltações ou qualquer tipo de comportamento considerado subversivo mediante a Portaria Municipal.

Não custa reforçar que o conceito de subversivo, para o Carnaval, não difere muito do que fora determinado pelo Regime Militar para outros exemplos observados na sociedade da época como Movimentos Estudantis, Partidos Políticos, expressões artísticas como teatro, cinema e música, entre outros. Apesar deste tipo de subversão conter elementos próprios, no Carnaval, vários segmentos da sociedade formavam o universo dos brincantes, que almejavam expressar seus sentimentos, revelar suas alegrias, praticar suas transgressões e entrar no universo de Momo de maneira espontânea, sem regulações ou vigília, pois viviam neste imaginário durante o ano inteiro, sendo as festas momescas uma forma de escapar à rigorosidade da época, já que os representantes de Estado não poderiam (e até onde entendemos, não pretendiam) impedir a realização das mesmas. Entretanto, igualmente não hesitariam em agir ostensivamente para que a força de suas diretrizes fosse respeitada.

Em nome da ordem, da moral e dos bons costumes, faltando dias para a folia acontecer de verdade, o General Mont'Alverne esperava contar com a colaboração da população para fazer do Carnaval uma festa tranqüila durante o ano de 1968. Segundo o mesmo, o povo pernambucano sempre contribuiu para o brilhantismo da festa máxima e o carnaval daquele ano não fugiria à regra. As palavras do mesmo foram:

O que existe na realidade é uma minoria que vê no carnaval oportunidade propícia para a prática de atos repelentes, empanando os festejos carnavalescos. Contra estes, a polícia agirá com o máximo rigor, porquanto não se pode admitir que meia dúzia de desajustados esteja a intranqüilizar a grande maioria que vai às ruas ou aos clubes animada pelo propósito de se divertir (SECRETÁRIO..., 1968b, p. 10).

Realizando um cotejo com as palavras do ex-arcebispo emérito de Olinda e Recife, perseguido e prontuariado pela polícia política em Pernambuco (DOPS), Dom Hélder Câmara, percebemos que o mesmo tinha uma opinião clara acerca da atuação, em diversas esferas da sociedade, dos agentes militares e denunciava ao povo, por meio da imprensa e das representações episcopais sociais a forma como eles agiam em quaisquer ocasiões, ferindo até mesmo os princípios da Lei de Segurança Nacional: “Não há ordem de prisão devidamente assinada e datada por autoridade competente e com indicação de motivo. Sempre com violência extremada, depredação de residência, e até no trabalho. Usam viatura sem identificação oficial” (MACIEL, 2000, p. 23).

O ano de 1969 não fugiu à regra. Capiba, que um ano antes expusera sua insatisfação quanto às posturas das autoridades perante a modificação do Carnaval, externou através de um frevo-canção seu sentimento em relação ao que estava sendo feito com a festa:

Na minha Rua  
 Tinha um lampião a gás  
 Iluminando o céu  
 E, hoje, não tem mais!  
 Tiraram tudo!  
 Lhe tiraram toda a paz:  
 A Rua ficou triste!  
 Isso não se faz!  
 O trovador  
 que cantava canções  
 Lindas canções de amor,  
 Ah!  
 Ah!  
 Hoje não canta!  
 E a Rua, tão triste,  
 Não mais viu seu cantor!  
 Até as flores murcharam  
 E nunca mais  
 Ninguém viu a Lua!  
 Hoje, não há alegria:  
 Só há tristeza  
 Na Minha Rua! (CAPIBA, 1969).

É interessante ainda considerar que, em Pernambuco, o ambiente de agitação, de efervescência não foi muito diferente de outros estados. O fato destacável girava em torno das manifestações de diversos cunhos, sobretudo políticos e estudantis que aconteceram ainda próximas ao mês do Carnaval (notadamente em Janeiro) e estarem dotados de um forte espírito lúdico e uma espontaneidade que já prenunciava a festa, mesmo que aquele fosse contido em certa medida, como ilustra Lima (2008, p. 173): “Mas como a censura, desde que o Golpe se instalou, era frequente, nem sempre se podia contar com esse momento lúdico-crítico, que ia preparando os espíritos pernambucanos para a brincadeira geral que já era anunciada no mês que precedia o carnaval [...]”.

Assim, a partir de 1970, o mês de fevereiro, mês do Carnaval, festa onde o público dita suas próprias leis e determina os limites de sua brincadeira de acordo com sua disposição, criatividade e possibilidade, apreciou mais modificações que foram estruturalmente (no sentido do ciclo cultural) determinantes para uma mudança nos rumos da brincadeira. Esse pensamento pressupunha um modo de agir permissivo aos militares para que os mesmos fossem se integrando na sociedade de modo a participarem dela sem que com isso fossem competidores, isto é, sem que fossem vistos como pessoas que apenas faziam aquilo para

evitar que a diversão fosse retirada das pessoas. Pretendiam, além dos seus interesses políticos, estabelecerem de acordo com sua noção de Segurança um senso de organização das festividades para um melhor proveito das mesmas, onde estas estariam deste modo, se integrando ao programa de Segurança Nacional. Assim, “[...] A doutrina de Segurança Nacional pressupõe a intervenção militar na sociedade civil com o propósito de instaurar um modelo estrutural no qual a liderança nas Forças Armadas seja sinônimo de filiação à elite política e social” (LIMA, 2008, p. 173).

Dois exemplos ilustram a discussão, coincidentemente envolvendo o desfile do Corso: o primeiro pode ser observado no Carnaval de 1971, quando dois jovens foram recolhidos à detenção após estarem atirando querosene nos espectadores do desfile do Corso na Avenida Conde da Boa Vista, próximo ao Cinema São Luiz. As vítimas, três senhoras, anotaram a placa do jipe de onde foram disparados os jatos e comunicaram aos policiais ali presentes, que através da Rádio Patrulha identificaram e prenderam os brincantes próximos à ponte Duarte Coelho, na entrada da Avenida Guararapes. Os foliões alegaram, quando submetidos a inquérito, que até então vinham brincando o Carnaval sem excessos, como solicitava a legislação, contudo cometeram a infração e foram recolhidos até o final dos festejos (PRESOS..., 1971).

Entendemos que este exemplo recai sobre a discussão da manutenção da Segurança mediante o olhar das autoridades, no entanto, para os foliões, era uma das práticas comuns constantes no Carnaval daqueles anos (apesar de ser considerado perigoso pela imprensa) e, mesmo que em outras épocas houvesse planejamentos em coibir tais práticas, estas continuavam a acontecer, mantendo o espírito do entrudo vivo, pois eram formas de expressão do brinquedo de rua, da irreverência própria do Carnaval criativo e espontâneo, sem deixar de lado a ideia de que esta brincadeira, pelo grau no qual acontecia, representava para alguns observadores o ultrapassarem de limites; já para outros, era a forma ideal de se divertir. Fato neste caso seria observar a forma pela qual a prática circulou nos espaços de permissividade ou censura presentes na legislação que atendia ao período, marcado por muitas inibições e práticas nas quais se pretendia, aos poucos, que fossem deixadas de lado.

O segundo exemplo ocorreu um ano depois: em 1972, carros com adesivos atentatórios à moral e aos bons costumes, trajes de banho, psicotrópicos e usando temas religiosos, políticos e qualquer outra ideologia seriam prontamente coibidos pelas autoridades militares na figura da Delegacia de Costumes. Dessa vez, seguindo o exemplo ocorrido em 1971 com as camisas que diziam “Jesus Cristo, eu estou aqui”, as autoridades agiram com

maior rigor e incluíram a proibição na normatização referente aos dias de Momo (APREENDIDAS..., 1972, p. 6). Interessante foi observar uma pequena tiragem do mesmo periódico a respeito da liberdade e o Carnaval, evocando principalmente a ideia de que o Carnaval era uma oportunidade única naqueles anos onde meninas fumavam e namoravam quantos rapazes quisessem, onde as pessoas colocavam as roupas que bem entendiam para se sentir à vontade, saindo às ruas e os mais tímidos disfarçavam suas características por detrás de máscaras, enfocando como seria bom se aquelas práticas pudessem perdurar durante mais tempo (CARNAVAL..., 1972d). Percebemos, então, que mesmo cientes das determinações em nome da Segurança, os brincantes traçavam suas próprias formas de perceber a festa e comportamentos de acordo com os elementos que lhes garantiam, acima da Segurança, suas liberdades.

Outro exemplo desta premissa remete ao dia 24 de fevereiro de 1973, quando complementarmente ao que tinha sido realizado desde 1968, entra em vigor um adendo à Portaria nº 71, dessa vez mais rigorosa e punitiva (ENTRA..., 1973). O Cel. Egmont Bastos Gonçalves justificava que “tais medidas visavam assegurar a tranquilidade e a ordem pública e ainda preservar a incolumidade física e a saúde da população pernambucana durante os festejos carnavalescos” (ENTRA..., 1973, p. 10). Além de proibir produtos como: graxa, talco, óleo, água poluída, lama, cal, inseticidas, soda cáustica e quaisquer outros líquidos, os foliões também não poderiam realizar o tradicional mela-mela que acontecia nas Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista durante o desfile do Corso e mesmo em outras datas do Carnaval.

Aos infratores, a penalidade seria o enquadramento junto ao Código Penal pelo artigo 132, que tratava dos crimes praticados à integridade corporal ou saúde de outrem. No mais, as disposições continuavam as mesmas, salvo pela presença de mais policiais realizando as fiscalizações especialmente para evitar o escape livre, ou seja, o barulho em excesso e a poluição provocada pela remoção dos canos de escapamento dos automóveis, brincadeira comum durante o Corso. Entretanto, observamos contradições na legislação direcionada a menores no tocante à brincadeira usada com produtos nocivos como lama, talco, soda cáustica e outros: até os dezoito anos de idade, nenhum deles poderia utilizar tais materiais para o brinquedo de Carnaval, todavia acima destes, o Juiz de Menores da capital não mencionava nenhuma determinação específica, embora na qualidade de maiores de idade, estes responderiam junto às autoridades da Delegacia de Plantão da capital.



elementos-alvo dos promotores das festividades. Colaboravam para que o Carnaval modificasse algumas de suas práticas por força de legislação os Delegados de Costumes e Segurança Pública, além de Juízes e representantes do corpo legislativo do estado, a exemplo do deputado Wanderkolk Wanderley, que julgava àquela época o Carnaval como totalmente desvirtuado.

Para o ano de 1974, uma das tentativas iniciais de controle por parte dos órgãos competentes a exemplo da Delegacia de Costumes para que as festividades ocorressem na mais perfeita tranquilidade foi a apresentação das fantasias para a apreciação das autoridades. A ação contou com o apoio da Federação Carnavalesca e o aval das autoridades deixava ou não que bailes acontecessem e agremiações desfilassem. Esta atitude demonstra que os brincantes até poderiam ter o livre arbítrio em ser criativos, escolher o que vestir e pretender sair às ruas para extravasar sua alegria, porém se as autoridades julgassem suas fantasias e demais práticas ofensivas ou atentatórias à moral e os bons costumes, o folião teria duas opções: modificava a indumentária ou responderia legalmente pelos seus atos, sendo enquadrado nos limites da Portaria Municipal, que naquele ano, como de costume, ganhara mais rigorosidade, entre elas, o efetivo policial pronto para reprimir os excessos não somente em casos extremos, mas, sobretudo a partir dos estereótipos dos brincantes; Ou teria que responder mediante seus atos próprios, sendo enquadrado inicialmente em descumprimento à legislação em vigor e, caso tivesse cometido uma infração mais severa, responderia cível e criminalmente de acordo com a Lei de Segurança Nacional.

De fato compreendemos que estas atitudes, sobretudo da Delegacia de Vigilância e Capturas realizadas na figura do Delegado Jairo Pontes buscavam impetrar um discurso que parecia não convencer os foliões da eficácia das ações que prezavam pela segurança durante os dias de brincadeira, julgando manter íntegras as personalidades daqueles que iriam para as ruas apenas se divertir. Apesar deste fato, o que pudemos concluir é que, mediante todas as contestações surgidas no período, sobretudo por aqueles que teriam sido mais afetados pela normatização, como foi o caso das travestis que tiveram seu baile (I Baile dos Enxutos) proibido, as autoridades mediatizaram algumas situações onde realmente houve uma busca para realizar certas concessões. Segundo o Delegado supracitado, a justificativa para a proibição aos enxutos se deve ao fato de que o pernambucano nunca teria visto tal tipo de baile antes na cidade e o que este gostava mesmo era de brincar o Carnaval nas ruas e com mulheres, deixando de lado o fricote (PONTES apud SEGURANÇA..., 1974).

Entretanto, havia no lugar de fala de uma das travestis conhecida como Isabela, a certinha, pouca preocupação com a atitude do Delegado, que cumprira à risca as determinações contidas na Portaria daquele ano. Esta, ao nosso olhar, preferia exaltar os costumes de seu grupo, mas outra entrevista da mesma revela que o mesmo grupo do qual fazia parte lutaria pela realização do baile, inclusive contratando para isso advogado para impetrar mandado de segurança a favor deste, julgando que “apenas compareceriam travestis da alta sociedade” e que as mesmas são pessoas que “vivem do amor”, sendo os policiais uns “quadrados que deveriam rever com carinho a questão, porque o que importa no baile é exaltar o amor” (ISABELA..., 1974, p. 3).

Apesar de a Portaria servir não somente aos brinquedos de Carnaval, contemplando igualmente planejamentos para coibir outros exemplos de transtornos como roubos, sequestros e casos mais extremos como assassinatos, o mais curioso é perceber como a ação desta era feita agindo não somente sobre o folião, mas principalmente, recolhendo malandros, vigaristas, traficantes e usuários de drogas dias antes das festas de Carnaval para dar exemplo de organização e demonstrar que a Polícia estava atenta ao que se passava na cidade por meio da Operação Limpeza. Embora não aparentasse ser algo importante demais para a população brincante, a ação das autoridades neste sentido reservava ao espaço da rua uma maior segurança para que a folia pudesse ser processada, sobretudo nas periferias da cidade, onde bocas de fumo eram fechadas e meliantes recolhidos para a Colônia de Dois Unidos (unidade prisional localizada na periferia do Recife).

Decerto, pudemos perceber que no geral a população brincante seguiu as regras, não cometendo as transgressões previstas em lei e até mesmo surpreendendo as autoridades da época. É passível de compreensão essa obediência dos brincantes devido à aplicabilidade gradativa da legislação com o decorrer dos anos a partir de 1969 com maior rigorosidade, mobilizando os poderes de polícia a agirem sobre qualquer suspeita de transgressão da ordem que pudesse se apresentar. No entanto, a maioria das ocorrências apresentadas segundo o Delegado Mauni Figueiredo, eram de ordem natural e não quebravam o clima de tranquilidade do qual foi dotada a festa, estando o mesmo, bem como as demais autoridades, bastante satisfeitas com o comportamento do folião, que teria compreendido as intenções das autoridades em tomar tais medidas.

Entendemos, no entanto, que este discurso não foi observado na prática, onde a intervenção policial ocorreu sobre variados casos, inclusive alguns que não necessitavam de atenção das autoridades, como é o caso dos desentendimentos passionais. O fato em si

responde pela presença da Lei como uma forma de apresentar ao folião limites, não podendo este cruzar a fronteira da alegria e liberdade a seu gosto, sobretudo porque tal ato seria interpretado como abuso do livre arbítrio que, sendo vítima desta sentinela, não existia como deveria.



**Foto 13** - Os foliões mais exaltados foram recolhidos à detenção.

**Fonte:** Diário de Pernambuco, 08 de março de 1973, Primeiro Caderno, p. 10.

Como se depreende na foto acima, o comportamento alterado do folião era na maioria das vezes alterado pela excessiva carga de bebida alcoólica ou por questões ligadas ao melame. De acordo com os relatos orais do folião Marcus Andrada, que brincava anualmente no Corso da Avenida Guararapes e Dantas Barreto, esta forma de se portar se devia à falta de limites própria do Carnaval, onde aquele que brincava via nos dias farsescos a oportunidade de encontrar-se com seus sentimentos reprimidos, sem se importar com a presença do policiamento ou qualquer outra pessoa que dissesse o que ele devia fazer e como devia fazer (informação verbal)<sup>39</sup>. A detenção, nesse sentido, era uma espécie de troféu da resistência ante aos meios apresentados pelo discurso da ordem para os Dias Gordos.

Assim, pudemos construir a leitura de que, mesmo não sendo uma unanimidade, os foliões realizaram as festividades de acordo com a lei exatamente porque não desejavam um maior cerceamento sobre si. Viver durante os Anos de Chumbo já representava, por si, uma sensação de inércia em relação aos anos de instalação do Golpe de 1964 e as festas, uma das poucas formas de se obter o livre arbítrio e expressar os sentimentos, não poderia igualmente ser alvo de uma ação enérgica do Estado Autoritário. Disso decorre a idéia de que para se

<sup>39</sup> Entrevista cedida ao Autor da dissertação em 23 de março de 2010.

fazer legal e crédulo perante estes, o poder do Estado precisou encontrar legitimação em suas ações sobre aqueles que foram seus alvos usando a força excessiva e um falso discurso de apoio à ordem, assim obtendo efeito prático. Então, o discurso dominante pode fornecer um diálogo que primasse pela intermediação entre as estruturas sociais e do Estado de modo que uma ordem mascarada fosse instaurada na sociedade brincante para as mudanças pudessem ser gradativamente processadas, sem que, contudo, essas ocorressem de forma aberta e consciente a todos (BOURDIEU, 2007a).

O Carnaval de 1975 revelou em seus primeiros dias de ação normatizadora, a Operação Rei Momo, onde esta tinha a mesma função do desempenho iniciado no ano anterior pela Polícia, porém com o nome de Operação Limpeza. Fiscalizando, apreendendo e realizando ação ostensiva, as autoridades chegaram a exercer uma rigorosidade ainda maior do que no ano anterior (1974). Um exemplo ficaria ilustrado na proibição oficial ao biquíni e à tanga, usado pelas jovens quando da realização dos bailes tradicionais da cidade e dos desfiles públicos, bem como a brincadeira realizada em Boa Viagem, novo ponto de encontro de diversos segmentos brincantes no período. Alegando que os trajes envergonham crianças e senhoras que admiram os locais de folia, as autoridades se colocaram como bastiões da moral e dos bons costumes e decidiram não permitir o uso das vestimentas. Apesar de cientes e aparentemente ter acatado as determinações, o folião colocou o espírito carnavalesco acima da legislação e, mesmo assim, saiu às ruas utilizando-se dos trajes proibidos, o que pôs a Secretaria de Segurança Pública (SSP) em um momento de exceção, achando melhor liberar as vestes, mas advertindo contra os excessos, segundo relataram os delegados Jairo Pontes e Mário Alencar ao Diário de Pernambuco nos dias 04 e 05 de fevereiro de 1975 (PONTES; ALENCAR apud POLÍCIA..., 1975b; SSP..., 1975). Além deste, outros exemplos remetem à práticas ostensivas já realizadas em anos anteriores pelas autoridades e que foram mantidas, como a repressão ao Baile dos Enxutos e as proibições à participação de menores durante alguns expoentes do tríduo momesco.

Portanto, analisamos que a Lei de Segurança Nacional, enquanto instrumento prático ratificador do discurso empregado pelo Estado de Exceção desde o Golpe de 1964, fez-se legal a partir de 1968 trazendo consigo não apenas a institucionalização da força, mas antes uma série de poderes que circularam na sociedade, demonstrando que haveria mais do que a visão onde o Estado Ditatorial repressor era suficientemente seguro de suas ações em torno da constituição de um campo social e uma rede de relações capazes de unilateralizar o poder político, social e econômico de fato concentrado nas mãos dos militares. A Lei de Segurança

Nacional torna-se, antes do aparelhamento do Estado em torno de suas ações, uma razão na qual a sociedade brasileira não apenas sofreu intimidação, mas revelou que, sobretudo determinados segmentos desta optou por travar um embate que buscava defender o significado, para esta, do que vinha a ser o termo Segurança.

Desta forma, a consonância de elementos presentes nas legislações federal e municipais, como explicitado, demonstra que as determinações em âmbito nacional encontraram formas de justificar, na prática, suas ideias em espaço local agindo em diversas expressões da sociedade, sobretudo justificando as ações que prometiam institucionalizar uma guerra contra elementos que poderiam ser encontrados durante a brincadeira carnavalesca. Mas nesse ínterim é preciso também atentar para o fato que o efetivo controle por parte do poder colocaria o Estado em situação delicada, tendo em vista que ao voltar-se para expressões culturais, as intervenções feitas na festa de Momo não deveriam ocorrer como em eventos que envolvem atos políticos, a exemplo de passeatas. Além da diversificação de público, existia nas festas a deliberação das vontades e das ideologias dos homens contidas durante os demais dias do ano, em se tratando dos Anos de Chumbo, pela legislação: se brincar, no sentido da festa, representou antes uma fuga ao que o sistema designava legal (e ideologicamente) como atitudes corretas de um cidadão brasileiro, então o Estado precisava demonstrar, da mesma forma, que aquela liberdade não era concreta, mas temporária e ao mesmo tempo permitida pela Legislação específica, que sendo sentinela da população, estava atenta para que os preceitos de Segurança Nacional não perdessem a força de expressão e, em nome da ordem, a paz permanecesse estabelecida. Eis então a paridade e necessidade de uma consonância entre as legislações.

#### 3.4 DEIXA EU BRINCAR, DE SER FELIZ: relações entre os poderes de polícia e os foliões recifenses durante os carnavais de 1968 a 1975

Desde que foi instituída no Brasil, ainda em março de 1967, a direção pela qual as polícias seriam orientadas em seu campo de atuação, a Ditadura foi cingindo as estruturas da população em suas práticas cotidianas de forma que, por meio da informação e da vigilância constante, pudesse atingir suas metas em nome da segurança e da ordem. Uma destas representações pôde ser observada a partir da Determinação 317, popularmente conhecida como Lei Orgânica da Polícia.

Submetendo as forças policiais regionais e municipais a cargo do secretário estadual de Segurança e este, por conseguinte, sendo indicado por militares (ainda que não necessariamente fosse um militar), o Estado Marcial foi capaz de estabelecer as respectivas funções e jurisdições que nortearam as ações das Polícias Civil e Militar ainda antes da caracterização do Período de Chumbo. Através desta legislação específica, o Secretário de Segurança Pública definia que:

[...] A Polícia Militar seria responsável por todo o policiamento de rua, uniformizado e ostensivo, o que constituía seu papel tradicional. Foi reduzido o controle da Polícia Civil não uniformizada sobre certos aspectos do policiamento de rua, particularmente suas operações de radiopatrulha. Contudo, a ela cabia a responsabilidade exclusiva pelas investigações criminais *post-facto*, uma de suas atribuições tradicionais, ainda que às vezes também realizadas pela Polícia Militar estadual (HUGGINS, 1998, p. 153).

Nesse sentido, funcionando como extensões da Polícia Civil e exercendo as funções de representação da diretiva ideológica do Estado de Exceção Nacional em Pernambuco em consonância com o AI-5, as chamadas Delegacias de Costumes eram um dos mais importantes órgãos que buscaram institucionalizar a censura mediante o aspecto cultural. Organizando ações ao lado de outros órgãos policiais (notadamente, o policiamento militar ostensivo nas ruas), direcionando planos de atividades à sociedade e aparelhado através de um sistema integrado de informação que privilegiava a ação direta sobre os principais eventos públicos e privados durante o Carnaval, a Delegacia de Costumes buscou impor uma vigilância à sociedade recifense, especialmente no intuito de provocar uma mudança de hábitos, conceitos, culturas, valores e tendo como alvo a implantação de verdades pautadas pela legislação (como também observaria verdades partindo em confronto à mesma).

Assim, o estabelecimento dessa ordem impetrada de cima para baixo pelo AI-5 demonstra que os regimes autoritários precisaram de, pelo menos, três traços comuns para poderem ter o controle social e político: a usurpação do poder, o arbítrio no exercício deste e a repressão como forma de manutenção do mesmo (MARTINS, 2004). Sem isso, o que restava na verdade era ameaçador ao Estado ditatorial, pois mantinha viva a criticidade da população, a consciência e a formação de ideologias dissociadas do ideal dominante. Daí foi necessário o estabelecimento de uma cultura autoritária que pudesse, em toda medida, regular as ações do

Estado, alienando os atores que dele fazem parte para que respondessem ao discurso do poder da maneira pela qual estão sendo doutrinados<sup>40</sup>.

A Delegacia de Costumes, então, funcionou como espécie de baluarte do Estado de exceção voltada diretamente para a ação direcionada às massas e às minorias (leia-se, travestis). Voltando às ideias de Foucault, percebemos que existe toda uma relação de micro poderes vigiando a sociedade através dos órgãos estatais, onde as táticas, manobras, técnicas e ações serão pautadas de acordo com a ideia de que uma relação de forças se forma dentro da perspectiva de circulação do poder apoiado em pontos de alcance (FOUCAULT, 1979). Essa centralização é necessária à manutenção da crença no projeto salvaguardado pelas Forças Armadas, que utilizavam os poderes dos estados para executar sua audaciosa ideologia. À toda instrumentalidade da repressão, neste caso, era necessário a produção de uma ordem que precisava se manifestar, principalmente, através da disciplina e do silêncio da sociedade crítica por meio das expressões cotidianas. Eis o papel principal da Delegacia de Costumes.

No entanto, é pertinente aqui realizar um parêntese para um raciocínio: a ideia de vitimização comumente associada ao período em análise não pode ser vista como uma representação estrita que se traduz como se fosse uma caracterização deste. Antes de ser uma verdade, esta forma de observar os Anos de Chumbo esconde figuras de representação que estão silenciadas pelo tempo, que se ocultaram através de verdades construídas pelo discurso de heróis e perpetradores (CORDEIRO, 2009) onde, se uma análise voltada para a busca de uma dinâmica coletiva social não for contemplada, haverá a ideia única de uma passividade pública diante de um Estado todo-poderoso. Preferimos entender, assim como outros estudos desenvolvidos sobre o período em tela, que houve certa conciliação em torno de hábitos e práticas voltados ao desenvolvimento da Cultura de troca dos poderes sociais como forma de reprodução do escopo social, sobretudo durante o Carnaval – a Ditadura não se reproduziu exclusivamente por meio de simples maniqueísmos como um Estado opressor e uma sociedade vitimizada – mas apresentou, principalmente, uma série de comportamentos muito diversos que produziu uma memória coletiva contemplativa da luta *versus* o apoio ao regime.

Não tratamos aqui de enxergar se a intenção era a instalação de poderes de esquerda ou a desmoralização do regime instituído, mas sim buscamos entender os porquês das ações repressoras envolvidos na atuação de forças como a Delegacia de Costumes sobre o Carnaval, que implantava uma logística a serviço da vigilância e do controle, especialmente no contexto

---

<sup>40</sup> O termo “cultura autoritária” é usado por Martins (2004, p. 31-34) para designar um conjunto de práticas que vieram no referido período descrito, para suprimir do conhecimento dos indivíduos as causas das ações praticadas pelo Estado, instituindo as práticas como necessárias e salvacionistas.

da produção, disseminação e usos diversos da informação (SILVA, 2007). O operacional, ao final das contas, estava acima do estrutural, apesar de serem duas vertentes que não podem ser dissociadas.

De fato o poder empregado pela mesma, mediante exemplos citados nos periódicos e documentos analisados nos remete a uma observação: somente um forte aparato informacional seria abrangente o suficiente para garantir o acesso dos poderes aos meios sociais e suas práticas cotidianas de modo a estabelecer um controle efetivamente duradouro e eficaz, capaz de atender às necessidades da Lei de Segurança Nacional e evitar qualquer desvio de percurso no estabelecimento e manutenção de uma ordem mediante uma ótica estatal.

Não queremos dizer, contudo, que a atuação da Delegacia de Costumes se deu somente pela violência, mas tanto esta como a censura, perseguições, inquéritos, entre outras ferramentas operacionais foram usadas como esteio para o fortalecimento dessa rede informacional que precisava disciplinar de algum modo as ações populares, fosse com relação à questão cultural ou no social em geral. É fato que a maioria das ações dos militares feria os direitos humanos, mas a constituição de um corpus legislativo forte como era o de 1968 a 1975 garantia que atividades como aquelas fossem praticadas no sentido de serem necessárias. Coletar, avaliar e integrar informações era a única forma que o Estado possuía de conhecer seu campo de atuação, bem como os costumes ao seu redor. Os costumes em comum, neste caso, deveriam sê-los ao aparelho Legislativo/Executivo da época e somente uma constante vigilância garantiria o sucesso das operações em torno do cumprimento do exercício efetivo das múltiplas práticas do Estado sobre a sociedade.

Assim, estabelecer o controle da população nos Anos de Chumbo não era uma tarefa fácil – em primeiro lugar, mesmo sendo silenciada forçadamente, a população que partiu do manifesto à luta armada não se conformou com a conjuntura que imperava no país, assim como aqueles que não aderiram a tal plano de ação, não significa dizer que estavam conformados com a situação na qual estavam inseridos, porém seus direcionamentos apontavam soluções mais pacíficas já conhecidas como cartazes, passeatas e reuniões na comunidade de forma clandestina. Os militares, por sua vez, contavam com um aparelho especialmente montado e organizado que teve como grande ponto de apoio para o sucesso de suas operações o acesso à informação, a espionagem e as técnicas de intimidação (leiam-se: tortura, perseguição, repressão e interrogatórios), que foram amplamente utilizadas como instrumentos em nome da Segurança Nacional. Infiltrados em ambientes sociais, à paisana ou

até mesmo fardados, os militares garantiam que seu projeto para o país estivesse sendo cumprido e a população continuasse “marchando” sob seus vigilantes olhos. A presença, mesmo clandestina, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em diversas ações contra o governo consistia no reconhecimento, por parte deste, de que o inimigo poderia estar em qualquer lugar (ALVES, 2005).

Dessa forma, a política de Segurança Nacional, baseada nos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG) desde 1964 dependia das relações entre civis e militares, onde havia por parte destes o intuito de fortalecer o Estado para que forças contrárias ao propósito do mesmo fossem enfraquecidas e/ou neutralizadas: era uma guerra psicológica. Para tanto, de acordo com Huntington (1996), houve uma tomada operacional que se valeu de meios imediatos para se obter a prerrogativa da Segurança, a saber:

- a) a estruturação bem elaborada, em detalhes e com consideráveis investimentos por parte do Estado, dos efetivos militares, atendendo às suas necessidades;
- b) elaboração de um plano de ação capaz de obter resultados satisfatórios quando necessário e;
- c) estabelecimento de alianças para atuação em todos os campos sociais, culturais, políticos e afins ao Estado.

Contudo, tais ações deveriam atentar para o fato de que estas deveriam buscar sacrificar ao mínimo os outros valores sociais na afirmação de seus objetivos. Caso contrário, aliado a outros fatores, haveria a necessidade de instalação de um Estado de Exceção. Em síntese, isso significava dizer que a sociedade era responsável pelo encaminhamento das ações do poder instituído, embora não se coloque de lado a importância que havia na relação entre a oficialidade militar (Forças Armadas e Polícias Militar/Civil) com o Estado para a Segurança, pois entendemos que as relações socioeconômicas entre militares e civis é reflexo das políticas desenvolvidas a base de inter-relações entre ambos, o que segundo Berg (2002) demonstra que a estratégia de defesa interna implicava em ações, táticas e todo um conjunto de leis que deveriam ser utilizadas contra aqueles que representassem ameaças à ordem estabelecida.

Assim, no tocante à visão que os militares tinham da sociedade, percebemos que os próprios consideravam que nenhum dos profissionais ditos administradores desta, a exemplo de médicos, advogados, engenheiros e outros tinham capacidade para executar a maior parte

das ações necessárias ao país e que se traduziam em objetivos a serem alcançados no contexto das Forças Armadas. Para tanto, era preciso ter uma característica inerente somente a estes: a administração da violência. Determinante do perfil de um oficial de carreira, este atributo suscitava, de acordo com a doutrina militar, a competência de um profissional e delimitava os limites do aceitável para suas ações, pois o bom oficial não se deixaria afetar pelo ambiente no qual estava inserido socialmente. Caberia a este desenvolver um perfil mediante técnicas de ação e pensamento que o motivassem a exercer seu papel, ou seja, que estivesse sempre empenhado em seguir a carreira, sem desvirtuamentos.

Formado dentro de rígidas disciplinas, hierarquia e obediência que não permitiam a tolerância contestatória da sociedade (BERG, 2002) estes mesmos militares, em seu exercício, ainda teriam que considerar em suas ações que as sociedades, pela sua organização sociocultural e histórica, determinaram as formas de atuação dessa violência por parte dos mesmos. Deve ainda ter em mente que estava lidando com diferentes atitudes e motivações humanas, bem como comportamentos que são estimulados pela ótica liberal. Neste sentido, o agir do militar por proveito meramente pessoal levaria à padronização da Segurança Nacional à ruína: era preciso que o mesmo sempre tivesse em mente que sua habilidade era administrar a violência e sua responsabilidade era a segurança militar da sociedade, que em toda medida era sua cliente embora não tivesse os direitos de fato garantidos. Por certo o Estado se voltou para a segurança e outras áreas sociais, mas excluindo-se outros fins, só os oficiais correspondem àquela, uma vez que a tutela da sociedade lhes garantiria o controle efetivo do poder (BERG, 2002).

É conhecida a ideia que a estrutura militar estava ancorada numa complexa rede de relações, costumes, tradições e regulamentos. Todavia seu comportamento em relação à sociedade advinha da consciência de que suas habilidades precisavam ser reconhecidas por esta através do Estado, então máquina representativa da Democracia. Toda essa burocracia foi facilmente posta de lado a partir do momento em que a repressão institucionalizou-se. Portanto, a diferenciação entre os oficiais que administravam a violência (caso dos interrogadores) e aqueles que buscavam aplicá-la (repressores) se configura não somente no Brasil, mas em todas as Forças Armadas do mundo (HUNTINGTON, 1996). Caso não houvesse uma diferenciação, não haveria hierarquia entre o militar que estratégia e o que executa e essa diferença existiu exatamente para que houvesse um censo organizacional apoiado em atitudes, aptidões e funções variáveis no ofício do militar.

A ideia sugerida pela Doutrina de Segurança Militar era que o desempenho contínuo da função permitisse ao militar a formação de uma mentalidade pautada pela disciplina, rigidez, lógica e cientificidade que contrapunha à tolerância, flexibilidade e emoção. Nestes caracteres pudemos perceber como teciam suas relações com a sociedade durante o período em que tiveram plenos poderes nas mãos. Com relação a suas atitudes de fato, o autoritarismo e o sentimento bélico (guerra contra os subversivos, inimigos da ordem) determinou muito de seu caráter contra princípios democráticos vistos aos olhos da sociedade, enquadrando esta por meio de suas ações coercitivas.

Assim, não somente nos quartéis, mas principalmente nas academias de polícia (tanto Militar como Civil) a profissionalização era um passo importante na distinção dos oficiais da sociedade civil que contemplavam desde um conjunto de ações que iam da farda à identidade ética e de classe que os permeavam. Concordando com Huggins (1998), o entrelaçamento das instituições policiais em uma burocracia civil complicada como estar entre as Forças Armadas e a Sociedade buscava representar o afastamento da visão de repressão desmedida por parte do Estado local como um instrumento de proteção das prerrogativas militares. No entanto, a partir da década de 1970, este afastamento deu lugar a ações que evidenciavam esta ligação de uma maneira bastante presente.

Nesta lógica, as ações militares pautaram cada vez mais descontentamentos, protestos, passeatas e manifestações de cunho exaltado por parte dos segmentos sociais que aderiram a uma postura de combate ao Regime Militar. Contudo, embora os militares não pudessem realmente identificar os reais responsáveis por estar subvertendo a ordem, essa invisibilidade inimiga fez com que igualmente se tornassem invisíveis os limites para a ação repressiva do Estado e dos poderes a ele associados. O próprio Estado de Segurança Nacional determinou quem era o inimigo interno do país e que atividades constituíam os antagonismos e pressões sofridas pelo governo segundo Alves (2005). A mesma autora ainda ressalta que:

Não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até que provem sua inocência (ALVES, 2005, p. 48).

Desta forma, o tempo marchava num ritmo lento, onde a sociedade observava de certa forma incomodada a tantas mudanças, embora o decurso do tempo não fosse o mesmo o qual os militares impunham à sociedade. No tocante à preparação para os festejos de Carnaval,

foco de atenção especial por parte dos governos estadual e municipal por ser uma manifestação pública de grandes proporções e que, quando em espaço aberto reúne pessoas de diversos segmentos sociais com ideologias das mais variadas e posturas bastante peculiares, estes ganharam contornos dentro das perspectivas da Segurança Nacional. Ainda em 1968, antes mesmo da Semana Pré-Carnavalesca, o então Governador de Pernambuco, Nilo Coelho e o Prefeito da Cidade do Recife, Augusto Lucena, preocupavam-se em manter os preceitos da época, mobilizando-se junto aos poderes de polícia. A atitude das autoridades de Estado ganhava as páginas da imprensa, como no caso da matéria que foi veiculada no Diário da Manhã de 24 de fevereiro de 1968 em uma de suas colunas sociais intitulada Cadeira na Calçada, que vinha assinada por Brennand (1968, p. 3):

[...] Mas, sob a capa da liberdade dêesses dias, muitos se aproveitam para mostrar sob a impunidade garantida pela confusão, seus maus instintos.

Deve ser dada liberdade para o brinqueado sem constrangimentos. Mas para a expansão da alegria sadia e nunca para prejudicar os que de boa mente se entregam à folia.

Condenável sob todos os aspectos é o uso de substâncias cáusticas e outras, nocivas à saúde como tem acontecido, sendo que dada a confusão reinante nos locais onde isso acontece, nunca é possível identificar o responsável pelo crime.

Não é possível que a liberdade garantida pelas autoridades, seja para isso.

Cabe à polícia, evitar e reprimir todo e qualquer excesso. Não se pode ser absolutamente, desejo das autoridades, desejo dessa anarquia que se vem campeando desde a semana passada, pois o carnaval entre nós, está com quatro dias oficiais e uma semana de antecipação.

É preciso que o nosso carnaval de rua seja mesmo como diz a propaganda, o melhor do mundo, pois como está, faz até medo aos de casa, quanto mais aos de fora.

[...] O carnaval ainda é para muitos a única esperança que resta, e isso não pode ser destruído como estão fazendo [...].

O que pudemos observar é que as ações das forças policiais pareciam sofrer efeito positivo, pois de fato houve certo desrespeito por parte dos foliões às leis de repressão decretadas pelo Secretário de Segurança na semana pré-carnavalesca, utilizando dezenas de produtos haja vista considerados nocivos à saúde e previamente proibidos por legislação específica como graxa, óleo, tintas, cal, detritos, solventes, dentre outros. Neste caso, o excesso nas brincadeiras contribuiu para o afastamento de alguns foliões dos focos de concentração da brincadeira, o que era uma ideia repelida, inclusive, por muitos destes, uma vez que saíam as ruas com suas esposas, filhos e parentes. O controle nos clubes também se fez presencialmente, inclusive contando com o Departamento de Saúde Pública de Pernambuco, informando que até mesmo a Polícia Federal colocara viaturas à sua disposição para os foliões que resolvessem transgredir a ordem nos bailes.

Mattos e Swensson Jr. (2003) chamam a atenção para o fato de que o período de 1969-1973 foi aquele que assistiu a uma maior investida policial sobre a sociedade e a

instalação de numerosos inquéritos e processos. No Recife, a partir de 1969, tendo em vista os exemplos ocorridos um ano antes, houve uma maior presença do Estado no sentido preventivo de suas forças policiais nas festividades carnavalescas. Ao promover uma apuração desta documentação específica, constatamos que os inquéritos abertos pelo DOPS, CENIMAR, CISA e CIEX<sup>41</sup> em Pernambuco limitaram-se a ações de cunho político. Sobre o sentido preventivo em relação aos festejos de Momo, o Diário de Pernambuco circulou no dia 09 de fevereiro com a matéria Policiamento preventivo para o Carnaval foi iniciado ontem, onde informava ao leitor e ao folião sobre o esquema de organização do policiamento das ruas antes da semana pré-carnavalesca de 1969 (POLICIAMENTO..., 1969). O delegado Evandro Couceiro do 6º DP reuniu trinta homens e duas diligências, realizando a maior ronda distrital vista até então no Recife.

O resultado foi a apreensão de nove prostitutas, dois malandros, um falsário, dois batoteiros, um dono de casa de jogo de azar, oito menores e cinco pessoas que estavam portando arma branca. Todos foram levados ao citado Distrito Policial. A ronda, denominada de Pré-Carnavalesca, foi chefiada pelo próprio delegado e orientada pelo comissário Genésio Novais, tendo início às 23h e término às 05h30mins e sua finalidade era fiscalizar os locais que estivessem promovendo jogos de azar, promover a detenção de suspeitos que estivessem nas ruas sem documentação até altas horas da noite em locais ermos e a venda de bebidas alcoólicas, sobretudo a menores. Os locais por onde a ronda atuou foram: Estrada dos Remédios, Ilha do Retiro (chamada na época de Campo do Esporte, fazendo alusão ao time), Prado, Mustardinha, Mangueira, Tejipió, Sancho, Jardim São Paulo, Caçote, Areias, Bonji, San Martim, Totó, Vila dos Contínuos, Avenida Central, Vila São Miguel, Praça do Trabalho, Afogados e Avenida Sul. A fiscalização foi intensa e apreendeu uma série de irregularidades (POLICIAMENTO..., 1969).

Até mesmo os proprietários de carros advindos do Sul sofreram blitz e foram autuados por irregularidades ou receberam orientação contra possíveis furtos. Foram também fechadas várias bocas de fumo e cassinos clandestinos na Estrada dos Remédios, além de uma varredura feita frente aos moradores de rua que estavam nas pontes do Recife, sendo realizadas diversas apreensões de facas e armas do mesmo porte.

---

<sup>41</sup> Estes órgãos representavam centros de informação especializados em buscar documentos, espionar pessoas e realizar importantes relatórios confidenciais transmitindo ao Governo através dos superiores das Forças Armadas qualquer ação que estivesse ligada à atividade subversiva. Para melhor entender como funcionava o raio de ação destes, ver Fico (2001).

No dia 16 de fevereiro de 1969, o referido periódico divulgou, por meio de dados da SSP, o balanço das ações policiais sobre os brincantes: na matéria pudemos observar que mesmo com todas as medidas pautadas pelo poder público, em especial a Lei de Segurança do Gal (POLÍCIA..., 1969). Mont'Alverne, os excessos ainda estavam presentes no Carnaval do Recife (como continuidade de práticas, esses excessos cometidos por alguns foliões seriam mais incisivos com o decorrer dos anos, especialmente entre 1970 e 1973). O número de ocorrências preocupava as autoridades, pois aconteceram na Semana Pré, o que culminou com uma ação redobrada das autoridades com a finalidade de não repetir ou aumentar os números apresentados por aquela durante o tríduo momesco. A cautela foi efetiva, com o Departamento de Vigilância e Capturas Recomendadas atendendo a vinte e oito reclamações. O delegado Estácio Varjal recebeu cinquenta viaturas de diversos setores públicos para serem distribuídos entre os órgãos estatais. Auxiliando a vigília, o Sr. Pedro Neto, da Guarda-Civil, destacou novecentos guardas-civis para fazerem o recolhimento dos presos. Foram registrados acidentes no Corso (em número de setenta acidentados), apesar de nenhum com tom de fatalidade, realizadas apreensões de entorpecentes, recolhimento de marginais à Colônia Reeducação de Dois Unidos (em número de oitenta e seis pessoas) e uma grande quantidade de material nocivo recolhido, além de grande movimentação nos pronto-socorros da cidade e menores conduzidos à Delegacia específica, sendo somente liberados com a presença dos devidos responsáveis, que assinavam termo de responsabilidade (POLÍCIA..., 1969).

No dia 20, encerrando o balanço do primeiro Carnaval Recifense pós-adoção do AI-5 e de um ano de vigência da primeira Portaria Municipal dos Anos de Chumbo, o periódico fez alusão a pessoas que teriam descumprido alguns artigos do Código Penal de 1969, ainda não vigorando oficialmente, mas sendo assim mesmo aplicado pelas autoridades policiais. Segundo a matéria, um grupo de pessoas transgrediu durante o carnaval o Código de Segurança Pública e foi enquadrado no Código Penal Brasileiro, como já havia sido divulgado semanas antes pelos Órgãos de Segurança Pública. Entre os infratores estavam estrangeiros como os noruegueses Henry King, Artur Cox, Jorge Pizororo e George Spencer, que foram enquadrados no artigo 129 do Código Penal<sup>42</sup>. Por infração ao mesmo diploma legal, foram autuados Aldo Coimbra do Nascimento Silva, Luís de França Silva, Djalma Leal Ferreira,

---

<sup>42</sup> Os artigos em questão eram usados em qualquer circunstância para cercear os comportamentos da sociedade civil. Percebemos que a Lei Marcial não fazia distinções quanto à gravidade das práticas, apenas procurava agir de forma a não permitir espaços que pudessem colocar em dúvida a aplicabilidade de suas leis. **ART. 129** - São reduzidos de metade os prazos da prescrição, quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou maior de setenta.

Edvaldo Ferreira dos Santos, Benedito Silva Costa, Júlio de Lima Valverde, Aluísio Pimentel do Nascimento, Nagibe Georges e Paulo de Carvalho Perez Vivera; como incurso nas penas do artigo 19<sup>43</sup> foram autuados Severino Osório de Oliveira; José Alves da Silva; no artigo 155<sup>44</sup>, José Ferreira da Silva (vulgo cabeça), José Severino da Silva e Marlene Vieira da Silva (vulgo Guda). Por fim, nos artigos 329 e 331<sup>45</sup>, Manuel Nadu da Silva.

Percebemos que neste um ano após o endurecimento do Regime, o Carnaval assistiu a práticas que foram se moldando de acordo com a aplicabilidade da Lei de Segurança Nacional e do AI-5 em relação ao tratamento entre policiais e civis. No Recife, apesar de não ser prática comum, muitos infratores pegos, especialmente nas imediações de Boa Viagem com substâncias nocivas como cal e graxa, foram conduzidos às delegacias, autuados e, em vez de ficarem detidos até Quarta-Feira de Cinzas, como tantos outros que foram conduzidos a Dois Unidos, foram liberados pelos policiais após registro de ocorrência e pagamento de fiança, tanto que dos cento e oitenta e quatro presos naquele Carnaval, trinta foram liberados antes do fim das festas.

Na década de 1970 não seria diferente: de 1970 a 1975, com a mudança de pastas no Governo do Estado (saía Nilo Coelho e assumia Eraldo Gueiros Leite) e na Prefeitura do Recife (substituição de Augusto Lucena por Geraldo Magalhães e posterior retorno de Lucena para um segundo mandato) o policiamento sobre a cidade durante os períodos do carnaval se tornou cada vez mais numeroso, cada vez mais ostensivo e rigoroso. Percebemos que o Carnaval de 1970 foi bem mais rigoroso com relação à permissividade do que os dois anos anteriores, o que provocou uma mudança radical na forma das autoridades públicas promoverem a festa de Momo. É possível associar esta característica a um elo com o período empreendido nacionalmente por Emílio Médici, empregando a ideologia do “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”.

---

<sup>43</sup> **ART. 19** - Este Código não compreende as infrações dos regulamentos disciplinares.

<sup>44</sup> **ART. 155** - Incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem introduz, afixa ou distribui, em lugar sujeito à administração militar, impressos, manuscritos ou material mimeografado, fotocopiado ou gravado, em que se contenha incitamento à prática dos atos previstos no artigo.

<sup>45</sup> **ART. 329** - Entrar no exercício de posto ou função militar, ou de cargo ou função em repartição militar, antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar o exercício, sem autorização, depois de saber que foi exonerado, ou afastado, legal e definitivamente, qualquer que seja o ato determinante do afastamento:

Pena - detenção, até quatro meses, se o fato não constitui crime mais grave.

**ART. 331** - Dar às verbas ou ao dinheiro público aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, até seis meses.

Inicialmente, a imprensa apresenta informações que chamam a atenção para um maior controle das brincadeiras mediante os olhares vigilantes das forças policiais. Nos dias 05 e 06 de fevereiro de 1970, o Diário de Pernambuco circulou com as seguintes matérias em destaque, respectivamente: PMP tem 4 mil homens para a segurança durante o reinado e Secretaria de Segurança dispõe de 100 viaturas para o policiamento (PMP..., 1970a). Diferentemente do que fora apresentado nos dois anos anteriores, podemos perceber o teor da rigorosidade na fiscalização da brincadeira através das palavras do delegado Mário Alencar, quando o mesmo afirmou:

este ano, agiremos com maior rigor, uma vez que a Comissão de Fiscalização ao Tóxico, contará com um efetivo superior ao do ano passado e além do mais existem as 160 dúzias de lança-perfumes que foram contrabandeadas no Recife. À partir de ontem, venho mantendo severa fiscalização nas farmácias para evitar a venda de psicotrópicos e viciados. Quem desrespeitar as ordens emanadas da SSP, serão enquadrados na forma da Lei (ALENCAR apud SECRETARIA..., 1970, p. 10).

No dia 08, o mesmo periódico falava exatamente da ação dos soldados da Polícia Militar em situações durante a folia onde a ordem estivesse sendo ameaçada pelos mais exaltados. O Major Martinez e o tenente Feitosa, da Polícia Militar, distribuíram orientações a mais de duzentos soldados que ficariam de prontidão na SSP para realizar as intervenções quando fosse necessário, ficando estes à disposição da Delegacia de Plantão durante os dias de festa. Mesmo contendo todo aparato paliativo aparentemente pronto para ser aplicado de maneira efetiva, com rigorosidade e sem critério previamente estabelecido, o secretário de Segurança Pública advertia a população dizendo que todo efetivo policial servia apenas aos desordeiros e não para os foliões, mas ao que parece, as palavras do Secretário não foram muito bem interpretadas e o mesmo faria valer a lei, responsabilizando os inconsequentes, fazendo com que respondessem civil e criminalmente por seus atos, fossem foliões ou não. A Polícia já havia prendido trinta e oito pessoas que, animadas demais, resolveram apelar para a ignorância em excesso e quase puseram a segurança outras tantas em risco, sendo conduzidas prontamente a distritos policiais. Recolhidas, seriam liberadas a partir das 12h da Quarta-Feira de Cinzas, compondo o bloco do “O Quê que eu vou dizer em lá em casa?” (SOLDADOS..., 1970, p. 10).

Entretanto, no dia 15 do mesmo mês, no citado periódico, após as festividades que naquele ano teriam acontecido mais cedo: no começo do mês, o Carnaval de 1971 já teria, em termos preventivos, começado a ser organizado pelas autoridades. Uma crítica não assinada foi escrita pelo Diário de Pernambuco voltando-se para o fato de que mesmo toda

determinação, policiamento e rigorosidade das leis para o carnaval não eram suficientes para coibir determinados tipos de brincadeiras consideradas ofensivas. Assim foi com a brincadeira do banho de talco e água, feita de maneira deliberada durante o Carnaval de 1970 e não necessariamente se restringindo a estes produtos (PARA..., 1970).

A grande questão era a banalização da lei: até que ponto a mesma proibia? Até onde ia a tolerância? Os três dias de carnaval, que na verdade se tornavam nove (se somados os dias da semana pré-carnavalesca), tinham suas leis por alguns elementos soberanamente desprezadas, inclusive pelas crianças, onde estas (mesmo na sua inocência) teriam agido, transgredindo a lei por irresponsabilidade e negligência de seus pais, parentes e responsáveis. Uma solução dada para aqueles que gostavam de tal tipo de brincadeira era que as autoridades destinassem um local amplo e reservado somente a esses foliões, como a Conde da Boa Vista, por exemplo, que poderia ser até mesmo um local de atrativo turístico para compor os quadros dos brincantes, que ganhariam diversos expectadores, evitando que muitos que não seguiam a prática entrassem nela. Um tom de ironia é usado quando a crítica coloca que o Prefeito poderia até mesmo melhorar a arrecadação se colocasse nas ruas, à disposição destes foliões tonéis d'água e canudos plásticos coloridos com as inscrições Nôvo Recife. A crítica encerra dizendo que nem mesmo idosos e enfermos foram respeitados, sendo afetados também nas praias, quando procuravam repouso e tranquilidade. A mesma ainda deixou aberta a adoção de novas sugestões para que se fosse feito um carnaval em 1971 melhor do que foi em 1970, para isso contando com a participação efetiva das autoridades.

Neste sentido, a política no Carnaval foi muitas vezes realizada na operação de silenciar vozes através de discursos que, em apenas última instância, apelavam para a força repressiva. Ainda que reprimir não se restrinja apenas ao ato físico, a política de silenciar se define pelo apagar de outros sentidos que quisessem ser expressos nas falas, mas que se tornam indesejáveis dependendo do ponto de vista onde estão inseridos (ORLANDI, 2007). A censura ao meio cultural carnavalesco foi um exemplo prático desta aplicação do silêncio, visto que a mesma, apesar de ser uma violência mais branda, produz o interdito, julga e acusa o que é proibitivo, mesmo que aos olhares de outras pessoas não exista nada em especial que comprometa aquele discurso afetado (ORLANDI, 2007).

Para ilustrar a discussão, é pertinente tomarmos como exemplo as atitudes da polícia durante o Carnaval de 1971 com relação aos travestis e público da diversidade sexual: o Diário de Pernambuco do dia 02 de fevereiro de 1971 trouxe a matéria Polícia fiscalizará exibição de travesti, onde a matéria coloca que a rigorosidade continuava fazendo parte do

Carnaval. A Delegacia de Costumes, na figura do delegado Mário Tomás de Alencar, resolveu promover intensa fiscalização para evitar os excessos de maquiagem feitos por travestis e homossexuais que apreciavam brincar as festividades de Momo fantasiados de mulheres. Segundo as palavras do delegado:

[...] Nos carnavais anteriores, deparei-me com problemas provocados por foliões que, vestidos de mulher e com o rosto maquiado, cometeram desatinos. Para identificá-los, foi bastante trabalhoso, e alguns casos ainda estão sem solução. Diante disso, resolvi proibir que os homossexuais cometam extravagâncias nas ruas e nos clubes, para evitar que, ao serem provocados, causem confusões (ALENCAR apud POLÍCIA..., 1971b, p. 13).

Não obstante, a proibição se estendia às fantasias dotadas de erotismo, especialmente aquelas que atentassem contra o pudor, não importando quem as usasse. Os homossexuais que transgredissem a lei seriam autuados e conduzidos à detenção, lá ficando até Quarta-Feira de Cinzas. Contudo, em tom de descontração, o delegado deixou escapar o lado folião em sua fala, o que poderia promover uma flexibilidade de suas ações em relação aos brincantes, entretanto sem esquecer qual o seu verdadeiro papel naquela festividade. Revelou este:

Sou um folião fanático, mas, como Delegado de Costumes, sou forçado a reprimir os abusos e excessos. Acho até gozado os homossexuais vestidos de mulheres, fazendo evoluções ao ritmo do frevo, mas fantasias dessa espécie trazem graves problemas para a polícia e, por isso, tenho o dever de proibi-los (ALENCAR apud POLÍCIA..., 1971b, p. 13).

A matéria ilustra ainda que era normal ver um homem vestido de mulher brincando o Carnaval, entretanto o perigo não estava nas provocações e brincadeiras de quem visse o personagem, mas, segundo o delegado Mário Alencar, na possibilidade do mesmo, com o rosto pintado e de difícil reconhecimento, além do vestido, transportar armas por debaixo das vestes e praticar delitos, ficaria fácil colocar-se depois na impunidade, sem contar que os padrões sociais pensados pelos militares a partir dos bons costumes não percebiam como normal esta opção. Disse ainda o delegado: “No Nordeste, e especialmente no Recife, um homem tem que ser macho, e o homossexual é condenado por todos. Durante o carnaval, os mais ousados se fantasiam de mulher e os aborrecimentos são constantes. No final, a Polícia é quem mais se prejudica” (ALENCAR apud POLÍCIA..., 1971b, p. 13).

Esta forma de censurar a atividade dos travestis e dos foliões mais irreverentes revela, a partir de 1971, a prática da tentativa do silêncio folião no Carnaval do Recife, ou seja, impedir a intenção do dizer ou fazer, no caso, mediante as alegorias. Não somente esse

público voltado à diversidade foi vítima de tais ações, como também alguns clubes tradicionais (porém em menor número) e agremiações carnavalescas, sobretudo de subúrbios. Neste caso, é preciso entender que toda distribuição de poder tem um preço, pois nem toda parcela da sociedade aceita sobriamente preceitos com valores e dogmas rígidos que venham a ferir o livre arbítrio, especialmente em se tratando dos foliões no Carnaval, que desejam descontraírem-se da melhor forma e buscaram serem eles mesmos ao menos durante três dias do ano, uma vez que não podem revelar esse caráter durante os outros trezentos e sessenta e dois. Em toda medida, o militar acaba pagando o preço por tal inflexão de sua ideologia, pois esta não é bem vista pelos olhos da sociedade brincante, apesar de muitas vezes ser acatada.

É pertinente então retomar as ideias de Foucault (1979), quando o mesmo explica que o poder não é unidirecional – ele emana da sociedade promovendo uma circularidade que determinam sua não confiscação ou absolvição por parte do Estado. Isso quer dizer que existem, na verdade, poderes, e estes foram criados independentemente e podem integrar-se ou não a este Estado. Sobretudo no Estado de Exceção implantado nos Anos de Chumbo, especialmente voltado ao âmbito cultural, o poder existe no sentido de instrumento que ultrapassa a simples e socializada concepção de proibição ou controle. Este permeava, produzia, induzia ao prazer, formava saberes e alimentava discursos atravessando todo o corpo social.

Assim, o silêncio é uma importante arma, mas não é a única promovida por um Estado como o que está em questão. O poder contratual proposto ao Carnaval é uma forma de demonstrar a capacidade do Estado em estabelecer um campo de produção de saberes, pois é a partir destes que o poder se enraíza, estando muito além do mecanismo da repressão. Neste contrato estabelecido com a sociedade, as autoridades policiais do período da Ditadura estabeleciam com os clubes, foliões e agremiações uma troca onde cada indivíduo, de certa forma, cede total ou parcialmente seus poderes de cidadãos em favor da constituição de um poder político soberano, sem perceber. Esta violência simbólica se determina através de uma relação de forças onde o Estado se faz presente além da ação da brutalidade, traduzindo-se na linguagem, nas desigualdades legislativas e no corpo dos indivíduos reprimidos, estabelecendo uma guerra silenciosa onde os afetados por esta política não ficam necessariamente inertes ao processo.

No caso dos presos durante o Carnaval, essa forma de expressão de controle por parte do poder estatal nos leva a perceber que o sistema penal teve por função introduzir uma série de contradições no seio social e, em especial, nas massas. Utilizando-se da repressão, o

sistema em questão, através de um complexo justiça-polícia-prisão passou a exercer complementaridade aos atos praticados anteriormente somente por ações militares, desempenhando um papel que varia conforme as épocas e a maneira como a sociedade (e as massas) respondem à legislação. Assim sendo, toda forma de poder é dotada de uma “reforma das forças existentes como controladoras de uma dita realidade social” (FOUCAULT, 1979, p. 72). Essa reforma, segundo Foucault (1979), ocorre numa via de mão dupla: ou reorganiza o poder em vigência, dando espaço de fala e ação aos atores dela excluídos, distribuindo um poder que se fazia presente por meio da repressão; ou então através de uma ação revolucionária, reivindicando a totalidade ou hierarquia do poder atuante.

O Bloco do O que é que eu vou dizer lá em casa? era numeroso, mas continha muitas pessoas que não necessariamente teriam infligido a Lei. Seguramente, as determinações contidas a partir da Portaria nº 71 e as outras subsequentes eram rigorosas e somavam-se a outros planos de ação traçados pelas autoridades policiais de acordo com os anos de Carnaval tomando por base o ano anterior, mas essas pessoas que eram enquadradas acusadas de transgredir a lei estavam, muitas vezes, divertindo-se, embora fosse de maneira excessiva e pudessem retirar o livre-arbítrio de outros que não desejavam fazer parte daquela brincadeira. Um exemplo pode ser visto no Diário de Pernambuco de 17 de fevereiro de 1973 quando o Delegado de Menores da capital, Sílvio Lélis, acatou a decisão do então Juiz de Menores que teria proibido que estes brincassem o carnaval de tanga nas ruas. A alegação voltava-se para a premissa de que, nas palavras do Delegado, “nossos jovens ainda não estão preparados para este tipo de ‘avanço’” (LÉLIS apud DE..., 1973, p. 8). Caso a medida fosse transgredida (como foi), cem policiais e vinte viaturas estariam a postos desde a Segunda-Feira de Carnaval para efetuar as prisões e manter os menores sob os olhares do Estado até o aparecimento de seus responsáveis, que responderiam pela falta de bom senso ao permitir que os adolescentes brincassem daquela maneira.

O que pudemos notar no exemplo acima é a intimidação por parte de um discurso que julga ferir a moral e os bons costumes da família brasileira ao expor menores nas ruas, mesmo em tempos de Carnaval, com trajes considerados indecentes para a idade. Neste sentido, a prisão seria o maior grau de intimidação usado para servir de exemplo a outras pessoas que por ventura pudessem pensar em repetir o exemplo dos que foram detidos pelo policiamento. Sobre a prisão, Foucault (1979, p. 73) foi enfático ao afirmar que esta é “o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro de suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral”, uma vez que nas mesmas o poder se mostra livremente através de

aparatos que o purificam e o justificam como verdadeiro para o sistema governante. Posto isso, sua tirania é a solução de uma relação maniqueísta, da vitória da ordem estatal sobre a desordem social (FOUCAULT, 1979).

Por outro lado a festa se coloca diante de um mundo sem estrutura ou códigos legislativos para que possa ser possível: apenas a natureza tem exercício sobre suas ações, abrindo possibilidade para o caminho da subversão, da transgressão. O fim último, por conseguinte, é atingido, ou seja, há a construção de um mundo fraternal, reconciliado segundo as práticas culturais e não sobre os olhares da regulamentação estatal (DUVIGNAUD, 1983). Deste modo, cada sociedade sabe os limites da sua tolerância, especialmente em relação à arbitrariedade do poder. O caso dos menores é apenas um entre vários exemplos de coações sofridas pelos foliões no Carnaval do Recife durante os Anos de Chumbo, o que não significa dizer que as autoridades estariam apenas seguindo os preceitos da lei. O mesmo espaço que forneceu meios para exercer o poder, também exerce condições para o almejo à promoção da mudança.

Um bom exemplo para ilustrar o supracitado é o caso da prisão de José Amaro dos Santos durante o Carnaval de 1974. Uma nota com fotografia foi estampada nas páginas do Diário da Manhã relatando que o folião tinha se excedido demais na sua brincadeira, especialmente por estar vestido de satanaz e, nos dizeres das autoridades, estaria na rua tocando o diabo no Carnaval. Acusado de perturbação da ordem pública, o referido foi conduzido à detenção, de onde só foi liberado após o terceiro dia de folia. No entanto, sorte diferente teve o travesti Dorgival Zelaquetti, que foi apadrinhado pelo Delegado de Costumes e Vigilância enquanto outros tantos teriam sido presos e ficariam detidos até o final das festividades. Visto por diversas testemunhas, Zelaquetti acabou dando, segundo as páginas do Diário da Manhã, um verdadeiro show de sexo na via pública, escandalizando a sociedade com seus gestos e vocabulário ricamente variado. Detido, foi conduzido à Delegacia de Plantão e, depois de muito fazer pressão por sua liberdade, utilizando-se de argumentos que não são citados pela reportagem, Zelaquetti foi solto, embora outros catorze travestis não tenham tido a mesma sorte.

Essa atitude incomum praticada pelo Delegado de Costumes revela certa ligação e estabelecimento de uma negociação com a travesti que, de alguma forma e por ser bastante conhecido junto ao público gay, teria direcionado determinada situação que pudesse conter algo comprometedor à autoridade do Delegado em sua postura e o mesmo, para evitar maiores constrangimentos ou problemas eventuais, mesmo na posição de autoridade, teria liberado o

indivíduo em meio àquele Carnaval que tinha sido agitado e marcado por muitas detenções. Há de se considerar que Zelaquetti era bastante conhecido também nos diversos espaços sociais pelos quais circulava, diferentemente da exclusividade do mundo gay.

Outro exemplo das relações entre militares e civis no carnaval desses anos poderia ser identificado a partir do desfile do Corso. Tradicional, o desfile era marcado não somente pela irreverência, pelos carros luxuosos ou simplesmente pelas mulheres em trajes de banho e homens atléticos sem camisa em cima dos carros: mas, sobretudo por brincadeiras de tom desagradável, como lançamento de piche nos olhos do público expectador, banhos com talco e água-de-cheiro, bombas feitas com bexigas de festa cheias de água, lançadores de lama, entre outras. Envolvendo uma das festividades que acontecia na Semana Pré-Carnavalesca, o Corso atraía a atenção do público porque era realizado na Avenida Conde da Boa Vista e se estendia pela Avenida Guararapes até as imediações do Bar Savoy, onde os integrantes caíam na folia ao som do frevo, numa festa que não tinha hora para terminar: começava pela manhã e adentrava a noite. Durante os Anos de Chumbo, o Corso passou a ser alvo de atenção especial dos militares que perfaziam a segurança do Carnaval Recifense, sobretudo por conta dos trotes recebidos pelas autoridades em relação ao brinquedo.

Visto como um desfile raro, mas estragado muitas vezes pela falta de limites, o Corso era o principal alvo para a disciplina imposta pelas autoridades no início das festividades. Desde a mudança de local do seu acontecimento, passando para a Avenida Dantas Barreto, corredor de passagem de muitas agremiações em desfile nos demais dias de Carnaval, o Corso foi fiscalizado desde a composição mecânica dos carros ao trajeto a ser percorrido. O Diário de Pernambuco de 18 de fevereiro de 1968 exibiu uma reportagem destacando comentários dos jornalistas sobre o uso do escape livre nos automóveis, de modo a promover barulho e agitação, divergindo opiniões naquela publicação. Houve repressão aos que tentaram utilizar a brincadeira, sendo enquadrados no art. 2º da Portaria nº 71, publicada dois dias antes pelo Gal. Mont'Alverne, que não quis se pronunciar sobre o assunto. Deixou então a brincadeira a critério dos foliões, mas deixando claro que a mesma seria reprimida de maneira enérgica pelas autoridades. A situação divergiu opiniões, os médicos discordaram do uso do escape livre, desejando mais tranquilidade aos logradouros; já os comerciantes se mostraram indiferentes, enquanto que rapazes e moças defenderam a brincadeira sob a alegação que carnaval sem barulho não é carnaval (SECRETÁRIO..., 1968a).

Tal acontecimento levou inclusive ao espancamento do cidadão Valdecy de Oliveira, dois dias antes, quando foi arrastado por diligências e entregue nas mãos de outro cidadão à

paisana que se disse depois investigador da Polícia. Valdecy, de acordo com seu advogado de ofício, Nilzardo Carneiro Leão, foi espancado brutalmente e despido diante dos olhares da multidão. Um inquérito foi instaurado para apurar o caso sob a alegação do advogado de defesa que julgou o ato como sendo da maior gravidade.

Essa atitude coercitiva em relação ao Corso seria estendida com o passar da década de 1960 para a década de 1970: os carros precisaram ser cadastrados junto ao DETRAN-PE e deveriam estar com todas as suas obrigações municipais quitadas, não poderiam apresentar avarias que pusessem em risco a vida dos demais participantes do desfile e do público presente nas calçadas a contemplar o desfile, deveriam respeitar o itinerário determinado pelas autoridades, sendo seguidos por batedores da Polícia Militar para que nada fora da ordem acontecesse, entre outras determinações que limitaram o espaço de expressão da brincadeira. Limitados, muitos participantes tradicionais do Corso foram deixando, ano a ano, de realizar o encontro durante as festas de Momo, o que era um tradicional brinquedo de várias épocas, alegando que o espírito da festa havia dado lugar ao espaço de fala da Lei e não havia sentido em brincar daquela maneira.

De outra forma, os clubes tradicionais como Internacional do Recife, Cabanga, Português, Sport Club do Recife (nos jornais da época, Esporte Clube), Clube Náutico Capibaribe e os de periferia também passaram pelas relações civis-militares de forma bastante contundente. Presentes nos bailes fantasiados, à paisana ou fardados, os militares referendavam-se pela sua maneira de estarem próximos e bastante informados sobre o universo dos foliões em suas mais características formas de expressão da brincadeira. Mesmo (e em se tratando de Carnaval) sendo festas mais selecionadas, com público diferente das ruas, os bailes como Municipal e *Bal-Masqué*, além das prévias particulares de muitos clubes como o Baile Vermelho e Preto (Sport), Vermelho e Branco (Náutico) e o Carnaval em Tecnicholor (Cabanga) também passavam por policiamento ostensivo, apesar da matéria do Diário de Pernambuco de 12 de fevereiro de 1971 demonstrar que isso ameaçava não acontecer naquele ano. Tudo aconteceu porque os clubes não avisaram a tempo à SSP que tipo de esquema gostariam que fosse adotado, o quantitativo de homens e o horário e dia de realização dos bailes, o que dificultava o trabalho do Secretário de Segurança Armando Samico. Mesmo realizando importante reunião quinze dias antes com os presidentes dos clubes a fim de traçar o planejamento responsável por manter a ordem e evitar a perturbação durante as festas, os clubes não mantiveram uma determinada organização (CLUBES..., 1971).

Isso nos levou a perceber que a presença do militar enquanto sujeito presente na festa não possui um significado estrito. Analisando essa presença com bastante cautela, chegamos a duas hipóteses: os oficiais poderiam estar simplesmente desempenhando suas atribuições para com o Estado de Exceção, comparecendo diplomaticamente aos festejos a convite das autoridades e se fazendo presente pela imponência de seu posto; ou simplesmente poderiam desfrutar de horas descontraídas, de puro lazer, onde pudessem, momentaneamente, divertirem-se como civis, contudo sem modificar sua ideologia, ao lado de familiares e amigos mais próximos, mesmo que reservadamente em mesas e camarotes, sem muito contato com o público em razão de um código de posturas que necessitava ser preservado. Ambas ideias procuraram ser aqui desenvolvidas por representarem um leque de possibilidades que, aparentemente, não seriam perceptíveis nessa época mediante as análises existentes sobre os anos em questão até o presente momento.

Por outro lado, complementar à ideia anterior, enxergar o militar, durante os Anos de Chumbo, como um brincante do Carnaval é remeter a uma analogia distintiva, sobretudo porque há de se considerar que o mesmo pode possuir dois tipos de formação: uma civil, até determinada idade, sendo posteriormente preparado através de uma formação militar; bem como uma formação estritamente ligada aos aspectos militares desde sua infância, mediante influência de familiares. Neste caso, não nos cabe nesta pesquisa entrar em pormenores acerca da formação psicossocial do militar, mas pretendemos enxergar como objetivo as formas que conduziram os mesmos a transitarem enquanto brincantes, entre a personalidade civil (mesmo que esta fosse apenas temporária) e a militar dentro de uma época considerada de exceção e, todavia, característica de elementos que tecessem um contorno voltado para uma maior seriedade, a preservação de um código de posturas e a valorização de todo um sentido moral e social.

Através de uma análise nas colunas sociais de dois dos jornais tradicionais da cidade do Recife no período em tela – o Diário de Pernambuco e o Diário da Manhã – pudemos estabelecer um paralelo entre a ideologia do período de exceção e o que realmente era visto pelos olhares dos colunistas da época a exemplo de Clóvis Menezes, do Diário da Manhã. O olhar da imprensa escolhida aborda uma tendência para um caráter de Direita, de apoio ao Estado de Exceção, onde pudemos perceber que nas palavras dos mesmos, há certa inclinação que defende, entre outras caracterizações, a presença dos militares enquanto brincantes, mas sem perder a linha dura, de certa forma conservando uma postura característica de sua ideologia. As palavras utilizadas pelos colunistas como excelentíssimo, o sr. General, o Sr.

Almirante, o Sr. Brigadeiro, entre outros termos, exemplifica a necessidade em ilustrar a presença destes homens a partir de suas patentes, destacando-os dos demais brincantes não por sua fantasia ou por sua empolgação, mas sim por sua imagem enquanto chefes de Estado. Entretanto a imagem de brincante civil também é ressaltada nas colunas, atribuindo aos supracitados homens qualidades que, habitualmente, não lhes eram características dentro de suas funções.

Quando da realização dos bailes sociais de Carnaval deste período, os militares se faziam presentes de duas formas, segundo as fotos e colunas sociais de jornais da época: ou compareciam aos bailes acompanhados da família, podendo estar fardados ou não; assim como registravam suas presenças através dos camarotes e mesas oficiais do Governador do Estado (no período descrito, os governadores Nilo de Souza Coelho e Eraldo Gueiros Leite) e Prefeitura da Cidade do Recife (da mesma forma, os prefeitos Augusto Lucena e Geraldo Magalhães), para tanto, neste caso, estando devidamente trajados de acordo com suas patentes. Essas posturas se devem, segundo nossa análise, a critérios puramente psicossociais que envolveram esses que chamamos, através deste estudo, de homens de chumbo, visto que mesmo por trás da farda, os mesmos apresentavam atitudes que nos permitem colocá-los como elementos mascarados diante de toda uma ideologia de sua época. A respeito da máscara, seja no sentido estrito (objeto) ou no sentido psicológico, esta se traduziu como um dos símbolos que aproxima o mítico do real, a fantasia da possibilidade, que faz o espectador mergulhar num jogo onde a comunicação entre estes dois mundos – real e imaginário – é aceita e recebida como elemento importante da festa (DUVIGNAUD, 1983).

E quais possibilidades seriam estas? Entendemos que seriam exatamente a da diversão, da descontração moderada, da expressão do eu interior que anteriormente não se havia manifestado por razões de outras naturezas, enfim, como forma de evitar ou ilustrar, abrir a perspectiva de uma postura do militar através do caminho da subversão, da transgressão, segundo diriam alguns autores sobre os segmentos que brincam o Carnaval. Seria, no mínimo, diferente demais imaginar um militar de alta patente dançando o frevo e outros ritmos (mesmo que de forma discreta e polida), cantando os sucessos da época, vibrando com desfiles, soltando confetes e serpentinas nos salões sociais do Recife em plena época ditatorial. Porém é preciso lembrar neste caso que a festa coloca o homem diante de um mundo sem estrutura ou códigos legislativos: apenas sua natureza humana tem exercício sobre suas ações, onde o fim último, por conseguinte, é atingido. Em outras palavras, há a construção de um mundo fraternal, reconciliado segundo as práticas culturais e não sob os

olhares da regulamentação estatal (DUVIGNAUD, 1983). Embora o Carnaval do Recife estivesse imbuído de uma legislação rigorosa que buscava a colaboração dos brincantes e a normatização da festa, pudemos perceber a presença desse quadro sociocultural.

Seria possível chegar ao entendimento da mudança de postura de alguns militares e que influências estes teriam segundo a análise de Duvignaud (1983). sobre a essência da festa. Para este, a festa traz consigo sua própria finalidade e sua criatividade; reveste sua manifestação através de formas bastante espontâneas, penetrando no imaginário e trazendo para a realidade, para a percepção, a inversão, a destruição de regras sem, contudo, transgredi-las. Sua intenção encontra-se na representação do deboche, do escracho, colocando o homem em um universo sem normas, preocupante e causador de um terror para o Estado. Esse terror visto pelo Estado estava situado exatamente na subversão e no exagero com relação aos costumes ditados pela educação militar. Mesmo os bailes realizados por alguns dos clubes sociais e esportivos tinham a preocupação em manter a moral e os bons costumes, embora isso não se apresentasse de maneira generalizada.

Numa perspectiva maior, analisando o poder e as culturas através de uma abordagem orgânica, encontramos a ideia de que, no recorte em tela, a existência do Estado influía diretamente na organização e sistematização da cultura, através de normas, deformando a realidade humana a partir do momento que a sociedade não teve que, obrigatoriamente, reconhecer a unidade política para se desenvolver culturalmente. Há, em virtude desta assertiva, uma tendência por parte dos Estados em resistir a dimensões coletivas e espontâneas de poderio através das festas, uma vez que em sua ideologia, o Estado não poderia admitir, especialmente nos Anos de Chumbo, a autogestão, pois, assim sendo, correria o risco de ter seu poder subestimado pelos homens.

Podemos perceber que essa subestimação aconteceria devido à própria característica histórica de como o Carnaval se representa enquanto uma festa coletiva e uma representação dos mais profundos traços de uma sociedade, no sentido de valorizar sua constituição e manifestação, sendo abaladas por grandes mudanças semelhantes a “transformações causadas pelo contato intercultural, por uma guerra, uma epidemia, mudanças que podem resultar de uma modificação interna, destruidoras da cultura estabelecida” (DUVIGNAUD, 1983, p. 67). Enxergando os militares e seu posicionamento enquanto brincantes ou não da festa, sua presença atestou que houve, nesta mudança, uma ação voltada para os símbolos. Estes foram os elementos que sofreram as modificações mais significativas, especialmente se estas ocorreram por via de regulamentos que, ao serem obedecidos pelos brincantes (no caso por

algumas diretorias de clubes) despojaram os mesmos de suas capacidades de coragem, glória e sabedoria em desafiar o caráter mandatário, mesmo que fosse temporariamente.

De acordo com esse panorama apresentado, concordamos com Balandier (1999) quando o mesmo cita que as regras definidas pela ordem estabelecem mudanças simbólicas não em sua totalidade, em torno da construção de um instrumento que evite a desordem. O Estado Ditatorial, ao buscar normatizar a festa e para isso colocar seus elementos enquanto figuras presentes, tentava inverter o conjunto de ilusões criadas a partir da mesma, desmascarar o imaginário produzido de que a sociedade estava se convertendo e fugindo das verdades expostas durante o tempo fora do Carnaval. Em suma, seria derrubar a máscara de que o Carnaval era de total permissividade, sem vigilância, mesmo que a intenção principal da presença do militar não fosse necessariamente esta.

Todavia, segundo o próprio Balandier (1999, p. 64), “cada sociedade, à sua maneira, define as verdades que tolera, os limites que impõe àquilo que não é a estrita conformidade, o espaço que concede à liberdade modificadora à mudança”, ou seja, em alguns casos observados mediante a análise das colunas sociais, pontuamos uma importante marcação neste estudo: há uma inversão de conceitos no que se refere às questões de ordem e desordem vistas a partir da presença do militar nos bailes de Carnaval como brincante, o que denota a aproximação deste com caracteres civis. Isso pôde ser constatado, entre outras, pela matéria veiculada através da coluna social do jornalista Clóvis Menezes, quando da realização da prévia do Clube da Aeronáutica intitulada Mamãe Eu Quero Voar. A nota assim dizia:

O simpático e elegante clube da oficialidade da nossa principal fôrça do ar, comparece, no sábado 8 (de fevereiro), com sua tradicional ‘Mamãe Eu Quero Voar’, prévia do maior prestígio e destaque em nosso ‘high society’. O presidente Euler Niemayer e o diretor-social Danilo Reis estão prontos para cumprir um programa traçado, previamente, com todos os detalhes (MENEZES apud AERONÁUTICA..., 1969, p. 1).

O que se pode perceber é que o oficialato misturava-se à alta sociedade, bem como aos dirigentes de Estado e representantes de forças da Segurança Pública para desfrutarem de momentos onde mais pareciam civis do que propriamente militares. Com efeito, suas festas estavam imersas num imagético de comportamentos e condutas únicas que precisavam representar o luxo, a diferença da brincadeira de rua, o não cometer excessos similares àqueles segmentos sociais, entre outros elementos. Não sabemos, no entanto, até que ponto essa aproximação de caracteres civis se dava nas festas de clubes militares, mas pudemos identificar alguns elementos pertencentes a este universo como o frevo, os artistas convidados

para animar a festa, as fantasias escolhidas para a brincadeira, em muitos casos a ausência dos trajes militares, etc.

Esses homens de chumbo, ao que parecia não se limitavam a brincar em apenas um baile ou apenas um dia durante o Carnaval. As palavras dos colunistas elucidam que os mesmos se faziam presentes em outras importantes comemorações do Carnaval de outros clubes (sociais ou militares) de Recife, indicando uma breve circularidade dos mesmos, não constante, mas presente em locais como o Clube Internacional do Recife, onde se realizava o tradicional *Bal-Masqué* ou Baile de Máscaras aos moldes dos antigos carnavais europeus; o Clube Português do Recife, onde se realizava o Baile Municipal da cidade, contando com a presença das autoridades executivas de Estado como o Prefeito e o Governador em camarote especial e destacado dos demais, assim como outros a exemplo do Cabanga e o Country, notadamente tendo seu público voltado para a classe mais abastada da sociedade recifense. Entendemos que essa presença se dava, sobretudo, mais pela aproximação com representantes de Estado do que propriamente dito pela vontade dos militares, que geralmente eram pessoas reservadas, de costumes diferenciados a exemplo da educação refinada e de todo um arsenal de posturas que não oferecia caracteres voltados para exercer atitudes civis de maneira constante.

A presença dos militares nos clubes sociais do Recife durante o Carnaval, no entanto, parecia não intimidar os demais brincantes da festa. Há de se considerar o fato que o público presente nestas agremiações era uma elite social e urbana composta geralmente por médicos, advogados e juízes de renome no cenário municipal, políticos, engenheiros, entre outros. Fato destacável era que os tradicionais bailes constituíram-se como peças de fundamental importância na consolidação de hábitos característicos da elite recifense durante os festejos carnavalescos, tanto no tocante à evolução de práticas e costumes, quanto à adequação ao novo (LIMA, 2001).

Outra possibilidade pôde ser identificada a partir do momento em que percebemos o Carnaval como o tempo em que a sociedade se revela de fato como ela é, libertando-se da imitação e do jogo político, entregando-se a um movimento que alimente sua própria ordem. Tudo se justifica através da união entre o sagrado e o burlesco, da inversão que coloca o tempo ao contrário e provoca a escassez da liberdade em abundância, rompendo temporariamente as censuras e conveniências em proveito da festa, dando lugar às contestações dissolvendo-as no gracejo e divertimento coletivo (BALANDIER, 1999). Nesse sentido, a leitura feita a partir da presença dos militares é a de oficial a serviço do Estado.

Se as sociedades, pela sua organização sociocultural e histórica, determinam as formas de utilização ou não da violência por parte dos militares, estes, por sua vez, devem ter em mente que estão lidando com diferentes atitudes e motivações humanas, bem como comportamentos que são estimulados pela ótica liberal. Desta feita, o agir do militar por proveito meramente pessoal levaria a padronização social à ruína. Foi preciso, para manter certa homeostase em que o mesmo sempre tivesse em mente que sua habilidade é administrar a violência e sua responsabilidade foi a segurança do elemento social, o que em toda instância, se mostra como seu cliente. Decerto, o Estado se voltou para a segurança e outras áreas sociais, mas, excluindo-se outros fins, só os oficiais correspondem àquela.

Nisso há uma distribuição de poderes entre civis e militares que varia de acordo com a ideologia predominante na sociedade aliada à ética militar no recorte analisado. Tal distribuição mostrou que o poder tinha um preço: nem todos os membros de uma sociedade, especialmente em tempos de festas, aceitam preceitos como valores rígidos ou dogmas. O militar era, muitas vezes, para a sociedade, não o ponto de equilíbrio do poder, mas muitas vezes a maneira como este era usado de forma usurpadora. Contudo, sua presença na festa desmistifica a imagem de homem que pensa estritamente na lei, no cumprimento do dever e forma a *persona* de um civil por trás da farda, aquele que troca momentaneamente a farda pela fantasia, que se permite a usufruir de momentos onde não precisa ficar preso a um sistema hierárquico rígido, igualmente cerceador de seu mais íntimo desejo, apesar de muitos serem formados dentro dessa ideologia e acharem-na correta e mais adequada.

Entendemos que os militares brincantes exibiram um perfil ambivalente, ou seja, apresentaram formas de expressão e pensamento que os colocavam numa encruzilhada de sensações, pautadas por um código legislativo e um modo de agir. Pensar e analisar o militar enquanto brincante foi reconhecer, graças às contribuições do Novo Historicismo, que poderia haver uma forma de entender a constituição deste imaginário cultural e político de modo a não distorcer o período, buscando, sobretudo, um estudo voltado para a observação de elementos comuns, mas que estavam dotados de caracteres até então pouco imaginados. Para tanto, devemos muito às memórias do Carnaval e da época ditatorial.

Formado por folguedos que vivem e partem do seio da sociedade, que misturam classes sociais num ritmo intenso durante três dias e fazem dos tempos mais complicados e das maiores dificuldades simples elementos que podem ser, temporariamente, ignorados em prol da diversão e da espontaneidade, o Carnaval revelou, de 1968 a 1975, momentos de grande intimidade entre os brincantes no decorrer daquele cenário político, social e cultural,

designando procedimentos que levaram a formação de discursos capazes de reconhecer, no povo recifense e nos turistas que vinham a cada ano apreciar a riqueza de ritmos e a beleza das manifestações características dessa brincadeira, a unicidade que se voltava à adoção da alegria, da sintetização das características mais intrínsecas da cultura das classes sociais, mas que igualmente demonstrava que essas não apresentavam uma unificação, nem sempre falavam o mesmo discurso. A festa continuava, mesmo sendo plural e diverso, a expor as incongruências presentes na sociedade, ou como nos diria Canclini (1983, p. 55):

A festa continua, a tal ponto, a existência cotidiana que reproduz no seu desenvolvimento as contradições da sociedade. Ela não pode ser o lugar da subversão ou da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada, porque não é apenas um movimento de unificação coletiva: as diferenças econômicas e sociais nela se repetem.

Houve espaço também para desenvolver a noção de circularidade de práticas, costumes, simbologias, (re)construção de tradições, desenvolvimento de comportamentos, ideologias, enfim, termos que, em um período de difícil acesso a diversas representações sociais, os brincantes e foliões demonstraram possuírem inúmeras formas de constituir seu imaginário. Buscar a melhor forma para suas expressões, alimentar seus anseios, através de momentos que são considerados, como as festas, caminhos que deixam de ser meras utopias para transformarem-se em contextos possíveis, fosse através da inversão, da subversão ou do escárnio, era o caminho para a alegria.

Concordamos com Lévi-Strauss (apud BOURDIEU, 2007b, p. 18) quando o mesmo, por intermédio de uma análise simbólica como propriedades dos comportamentos de determinados segmentos sociais, mostra que “a linguagem e as roupas, ou melhor, certas maneiras de tratar a linguagem e as roupas, introduzem ou exprimem desvios diferenciais no interior da sociedade, sob forma de signos ou insígnias da condição ou da função”. Disso decorre o uso de linguagens carnavalescas, o uso de fantasias que remetem ao mítico ou ao escrachado, debochado, sem, contudo promover grandes exposições. Mesmo modificando alguns aspectos de suas posturas, os militares brincantes procuravam conservar a imagem que a sociedade tinha de si mesmos.

Pelo observado, a moda permitiu promover a distinção social nos bailes sociais conferindo marcas a um determinado grupo mediante a adoção de sucessivos signos que tornaram possível a exclusão daquilo considerado estranho ao grupo. Porém, ao analisar a sociedade, Bourdieu (2007b) concluiu que as relações que se traduziam simbolicamente entre

membros da mesma ou de outras classes colocavam diferentes situações onde marcas faziam com que estes exprimissem comportamentos pautados em valores de significação que representassem o meio no qual estão inseridos, através de uma ordem, sobretudo, cultural.

Assim, imaginar sociedade e autoridade militar dentro de um universo de circulação de práticas e deslocamentos que operam no sentido de situar o trânsito de memórias durante os Anos de Chumbo remete a uma análise de fatores que apontam para duas possíveis constatações: a de que os poderes estão presentes em diferentes espaços de fala, estabelecendo um conjunto de práticas que visam, sobretudo, ratificar o discurso legitimador das ações, seja dos brincantes, seja dos representantes do poder vigente no período abordado; e a constatação de que estas práticas caracterizam os grupos não pelos enfrentamentos das diferentes ideias, mas principalmente pela forma como estas foram colocadas diante de um discurso por meio de memórias, da imprensa e, especialmente, pela legislação que regia muitas das expressões nesse recorte.

A forma como essas relações foram conduzidas nos leva a perceber que um contrato social, mesmo num período de festividades como o Carnaval, buscava estar presente por meio de diferentes sentidos que, nas encruzilhadas de seus significados, engendravam aspectos importantes que situassem os espaços de expressão e pensamento, podendo ser igualmente vistos de forma dissociada e, representando a difusão de parâmetros e ações importantes para tecer um registro desses grupos. Pensando os militares ou os civis, por excelência ou circulando entre os dois mundos, preferimos enfatizar a importância da proximidade entre os dois segmentos sociais que se tornaram os principais artífices do Carnaval pernambucano durante o período 1968-1975 como forma de estabelecer uma comparação diante de aspectos que, apesar de parecerem característicos de cada grupo individualmente, misturaram-se e produziram um lugar no passado que ainda pode encontrar referenciais no presente, reconhecendo a importância de uma memória que foge à objetividade e serve à História como elemento de aprendizado do tempo.

#### **4 “(...) DIZENDO BEM, QUE O RECIFE TEM O CARNAVAL MELHOR DO MEU BRASIL (...)”:** o Carnaval de Chumbo através dos múltiplos olhares

##### **4.1 O CARNAVAL DE CHUMBO PELOS OLHOS DA IMPRENSA:** na rua ou nos clubes, chova ou faça sol, o que importa é animação e ordem

Tentar realizar uma discussão contendo as impressões deixadas pela imprensa de Pernambuco sobre o Carnaval de Chumbo no Recife nos permitiu, primeiramente, a duas indagações: como reescrever aquela leitura da época de modo que apenas uma interpretação que apresentasse a visão do Estado de Exceção sobre a festa não ficasse exposta de forma evidente nas diversas matérias citadas? E de que maneira seria feita esta não evidenciação de modo que os caminhos percorridos pelas informações não se perdessem na organização da escrita? Para que isso fosse possível, procuramos apresentar um contorno a fim de reconhecer os fatos pelas entrelinhas contidas nos mesmos, através informações que puderam levantar adiante um debate mais apurado dentro da perspectiva da História que não pôde ser realizado pelos periódicos e colunistas sem, todavia, esquecer o real sentido das palavras escritas nas

páginas de jornal como Diário de Pernambuco, Diário da Manhã, Diário da Noite e Jornal do Commercio. Na intenção de situar este estudo por um viés mais crítico, tentaremos estabelecer esses novos caminhos através das páginas impressas sobre esta festividade.

#### **4.1.1 O Carnaval de 1968**

O Carnaval de 1968 mostraria que a barba grande, o cabelo longo, a camisa e a calça jeans ao lado de um tênis não representariam necessariamente a imagem de um subversivo - aquele seria o primeiro de oito carnavais de uma geração que, a partir de janeiro daquele ano, assumiu um real e oficial enfrentamento contra o Regime de Exceção instalado no país quatro anos antes. Marcado principalmente pela juventude que participava ativamente do processo político e era tanto recém ingressa nas universidades por meio da aprovação nos peneirões vestibulares da UFPE e da FESP (atual UPE), além do concorrido vestibular da UNICAP, havia ainda aqueles que também já faziam parte dos *campi* universitários da referidas universidades, sobretudo dos cursos de Direito, História, Sociologia e Filosofia onde havia uma intensa troca de informações, um meio bastante ativo que buscava ganhar voz, expressão, estabelecer um novo quadro psicossocial a partir das transformações que aconteciam na Europa e, meses mais tarde, em Maio, iria provocar uma grande reviravolta sentimental, comportamental, política, atitudinal e, especialmente, cultural.

É importante destacar, com fundamento nas ideias de Gaspari (2002a) e Couto (1999), que as origens desse novo sentimento podem ser interligadas ao dia 24 de janeiro de 1967: aquela data havia mostrado ao Brasil a adoção de uma nova Constituição, uma carta preparada para embasar o poder com preceitos até então não vistos desde a instalação do Governo Militar: agora os artistas políticos que ocupavam os principais cargos dos três poderes em Brasília seriam amparados por um instrumento dentro da legalidade que os conduziria ao real pódio do poder por meio da oficialização em instituir Atos Secretos, promover a profissionalização dos corpos de combate contra a subversão da sociedade além de organizar o controle, a vigilância e a perseguição a exemplo das torturas psicológicas, violências simbólicas de um sistema que cercava cada vez mais os espaços de expressão da sociedade brasileira.

Neste contexto, inserimos um olhar a partir do Carnaval, pois entendemos que por este ser uma forma de expressão da sociedade em seus valores éticos e culturais, sobretudo um retrato da tradição de vários tempos reunidos em apenas um, capaz de inventar, recriar,

ordenar e determinar ações (SOIHET, 2008) tal serviu como uma das expressões culturais que merecem apresentar um confronto de ideologias com a presente situação político-social existente no Brasil em finais dos anos 1960 até meados dos anos 1970.

Visto como válvula de escape, como momento de expressão da liberdade (uma palavra bastante valorizada e explorada no período pelos carnavalescos) e como símbolo do possível representando-se, ao mesmo passo, como necessário para promover uma integração maior da sociedade em torno da luta pela volta de um país livre do autoritarismo. Tomando por base os estudos de Novais e Schwarcz (1998) entendemos que o Carnaval não enveredou totalmente suas raízes culturais por meio da política, como outros campos da Cultura Brasileira<sup>46</sup> teriam feito naquele período.

Diferentemente do Teatro de Arena, do Cinema Novo ou da Música Popular Brasileira (através do Tropicalismo), o Carnaval manteve suas práticas voltadas ao colorido da festa, ao momento de celebração de um recorte nos domínios de Clío em que a sociedade se reconhece e identifica na festa, se monta graças aos elementos da tradição, seja ela enraizada ou inventada (HOBSBAWM; RANGER, 2002) para que esta seja uma tradução daquilo que os diversos grupos sociais envolvidos na folia tenham como ideal realizado: a busca da alegria, da invenção, da inversão de valores instituídos pelo poder como corretos e necessários a estes para que fiquem claras as características que aqueles brincantes, atores sociais do Carnaval, pensam que sejam necessárias para que suas práticas possam ser dotadas de sentido e valor. (DAMATTA, 1997).

Assim, os periódicos de 1968 ilustram discussões que levantam importantes observações a partir, principalmente, das colunas sociais que eram escritas ainda no mês de janeiro. Abordando os planos das autoridades para auxílio da montagem das festividades momescas e as dificuldades a serem enfrentadas pelas agremiações brincantes, sobretudo as desfilantes, os periódicos traçam um Carnaval que parecia ser tranquilo, sem maiores preocupações e grandes novidades, embora houvesse aquelas que já se processavam em outras expressões da sociedade brasileira naquele ano. Preocupados em manter as raízes da brincadeira popular frente àqueles anos de contornos (em sua maioria) políticos, uma das importantes discussões aconteceu em relação ao traçado de esquemas para que as festas fossem mostradas ao público.

Um bom exemplo para início de debate estaria voltado ao Diário de Pernambuco de 18 de fevereiro de 1968, quando este trouxe na coluna Ontem e Hoje (Tudo é Carnaval) um apelo

---

<sup>46</sup> Estes campos seriam a música, o cinema, a literatura e o teatro, notadamente.

feito pelo jornal, pelo Governo do Estado, entidades particulares, agremiações populares e folcloristas que trabalharam arduamente para que voltassem a reinar a alegria, a animação, a ordem e a frevança no Carnaval, resgatando a tradição em plena Semana Pré-Carnavalesca. Foi feito um comparativo entre a época e os carnavais antigos, principalmente os carnavais de baile com pierrôs e arlequins, água de cheiro, entrudo e muita festa de confete e serpentina, acompanhada das fantasias feitas em casas de famílias nobres, tudo regado ao som do mais autêntico frevo rasgado, tanto nos bailes como nas ruas e o Carnaval de então, do ano de 1968, que dizia que as festas nos múltiplos clubes e o curso foram responsáveis por acabar com o Carnaval de rua por parecerem mais cômodos (ONTEM..., 1968, p. 12).

Festas existiam da forma mais farta, da mais granfina à mais popular, desde os bairros centrais até a periferia. Os confetes e serpentinas se perderam no tempo, não mais faziam a magia dos bailes e a sadia batalha que era travada outrora. A água de cheiro fora substituída por elementos nocivos à saúde, como por exemplo, querosene e gasolina. Haviam sumido as fantasias comuns até então como a de palhaço, por exemplo. Este apelo ao público buscava, entretanto enfatizar que “o Carnaval é sempre Carnaval. Mudam os costumes, transformam as características, mas ele é, de fato, a festa do povo. E para ele, sem mais comentários, tiremos o nosso chapéu. Tudo é carnaval [...]” (ONTEM..., 1968, p. 12).

É possível, com isso, perceber que o Carnaval começava a ganhar novos elementos, próprios das mudanças que alteravam os outros percursos da sociedade a partir de 1968. Uma agitação natural percorria o sangue do folião, que por mais tradicional que pudesse parecer ante a festa de Momo, não dispensava a inserção de caracteres novos na festa, contudo desde que essa inserção tivesse limites, não alterasse o sentido da brincadeira como ela vinha sendo praticada e, desde então, algumas características históricas pudessem ser mantidas para que a identidade daquele Carnaval pudesse ser reconhecida de maneira mais precisa.

O apelo apresentado parece ter surtido resultado e resgatado, em muitos recifenses que foram às ruas naquele ano para a brincadeira, o espírito do Carnaval, além da política que circulava nos meios da sociedade. Esta orientação pode ser observada na capa do Diário de Pernambuco de 20 de fevereiro de 1968, que trouxe a chamada Pré começa com muita animação, talco e água. Apesar de não ser uma prática realizada a partir de 1968, o talco e a água se constituíam, de acordo com o periódico citado, a principal brincadeira realizada nas ruas desde 1964, recebendo o nome de mela-mela. Condenada por alguns foliões, mas apreciada especialmente por aqueles jovens que participavam do Corso, o uso de talco e água representavam as formas mais simples de leveza, espontaneidade, alegria e muita agitação

característicos do Carnaval de rua daquela década (1960-1970) (PRÉ..., 1968). Em certa medida, o folião apresentava suas regras para tornar o brinquedo original, sutil e representativo diante de um período obscuro que era obrigado a viver, onde a liberdade não passava, senão, pela lógica das ilusões armadas<sup>47</sup>.

Esta expressão da brincadeira pode ser aludida em alguns aspectos ao Entrudo praticado ainda no século XIX no Recife. Visto pelos registros de viajantes, membros do Clero cidadão e autoridades, esta manifestação era vista como de extremo perigo não somente pelas classes que congregava, mas especialmente por representar uma batalha de idéias que foram travadas entre o Estado e os setores envolvidos na brincadeira (ARAÚJO, 1996). Retomando o ano de 1968, a matéria citada apresentava que:

A semana pré-carnavalesca, iniciada, ontem, com muito talco e água, dá uma exata dimensão do ânimo do recifense. Nesse ritmo, o folião irá até o sábado, sem qualquer esmorecimento, entrando duro e sem quebra de energias até a chamada quarta-feira ingrata. O curso foi intenso, animadíssimo. Mas o ponto alto continua a ser a Praça do DIÁRIO, onde milhares de foliões fazem o passo ao som dos últimos sucessos de Momo (PRÉ..., 1968, p. 1).

Esse resgate do espírito de Momo se fazia necessário não somente porque a brincadeira despertava sentimentos alegres e satisfatórios àqueles que dela participavam intensamente, mas porque a liberdade estava espelhada naquele conjunto de práticas, expressa de forma simples e desinibida por meio daquela constituição de poderes vinda através dos elementos culturais que tornavam o Carnaval possível ante um período sustentado por uma verdade autoritária<sup>48</sup> e de direitos sociais reduzidos.

Contudo, há de se destacar que as festas não percorreram os caminhos da liberdade plena: as autoridades permitiriam as festividades, desde que fossem respeitados os preceitos da ordem, dos bons costumes e da prevenção aos excessos. Aliás, o que era exceder-se para o folião que participava do Carnaval? Até que ponto sua forma de brincar representava uma ameaça aos conceitos instituídos de Segurança Nacional criados pelo Governo Militar? Esses limites impostos às festas eram códigos que até então (1968) não haviam interferido de forma expressiva no Carnaval, mas que a partir daquele ano, passariam a caracterizar um novo

<sup>47</sup> As ditas ilusões armadas são definidas por Elio Gaspari como uma usurpação do Estado de Direito característico das idéias democráticas que estavam em debate desde o final da Segunda Guerra Mundial, conjuradas mediante os preceitos ditados pela política democrática norte-americana para as Américas. Para um melhor entendimento, ver Gaspari (2002a).

<sup>48</sup> O termo é empregado por Maria das Graças Ataíde de Almeida para designar um discurso que se impõe enquanto inculcador ideológico, constituindo uma ordem simbólica que sustentava uma ordem política nas diversas áreas sociais. Para melhor compreensão do termo, ver Almeida (2001).

confronto de idéias que alterariam algumas direções da festividade – que causariam alguma alteridade em relação ao direcionamento político mesmo pensado para a festividade.

Sendo assim, o primeiro alvo da forma de enxergar a festa por parte das autoridades foi a brincadeira do Corso<sup>49</sup>. Conhecida por ser irônica, bastante alegre e ao mesmo tempo, satírica, essa prática já se mostrava como uma das preferidas do folião recifense, que ainda nas semanas que antecediam a festa de Momo aprontavam seus carros, incrementando-os com confetes e serpentinas, fazendo desenhos, removendo o cano de escapamento para fazer mais barulho e tirando os tetos solares. Os mais exagerados subiam nos para lamas e se dependuravam, correndo o risco de cair sobre o público que ficava nas calçadas observando a festa. Muitos participantes usavam substâncias consideradas proibidas por causar males à saúde, como por exemplo, o talco e o lança-perfume, embora a intenção fosse apenas para a diversão, não para prejudicar os demais foliões participantes da brincadeira. Havia muito xingamento entre os membros na hora do desfile, especialmente dos universitários, que rivalizavam com gritos e gestos obscenos buscando identificar-se, assim, de quais instituições faziam parte. Esse conjunto de motivos fez com que a polícia olhasse com mais cuidado para esse grupo, segundo consta nas páginas dos jornais.

Novamente, uma submatéria intitulada Abusos durante o corso serão coibidos, do Diário de Pernambuco de 22 de fevereiro de 1968, pareceu-nos bem significativa para perceber a maneira como a polícia fez valer a Lei de Segurança implantada para o Carnaval semanas antes pelo Secretário de Segurança Pública, o General Adeodato Mont’Alverne. Foi coibido todo tipo de substância considerada nociva à saúde, especialmente para os participantes do Corso, onde muitos oficiais tiveram que reagir com determinada violência, devido à maneira como os foliões responderam à repreensão feita, efetuando-se mais de duas dezenas de pessoas levadas às Delegacias de Plantão, onde foram ouvidos, orientados e liberados (MONT’ALVERNE apud ABUSOS..., 1968).

Uma dificuldade na revista implantada nos automóveis durante o Corso partiu da participação de militares no evento, que não desejavam ter seus veículos revistados, o que

---

<sup>49</sup> O Corso era uma expressão carnavalesca característica da elite em princípios da primeira década do século XX onde os carros eram enfeitados com serpentinas, guizos e confetes, saindo em cortejo pelas ruas das cidades para ostentar a posição social de seus participantes e apresentar uma alternativa para aqueles que não desejavam se entregar à violência que o Entrudo e o Frevo (a partir de 1907) representavam. Esse refúgio dos espaços públicos no interior dos automóveis sofreu modificações ao longo dos anos e, nas décadas de 1960 e 1970, muitos participantes que viam os desfiles nas ruas acabavam adentrando nas garpas dos jipes e carros sem capotas. Referências ao entrudo no início do século como elemento brincante são feitas por Araújo (1996, p. 302).

causou transtornos e até mesmo a detenção de dois oficiais por desacato à autoridade do comissário Astrogildo Carvalho, uma vez que estes, em vez de serem exemplos, também realizavam atos transgressores de acordo com a lei em vigência (ABUSOS..., 1968). Os edifícios no percurso do desfile também foram revistados e pessoas fiscalizadas para evitar problemas como o que ocorrera no dia anterior (21 de fevereiro), quando um participante do Corso fora atingido por uma pedrada desferida de uma das janelas dos edifícios na Avenida Conde da Boa Vista.

Já no jornal do dia 23 do referido mês, o mesmo periódico ilustrou a matéria Repressão aos excessos de foliões no Corso, trazendo uma declaração do Diretor do DOPS (Departamento da Ordem e Política Social), Sr. Malebranche Bernardo, a propósito das desordens que estavam imperando na Semana Pré-Carnavalesca. Aparentando estar repulsivo em sua fala, dizia que “está havendo uma completa desobediência à portaria baixada pelo secretário de segurança” (BERNARDO apud REPRESSÃO..., 1968, p. 8). Disse ainda que os excessos cometidos por alguns elementos, que “estão confundindo a liberdade preconizada para o Carnaval de 1968 com anarquia generalizada, com evidentes prejuízos à integridade física de alguns e manifesto atentado à ordem pública” (REPRESSÃO..., 1968, p. 8). Concluiu dizendo que “as medidas que forem adotadas de agora em diante oferecerão resultados positivos durante os três dias de Carnaval” (REPRESSÃO..., 1968, p. 8).

As palavras do Diretor do DOPS não se resumiriam a promessas, pois agindo de forma ostensiva e, por diversas vezes, violenta, a forma como a polícia militar conduziu a ação junto aos que se divertiam nas ruas representou um desrespeito ao espírito festivo dos Dias Gordos. Em se tratando das respostas manifestadas pelos foliões em relação às leis de repressão aos excessos decretadas pelo Secretário de Segurança há pelo menos uma semana antes dos festejos oficiais para o ano de 1968, estes se utilizaram de uma série de produtos haja vista nocivos à saúde já no desfile do Corso como: graxa, óleo, tintas, cal, detritos, dentre outros.

Entretanto, consideramos que estas práticas não aconteciam com o único propósito em desafiar uma tentativa de se alterar a brincadeira de Carnaval, mas, sobretudo ela buscava traduzir um conjunto simbólico de elementos próprios do folião, para que estes pudessem representar partes de si, mostrar e fazer valer suas vontades e ideais de diversão. Do mesmo modo houve uma tentativa de controle nos clubes sobre a utilização de entorpecentes, sendo esta feita presencialmente com o chefe do Departamento de Saúde Pública de Pernambuco, médico Hilton Mariano, informando que a Polícia Federal colocara, inclusive, viaturas à sua disposição para os foliões que resolvessem transgredir a lei nos bailes.



**Foto 14** - O “passo” ensaiado pelo soldado da PM foi destruir as latas de talco e dispersar a multidão no Corso.

**Fonte:** Jornal do Commercio, 24 de fev. 1968, Segundo Caderno, p.11.

Apesar do constante apelo feito pelas autoridades aos mais excedidos, a polícia registrou casos simples que iam de desentendimentos até irregularidades nos automóveis que participavam da festa, como igualmente casos complexos de serem tratados como o uso de produtos que quase cegaram um menor de idade que passava de Kombi no cruzamento entre a Av. Conde da Boa Vista e a Rua Sete de Setembro: Amaro José Gabriel da Costa, vítima de água com ácido nos dois olhos (SELVAGERIA..., 1968). O caso envolvendo o menor foi considerado um ato de selvageria e impunidade por parte das autoridades diante do que o folião tinha como ideia de liberdade no Carnaval. Segundo os pais da vítima, a ocorrência foi registrada frente à Delegacia de Plantão, mas o policiamento de nada teria feito para investigar quem foram os responsáveis por aquele ato, tendo os familiares do garoto se dirigido dias depois para o QG do IV Exército a fim de solicitar providências para que novas ocorrências como aquelas não passassem impunes. A resposta do Estado foi a colocação de mais duzentos e cinquenta policiais nas ruas, inclusive realizando rondas pela madrugada (GABRIEL..., 1968).

Tendo em vista esses fatos, o Carnaval de 1968 esquetizou (como frisamos anteriormente) um encontro de ideologias contrárias – de um lado, foliões em pleno curso da brincadeira, de forma que seu conjunto de práticas representava objetos necessários para dar contornos essenciais àquela de modo que a mesma não perdesse seu sentido ao mesmo tempo

em que, do outro lado, havia um Estado preocupado em manter sua postura, seu conceito de ordem, sua vigilância sobre as atividades da sociedade de maneira que se tornaria um Leviatã à medida que a bacanalização ultrapassasse os limites do que era considerado comportamento cidadão pela legislação em vigor. Todavia, cabe-nos abrir um parêntesis aqui e problematizar o momento: que limites possui ou podem ser impostos ao Carnaval?

Visto como festa plural, marcado pelo espírito livre em busca da criatividade, o Carnaval normatizado não era uma novidade, mas obedecia a uma ordem do discurso que, nas rodas do tempo, apresentava uma maior rigorosidade ao conjunto de elementos antes, em outros carnavais, apresentados como nocivos, de mal gosto, maléficos. A ideia provocada pela imprensa em apoiar o controle efetivo das práticas carnavalescas mediante um conjunto de regras, acabaram por modificar importantes exemplares das festas<sup>50</sup>, observando na ordem do debate, uma direção para o Carnaval que abriria espaço para tempos de confrontação de idéias que não se limitariam apenas a um ano ou dois, seriam retratos de um período que, à medida que endurecia, colocava a seus atores a forma pela qual os tempos deveriam ser conduzidos nas esferas sociais.

Assim, observar como este Carnaval se processou segue dois caminhos: o dos clubes, espaços fechados, normalmente direcionados para segmentos sociais mais abastados e com status (especialmente econômico) na sociedade daquele período; e o espaço da rua, aberto, no centro da cidade ou no subúrbio, voltado para expressões de Carnavais que remetiam à mistura de vários segmentos, cada um seguindo uma sequência lógica de características que os permitissem serem identificados de acordo com suas criatividades/especificidades para brincar. Cabe reconhecer nestes exemplos as formas pelas quais aconteceu o Carnaval de Chumbo.

Em relação aos espaços fechados dos clubes, era comum observar na cidade uma agitação em torno de três grandes prévias que davam o tom da Semana Pré-Carnavalesca: o Baile Municipal, organizado pela Prefeitura do Recife em parceria com o Clube Português do Recife, contando com grande participação de orquestras e convidados ilustres; o *Bal-Masqué*, o mais glamoroso dos bailes da cidade e que reunia os chefes do Estado Maior das Forças Armadas, além do Prefeito e do Governador com suas respectivas famílias e era realizado no Clube Internacional do Recife; e o Carnaval em Preto e Branco, que ocorria tradicionalmente

---

<sup>50</sup> Desde o desfile do Corso, que teve seu trajeto alterado para facilitar o trânsito dos foliões aos principais focos de agitação e um maior controle sobre as práticas do “mela-mela”, até as restrições apresentadas pela Portaria Municipal, passando pelo pagamento de subvenções diferenciadas aos clubes e agremiações conjuravam práticas autoritárias que foram minando sentimentos descontentes com a forma pela qual o Estado conduzia as possibilidades de facilitação dos Dias Momescos.

no Cabanga Iate Clube (conhecido como O Carnaval Começa no Cabanga), reunindo pessoas da alta sociedade pernambucana e a imprensa, que realizava uma cobertura com muitos flashes e destaques em suas colunas sociais, sendo figuras presentes nestes bailes colunistas como João Alberto, Alex e Clóvis Menezes, do Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Diário da Manhã, respectivamente. Outros bailes em clubes sociais conhecidos na cidade também eram bem movimentados, como no Sport Club do Recife (Carnaval Vermelho e Preto e a bastante frequentada Manhã de Sol), no Clube Náutico Capibaribe (Carnaval Vermelho e Branco), no Santa Cruz Futebol Clube (Carnaval da Cobra Fumando), no Atlético Clube de Amadores (Baile dos Casados) e nas sedes de alguns clubes estrangeiros, como o British Country Club (Baile do Havaí) e o Lions Club do Recife, estes últimos mais restritos aos seus sócios. Segundo a jornalista Belfort (2009) quase todos os clubes da cidade, desde o mais rico até o mais popular, tinham como prática oferecer ao seu folião quatro bailes, uma manhã de sol e uma matinê para as crianças.

Estes bailes aconteciam normalmente entre a última semana de janeiro e a primeira semana de fevereiro e, segundo os jornais, sua montagem era toda pensada muitas vezes às vésperas do acontecimento, embora houvesse uma organização prévia em relação à venda de mesas e camarotes. Nesse caminho, percebemos por parte dos clubes uma constante preocupação em convocar o público para comparecer à festa, o que reflete o medo dos diretores sociais em fazer de suas prévias grandes fracassos que ficariam marcados nas letras dos principais jornalistas no dia seguinte, além de preservar contornos para que fosse mantida a tradição de trajar-se de acordo com a ocasião – desde o uso do traje de gala para os homens (como o Smoking ou o Summer) e da máscara decorada feminina para o *Bal-Masqué*<sup>51</sup>, até o uso do Sarong, uma saia decorada com flores presas por um laço que era usado no Baile Municipal pelas damas – em torno da ideia que era preciso representar o espírito do folião animado, que lotaria os salões sociais dos clubes para extravasar suas alegrias guardadas, mas não deveria esquecer que estaria orientado a brincar em ordem. Essa última característica era bem lembrada, destacada não somente pelos diretores dos clubes, mas principalmente pelas autoridades da época e, na visão destes, não poderia deixar de acontecer tendo em vista que o policiamento nos bailes estaria preparado para qualquer ocorrência e, ademais, previamente as autoridades concediam ou não a licença para que estes clubes sociais realizassem os eventos.

---

<sup>51</sup> Em 1968, porém, o Bal-Masqué foi marcado pela ausência de máscaras, que foram substituídas pelas pinturas de rosto. Entendemos que os porquês desta mudança ter modificado uma importante característica do baile não tenha ligação com a legislação da época, uma vez que tanto para os desfilantes como para os convidados, nos anos seguintes, as mesmas foram presença constante. Fotos e matéria sobre esta mudança podem ser vistas no Jornal do Commercio de 13 de fevereiro de 1968. Fundo APEJE, Recife/PE.

Havia, da mesma forma, os bailes realizados pelos clubes militares que, pela característica da época, surpreendiam por deixarem suas portas abertas a todos os públicos. As festividades mais freqüentadas, segundo os colunistas sociais citados, eram as prévias do Círculo Militar do Recife, do Clube das Águias da Aeronáutica (o mais movimentado entre estes, inclusive com a prévia mais duradoura – a Mamãe Eu Quero Voar), do Iate Clube da Marinha (Baile Hippie) e o Baile de Carnaval do Clube Sargento Wolff, do Exército, bastante animado e com Manhã de Sol em família. Contudo, nem mesmo nestes bailes, por mais que permitissem a entrada de público diverso em suas dependências, a ordem seria um dado a ser desprezado: especialmente por serem militares, havia todo um conjunto de regras a serem seguidas para que as festividades ocorressem da maneira mais tranqüila possível, haja vista a grande quantidade de senhoras e crianças presentes nestes locais. Observando os fatos, constatamos que não houve problemas maiores por parte dos freqüentadores, que já iam a estes locais previamente conhecendo os modos pelos quais deveriam se comportar para se obter uma festa sem problemas com os foliões e oficiais presentes na organização das mesmas. Os problemas ocorridos eram mínimos e ocasionados por conta de bebedeira ou desentendimentos temporários que logo eram resolvidos sem maiores repercussões.

Regadas ao som do Frevo e de orquestras que eram conduzidas por grandes maestros do cenário musical pernambucano como “o dono da música”<sup>52</sup> (SILVA apud BELFORT, 2009) Nelson Ferreira e José Menezes, os bailes dos clubes se traduziram em formas de expressão daqueles que desejavam brincar um carnaval sem excessos, controlando a bebida e aproveitando as festividades ao lado da família, uma vez que nos clubes deveria estar estampada, além da alegria própria em brincar o Carnaval com muitos confetes e serpentinas e o colorido das fantasias, a condição social dos foliões ali presentes: eram médicos, advogados, professores, profissionais liberais em geral e representantes do comércio, de grandes bancos e funcionários públicos que estavam também naquele ambiente para manter contatos sociais importantes, capazes de lhes proporcionar oportunidades e conhecimento em outros círculos sociais.

No entanto, o momento não favoreceu a realização do chamado Baile das Bonecas (atualmente conhecido como Baile dos Artistas). Comumente visto pelas autoridades como de mau gosto, transgressor, fora de ordem e subversivo, o baile foi censurado seguidamente, desde 1968 até 1975 pela Delegacia de Costumes, que normalmente concedia as licenças aos clubes para que os bailes fossem realizados. Acusando que os organizadores, travestis e

---

<sup>52</sup> O termo foi empregado pelo historiador Leonardo Dantas Silva e usado pela autora.

homossexuais conhecidos na sociedade recifense, estariam conspirando contra a organização de um carnaval tranquilo e sem barbaridades, os delegados responsáveis eram entrevistados pelos jornais e faziam questão em dizer que lugar de travesti era na rua e não em clubes sociais junto a famílias, a pessoas de bem. Como se não fosse suficiente, ainda diziam que o pernambucano não tinha costume em enxergar como algo normal a presença das homossexuais soltando gritos e exibindo os corpos em trajes considerados atentatórios à moral, como era o caso dos biquínis e tangas, trajes que ganharam a preferência de uma geração e se transformaram em grande sucesso naqueles anos.

Havia, entretanto, uma divisão de opiniões quanto à entrada desses travestis nos desfiles de escolas de samba e blocos ou troças. Blocos tradicionais como o Batutas de São José, esperando conquistar o bicampeonato dos desfiles de blocos tradicionais do Carnaval do Recife em 1968, prontamente censurou a entrada destes como membros que desfilariam. Segundo o Sr. José Geraldo, o bloco homenagearia a família pernambucana naquele ano e nas palavras do mesmo, “[...] Todo nosso empenho está voltado para a moralização e não vamos render homenagem com homem se remexendo, vestido de mulher” (GERALDO apud ARAÚJO, 1968, p. 8). E concluiu afirmando que os mesmos eram realmente contra a moral e deveriam ser presos, pois além de apresentarem tais caracteres, alugam as fantasias, o que descaracterizava o enredo do desfile (GERALDO apud ARAÚJO, 1968). Mais um exemplo deste ano contra as travestis na folia era a Dona Florípedes Correia de Lima, popularmente conhecida como Dona Flor, a fundadora do bloco Amante das Flores: dizia ela que as travestis deveriam ser evitados porque eram coisa do diabo. Outras agremiações eram favoráveis e contavam até mesmo com número superior a dezesseis integrantes do mundo gay<sup>53</sup> nos desfiles, causando uma polêmica em relação à necessidade de se ter travestis no desfile para que este pudesse ser mais animado e verdadeiro.

Em relação a outras proibições nos bailes fechados, estavam: uso de psicotrópicos como maconha, lança-perfume, talco, soda cáustica com água, bebidas alcoólicas em excesso e batom que provocavam o chamado mela-mela pelas ruas, além de armas de plástico que jogassem água e máscaras (com exceção dos bailes onde os membros tinham permissão para usá-las), especialmente em locais públicos após as 20h, segundo Portaria Municipal já

---

<sup>53</sup> O termo faz alusão à coluna social que era diariamente redigida, muitas vezes anonimamente, no Diário da Noite e abordava aspectos referentes ao conjunto de práticas e ao pensamento que o público gay tinha da conjuntura nacional e local, bem como destacava importantes acontecimentos envolvendo membros deste segmento social. Os periódicos podem ser vistos no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), Recife/PE; para esta pesquisa, foram utilizados àqueles que compreendem o período de fevereiro/março de 1968 a 1975.

previamente discutida no capítulo anterior, bem como a presença de menores nestas festividades.

Realizadas estas prévias, julgavam os periódicos que o Recifense estava pronto para mergulhar de cabeça na folia de Momo. Faltava agora, aguardar a abertura oficial do Carnaval no Sábado Gordo feita pelo Prefeito do Recife na Pracinha do Diário, quando seriam entregues as chaves da cidade ao Rei Momo e à Rainha do Carnaval para que, durante três dias, os foliões se divertissem a valer, aproveitando ao máximo a festa. Porém uma foliã não poderia participar da festa neste ano de maneira mais próxima: a antropóloga Katarina Real estava entregando seu cargo de secretária-geral da Federação Carnavalesca Pernambucana. Conhecida por ser uma incentivadora da igualdade de condições para os desfiles de agremiações, tendo apoiado diretamente os grupos de maracatus e ursos do Recife durante os anos de 1962 a 1967, Cate Real, como era conhecida, alegava motivos pessoais para ausentar-se e deixar a Federação, o que provocou uma tristeza grande em muitos brincantes que tinham nela uma verdadeira madrinha e agora estariam à mercê do aparecimento de uma nova pessoa apaixonada pelo Carnaval Recifense para defender os interesses daqueles que realmente eram os donos da brincadeira.

Outra importante característica que não poderia passar despercebida é a de que, a partir de 1968, o Carnaval, especialmente no espaço das ruas, é visto como uma mercadoria, um instrumento da indústria cultural. Fazia-se um Carnaval para ser vendido, para rivalizar com o carnaval presente em outras capitais brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro. Neste sentido, vale destacar a importância do Vôo do Frevo, que trazia e levava turistas, inclusive importantes e famosos atores, músicos e apresentadores de televisão, para o Recife durante as prévias e o Carnaval propriamente dito, além de exportar daqui os valores da Cultura Pernambucana através de agremiações do Recife e Olinda que iam se apresentar em outras capitais brasileiras mais longínquas, como em Manaus-AM. Desta forma, Recife passa a partir de 1968 a vivenciar a brincadeira também como um produto a ser consumido e não puramente vivido: esta direção dada ao Carnaval tem grande participação de dois órgãos responsáveis pela montagem e administração das festas na cidade - a Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur) e da Comissão Organizadora do Carnaval (COC) - cuja atuação de ambas já era bastante presente desde as décadas de 1950 e 1960.

Sobre a COC, esta foi criada para dar uma melhor gerência ao Carnaval anos antes, tendo em vista que muitas agremiações não seguiam regras nos desfiles oficiais e na condução das festividades no meio da rua, além dos clubes que realizavam seus bailes sem, sequer,

haver consulta aos órgãos oficiais. Assim, a COC reafirmava em 1968 sua função e objetivo: organizar a festa de um modo que não houvesse espaço para que os foliões deixassem de lado o espírito festivo e plural do Carnaval do Recife. Ao lado de Carlos Fonseca Filho, presidente da Federação Carnavalesca de Pernambuco, os integrantes da COC procuraram organizar ações que iam desde a decoração da cidade até mesmo o trabalho em parceria com as forças policiais para que os chamados rebeldes desordeiros fossem rapidamente identificados por aqueles e retirados de circulação. Já nas agremiações desfilantes, a COC era rigorosa quando ao não-envolvimento dos membros com atividades que pudessem ser consideradas subversivas pelo Estado de Exceção<sup>54</sup>, solicitando aos representantes destes clubes que não colocassem pessoas de natureza duvidosa nos quadros dos brincantes. Cabia também à COC organizar os formulários, as listas contendo os nomes dos grupos de ursos, maracatus, caboclinhos, clubes e troças que receberiam as verbas destinadas pela Emetur para a realização do tríduo momesco, bem como o pagamento das parcelas das verbas, que normalmente acontecia em duas vezes e dependia das finanças do Governo do Estado e da Prefeitura – enquanto o primeiro ajudava os brincantes, a segunda se responsabilizava pela ornamentação da cidade.

Sobre o Carnaval de Rua do Recife, já em 1968, este deixava de ser uma festa de todos para se transformar em uma festa de classe – daqueles que não podem frequentar os salões, embora a essência do Carnaval Recifense fosse a do povo nas ruas. Por mais que a imprensa afirmasse que o Governo tinha medido vários esforços no sentido de viabilizar meios para que o Carnaval de Rua não fosse se alterando por falta de incentivos (o que de fato aconteceu, em certa medida), os brincantes ainda observavam que a rua, apesar de envolver diversas expressões da folia de Momo ainda era o espaço que reunia maior quantidade de foliões em busca dos mesmos objetivos: liberdade, diversão, invenção, ainda que estes três termos tivessem que conviver com limitações impostas pelos órgãos oficiais por meio da COC e da Emetur, o que trouxe a burocracia política para dentro da festa de uma forma mais presente do que no início dos anos 1960.

Cabe lembrar ainda que a animação e as expectativas pela decoração das ruas do centro do Recife ainda no fim do mês de janeiro eram grandes e movimentava a cidade de

---

<sup>54</sup> Definimos Estado de Exceção como aquela forma de Governo onde as garantias individuais e coletivas são suprimidas em favor de discursos autoritários regidos por leis marciais sem prazo definido de término. No Brasil, o Estado de Exceção implantado já em 1964 agravou-se em 1968 após a adoção do Ato Institucional nº5, provocando a suspensão do chamado Estado de Direito, ou seja, aquele onde existem afirmados pela Constituição a liberdade de expressão, pensamento e organização social. É importante ainda citar que os atos institucionais possuem força acima da Constituição, não precisando passar por votação ou aprovação do Congresso Nacional, ganhando o *status* de força-de-lei.

uma forma toda especial. Um Carnaval tão grandioso, admirado e falado pela imprensa de todo o país e até mesmo de fora merecia uma decoração que estivesse à altura dos sentimentos e símbolos que pudessem representar a grandiosidade das festas momescas. No entanto, o destaque à primeira vista foi de impacto negativo, pois o secretário da COC, Armando Galvão, afirmava que a Prefeitura não tinha dinheiro para a ornamentação das ruas e nenhuma empresa estava disposta a arcar com as despesas para deixar a cidade pronta antes do tríduo. Contribuía para esta situação o final da gestão do então Prefeito Augusto Lucena e, enquanto não fosse feita a transição para o recém-eleito Geraldo Magalhães, nenhuma verba extra poderia fazer parte das contas da entidade.

Por outro lado, feliz com o desempenho da Emetur através do secretário Eduardo Vasconcelos, o Governador Nilo Coelho via chegar ao Recife grande quantidade de foliões-turistas vindos de outros estados, aquecendo a economia local durante o mês carnavalesco e solicitaria mais apoio dos deputados para que as agremiações pudessem montar um carnaval com maior tranquilidade, o que era desejo quase unânime entre as entidades carnavalescas. A entrada das escolas de samba nos desfiles ainda a partir de 1965 tornou o Carnaval uma festa folclórica que aos poucos ia substituindo suas antigas formas, como os blocos líricos, de ursos e maracatus, por práticas em alta na mídia capazes de trazer retorno financeiro para aqueles que montavam a festa em todos os sentidos, esquecendo-se da principal finalidade do Carnaval que era a celebração do bom humor, da liberdade, da criação, do sentimento. Assim, o Governo do Estado limitou-se a observar de longe como o Carnaval foi se configurando neste período, visto que 1968 era, para as autoridades, apenas mais um ano de folia. Isso podia ser observado pela forma como era tratado o carnaval de rua em relação ao dos clubes: a Emetur distribuiria prêmios aos vencedores de um baile de fantasias no Caxangá Golf no Sábado de Zé Pereira pela manhã, enquanto que as agremiações mais tradicionais da cidade passavam por graves dificuldades financeiras para desfilar nas ruas.

Essas dificuldades tentavam ser resolvidas através de simples eventos realizados nas próprias sedes dos clubes menores como bingos e bailes dançantes que buscavam arrecadar caixa para a realização das festividades. O Diário da Noite de 12 de janeiro de 1968 trouxe a matéria Clubes apelam para bingos porque falta de verba ameaça afastá-los do Carnaval exatamente relatando as dificuldades de agremiações que eram consideradas marcos do Carnaval Recifense como Batutas de São José, o Maracatu Nação Pôrto Rico do Oriente, o Urso Cabeça Lesa e outros se mostravam decepcionados com a situação de exclusão frente aos interesses imediatos dos deputados estaduais, que não haviam sequer sinalizado um

aumento das verbas para facilitar o acesso desses brincantes ao corredor da folia no período de Momo (CLUBES..., 1968). Somem-se a essas dificuldades outras como os contratos fechados com as orquestras, muitas contratadas para os desfiles de Carnaval desses grupos, que não tinham condições em manter os músicos como: membros permanentes e que naquele ano haviam sofrido um acréscimo de 20% em torno do valor do ano anterior; sem contar fatores inesperados como a renúncia de presidentes por conta dessa situação financeira complicada, caso da troça Abanadores do Arruda.

Desse modo, sabia a COC que um Carnaval bem organizado era formado por agremiações nas ruas, música como o frevo tocando alto pelas bandas de metais – mas isso, somente, não era o bastante. Era preciso, especialmente nos subúrbios, um maior apoio no colorido e montagem da festa. Dessa forma, uma sugestão para a decoração veio através do vereador do Recife, Romildo Gomes, que sugeriu que fossem instaladas difusoras para espalhar a musicalidade, o que já ajudaria bastante a movimentar a festa de um jeito todo especial fazendo com que o folião aproveitasse os sucessos de 1968 durante seu trajeto por diferentes ruas da cidade (GOMES apud RECIFE..., 1968). A ideia era que, enquanto brincava, sozinho, com amigos, amores ou a família, aquele que estivesse nas ruas se sentisse ambientado com o clima do Frevo, de muita música e animação, igualmente recebendo informação para uma diversão mais segura, sobretudo para o turista. Seguindo a orientação, a COC acabou comprando a opinião. Segundo a matéria, que apenas apresenta a visão informativa da iniciativa:

A COC aceitou ontem sugestão do vereador Romildo Gomes e promete instalar nas principais artérias da cidade postos de alto falante para prestar auxílio à população, principalmente no caso de crianças que se perdem dos pais, no meio da multidão, ou para chamadas de socorro, ou outra qualquer comunicação de emergência (GOMES apud RECIFE..., 1968, p. 2).

Já em relação ao folião, este esperava por muitas luzes espalhadas pela cidade, serpentinas, fitas coloridas e outros símbolos característicos do Carnaval marcando presença na festa como arlequins, pierrôs e colombinas, todavia teve que observar a decoração montada em cima de palhaços, estrelas e borboletas em tamanho gigante, que se somaram ao luminário de vinte mil lâmpadas aproveitadas do período das festas natalinas na cidade e que foram doados pela Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE). Assim, patrocinada por dois empresários, a decoração do centro do Recife pelas principais ruas onde, inclusive,

ocorria o desfile dos carros que formavam o Corso, ganhou pouco destaque (PALHAÇOS..., 1968).



**Foto 15** - Recife apresentou as luzes da folia de última hora no ano de 1968.  
**Fonte:** Jornal do Commercio, 17 de fevereiro de 1968, Primeiro Caderno, p. 12.

Todavia, é necessário destacar que muitas das determinações lançadas às práticas das festas nas ruas, principalmente por conta das autoridades policiais, foram decorrências dos próprios conjuntos de atitudes que partiram dos brincantes e não eram vistos como sadios pelos policiais: o uso de produtos nocivos à saúde, embriaguez, falta de respeito com outros foliões, são exemplos que são constantemente observados nos jornais da cidade durante os dias de Carnaval. Apesar de realizar, inicialmente, um policiamento preventivo, ainda na Semana Pré-Carnavalesca, as autoridades observaram que o ano de 1968 transformou o Carnaval, para alguns foliões, em uma guerra civil nas ruas: grupos rivalizavam-se no Corso, materiais proibidos eram usados, grupos sem licença saíam às ruas, entre outros exemplos que podem nos remeter a este olhar.

Mas o mesmo olhar nos fez perceber que o espaço da rua, por mais que perdesse seus pontos altos de concentração dos foliões já naquele ano (em se comparados ao início da década de 1960), especialmente no chamando QG do Frevo (Praça do Diário) para os clubes, ainda apresentava aquele folião das calçadas, que colocava a roupa gasta ou a fantasia, de tênis velho ou sapato no pé, com uma sombrinha na mão ou a família (e até mesmo somente com uma criança do lado) e ia aproveitar os três dias pulando e se divertindo, vivendo paixões temporárias ou encontrando no meio dos confetes e serpentinas os amores que não lhes foram trazidos nos outros trezentos e sessenta e dois dias do ano. Para este folião, o Carnaval tinha

seu significado mais profundo, não havia se modificado de forma tão significativa, tinha uma carga intencional forte que não poderia ser substituída por nenhuma festa em espaço fechado, que precisava tanto dele como vice-versa. Assim, o Carnaval era uma maneira de unir o espaço e o folião de modo que essa união não fosse desfeita pelas mudanças do tempo ou pelas dificuldades impostas pela legislação.

É importante perceber ainda que o Tropicalismo era um ritmo que crescia bastante naquele ano de 1968 e graças a ele, muito do frevo acabou sendo deixado de lado. Ao mesmo tempo, crescia a popularidade do samba, principalmente vindo do Rio de Janeiro e que tinha uma rivalidade muito forte com o ritmo pernambucano tanto nas ruas como nos bailes. As expressões apresentadas pela festa de Momo em 1968 marcariam características como as brincadeiras violentas, menos apaixonantes, ganhando cada vez mais a antipatia de alguns foliões também em decorrência do aumento de cordões de isolamento, arquibancadas e outros impedimentos que afastavam o folião do seu lugar onde se sentia à vontade, onde poderia encontrar amigos, confraternizar, esquecer os momentos difíceis da época da Ditadura.

Esse disciplinamento dos espaços locais de folia provocariam, por sua vez, uma ação mais presente e sem tolerância por parte do policiamento, que deixaria de lado a prevenção e partiria para a ação, causando no folião amarguras e sentimentos que não eram próprios da brincadeira, afastando, aos poucos, este de uma de suas mais importantes formas de expressão de diversão no período. A intenção do folião pode ser entendida a partir de um frevo-canção composto pelo ex-vereador do Recife, Arnaldo Paes de Andrade, no qual ele deixava bem claro qual era a lei do folião que passava a valer no Carnaval de 1968:

Este ano eu vou fazer  
 Meu carnaval  
 E de fantasia original  
 E eu vou brincar p'ra valer  
 No meu bloco  
 Até o dia amanhecer  
 Aí vem meu bloco  
 No seu bonito desfilar  
 No meio tem um palhaço  
 Somente a gargalhar  
 Zombando de tudo é seu papel afinal  
 Mas eu que sou o esquecido dominó  
 Também faço este ano o meu carnaval  
 Mas eu que sou o esquecido dominó  
 Também faço este ano o meu carnaval (ANDRADE, 1968).

Entendemos que esse sentimento tal qual o de um palhaço era aquele que o folião queria apresentar: sorrir de tudo representava uma forma de fuga, uma saída para um período

que prometia grandes mudanças que se caracterizam na aprovação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, inaugurando uma verdadeira práxis de terror, censura e perseguições à sociedade. Esse cortejo carnavalesco mais trágico mudou o tom da festa para o ano de 1969 de uma forma indireta, mas significativa no tocante, sobretudo, à liberdade de expressão.

#### **4.1.2 O Carnaval de 1969**

O Carnaval de 1969 se deparou com grandes mudanças em relação ao de 1968 e, de forma significativa, a mais importantes dentre elas ocorreu no final do ano anterior: a aprovação, primariamente no setor político nacional, do Ato Institucional n° 5. Instrumentalizado e direcionado enquanto ponto de ação à tortura, à perseguição e à censura, o AI-5 transformou-se num dispositivo legal que provocou o fim de qualquer liberdade ainda restante no país desde 1964 a partir daquela sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. As questões que levaram o país a seguir por este momento, já foram debatidas no capítulo anterior, não cabendo retomá-las aqui. Entretanto, há de destacarmos que estas medidas impuseram ao campo cultural algumas modificações que não se limitaram apenas ao âmbito da caça à subversão.

Marcando uma ruptura definitiva com a tentativa de manter alguma garantia democrática, ainda que controlada, o documento enfatizou a natureza essencialmente autoritária do regime e sua incapacidade em lidar com a contestação às suas decisões, a não ser que por meio de uma repressão desmedida e cada vez mais extremada (FLYNN apud HUGGINS, 1998). Esta capacidade destrutiva do instrumento de repressão tornou vulneráveis muitos dos setores da população.

Indo às vias de fato, parte da imprensa pernambucana mostrou-se favorável a apoiar o AI-5, desde que fosse com certas restrições. Fossem em qualquer âmbito, diziam os jornais, sobretudo o Diário da Manhã, o referido Ato servia como suporte da justiça em prol de um ajuste necessário ao Código Penal (que sofreria profundas mudanças neste ano), uma vez que entre tantas leis existentes no país que permitiam a abertura de espaços para uma liberdade sem limites que levava a muitas ações consideradas inadequadas para a época, o *habeas corpus* era entre todos existentes, o instrumento que promovia não a liberdade, mas a impunidade. Esperavam aqueles que escreviam as colunas políticas do jornal como a intitulada Pressão à Criminalidade que as esferas do Poder Federal e Estadual agissem mais energicamente contra os infratores das leis, uma vez que o pensamento era o de que: “Não se deve perder mais essa oportunidade para agir com espírito verdadeiramente revolucionário num terreno em que a rotina e os vícios antigos têm formado uma barreira intransponível às boas intenções dos que querem corrigir os males da sociedade brasileira (PRESSÃO..., 1969, p. 4).

Um olhar mais crítico sobre esta observação, nos leva ao entendimento de que esse pensamento, aplicado ao Carnaval, para muitos brincantes e mesmo jornalistas representavam o que sentiam as vítimas em relação às práticas usadas como de extremo mal gosto a exemplo das brincadeiras que eram feitas em nome da liberdade carnavalesca como foi o caso do melamela, que ganhava cada vez mais espaço a partir dos últimos anos, tornando-se mais intensa e variada, usando produtos realmente nocivos à saúde descabidamente. Esperava-se, ao menos, que a polícia restringisse, durante o Carnaval de 1969, os excessos de forma realmente efetiva, pois respeitando os ideais da Democracia e da igualdade de direitos vistos pela ótica do período militar, não seria correto deixar na impunidade quem cometesse atos de tamanha brutalidade. Exageros à parte, o que se observa é que as leis referidas à Cultura serão mais ostensivas nesse ano e uma maior vigilância será promovida.

Segundo Miceli (1984) era evidente que, durante o Período Militar, as políticas culturais não recebiam destaque nem preocupação por parte do poder vigente, uma vez que existia uma sociedade repleta de problemas de ordem democrática. O sentido encontrado pelos grupos que então manifestavam, especialmente após os levantes de Maio de 1968, exemplos de culturas era no sentido mais de uma busca não somente pela manifestação de uma expressão ligada à tradição, como também para a adoção de medidas anti repressoras que tirassem do esquecimento a Cultura e a pusessem no centro das discussões em torno do que se considerava importante para o período. Entretanto o fato de não haver por parte do Estado

uma política pública suficiente e determinada para executar-se na área cultural, não implica dizer que não havia um projeto de transformação para a mesma: a ação passava do campo político-cultural, para o campo estético-econômico cultural através da chamada Indústria Cultural. E mesmo sendo um projeto engajado pela iniciativa privada em detrimento às ordenações do Estado, este não evitava alguns conflitos, especialmente de ordem preservativa e censurativa.

Desta forma, o que se viu no Carnaval de 1969 foi uma continuidade de práticas organizacionais adotadas no ano anterior, como a Portaria Municipal que buscava disciplinar e controlar as festas, uma decoração melhor elaborada, mais verbas para as agremiações e um esforço maior no sentido de destacar a festa como a mesma merecia: com o folião animado, nas ruas e nos clubes, usando seus trajes e fantasias, brincando a valer. O Diário de Pernambuco do dia 16 de fevereiro trouxe a matéria Folia Carnavalesca toma conta do Recife: muita alegria nas ruas e clubes, onde se pode perceber que, mesmo com todas as dificuldades, imposições e limitações determinadas pela COC e pela Portaria Municipal, o povo do Recife saiu às ruas para o Carnaval, pulando festivamente os três dias, mostrando que “a folia ia crescendo no correr da semana, em todos os cantos da cidade” (FOLIA..., 1969, p. 1), tanto no centro como no subúrbio, de noite ou de dia. Nas ruas ou nos bares e clubes, o Carnaval contagiava e fazia explodir de alegria o público recifense. Com dinheiro ou sem, a alegria marcava a brincadeira e mergulhava o folião de cabeça num universo sem preocupações, problemas ou irritações. Segundo o mesmo periódico, a pisada seria esta até a Quarta de Cinzas (FOLIA..., 1969).

Merece igual destaque a intervenção direta do Prefeito do Recife, Sr. Geraldo Magalhães Melo que assim como seu antecessor, Augusto Lucena, teria somado esforços em prol da melhoria das condições do centro da cidade para o folião poder desfrutar de um Carnaval colorido e prazeroso. O mesmo periódico, na mesma data, traz essa preocupação do chefe de Estado: a intenção era manter a cidade em ordem para que o Carnaval não fosse afetado em seu propósito de divertir sem preocupar-se com riscos. O Prefeito teria adotado a melhoria na iluminação da Pracinha do Diário, importante e principal foco de concentração da folia naquela época e estendeu o itinerário Corso até as avenidas Guararapes e Dantas Barreto. As palavras do Prefeito, que parecia muito preocupado em tornar a cidade mais atrativa para uma boa impressão dos turistas, se mostrando também um grande folião, foram as seguintes:

O meu interesse na promoção turística do Recife é a maior possível e tudo quanto for de festa popular na cidade procurará a Prefeitura preservar, aumentando-lhe a

animação e o prestígio. Entre estas festas, eu destaco o Carnaval, por ser autenticamente popular, onde todo mundo brinca, pobres e ricos, brancos e pretos, numa confraternização de classes e raças. No próximo ano, a Prefeitura atuará melhor em relação ao tríduo, corrigindo qualquer falha de providências que, por ventura, se observarem agora (MELO paud PREFEITO..., 1969, p. 3).

Longe de notadamente encarar a festa como um evento democrático pertencente à Cultura Pernambucana, nota-se que, ainda com o estabelecimento do controle por parte do poder público, mesmo assim havia igualmente a preocupação em fazer da festa um atrativo para os recifenses e os turistas como forma de continuar a veicular uma idéia centrada na promoção de uma indústria cultural já iniciada no ano que passou. Nas pequenas ações, também se expressava o interesse do poder público, que estava atento ao que acontecia no Carnaval, importando-se sempre com a manutenção da ordem e cuidando para que tudo transcorresse dentro de uma determinada normalidade, uma espécie de política de pão-e-circo bem montada e que recebia colaboração, em grande medida, da imprensa.

Contudo, a tranquilidade não foi uma das características que reinou durante aquele Carnaval de 1969. A polícia teve (a exemplo de 1968) bastante trabalho, uma vez que as brincadeiras dos foliões, sobretudo no Corso, estavam sendo estendidas até mesmo àqueles que não brincavam. A chamada turma do mela-mela atuou com bastante vigor, desde as calçadas das ruas até mesmo nos carros durante o Corso, com suas latinhas de talco e batom nas mãos, lança-perfume e outros produtos já previamente determinados como proibidos pelas autoridades um ano antes. A concentração dos foliões se fazia normalmente em frente ao Bar Savoy e enquanto os pedestres circulavam, a charanga tocava e os mais impetuosos avançavam sobre os que não estavam na brincadeira. Atenta, a polícia logo tratou de buscar o controle da situação a fim de evitar conflitos entre os pedestres e os entrudeiros, com uma ação efetiva da Rádio Patrulha. O agito que havia começado às 10 horas, em determinado momento, passou a se tornar incontrolável, uma vez que os foliões avançavam sob os carros e provocaram um congestionamento em frente ao Savoy, bloqueando o acesso da Av. Guararapes com a Dantas Barreto, disparando contra os carros jatos d'água e tintas, o que gerou represália por parte da polícia que desobstruiu a avenida, mas não evitou que os mais exaltados burlassem a proibição e continuassem com a brincadeira, provocando protestos das vítimas sem efeito contrário contra os brincantes (TURMA..., 1969).

Neste acontecimento cabe uma importante observação sobre a prática do mela-mela durante o Corso: a *entrudança*<sup>55</sup>, que teria sido um problema para as autoridades já em 1968 continuava sendo praticada além da determinação, entendemos, por teimosia dos brincantes, apontada como uma espécie de provocação; representava, ainda, uma autodefesa de suas características, de seus elementos simbólicos culturais em oposição a um discurso silenciador, excludente deste conjunto de caracteres que não traduziam em momento algum os desejos da maioria, ansiosa por brincar sem limites e fazer valer a máxima da diversão ao extremo durante o reinado de Momo.

Nos clubes, manteve-se a disposição das festas do ano anterior em relação à distribuição espacial dos bailes, embora para que estas fossem possíveis cabia aos clubes e agremiações o pagamento de uma taxa. Esta era uma forma para que houvesse uma tentativa de controle maior ainda por parte da COC, que ameaçava suspender a realização dos bailes destes por falta de pagamento. O Diário de Pernambuco de 15 de fevereiro de 1969 falava da proibição imposta pela COC aos clubes que não renovaram o pagamento da taxa que permitia a realização dos tradicionais bailes da cidade, que ficaram ameaçados de não acontecer devido às novas leis em vigor desde 1968 (DEZOITO..., 1969).

Pela listagem fornecida, os clubes que ainda não tinham realizado sua regularização junto à Seção de Diversões e Censuras da SSP eram: Clube Náutico Capibaribe, Santa Cruz Futebol Clube, Associação Atlética Banco do Brasil, Grêmio Mesbla, Miramar Esporte Clube, Clube Atlético de Amadores, Clube Israelita, Sindicato dos Bancários, Círculo Militar, Clube Moinho, Clube Esso, Atlético Clube Olindense, Olinda Praia Clube, Madeiras do Rosarinho, Clube Rodoviário, Expresso Futebol Clube, Banorte Atlético Clube e Associação Recreativa Antártica. O preço da licença variava, tendo os clubes de primeira linha que pagar o valor de 579,96 Cruzeiros. Aqueles que não cumprissem, até o dia da publicação da matéria, os processos para regularizar sua situação, teriam expedido pelo Sr. Mário Alencar, Delegado de Costumes, o mandato proibindo suas atividades carnavalescas (DEZOITO..., 1969).

A respeito desse impedimento buscado pelas autoridades e no esforço recolhido pelos clubes e agremiações junto a seus parceiros (quando havia), notamos que houve uma tentativa do que Huntington (1996, p. 105) chama de “poder para controlar o comportamento das pessoas”, havendo distinções entre aqueles que brincavam nos clubes de primeira ordem,

---

<sup>55</sup> O termo é usado nesta perspectiva para ilustrar o uso de materiais como o talco e a água, comuns no recorte em tela para “acender” o espírito carnavalesco nas ruas e incitar uma “guerra” entre grupos de foliões animados e dispostos. A nomenclatura é uma referência às antigas práticas realizadas por escravos desde o século XVI e muito comuns entre segmentos sociais mais baixos nas ruas do Recife durante o século XIX, o que foi visto por Araújo (1996) como um problema social, caso de polícia naquele período.

como Internacional e Português, até aqueles considerados de segunda ordem e constantes na lista do Delegado de Costumes. Significa compreender que o conjunto dos atos que revelam a classe social daqueles brincantes dos clubes menores, aos olhos do Estado, forma uma imagem que prejudica a estes sem que, contudo, os mesmos tivessem apresentado comportamentos duvidosos em relação às leis da época; Mas, mesmo assim, foram alvos da política de separação em decorrência de atos sociais praticados por outros elementos que pertenceriam ao seu meio. Julgavam as autoridades que havia uma maior proporção em desenvolver-se a subversão nos clubes suburbanos devido à presença de elementos ligados, sobretudo, ao sindicalismo que também se fazia presente nas festas.

Outra novidade em relação ao ano anterior foi a criação da Área do Frevo. Localizada no Pátio de São Pedro, representou uma tentativa das autoridades em dar maiores liberdades para os praticantes do Passo buscarem apresentar suas acrobacias elaboradas ao som de um ritmo frenético que fazia o folião dançar entusiasticamente nas ruas. Porém, por maiores que fossem os esforços em se trazer uma área própria para a manifestação carnavalesca como o Frevo, as autoridades tratavam com maior descaso ainda sua expressão cultural – havia enormes buracos nas ruas, onde ao passar das agremiações e no calor da multidão, algum folião poderia machucar-se seriamente e encerrar seus dias de folia, bem como, do outro lado, próximo ao local, havia a instalação dos famosos palanques e arquibancadas por onde passariam os cortejos, apresentando-se segundo horários e normas pré-estabelecidos de modo que a Comissão Organizadora do Carnaval pudesse, com isso, acreditar que o Carnaval seria mais marcado pelo colorido, pela ordem e menos passível de problemas entre os brincantes (A ÁREA..., 1969).

Assim, mudava-se uma importante prática do Carnaval neste período: o ponto alto da festa, a Pracinha do Diário, não era mais o Quartel General do Frevo, perdendo notoriedade na apresentação de passistas naquele local, que se limitava agora a observar algumas agremiações desfilando esporadicamente a caminho do corredor da Dantas Barreto.

Essas transformações, de certa forma, possuem ligação com a substituição da direção nos rumos da COC: saía de cena Aderbal Galvão e passaria a presidir o órgão o Secretário de Educação do Recife, o professor Lucilo Ávila Pessoa. A mudança foi positiva, pois uma maior atenção foi dada ao carnaval de rua, tendo a entidade justificado que não havia feito o que este merecia ainda em decorrência da montagem elaborada promovida para o IX Baile Municipal. Todavia, aparece aí uma oposição – o professor Lucilo era ferrenhamente contra os festejos carnavalescos, tendo aversão à festa. É quando surge então a questão: como o

Carnaval poderia ter recebido maior atenção pelas mãos deste homem se a imagem construída pela imprensa no geral era a de que este tinha horror aos festejos? Em nossa observação, entendemos que a mesa diretora da COC, que também teria sido renovada e então passava a ser composta por pessoal realmente envolvido com o espírito da festa como críticos, músicos e comerciantes patrocinadores, teria melhores ideias para a realização do reinado de Momo, recebendo então o aval do professor para os planos executores sendo determinante nas mudanças positivas para a festa.

No entanto, um velho problema ainda persistia entre as agremiações, sobretudo as desfilantes: a pouca verba distribuída pela Emetur em relação ao alto custo das fantasias de Carnaval. Para um problema ocorrido desde o ano anterior, há de se imaginar que uma agremiação que trabalhava intensamente durante os meses que se seguiam ao Carnaval na montagem já da festa do ano seguinte, precisava ter um fluxo seguro de caixa que permitisse o pagamento dos integrantes, a compra dos materiais, a ornamentação dos caminhões alegóricos, a montagem das alegorias entre outros que representavam altos custos e nem sempre os bailes realizados durante as demais semanas do ano na sede destas agremiações eram suficientes para conseguir a renda que permitia a montagem do próximo Carnaval, de modo que apenas um incentivo realmente capaz de apresentar um investimento feito pela Secretaria de Cultura do Estado salvaria um ano de trabalho desses grupos. Assim, esses brincantes precisavam apelar para sua capacidade de inventar, superar as dificuldades impostas pela legislação, uma vez que, vale lembrar, o desfile só era permitido para as agremiações cadastradas e que recebessem a subvenção.

Exercitando a criatividade, os brincantes variavam atividades nos meses próximos ao Carnaval para que pudessem reunir a renda necessária ao complemento das taxas a serem pagas e o término de suas alegorias. Deste modo, apresentações em outros estados, no interior e até mesmo em eventos particulares já se apresentavam em 1969 (e nos anos seguintes, durante a década de 1970) como uma solução improvisada para não dependerem exclusivamente do pagamento da Emetur, que por razões burocráticas também presentes durante o Governo Militar atrasavam e, além do mais, eram repassadas às agremiações somente por meio da COC e pela Federação Carnavalesca.

Entretanto, segundo o Jornal do Commercio de 04 de fevereiro de 1969, o problema maior do Carnaval daquele ano era, muito além do financeiro, também de ordem étnico-social. Havia por parte das autoridades um completo desrespeito com os integrantes que faziam parte de troças, clubes, agremiações em geral por conta de sua condição social, visto

que muitas destas partiam do subúrbio e reuniam elementos que não eram bem vistos pelos conceitos do período militar como membros de sindicatos, pessoas de cor e moradoras de regiões de várzea da cidade, que lutavam simbolicamente contra este preconceito através do brilho da festa, apresentando seu valor pessoal agregado ao cultural, manifestando o desejo de receberem por parte das autoridades o reconhecimento devido pelo seu talento em ser brincante, em reproduzir a memória viva do Carnaval através de uma letra de samba, em um passo de frevo, em uma fantasia de urso ou carregando um estandarte de bloco (FATORES..., 1969a).

Para além da beleza, aqueles símbolos do Carnaval representavam a contraproposta dos brincantes em relação ao conjunto de práticas adotados pelas autoridades que se diziam as verdadeiras organizadoras da festa. Direccionavam suas ações e seus pensamentos, cada gota de suor, cada passo dado na avenida, um grito de liberdade não pela dureza do Regime Militar, apenas – mas, sobretudo em busca da independência cultural que ainda lhes faltava, uma vez que a COC monopolizava como bem queria, ao lado da Federação Carnavalesca, a organização da festa de Momo e a permissão para o brinquedo. Eis porque, entre tantas discussões, a imprensa suscitar as possibilidades de morte ou a sobrevivência do Carnaval<sup>56</sup>.

Ao menos, em termos de decoração, a cidade ganhou coloridos realmente destacáveis segundo a imprensa da época. Conseguindo uma verba considerável junto ao prefeito Geraldo Magalhães, a decoração foi elaborada em cima da figura dos passistas do Frevo, que desceram até o Capibaribe em pequenas balsas e eram iluminados à noite por fontes coloridas. As sombrinhas espalhavam-se pela Avenida Guararapes, enquanto que personagens de *Walt Disney* davam o tom à Conde da Boa Vista. Novamente a decoração natalina foi aproveitada, mas há de se destacar um melhor cuidado com os temas voltados ao Carnaval para a decoração do espaço citadino, visto que se a intenção das autoridades era vender para fora a festa, esta precisava estar apresentada caracteristicamente como tal, mostrando seus temas e sua riqueza de elementos. O clima realmente teria tomado conta da cidade, ao passo em que outras expressões culturais ganharam atenção, como o Desfile dos Calhambeques patrocinado pelo Canal 2 (TV Jornal) em parceria com a Associação dos Cronistas Carnavalescos que reunindo carros sofisticados de época, especialmente dos anos de 1920, e fantasias dos antigos carnavais buscava representar uma recordação e um saudosismo de folias passadas. O sucesso deste desfile foi tamanho que esta prática voltaria a ser incentivada nos anos subsequentes durante a década de 1970.

---

<sup>56</sup> Sobre a discussão do que seria “morte e vida” no Carnaval de Chumbo, ver último tópico do Cap. 2.

Porém a grande polêmica do Carnaval 1969 diz respeito ao Rei Momo da cidade. Eleito como autêntico Rei Momo ou Rei Momo I, Wilton Mendez levantou duas questões ao ser declarado vitorioso: a primeira diz respeito à sua escolha ter sido feita exclusivamente por falta de candidatos, segundo os presidentes dos grandes clubes do Recife (união conhecida como Interclubes) e a segunda quando este exigiu que, para exibir-se nos clubes, deveria receber uma compensação financeira além da premiação que lhe era paga para assumir o papel de condutor do Carnaval (REI..., 1969). Responsável por receber oficialmente das mãos das autoridades a chave da cidade e declarar oficialmente iniciada a festa de Carnaval, o Rei Momo ganhava atenções dos diversos brincantes da Rua no Sábado de Zé Pereira por ser aquele que estaria responsável pela manutenção da alegria e da pluralidade. Contudo, separar apenas o espaço público para o desfile e aparição do Rei Momo era uma prática comum ao tempo analisado, de modo que por estar envolvida diretamente com o Frevo, a rua seria o local onde este poderia expressar para mais pessoas seu dom como passista, um dos pré-requisitos para ser eleito.

Isso, no entanto, não nos leva a compreender que Mendez não ia aos clubes: estava predestinado também a comparecer a estes bailes em espaços fechados como uma forma de apresentar que o Carnaval não deve ser pautado por regras sociais, apesar de haver certa transferência de valores cotidianos para o seio da festa em proporções muito maiores do que podem ser evidenciadas.

No entanto a polêmica decisão de Mendez, que era travesti (mas também chamado por alguns periódicos de transformista) - e daí decorre sobre ele uma discriminação social que partia não somente das autoridades, como igualmente da imprensa e dos presidentes dos clubes de primeira ordem do Recife que organizavam os bailes mais destacados como Municipal e *Bal-Masqué* – em receber cachê para entrar nos clubes o fez perder o título de Rei Momo. Em nosso entendimento, já havia, por parte da câmara diretora do Interclubes certo descontentamento com a figura de Mendez por conta de seu status étnico-cultural, além de sua opção sexual e precisava-se apenas de um pretexto para que o mesmo fosse destituído do cargo, uma vez que prezando pela família e pelos bons costumes, já que no ano anterior as autoridades não permitiram a realização do Baile das Bonecas, não havia razões, no entendimento dos diretores dos clubes, em permitir a exibição de Mendez, o que também não abre espaço para concluirmos que o mesmo cometeria atos de mal gosto ou que fossem ser considerados atentatórios à moral. O artista desejava ostentar seu título, era responsável pela euforia reinante na festa, representante, um símbolo do tríduo e sua presença, ao nosso olhar,

era indispensável nos salões sociais dos clubes. Entretanto, os conceitos da época mais uma vez es2tiveram à frente dos elementos da tradição do ciclo cultural.

Contudo, Mendez conseguiu um *habeas corpus*<sup>57</sup> ao seu favor e enviou documento comunicando da ilegalidade por parte do Interclubes em substituí-lo, inicialmente no Desfile dos Calhambeques, pelo rei Momo de Natal, que tinha cidadania recifense. Considerado pela entidade *persona non grata*, Mendez aguardava a decisão da Justiça em torno da sua liberação ou não para frequentar os bailes, o que seria por si uma batalha campal com a elite presente nos locais de festa. Em sua defesa, o Rei Momo cassado alegou três importantes razões para ser reconduzido ao seu posto: a) não havia pedido ajuda financeira em 1969, apenas no ano anterior e por achar justa; b) a própria COC teria aumentado sua remuneração devido ao exaustivo trabalho de estar em vários locais durante o tríduo; c) esperava que fosse feita justiça com ele, pois o mesmo era representante da cultura carnavalesca e do Estado de Pernambuco e não fazia nada além de promover a alegria da festa (PEDIDO..., 1969).

Dias depois, a notícia era de que Mendez teria seus apelos atendidos pela Justiça e os clubes, em sua defesa, não poderiam aceitar a determinação da liberação do mesmo porque este alteraria a programação das festas nas sedes sociais e estas eram entidades de direito privado, reservando-se ao direito de acatar ou não este tipo de determinação. O resultado final foi a desistência da briga por parte do Rei Momo, mas o próprio Mendez revelou sua mágoa e o desejo de ficar apenas brincando na rua um ano depois do ocorrido. Em relação ao ocorrido, o Promotor Público Agenor Teixeira Cavalcanti, da 3ª Vara Criminal, havia ironizado a postura do brincante

Já que o Rei Momo não pode ingressar nos clubes, deve conformar-se com o direito de espiar da rua, de local público que dê pra ver o da festa lá dentro. Este, sim, é um direito tutelado pelo parágrafo 20 do Art. 150 da Constituição Federal. Espiar de longe, da rua ou na rua, todos podem. Quantas vezes a gente olha, espia e fica só no olhar e no espiar. Goza apenas de ver [...] de longe (CAVALCANTI apud HABEAS..., 1969, p. 11).

Muito além da proibição imposta a Mendez, os acontecimentos culturais que envolviam o país serviam de tema para a decoração dos salões dos grandes clubes. O

---

<sup>57</sup> Apesar de estar oficialmente proibido pelo AI-5, os *habeas corpus* apenas não poderiam ser concedidos em casos onde a prisão do acusado fora feita pelo descumprimento de preceitos contidos na Lei de Segurança Nacional, especialmente no que diz respeito à Luta Armada ou crimes políticos contra a ordem, o que não foi o caso de Mendez. Contudo, seu advogado, dias depois da decisão do Juiz da 3ª Vara Cível, negaria que impetrou tal documento. A matéria pode ser vista no Jornal do Comercio de 12 de fevereiro de 1969, Fundo APEJE, Recife/PE.

Movimento Tropicalista ganhava contornos especiais, sobretudo porque esta era intenção desde 1968, quando Chico Buarque de Holanda foi convidado para presenciar o Baile Municipal, mas acabou desistindo de vir ao Recife. Outros temas de interesse foram a Conquista Espacial, então em evidência desde as epopeias soviéticas e a tentativa americana em pisar no solo lunar e a pilantragem. No entanto, apesar do convite feito a Buarque e que será estendido, anos depois, a outros membros da Tropicália como Caetano Veloso, suas músicas não tocaram nos bailes devido à cobrança de direitos autorais. A explicação dada pelo Interclubes foi a de que outros artistas da terra poderiam querer a mesma regalia e não havia recurso suficiente nos cofres dos clubes para tal (TROPICALISTAS..., 1969).

Como se não bastassem os escândalos envolvendo o Rei Momo, a casa real sofreu novo abalo com as declarações da Rainha eleita em 1969, Edileusa Mendes Ribeiro, que acusava Mendez de afanar presentes que lhes teriam sido enviados por admiradores de seu trabalho no Rio de Janeiro, denúncia que procedeu do então estilista, desfilante e crítico do Carnaval, Evandro de Castro Lima<sup>58</sup> (RIBEIRO apud RAINHA..., 1969). Ainda sob o impasse, Mendez não quis se pronunciar sobre o assunto, procedendo Evandro de Castro da mesma forma, deixando o impasse nas mãos da COC.

A mesma COC já havia começado, ainda em 1969, a planejar o Carnaval do ano seguinte. Desejando um festejo mais organizado, especialmente para as agremiações que realizavam os grandes desfiles, a entidade promoveu reuniões e traçou metas para serem colocadas o quanto antes em prática visando ter no ano de 1970 um Carnaval pautado pela organização e digno de ser elogiado. Como plano de ação, a COC esperava contar com a participação dos brincantes no sentido de escutar suas reivindicações no tocante às melhorias que poderiam ser propostas para as festividades, o que não é tão complicado de se saber em relação ao contexto geral pelo qual estavam envolvidos: toda a questão passava, inicialmente, por uma melhor distribuição das verbas para os brincantes e a modificação nas regras dos desfiles, na escolha dos jurados, bem como as determinações em geral que modificaram a folia nos últimos dois anos. Contudo, a Comissão adiantava, por meio de seu presidente, Lucilo Ávila Pessoa, que quatro modificações seriam processadas: a) a instituição de uma Comissão de Defesa do Carnaval, um órgão dentro da COC que assessoraria os estudos dos

---

<sup>58</sup> Evandro de Castro Lima teria iniciado, no ano anterior, uma sequência inédita na história do *Bal-Masqué*, ganhando seguidamente o prêmio máximo durante sete anos consecutivos, exatamente os que estão em questão nesta pesquisa. Famoso por colecionar prêmios no Rio de Janeiro e em São Paulo ao lado de Clóvis Bornay, seu ateliê projetou-se bastante neste período. Sobre Evandro de Castro Lima e Clóvis Bornay enquanto carnavalescos, ver: DIVINOS, Maravilhosos: os reis das plumas e lanternoas. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, n. 129, p. 36-41, fev. 1971.

problemas relativos à festa; b) a modificação na Lei que oficializava a festa; c) a reestruturação da própria COC; d) e o cadastramento das agremiações também para a dispensa de assistência (LUCILO..., 1969).

Alheio aos acontecimentos burocráticos envolvendo o tríduo momesco por parte das autoridades direcionadas a este, o folião procurou manter-se alheio a essas polêmicas – desejava ele apenas que o Carnaval fosse levado pelo amor e pela alegria, esquecendo momentaneamente a difícil situação do país no tocante à política, economia e sentido social, a realidade do subdesenvolvimento que se contrapunha ao discurso militar e o Carnaval, naquele ano, seria mais uma vez a festa das ilusões, ilusões estas agora plenamente armadas, que controlavam o país com mãos de ferro através do AI-5, mas que nem por isso tirava dos foliões a esperança de um novo Carnaval, esperando que após um ano, a festa pudesse acontecer fora da Ditadura e as Quartas de Cinzas fossem apenas lembradas pelo saudosismo referente à festa e não pela tristeza do retorno à realidade do Sistema.

Isso fica bem expresso no trecho de Marcha de Quarta-Feira de Cinzas, de Vinícius de Moraes e Carlos Lyra, publicada no Diário da Manhã de 09 de fevereiro de 1969, falando sobre os sentimentos despertados no Carnaval Recifense daquele ano e a expectativa gerada para um futuro próximo:

A tristeza que a gente tem  
Qualquer dia vai acabar  
Todos vão sorrir  
Voltou a esperança  
É o povo que dança  
Contente da vida  
Feliz a cantar (MORAES; LYRA, 1969).

#### 4.1.3 Carnaval de 1970

“Chegou o Carnaval do Recife,  
O Carnaval mulato do Recife,  
O Carnaval melhor do mundo!” (FERREIRA, 2009).

O Carnaval de 1970 foi apenas mais uma festividade no seio de uma série de tantas outras que marcaram o começo de um ano que seria registrado nos *Annales* da História do Brasil como o de uma semi-oficializada Política de Pão e Circo promovida pelo Governo Médici de maneira bem real através de slogans. Após sua realização, os feitos faraônicos e a

Copa do Mundo serviam como instrumentos complementando as funções que a festa de Carnaval tinha para os militares: seriam artifícios para encobrir grandes desaparecimentos de inimigos do Regime e o acesso a um maior endurecimento da Ditadura. Quando a população brasileira tinha por esperança que o Sistema fosse aos poucos promovendo a volta da Democracia e a revogação do AI-5, retomando-se os direitos então esquecidos – o regime dava provas de uma maior clausura. Porém, a opinião do Presidente Médici era bastante clara quanto a abrir mão do Ato, determinando que este era o verdadeiro instrumento que garantia a Democracia no país, para isso contando com o apoio, no Recife, de importantes representantes de Estado como Augusto Lucena, Eraldo Gueiros Leite, Wanderkolk Wanderley e Moura Cavalcanti.

A ideia de Indústria Cultural ganhou mais força desde então e passou, durante os Anos de Chumbo, a aparecer em larga escala defendendo as determinações estabelecidas pela Lei de Segurança Nacional. Apesar disso, verificou-se que o Estado, simultaneamente, começou a assumir o papel de usar a Cultura como espaço para a construção de um projeto líder, hegemônico, o que pode ser observado como o desenvolvimento de duas tendências complementares do Poder em relação à Tradição: interferia e proibia tudo aquilo que fosse prejudicial à imagem séria do Brasil, mas, em contrapartida, atuava promovendo a imagem *sui generis* da Cultura Nacional. Produziam-se então *slogans* conhecidos como: Ninguém segura esse país, presentes inicialmente no Governo Médici a partir da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) como elemento de importância simbólica e ideológica. Percebe-se então quão contraditório o papel do Estado na condução da produção cultural do país durante os anos de 1970. Canclini (2006, p. 289) nos dá uma melhor dimensão deste processo entre mídia, consumo e população: “[...] A repressão tentou remodelar o espaço público reduzindo a participação social à inserção de cada indivíduo nos benefícios do consumo e à especulação financeira. A mídia se transformou, até certo ponto, na grande mediadora e mediatizadora e, portanto, em substituta de outras interações coletivas”.

Nesta perspectiva, transferindo o olhar crítico sobre o Recife em inícios de 1970, observamos que o Carnaval abriu sua Semana Pré contando com aproximadamente dez mil pessoas nas ruas para ver o Corso passar (não mais pela Guararapes e sim pela Boa Vista, mudança ainda realizada no ano anterior) e o prefeito Geraldo Magalhães inaugurar uma iluminação de trinta e cinco mil lâmpadas, que abriram alas para o desfile do Clube Pedestre Vassourinhas, primeira agremiação a apresentar-se. No mesmo compasso, o *Bal-Masqué*

apresentava todo seu charme nos salões do Clube Internacional, destacando como vencedores, mais uma vez, os carnavalescos Evandro de Castro Lima e Múcio Catão.

Por este panorama, o Carnaval realmente parecia que apresentaria motivos para ser classificado como uma festa bem preparada pela COC, que teria feito alguns esforços, negociando as necessidades mais urgentes em relação à organização da festa junto às agremiações e clubes, embora uma de suas atitudes tenha se apresentado ao público expectador causando um impacto marcante: arquibancadas seriam arrendadas junto ao Circo Garcia, totalizando oito mil e quinhentos lugares gerando 40% de lucro à Prefeitura, sendo montadas na Avenida Dantas Barreto, contando ainda com ingressos que seriam vendidos ao público para que este pudesse ver os desfiles apenas sentado, não sendo permitido ficar próximo ou além dos cordões de isolamento presentes no corredor da folia.

Causando estranhamento inicialmente, essas mudanças eram aguardadas com desconfiança por parte do folião, que percebia seu Carnaval ganhando características muito modernizadoras a cada ano que passava. Reflexo ou não das modificações ocorridas em outros meios da sociedade brasileira por conta do avanço desenvolvimentista característico do início dos anos 1970, o Carnaval foi apresentando modos de organização e montagem das festas nas ruas e nos clubes de forma que seu participante pudesse, mesmo acima das diferenças, usar seu espírito folião para brincar intensamente e elogiar o tríduo.

A filosofia daquele ano seria, segundo Paulo Fernando Craveiro, em sua coluna Ponto de Encontro, uma paródia similar a um drama Shakespeariano: o Carnaval estava colocado em uma situação onde o samba e o frevo rivalizavam nos bailes e nas ruas, os mascarados passaram de amigos fantasiados ou pessoas de livre espírito festivo a marginais enrustidos e aqueles homens que desejassem sair travestidos de mulher, todo cuidado era pouco, pois a Portaria Municipal seria a primeira a colocá-los em outro tipo de folia (CRAVEIRO, 1970a). O panorama do folião então teria que ser redobrado nesse Carnaval: nem tudo seriam flores para uma festa que era conhecida pela sua irreverência e pela capacidade criativa, pela invenção e pelo escracho, sobretudo. Indo ao cerne da questão, as implicações geradas pelo endurecimento do Regime Militar refletiram diretamente e mais incisivamente a partir de 1970 sobre a área cultural de forma que era preciso desenvolver, no que se refere ao caso do Carnaval de Chumbo, uma política pública voltada à área cultural significativa, algo que fosse mais além do que simplesmente a manutenção das tradições de um local ou povo: era, sobretudo, um processo em busca de um maior acesso aos bens culturais sem restrições no campo interpretativo promovido por parte do Estado para a sociedade brasileira.

Dentro desse processo era importante identificar uma ideologia cultural capaz de interagir os personagens que dela faziam parte (entenda-se principalmente Governo e Sociedade) abrindo um debate em torno das perspectivas que poderiam ser projetadas para a área sem que com isso houvesse uma tendência à determinação de vencidos e vencedores no entorno do processo historicamente contextualizado (MICELI, 1984). Todavia, o que foi observado foi exatamente o contrário: existiu um saudosismo muito grande pelas músicas antigas nos bailes e nas ruas durante o Carnaval de 1970. Mostrava-se tão clara aos olhos da imprensa essa busca que nem mesmo as músicas vindas do Rio de Janeiro tinham vez por aqui. Segundo escritos, a ordem da época era o com pandeiro ou sem pandeiro, com dinheiro ou sem dinheiro e com música ou sem música, eu brinco. Esse pensamento reflete exatamente a força do Carnaval como um elemento apoteótico para a liberdade física e espiritual do folião e do cidadão que buscavam um reencontro com suas formas particulares de viver.

E esta apoteose ficou estampada no Diário de Pernambuco, especificamente em sua matéria de capa no dia 12 de fevereiro de 1970 quando o tríduo foi considerado, avaliado de acordo com espírito do folião brincante, um sucesso: apesar de todas as críticas dirigidas ao período, o Carnaval de 1970 bateu recorde: estimou-se na época que em torno de 400 mil pessoas brincaram durante os quatro dias, mesmo com as adversidades das chuvas que castigaram a festa de Momo e a falta de dinheiro, que elevou o preço dos artigos da época (CARNAVAL..., 1970b). Do contrário ao que os colunistas do Diário explicitavam em seus escritos durante o Carnaval, a maior parte da folia se deu na rua mesmo. As agremiações deixaram, com o esplendor de seu desfile, as ruas praticamente intransitáveis, enquanto que o alto número de vítimas nos prontos-socorros da cidade não impediu que aquele fosse, nos últimos três anos, o Carnaval mais ordeiro da cidade, onde não houve em quantidade expressiva os tradicionais excessos comuns na brincadeira do Corso, no mela-mela e, principalmente, nos clubes sociais.

Mesmo com essa aparente calma e a brincadeira entrando em ordem como as autoridades bem desejavam, a censura atuou efetivamente nos bastidores da festa, sobretudo dos clubes, através da Delegacia de Costumes e, nas ruas, através da Capturas Recomendadas, como era costume desde os últimos dois anos. Sobre a censura nos clubes, o mesmo periódico citado revelou como se arquitetou o esquema de ação dos oficiais: era preciso estar de acordo com a regulamentação do Setor de Diversões Públicas da Secretaria de Segurança Pública sob represália de caso estar atuando na ilegalidade, serem surpreendidos com recolhimento e seus instrumentos apreendidos. Segundo a chefe do setor da SSP, Vicentina Amaral, poucas

agregações procuraram regularizar sua situação, o que já tinha sido um problema também no ano anterior (1969), e a fiscalização neste ano (1970) seria mais rigorosa e abrangeria agregações de todas as categorias, tanto da capital como do interior, cuja regulamentação deveria ser realizada pelo Delegado de cada município. Acrescentou ainda que os grupos fantasiados também deveriam tirar uma licença na SSP para se apresentar nos clubes ou nos desfiles de rua, uma vez que os policiais estavam autorizados a fazer uma investigação completa e o grupo que estivesse usando máscaras sem licença seria imediatamente detido e somente liberado após o término da Quarta de Cinzas (AMARAL apud CENSURA..., 1970).

Quanto à presença de policiais, o número aumentou surpreendentemente (ou não) de dois mil, no ano anterior, para quatro mil no tríduo de 1970. A razão pode ser vista por dois vieses – o primeiro se deve à determinação de que as polícias tinham por obrigação registrada em lei (discutida no capítulo anterior) ser extensão das Forças Armadas, estando aptas à intervenção junto a população em qualquer ocasião; o segundo diz respeito ao extremo das brincadeiras do folião, como registrado nos dois anos anteriores e ao demasiado uso de trajes de banho, fosse durante o dia ou à noite. A inovação ficaria por parte da participação de membros das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) complementando os esquadrões que estavam nas ruas, transmitindo assim maior segurança, segundo discurso do Estado. De plantão constante, patrulhas a pé, móveis ou motorizadas vigiavam ostensivamente as ruas do centro e do subúrbio, evitando ocorrências de ordem maior. Uma maior repressão foi dada às travestis e simpatizantes do homossexualismo, pois o Delegado de Costumes Mário Thomás Alencar disse que, por ordem do Secretário de Segurança, esses elementos não poderiam estar soltos no Carnaval atentando contra a ordem e distribuindo drogas entre os foliões (DELEGADO..., 1970). No entanto, a matéria de capa veiculada pelo Jornal do Commercio de 06 de fevereiro de 1970 mostrou que a tolerância com os foliões não seria a mesma dos carnavais dos últimos dois anos. A imprensa já havia anunciado que a polícia tratava os casos, especialmente de brigas por desentendimentos pessoais, com descaso e, desta feita, nenhuma ocorrência teria beneplácito das autoridades (POLÍCIA..., 1970).

Não obstante aos fatos apresentados, a COC se revelou mais rigorosa no julgamento das agregações participantes dos desfiles do que em anos anteriores. O discurso empregado ao fim de 1969 do consenso com as agregações, blocos e clubes não parece ter surtido efeito positivo para os desfilantes segundo as decisões tomadas pela entidade. Uma série ainda maior de exigências foi feita por parte desta aos brincantes que desejassem receber a subvenção da Emetur e participar do desfile oficial, como: descrição das alegorias usadas,

letra do samba enredo, tema ou frevo usado, número de desfilantes que entrariam no corredor da folia, bem como seus nomes completos, além de determinar o roteiro dos desfiles, seguindo uma ordem de classificação mediante os últimos carnavais. Aquelas agremiações que entrassem na avenida depois da 0h, não estariam mais sendo julgadas.

Com todas essas mudanças a COC alegava beneficiar suas filiadas de modo a ter um Carnaval mais organizado. Porém, caso especial aconteceu neste íterim e merece atenção: uma matéria do Diário de Pernambuco de 12 de fevereiro de 1970 mostra que o governador Nilo Coelho, assim como a maioria brincante que compareceu à Av. Guararapes naquela noite de Terça-Feira carnavalesca para acompanhar o desfile das agremiações, já encharcado pela forte chuva que caía durante toda a noite, viu uma alteração no que havia ficado determinado previamente. Quando adentrou a madrugada, o público viu as escolas Estudantes de São José e Unidos da Massangana apontarem na Avenida para desfilarem, respectivamente a 1:30h e 2h, o que de pronto, por conta de um atraso de uma hora e meia e duas horas, provocou uma reação enérgica do presidente da COC, professor Lucilo Ávila: nenhuma outra escola desfilaria depois de Gigante por conta do atraso, estavam todas as demais desclassificadas. Apesar de ser o correto, de acordo com as regras, a ser feito, tal não aconteceu (GOVERNADOR..., 1970).

Intercedendo pela magia do Carnaval e pela beleza que representava o desfile das agremiações, o Governador pôs-se a questionar a decisão da regulamentação da festa, solicitando que as demais agremiações ganhassem os mesmos direitos dados a Gigante do Samba. Os membros da COC alegaram que passar por cima do regulamento era forma de manter o Carnaval em uma bagunça, pois para fazer uma festa correta era preciso usar a mão-de-ferro. Apaziguando a situação, o prefeito Geraldo Magalhães decidiu conversar com os membros da COC para que o pedido do Governador fosse acatado e o regulamento posto de lado. Este, porém, não desejava utilizar de sua força política para alterar o panorama regulamentar do desfile e como solução deixou a decisão nas mãos do povo, num gesto democrático em uma época marcada pela rigorosidade das leis. Aplaudido por sua decisão, o povo foi de comum acordo com as idéias do Governador e o desfile transcorreu normalmente.

A atitude do mandatário do Estado, no entanto, não agradou a Gigante do Samba em momento algum, principalmente com relação ao resultado final dos desfiles naquele ano. Sagrando-se vencedora a escola Estudantes de São José, principal rival de Gigante, o presidente desta resolveu ir até a imprensa anunciar o descredenciamento de sua escola frente à COC para o Carnaval do ano seguinte, alegando que: “Não adianta fazer Carnaval para esta

bagunça que se chama Comissão Organizadora do Carnaval. Nós somos tradição desde 1938. Faremos nosso próximo carnaval exclusivamente para o povo” (GIGANTES..., 1970, p. 1).

Apontava ainda o presidente da referida escola que “o Governador teria alterado arbitrariamente o regulamento” (GIGANTES..., 1970, p. 1) em favor de Estudantes e o presidente da COC deveria ter intercedido em nome das regras do desfile, o que no final das contas prejudicaria Gigante, que entrou na avenida para o desfile respeitando o regulamento. Ensaaiando uma renúncia ainda no palanque oficial, o professor Lucilo Ávila solicitou ajuda do Prefeito Geraldo Magalhães mais uma vez, que deixou novamente a questão a cargo da COC, que por sua vez não alterou o resultado do julgamento final. Em tom provocativo, o mandatário da Comissão foi até a imprensa declarar que o choro de Gigante era próprio de quem não sabe perder. Este ainda enfatizou que o desfile de Gigante foi aquém de suas possibilidades e por isso a escola teria perdido. Outras agremiações também se mostraram insatisfeitas com seu resultado, como foi o caso de Madeiras do Rosarinho, ficando esta com o quarto lugar, atrás de Rebelde Imperial e Batutas de São José, alegando que estava vivendo do passado e a COC nada faria para incrementar seu Carnaval (PRESIDENTE..., 1970).

Entendemos que as atitudes provocadoras de mudanças essenciais não deixavam de ser uma estratégia para organizar o evento, de forma bem direcionada e restando pouca escolha aos brincantes quanto ao quesito organizador das festividades, entretanto, sublinaramente, as ações que iam ocorrendo mostravam que a COC estabelecia com essas medidas o controle desejado pelas Delegacias de Costumes e Capturas Recomendadas, obedecendo à Portaria Municipal, evitando com isso que partidários e simpatizantes das ações subversivas se aproveitassem das festas para exercer atividades suspeitas.

Uma analogia cabe ser feita neste aspecto do desfile: as regras adotadas pela COC assemelham-se em alguns aspectos ao que era determinado pela Federação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro para suas parcerias. Sendo assim, entre essas ações merecem destaque atentar para o fato que: a) a agremiação é julgada no percurso e não apenas na frente dos palanques oficiais (onde se localizavam as autoridades); b) a música tocada e o canto não devem cessar durante o desfile; c) vence a que melhor cumprir as regras pré-determinadas; d) contam pontos extras as agremiações que arrastarem uma maior quantidade de público; e) haveria perda de pontos por indisciplina ou caso os desfilantes retrocedessem no percurso pré-determinado ou ainda se fizessem parada em frente aos palanques oficiais.

Entre teoria e prática, os desfiles acabaram ficando, com este conjunto de regras, mais mecânicos, sem a participação do público quando da entrada no corredor da folia, uma vez

que havia cordões de isolamento instalados no local para o público expectador justificando uma tentativa de organizar melhor a distribuição dos integrantes das agremiações no espaço do desfile visando à apresentação final. A COC acreditava que o público deveria realizar seu papel de expectador, contemplando a beleza dos desfiles apenas das arquibancadas e não ao lado dos brincantes, atuando diretamente enquanto membros do desfile.



**Foto 16** - A decoração do Carnaval de 1970 foi voltada ao Maracatu.  
**Fonte:** Jornal do Commercio, 07 de fevereiro de 1970, Revista do JC, p. 2.

Instalar arquibancadas nos remete a realizar dois tipos de leitura: a primeira diz respeito ao afastamento entre agremiação e folião, uma forma de descaracterização da brincadeira, de modo que era habitual até então observar desfilantes e brincantes da rua misturando passos livres e coreografias a partir de uma mesma musicalidade, enquanto que o único sentido esperado por todos ali presentes era um, apenas – o contato entre o folião e o brincante servia como elo representativo que selava a existência da liberdade e de manifestação cultural a partir de caracteres próprios da diversão.

Na medida em que segunda leitura remete a uma nova forma encontrada pela COC de, muito além do discurso da organização do desfile, colaborando com o patrulhamento no sentido de observar o público que estava contemplando os desfiles. Localizados em arquibancadas, todos juntos e delimitados por cordas e barras de ferro, sentados em bancadas de madeira, os foliões poderiam ser mais bem vigiados pelos patrulheiros presentes no local e assim, estes teriam uma maior probabilidade de estabelecer suas ações caso houvesse algum distúrbio na ordem.

No entanto, não se pode deixar de esquecer a resposta que este brincante teve com relação a estas modificações: retirá-los da rua, colocá-los em espaços delimitados e torná-los

apenas expectadores passivos da brincadeira também era uma mudança que desagradava os admiradores da folia, o que possivelmente uma parcela teria se sentido incomodado em algumas situações.

É pertinente, pois, concordar com a discussão apresentada por Foucault (2009) sobre a forma como o poder articula suas esferas em torno da disciplina da sociedade. Segundo este, “a disciplina é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente” (FOUCAULT, 2009, p. 158). Essa disciplinarização dos foliões em arquibancadas e cordões de isolamento daria uma maior dimensão da preocupação das autoridades policiais em controlar, vigiar e, se preciso, punir as transgressões dos mais exaltados. Neste caso: “Toda atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injeções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada: é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado” (FOUCAULT, 2009, p. 159).

Desta forma, nem o aspecto colorido das ruas, abordando o tema do Rei e Rainha do Maracatu em tamanho avantajado, com bastante iluminação e uma caprichada dose de alegria nas alegorias penduradas no alto e flutuando no Capibaribe foi suficiente para Recife ostentar um Carnaval de fato alegre, de acordo com a imprensa da época. Amargurado com algumas decisões chamadas pejorativamente de mal de COC, que julgavam beneficiar alguns foliões dentro das determinações oficiais para o Carnaval, o folião em geral não pôde ocupar como quis as ruas e os locais estratégicos de desfiles, nem muito menos realizar alguns tipos de práticas costumeiras como a utilização de animais nestes sob pena de ser enquadrado nas Leis de Proteção aos Animais da Fauna Silvestre e das Contravenções Penais (artigo 64). Para isso, estava a postos naquele ano a Sociedade de Proteção aos Animais São João que fiscalizaria a forma como os animais eram exibidos nas festividades<sup>59</sup>, recorrendo à lei para aqueles que descumprissem as normas.

Porém, o que parecia realmente ser motivo de preocupação no ano de 1970 em relação ao Carnaval que vinha se apresentando pelo rótulo de melhor de todos era o cometer excessos. Problema já tratado com cautela há dois anos, voltava ao cenário suscitando uma discussão na imprensa, notadamente no Diário da Manhã de 26 de Janeiro de 1970 sobre a situação na qual se precisava manter o espírito folião, sem grandes impedimentos à brincadeira e, ao mesmo passo, vigiar o chamado delírio coletivo. Havia um temor por parte das autoridades ligadas ao Turismo, Cultura e Segurança pela perda do título que Recife ostentava a alguns anos de

---

<sup>59</sup> Apenas o cavalo era permitido nos desfiles, colaborando com as alegorias das comissões de frente nos desfiles carnavalescos. Jornal do Commercio, 06 de fevereiro de 1970, Fundo APEJE, Recife/PE.

melhor Carnaval do mundo, onde este não poderia ser substituído pelo de Carnaval mais perigoso do mundo – em contrapartida, essa visão era produzida pela falta de cometimento dos gestos e pelas atitudes mais impetuosas próprias de alguns foliões que esqueciam que existiam famílias brincando nas ruas e a integridade física delas precisava ser uma das coisas a se preservar. A ideia do periódico foi sugerir um Carnaval pautado pela alegria e moralmente perfeito. Assim sendo, ter-se-ia um tríduo, de fato, como as autoridades pregavam e não grande parcela dos brincantes (CARNAVAL..., 1970c).

Sobre esse discurso da violência presente no Carnaval, os jornais eram enfáticos e colunas, matérias, opiniões eram expostas no sentido de orientar o folião para que deixasse essa ideia de lado, fixasse-se na máxima de que “brincar o Carnaval não é tumultuar o ambiente, menos ainda ofender a moral pública ou atentar contra a integridade física dos participantes das festas [...]” (CARNAVAL..., 1970b). Assim, esperava-se que a polícia agisse, mas ao mesmo tempo, também que o folião não precisasse colocar o Bloco dos Cassetetes e da Detenção nas ruas.

Mesmo a polícia indo até a imprensa para revelar que não toleraria nem mesmo desentendimentos particulares nos bailes - e nas ruas - a ação foi ainda mais efusiva: o Corso foi marcado por ensaios de briga, com xingamentos e gestos obscenos entre os rivais, o uso do escape livre (apesar da proibição imposta pelo DETRAN) ao lado de batuques ensurdecedores, muito beijo roubado, banhos d’água e pessoas jovens e bonitas. Paixões tão exaltadas que levavam facilmente a excessos que chegaram a ser lembradas em uma das marchinhas assinada por Rudy Barbosa e interpretada por Luís Carlos que se mostrou como um dos supostos sucessos daquele ano:

Ói Você Errado

Se a menina não quer [...]  
 Não adianta você bancar o ‘tarado’  
 Não insista, meu irmão [...]  
 Ói você errado [...]  
 Ói você errado [...]  
 Ói você errado [...]

Se a polícia chegar  
 Eu sei que o ‘pau’ vai comer [...]  
 Você vai apanhar  
 Eu não vou me meter [...]  
 A menina chamou  
 Olha, o pai dela está aqui  
 E agora, José?  
 Ói você errado [...]  
 Ói você errado [...]

Ói você errado [...].

Correndo o risco presente no Frevo Canção acima, importava ao folião manter viva a alegria tomava conta de si, ter a consciência de quem descumpriu a valer a normatização e ignorou a presença dos mais de quatro mil homens que realizaram a segurança do Carnaval daquele ano. Contudo, embora aquele fosse um Carnaval com tantas limitações e, ao mesmo tempo, tanta disposição em brincar por parte de alguns muitos foliões, existia um sentimento de descontentamento com a festa.

O citado colunista do *Jornal do Commercio*, Paulo Fernando Craveiro, representava os descontentes com a grande quantidade de excessos cometida por aqueles foliões mais dispostos para a brincadeira. Citava este que nem mesmo podia andar com os vidros do carro abertos para superar o calor do Recife porque corria o risco de ser alvo de desagradáveis brincadeiras, inclusive ser atingido por piche ou outras substâncias perigosas nos olhos. Mais uma questão girava em torno da convivência por parte dele e daqueles que não eram simpatizantes da festa de Momo em relação a esses mais exaltados, onde clamava pelo respeito ao próximo e seus direitos, até mesmo em relação ao fato desses brincantes mais alegres respeitarem o caso de que existiam pessoas que não eram obrigadas a entrar na folia e estas (mesmo tendo conceitos contrários) respeitavam o espaço daqueles que se apropriaram da alegria do tríduo, embora tenha sido bem enfático quando citou que não seria coagido pela opinião alheia, porque não representaria um “incomodado que se mudaria” por conta dos eventos apresentados (CRAVEIRO, 1970c, p. 8). Era o Carnaval que “se transformava em cúmplice do seu próprio atropelo” (CRAVEIRO, 1970c, p. 8).

Percebemos na fala do colunista e, por conseguinte, na linha de pensamento dos segmentos anti-brinquedo carnavalesco que existia um embate maior do que simplesmente dois confrontos que dizem respeito aos juízos de gosto: este confronto ideológico perpassava, antes, por questões ético-sociais. Há de se considerar que esses foliões exaltados não desejavam ser coagidos também, daí se utilizando de suas práticas para exercer sua ideologia, onde em contrapartida se deparava com outra forma de discurso que entrava em choque devido, muitas vezes, a estes serem vítimas dos conjuntos simbólicos representados pelos primeiros.

É neste discurso ambivalente que identificamos algumas ideias contidas em Bauman (1999) – este cita um debate de conceitos a partir de Jacques Derrida e Dilthey, onde ao passo em que as sociedades buscam através do Estado o estabelecimento da ordem, ao mesmo

tempo reconhece-se que o presente no qual se vive é obsoleto e a Modernidade, conforme Dilthey, indica uma caminhada para o fim da História e só será possível impedir este acontecimento a partir do momento em que esta mesma sociedade reconhecer o presente como universal, parando o movimento caótico (DERRITA; DILTHEY apud BAUMAN, 1999). Na contramão, Derrida defendia a ideia em que as ambivalências funcionaram como elementos motores da História, o que em vez de cindir a mesma, impulsionam-na para que o movimento continuasse ganhando mais campo dentro de uma perspectiva nada negativa, ou seja, a História não teria um fim.

Assim, observando essas direções dicotômicas no Carnaval de 1970 pelas visões propostas por Derrida e Dilthey (apud BAUMAN, 1999), procuramos explicitar a noção de que enquanto um dos grupos acreditava que aquele conjunto de práticas que primavam pelo excesso eram considerados valores necessários à manutenção da alegria e sustentabilidade de um Carnaval que abria proporções suficientes ao crescimento e sucesso da festa, outro grupo se apropriava daquele presente, considerado insólito e atestava a gradativa morte da verdadeira festa, apesar de não ser uma apreciadora da mesma. Acusando o fato do país parar durante quatro dias, os não-apreciadores do Carnaval condenavam os dias de folia e até pregavam pelo fim dos mesmos, o que nos dá uma dimensão de que estes, para além da compreensão simples da festa, eram simpatizantes da ideologia implantada pelo Estado Militar de Exceção, que condenava as práticas abusivas como as carnavalescas, mas não poderia aboli-las, daí efetivarem planos de cerceamento implícitos em mensagens subliminares. Esta confrontação ficaria mais explícita com o passar dos carnavais da década de 1970, onde mais ambivalências penetrariam e tomariam forma diante destes discursos.

Este debate que se processou apenas pelos eventos ocorridos na Semana Pré-Carnavalesca chegou até os domínios da COC que através de seu presidente solicitou aos foliões por meio da imprensa que “brincassem com moderação e respeitando aqueles que não quisessem brincar” (NILO..., 1970, p. 1). Para tentar acalmar os ânimos, o Prefeito Geraldo Magalhães, ao lado do Governador Nilo Coelho, participaram do II Desfile de Calhambeques, um dos sucessos do último ano e que neste, partindo com o seu cortejo da Praça do Derby até o centro, encontrar-se-ia com a saída do carro do Rei Momo e ganharia uma maior notoriedade entre os brincantes e apreciadores das relíquias automotivas. Nos clubes, animação garantida pela grande quantidade de mesas vendidas e pela expectativa de se observar um Carnaval com pouca roupa (em especial por parte do sexo feminino) e muita bebida e animação, já que em Recife não houve o mesmo problema observado no baile

realizado pelo Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, onde a Censura proibiu que a decoração da festa fosse apresentada aos foliões, pois as imagens de figuras humanas foram consideradas atentatórias à moral uma vez que mostravam as pernas e outras partes do corpo não permitidas, tendo o painel sido coberto por tintas nas cores preta, azul e vermelha (NILO..., 1970).

O problema das verbas ainda procedia, mas dessa vez mais latente nos clubes localizados no subúrbio: havia um pesar muito grande dos brincantes e foliões localizados nestes logradouros por este problema estrutural ser um considerável impedimento à realização da tradição, onde a situação mostrava-se tão complicada a ponto de muitos destes clubes fecharem as portas antes mesmo do início das festas de Momo para não mais abri-las. O custo sobre a decoração, a orquestra, as bebidas e alimentos, além da segurança do local eram suficientes para que o clube organizador do baile não tivesse perspectivas de muitos ganhos, apenas de gastos excessivos, tendo que para isso apelar para a malandragem (ou como diziam os periódicos, pilantragem) se quisesse manter a tradição viva. Foi o caso do Veneno Esporte Clube, de Casa Amarela e do Clube dos Industriários de Areias. Aqueles que tinham certo capital a investir, realizavam suas festas sem preocupação e com uma boa perspectiva de obter sucesso e renda, como foi observado no Atlético Clube de Amadores de Afogados, com seu tradicional Baile dos Casados e no Clube Jaboatonense.

Transferindo os olhares, outro grupo que continuava a demonstrar suas insatisfações era o das travestis<sup>60</sup>. Mesmo sem precisar de muito alarde, evitando convocar a imprensa ou causar problemas com os dirigentes dos clubes, elas se fizeram presentes nos principais focos de folia, fornecendo mais uma diversidade de elementos para o reinado de Momo. Novamente impedidas de realizar seu Baile das Bonecas, em prol da alegria do público gay e das festas, estas brincaram sem causar maiores problemas às autoridades nos clubes da cidade, recebendo elogios, da mesma forma e publicamente, através da imprensa, tanto por parte dos representantes destes lugares como pela câmara diretiva da COC. Apesar de reconhecer que não concebiam aos olhos de muitos membros daquela sociedade um padrão de comportamento a ser seguido, os dirigentes do Carnaval não poderiam deixar de observar a importância das mesmas para as agremiações que desfilavam não somente pelo fato destas

---

<sup>60</sup> Por travestis, transformistas e homossexuais, Green (2000, p. 391-449) define estes como sendo um grupo com as mesmas preferências sexuais que se aproveitaram enquanto aliados naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo para construir um movimento aliado ao pensamento que já existia na Europa contra a homofobia. Vestindo roupas masculinas ou femininas, comportando-se afeminadamente ou não e usando as tendências da época (década de 1960/1970), estes grupos buscaram a promoção de uma transformação cultural na sociedade brasileira por meio da Contracultura.

estarem realmente envolvidas com a festa, mas principalmente por desembolsarem o próprio dinheiro na confecção das fantasias e ainda ter a personalidade de sair às ruas e entrar nos bailes, encarando a sociedade e o preconceito de frente em nome de um objetivo maior que era o sucesso das festividades de Carnaval.

Mesmo assim, o Carnaval do Pernambucano e Recifense foi marcado pelo improviso. Segundo o campeão e figurinista do *Bal-Masqué*, Ricardo de Castro, o recifense brincante, seja na rua ou no clube, era conhecido não por ornamentar demais sua fantasia, mas por ser criativo e aproveitar acessórios até então inusitados para as indumentárias, embora predominassem as roupas leves como trajes de banho, shorts curtos e tênis surrado no pé. As ricas fantasias, bastante ornamentadas e cheias de glamour, ficavam estampadas nas páginas dos jornais e tomavam conta do espaço de outros carnavais pelo Brasil afora, porque de acordo com os relatos orais do período, o Carnaval do Recife era mesmo movido pela alegria e pela descontração.

O saldo deste Carnaval tão conturbado e envolto em tantos embates desde sua organização até seu desfecho, no tocante ao posicionamento entre o cumprimento da Portaria Municipal do Secretário de Segurança Pública, Sr. Gastão Barbosa Fernandes e o comportamento do folião, foi um saldo de duzentos e dezenove foliões presos por excessos (219..., 1970). Número expressivo para o período, as ocorrências envolvendo foliões misturaram-se a casos realizados por traficantes e ex-detentos foragidos dos principais presídios da cidade, o que forçou as forças policiais a agirem com maior rigor em prol da manutenção da segurança e da ordem dos demais brincantes.

Contribuía para tal a mistura promovida pelos assassínios e delinquentes aos foliões, fossem nas ruas ou até mesmo nos clubes, como aconteceu no Atlético Clube de Amadores, quando foi preso um acusado (por estar foragido) que, mais tarde, seria reconhecido pelas vítimas. As medidas voltadas para o não consentimento do indulto de Carnaval aos presidiários da Casa de Detenção e o recolhimento de transeuntes que viviam nas ruas do Recife foram ações ostensivas que, à primeira medida, surtiram o efeito esperado. No entanto, em uma cidade que passava por grande crescimento acelerado, havia que se considerar a dificuldade, mesmo com quatro mil policiais nas ruas, em se manter uma efetiva ordem sem distúrbios nos dias de folia, uma vez que no Carnaval os mais animados esquecem o que vem a ser o significado da palavra ordem e preocupam-se apenas em se divertirem deliberadamente, igualmente sem a preocupação com as consequências que suas atitudes podem ocasionar àqueles que não estejam participando do brinquedo momesco.

Em tempo, mesmo com o alto número de chamadas recebido pela Rádio Patrulha, em torno de cento e trinta, as autoridades consideraram o Carnaval transcorrendo na ordem prevista pelas mesmas. Se o sucesso das operações ostensivas não tinha surtido o efeito que muitos brincantes esperavam, a satisfação demonstrada pelas autoridades comprova, ao nosso olhar, que as ações empregadas no sentido de fiscalizar a brincadeira demandaram resultados que apontavam um planejamento com chances reais de ser repetido no ano posterior, naturalmente corrigindo as falhas existentes e contando, igualmente, com novo apoio da população no sentido do cumprimento das leis sob pena daqueles que as descumprissem responderem civil e penalmente por suas ações.

Assim, sob mudanças e permanências, o Carnaval de 1970 reservou ao folião a entrada em uma nova década – marcada pelo recrudescimento da Linha Dura, mas ao mesmo tempo, pelo escracho exagerado carnavalesco – o recorte abria perspectivas de um Carnaval que não seria simplesmente uma festa como outra qualquer em meio ao tempo do rigor. Este Carnaval representaria o início de um longo processo de resistência cultural em meio às mudanças políticas aceleradas que se manifestavam pelo país e, em especial no Recife.

#### **4.1.4 Carnaval de 1971**

Em 1971, antes mesmo do Carnaval, como de costume neste período, ocorreu uma nova reunião envolvendo a câmara diretiva da COC em torno da realização do tríduo momesco daquele ano - o grande embate da época girava em torno de quem organizaria os festejos, se a COC ou a Emetur, já existindo até mesmo um projeto, a ser discutido pelos órgãos junto ao prefeito Geraldo Magalhães (então em final de mandato, preparando a transição para o novo governo Augusto Lucena) buscando estabelecer uma nova lei, específica, determinando qual entidade estaria à frente do processo. A principal diretriz era a unificação da lei regente do Carnaval, alegando-se que a mesma estava se desvirtuando de seu propósito devido a várias instâncias do poder agindo sobre a festa, o que acabava gerando descontentamentos entre os brincantes e os representantes da Secretaria de Cultura.

A grande problemática da época advinha desde antes mesmo de 1968. A própria folclorista americana Katarina Real, então membro à frente da Secretaria de Cultura da Cidade do Recife, não concordava com a maneira como o Carnaval era regido, por duas legislações: uma a cargo da COC e outra a cargo da Emetur, o que desnor-teava aqueles responsáveis diretos pela organização do ciclo cultural, uma vez que até as vésperas da

Semana Pré-Carnavalesca, geralmente as agremiações, clubes, troças e blocos não sabiam explicar a quem deveriam recorrer de fato para obter auxílio na montagem de seus carnavais. Disso decorre uma discussão que norteia uma importante mudança percebida nos órgãos públicos que buscavam normatizar a festa de Momo: com a criação da EMETUR, cada vez mais a COC perdia sua força, sua direção como entidade responsável pelo tríduo e, fatalmente, naquele ano seria extinta sendo substituída por um novo órgão, dessa vez unificando as legislações: surgia a Comissão Promotora do Carnaval (CPC).

Em relação à jurisdição, a COC foi criada por força de lei municipal ligada à Secretaria de Educação do Recife, enquanto que a Emetur, também municipal, era ligada ao turismo, no entanto, responsável por qualquer evento envolvendo a Cultura e o Folclore. Este agito nos bastidores, todavia, não refletiu diretamente sobre a organização e promoção de ações para que 1971 tivesse um Carnaval bem estruturado nas ruas no tocante ao planejamento de metas buscado pelos órgãos diretivos das autoridades para a festa. O Diário de Pernambuco de 02 de fevereiro de 1971 mostrou que a COC estava realmente preocupada com a realização do carnaval de rua por parte das agremiações que necessitavam da subvenção e deu a ideia da criação de, além dos bailes promovidos tradicionalmente no tríduo, um especial realizado no pavilhão da Federação Carnavalesca (FECAPE) para angariar fundos para os brincantes menos favorecidos financeiramente (COMISSÃO..., 1971). Não faltaria, pela proposta, a animação de outros bailes com relação às atrações: a orquestra do maestro Mário Charuto estaria presente com 22 músicos, bem como seria realizada a final do Concurso de Marchinhas Carnavalescas da Secretaria de Cultura. Igualmente uma premiação seria destinada ao melhor porta estandarte e fantasia mais incrementada que sairia às ruas para o desfile dos dias de Momo (COMISSÃO..., 1971).

Contudo, cabe uma análise a ser feita neste momento a respeito de como estes setores carnavalescos teriam passado a observar esta tentativa de ação por parte dos órgãos oficiais em estabelecer novas metas e diretrizes para a realização do Carnaval em 1971. É interessante perceber que, por força das regras impostas no Carnaval em anos anteriores aqui analisados, ao procurar meios para estabelecer suas práticas, estes brincantes acabaram tendo de adequar-se sobre as diretrizes que lhes foram impostas sem que houvesse um movimento que traduzisse realmente as necessidades destes por parte dos organizadores. Esta nova ação se reflete pela observação, na duração, que este conjunto de mudanças era necessário, caso contrário, a festa não corria o risco de virar um objeto do poder hegemônico em vigor buscando eliminar os rastros de descontextualização existentes devido a normas capazes de

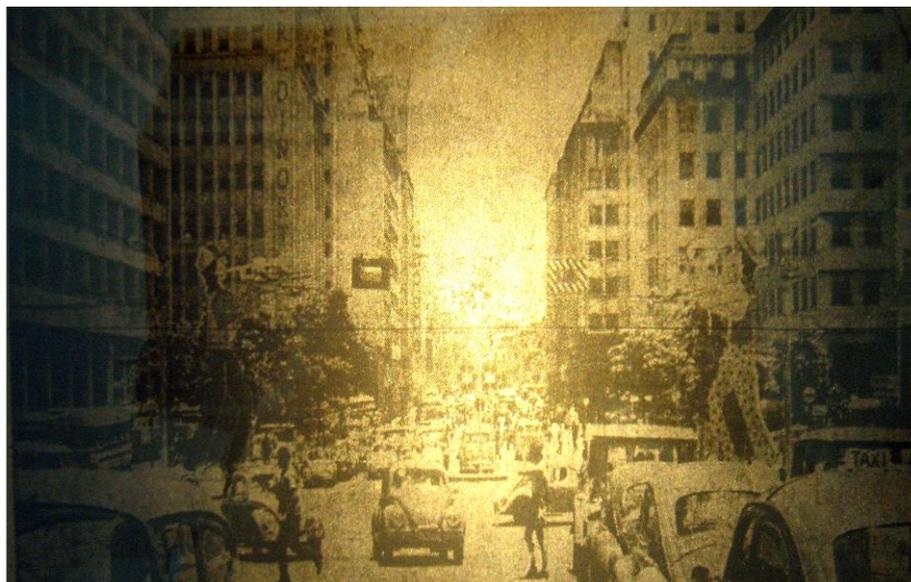
alterar, por interesses de Estado, alguns dos sentidos da festa como espontaneidade, criação, participação, liberdade de ação e organização.

Desta forma, as despesas foram calculadas pelo Secretário de Educação e Cultura (também presidente da COC), Gilberto Marques Paulo e entregues ao Secretário de Finanças da Prefeitura para que os planos fossem analisados e o Carnaval começasse a ganhar seus contornos iniciais. Contando com uma parceria firmada junto a algumas empresas privadas, por meio da Vicar Publicidade, os bailes do subúrbio já podiam esperar uma maior ajuda financeira para decorar os locais e movimentar suas sedes sociais. Ao mesmo passo, a Delegacia de Censura e Diversões Públicas (DCDP) concedia licença a noventa e nove agremiações para que desfilassem, dividindo e classificando, junto à Federação Carnavalesca, grupos organizados por ordem de importância e tradição como de Primeira e Segunda Categoria, além de oficializar a liberação do biquíni nos desfiles e permitir a presença das travestis, reconhecendo que as melhores fantasias e a animação eram garantidas em larga escala por estas pessoas.

Entre tantas sugestões, novidades e propostas em relação ao ano anterior, a maioria delas sugerida pelo Vereador do Recife, Manoel Gilberto, uma em especial suscitou uma discussão interessante no Diário de Pernambuco do dia 03 de fevereiro de 1971, coluna Coisas da Cidade: a ideia seria permitir no desfile do Corso a presença dos carros sem capota e sem portas, desfilando livremente como forma de abrilhantar mais a brincadeira (GILBERTO apud NOVA..., 1971). Neste ínterim, havia uma dupla conotação – seria uma nova forma de se praticar a brincadeira, mas ao mesmo tempo uma forma das vítimas das pesadas ações dos foliões participantes deste evento identificarem os causadores dos banhos com água e produtos nocivos. Entretanto, há de se ressaltar que existiam aqueles membros que iam ao Corso simplesmente pela satisfação de apresentar seus carros de época, de desfilarem a beleza de outrora, embora houvesse paralelamente uma brincadeira que trazia um sentido para esta intenção – o Desfile dos Calhambeques, confirmado pelo sucesso obtido em anos anteriores, continuaria sendo realizado em 1971.

Destarte, o que foi sendo observado é que o Carnaval nos subúrbios começava de maneira muito organizada, muito direcionada para os propósitos dos brincantes e a decoração oficial da Dantas Barreto e outros importantes caminhos da folia no centro do Recife estavam recebendo pouca atenção, apresentando uma criatividade muito aquém do esperado. O tema escolhido para este ano (1971) foi o de palhaços e pandeiristas nas principais artérias da cidade assim como cartazes com motivos carnavalescos espalhados pelo centro, havendo

também reforço na iluminação, mas nada que já não tivesse tido a efetiva atenção das comissões no ano anterior. Em 1971, estariam novamente presentes as arquibancadas para os desfiles, formando o corredor da folia na Avenida Dantas Barreto e as fachadas dos prédios naquela avenida receberiam solicitação por parte das promotoras do Carnaval fossem devidamente iluminadas para dar um colorido especial à festa na parte da noite, quando ocorriam os desfiles. Para tanto, uma verba suplementar foi solicitada ao Prefeito Geraldo Magalhães para que o folião tivesse, assim, melhores condições de apreciar o carnaval de rua. Gilberto Marques prometia, ainda, que os desfiles neste ano ocorreriam em seu horário normal, determinado em lei para que não se repetissem os incidentes do ano anterior, onde a escola vencedora desfilou com trinta minutos de atraso e causou grande polêmica, envolvendo, sobretudo as autoridades de Estado.



**Foto 17** - A Avenida Guararapes era o ponto alto da decoração no Carnaval de 1971.  
**Fonte:** Jornal do Commercio, 05 de fevereiro de 1971, Capa.

Procurando viver intensamente, como disse o médico Geraldo Marques Fernandes ao Diário de Pernambuco de 05 de fevereiro de 1971, uma festa benéfica onde “as pessoas situadas num mundo de repressões de toda a espécie, como é o nosso, tenham oportunidade de fazer uma descarga e uma higiene mental durante os quatro dias de festa” (FERNANDES apud FOLIÃO..., 1971, p. 10), o folião esperava ansiosamente a abertura oficial das festividades para deliberar sua alegria e deixar o reinado de Momo acontecer da forma mais espontânea possível. Lembrar da situação em que o país vivia naquele ano era ratificar, uma vez que o Brasil fora campeão da Copa de 1970, a política de alienação subliminar empregada pelo Governo Médici um ano antes, transmitindo à população de que tudo estava bem, o país

caminhava a passos largos para o progresso. Mais uma vez, o Carnaval seria o escape, a saída para outra alienação, desta vez que realmente colocasse o povo brincante em uma situação de conforto frente à conjuntura que se apresentava, dessa vez respeitando suas individualidades e levando em consideração seus anseios de uma sociedade realmente com a cara do povo brasileiro. O Carnaval era, novamente, uma forma de representar quem era o povo e sua cultura o que ele tinha de mais particular, singular, significativa.

No entanto, em relação à dureza imposta pelos poderes coercitivos no Carnaval, o que se observou a partir da adoção da Portaria Municipal nº 56/71 do Secretário Armando Samico foi que uma tolerância maior à água e ao talco seria dada naquele ano. Essa flexibilidade já teria ocorrido no ano anterior, extra-oficialmente, por parte da Rádio Patrulha que interveio apenas nos casos mais sérios (apesar de haver, igualmente, uma maior falta de tolerância, como foi ilustrado). Três mil e duzentos policiais (número inferior ao ano anterior) seriam designados para estarem nas ruas, realizando o policiamento ostensivo e observando as práticas dos brincantes.

Essa importância dada à atuação da Rádio Patrulha no Carnaval demonstra uma distinção dentro do corpo policial que afastavam os oficiais de sua própria classe ou origem étnica, além de colocar, igualmente, os policiais mais distantes da população. Tal ação, vista na prática nas ruas superlotadas de foliões no centro do Recife em dias de festa, fator que deveria dificultar a ação policiaesca, na verdade demonstrava que: “[...] Quando o público passa a ser conhecido pelo policial somente através do pára-brisa de um carro de patrulha em movimento, os cidadãos facilmente se tornam objetos a serem manipulados” (HUGGINS, 1998, p. 18).

Essa manipulação, contudo era fruto da profissionalização anteriormente citada neste estudo, o que afetava diretamente o comportamento da polícia para com o público e alterava o relacionamento das forças de contenção em relação ao conjunto de práticas usadas para exercer a ordem. Desse modo, a ideologia da segurança nacional ganhava um reforço no sentido de recrudescer um autoritarismo ao lado de um hibridismo para novas organizações que iam se estabelecendo dentro das forças policiais. Integradas pelas Forças Armadas, essas novas forças se legitimavam como instrumentos necessários ao Estado Marcial.

Em outro âmbito, a censura vetaria mais uma vez a realização do Baile das Bonecas – o Delegado de Costumes estava sabendo dos passos das travestis e foi enfático ao afirmar que o sentido do baile não seria o da tonalidade de representar a alegria carnavalesca, mas apresentar as frustrações daqueles e reafirmou sua posição ao declarar que caso o baile

seguisse na pauta das travestis, como era planejamento a realização do mesmo em uma granja deslocada do centro da cidade, os participantes seriam presos e conduzidos a obras de construção dos abrigos de mendicância da Prefeitura Municipal do Recife (PMR). Mesmo contendo propostas de um baile comum e aberto à toda sociedade pernambucana, contando inclusive com solicitação de policiamento, a Portaria da Polícia Federal 1/71 baseada no Artigo 163<sup>61</sup> da Constituição Federal proibiu o referido baile.

Essa rigorosidade e a presença dos policiais nos locais de folia como clubes e algumas prévias como os Desfiles dos Calhambeques (entrando pelo terceiro ano consecutivo) eram determinadas pelos próprios organizadores, que solicitavam junto ao Secretário de Segurança um efetivo capaz de manter a ordem nestes locais sem que, contudo, interferissem no andamento do divertimento. Curiosamente (ou não), neste ano de 1971, houve um atraso na informação por parte dos principais focos de manifestação foliã ao Secretário para que o mesmo designasse o quantitativo para algumas festas, o que arriscou a não presença dos mesmos, de maneira oficial, nestes locais. Mesmo assim e pelo período presente, da maneira como estava configurado em ideais e formas de ação, a SSP mandou o policiamento em quantitativo para os focos da brincadeira e não faltaram olhares vigilantes sobre as festas.

Todavia, as proibições realmente efetivas se limitariam ao porte de armas, ao uso de biquínis por menores entre 14 e 18 anos (alegando que os mesmos eram atentatórios ao decoro e a moral públicas) e à desordem, em termos gerais. Não seria permitido nem mesmo aos oficiais à paisana usar seus objetos de trabalho visto que a segurança era a principal prerrogativa do Estado para a realização das festas, como já vinha sendo empregado em anos anteriores. Com relação ao uso dos trajes de banho, estavam proibidos maiôs, biquínis, deturpação de pirata e outras que desnudem inconvenientemente o corpo. Não seriam permitidas também bebidas estrangeiras sem seus devidos rótulos nas sedes dos clubes, assim como o uso e venda de entorpecentes como o lança-perfume, uma vez que a Polícia Federal teria recebido denúncias de que vários lotes contrabandeados estavam prontos para serem vendidos nos bailes, o que acarretaria punição tanto aos traficantes como aos usuários.

Ainda sobre os bailes, cabe destacar a presença de vinte policiais femininas realizando a fiscalização a mando do professor Samico. As policiais também realizariam trabalho ostensivo, procurando atender aos preceitos contidos na Portaria Municipal, mas observando, principalmente, o tráfico de entorpecentes entre as jovens e também o nível de libertinagem

---

<sup>61</sup> O referido artigo diz que eram intoleráveis as exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes e com a proibição visavam salvaguardar o povo de representações que possam induzir à prática de maus costumes.

presente nas brincadeiras das moças. Presentes nos clubes sociais através de seus salões e na entrada dos banheiros, as oficiais procuraram ser as mais discretas possíveis e passaram despercebidas. Entre práticas a ser coibidas também estavam o cigarro e os beijos roubados (POLÍCIA..., 1971a).

Após tantas medidas visando a precaução da desordem, um em especial dizia respeito ao uso de materiais na folia: o pedido do Vereador Marcelo Pessoa, que desejava a proibição do uso do confete de isopor como brinquedo nas ruas e salões. No entanto, não seria dada proibição ao artefato por esta ser uma brincadeira que já tinha garantido sucesso no *Bal-Masqué* daquele ano, apesar de condenada por parlamentares do Recife, sem que antes o mesmo fosse vetado pela Saúde Pública. O parlamentar alegava ser o confete não um instrumento novo para brincar nos clubes e nas ruas, mas uma arma, sobretudo se usado por crianças, onde qualquer folião poderia engasgar-se com as bolinhas. Na Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) e em São Paulo, a proibição já havia sido expedida pela Censura juntamente com a Saúde Pública e no Recife, mesmo sem parecer oficial dos órgãos sanitários, as autoridades endossavam o discurso do Vereador em nome da ordem. Em contrapartida, após este episódio, o que se viu foi um aumento das vendas do produto e a não confirmação oficial da proibição ao lúdico.

O mesmo vereador em questão polemizaria mais ainda as questões sobre o Carnaval antes das festas momescas do ano de 1971, ao pronunciar no plenário da Câmara um pedido expresso de proibição da confecção de camisas com o tema Jesus Cristo, eu estou aqui, em alusão à música interpretada pelo cantor Roberto Carlos e que fizera sucesso nacionalmente desde o ano anterior. Justificando o cumprimento do item constante na Portaria Municipal em relação ao não uso de temas religiosos nas festividades momescas, o vereador aproveitou para solicitar a aprovação de um projeto lei endossado pelo também vereador Newton Carneiro, que proibia a exibição da canção do Rei em ambientes como bares, boates e qualquer festividade, alegando uma profanação da religião católica assim como a proibição ser uma necessidade para se preservar a moral e os bons costumes. O político reconhecia que a música em si até poderia ser utilizada em celebrações nas matrizes e capelas, mas usada como sendo parte do ritmo Iê-iê-iê esta representava uma ofensa ao que se tinha por crenças religiosas. Complementava em seu discurso no plenário o Vereador: “[...] ou a sociedade e os poderes constituídos tomam uma decisão drástica contra semelhantes abusos ou vamos ver, a comunidade mergulhar num transe de concupiscência tão clamoroso como aquele que

decretou o castigo impingido à Sodoma e Gomorra” (PESSOA apud MARCELO..., 1971, p. 12).

Concordando com esta postura do vereador, o Secretário de Segurança, professor Armando Samico, decidiu examinar melhor as camisas antes para depois realizar qualquer pronunciamento oficial, embora reconhecesse que realmente aquela infligia um dos itens constantes na Portaria Municipal, como frisado pelo parlamentar. Nas palavras do mesmo, após observar o material, concluiu que: “[...] ferem os costumes da Igreja, pois essa cruz é símbolo e a imagem de Cristo. Deixá-la circular em bailes de carnaval e locais pagãos é ferir as normas religiosas num desrespeito à cristandade” (SAMICO apud EXAME..., 1971, p. 10).

Solicitando uma varredura nas lojas do centro da cidade que comercializavam a camisa, os delegados apuraram até que ponto aquele objeto de brincadeira poderia ser uma ameaça à ordem e ao andamento do Carnaval perante a visão da Arquidiocese, uma vez que não se desejava conflitos maiores do que aqueles que já havia com a figura de D. Hélder Câmara. Contudo, o Diário de Pernambuco de 18 de fevereiro de 1971 mostrou que o professor Samico resolveu, após reunião com seus comissários, decidir pela proibição da camisa, baixando, inclusive, Portaria Especial para o caso em questão, a saber:

Portaria nº 75/71 OS – O secretário de segurança pública, no uso de suas atribuições, e considerando que a Portaria nº 56/71 OS, de 06 de fevereiro de 1971, desta Secretaria, proíbe o uso de fantasias que se assemelhe a vestes de instituições religiosas ou desenhos ofensivos às mesmas instituições e, ainda, proíbe o uso de símbolos de qualquer instituição, resolve:

Art. 1 – Fica proibido nos festejos carnavalescos o uso de camisas da fantasia com o símbolo da cristandade ou a reprodução da imagem de Jesus Cristo.

Art. 2 – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (SECRETÁRIO..., 1971, p. 2).

Essa reação conservadora foi ignorada por aqueles brincantes (sobretudo católicos) que desejavam utilizar-se da música e da letra para criar uma homenagem em pleno Carnaval, mostrando que, acima de qualquer forma que pudesse inicialmente se mostrar ofensiva aos ideais católicos, buscava-se uma aproximação entre as festividades de Momo, historicamente conhecidas como festas da carne em detrimento das posições religiosas determinadas pelo Vaticano. Mesmo sabendo que, se saíssem às ruas com as camisas seriam interceptados pelo policiamento e orientados a voltar para casa e trocar de roupa, muitos preferiram travar um embate com a polícia, vestindo as mesmas (que foram rapidamente esgotadas nas lojas do comércio recifense) e correram o risco de serem presos.

Essa discussão entre aproximação da religião Católica e do Carnaval foi bem fundamentada por Baroja (2006) e podemos recapitular seu pensamento, inserindo-o neste exemplo citado da confecção das camisas com temas referenciando Jesus a idéia defendida pelo Antropólogo onde usar temas voltados para a religião nas festas é algo que já fazia parte do imaginário do povo em outros tempos e as proibições, perseguições e condenações são movimentos instintivos empregados pelas autoridades não somente eclesiásticas que permeiam um discurso limitador do reajustamento das posições mentais existentes nas instâncias das sociedades, considerando o referido autor relativamente impossível totalizarem-se ações em torno deste tipo de proibição.



**Foto 18** - Camisa contendo os dizeres “Jesus Cristo, eu estou aqui”.

**Fonte:** Diário de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1971, última página, sem numeração.

De fato houve manifestações contra a Portaria Especial, descumprimento da mesma e até mesmo troças carnavalescas usaram o tema da camisa como mote para brincar o Carnaval. Vinte e sete camisas foram apreendidas e o Delegado de Costumes, Sr. Mário Alencar, recebeu denúncias de desentendimentos em vias públicas no bairro de Casa Amarela, Zona Norte do Recife, onde foliões embriagados teriam vestido as camisas e saído às ruas provocando as autoridades. Apesar da polícia ter visitado o local com cerca de vinte homens, o tumulto já havia se dispersado, mas as autoridades buscaram, sem sucesso, investigar quem iniciou o tumulto para que este fosse enquadrado na forma da lei (COSTUMES..., 1971).

Outra velha polêmica foi reacendida e ganhou corpo nas páginas da imprensa mais uma vez neste ano de 1971: a proibição dada a Wilton Mendez, Rei Momo eleito pela COC para representar os dias de folia tanto nas ruas como nos bailes. Impedido pela primeira vez

de entrar nos clubes ainda em 1969, a prerrogativa repetiu-se em 1970 e novamente em 1971, tendo o Interclubes sido intolerante quanto à questão de Mendez freqüentar os salões sociais durante os quatro dias de festa. Repercussões a parte, o Rei Momo era considerado *persona non grata* pelos diretores dos principais clubes privados do Recife e por essas e outras razões não expostas pelas páginas dos periódicos, Mendez foi novamente impedido, dessa vez sem nota oficial de explicação, pois ficara decidido pelo Interclubes em um almoço, que o assunto já teria tomado proporções muito grandes e estava sendo dada atenção demais a quem não tinha importância<sup>62</sup>. Assim como nos anos anteriores, Mendez não obteve sucesso em sua luta contra o Interclubes e acabou sendo impedido de freqüentar os ambientes fechados, limitando-se a pular o Carnaval nas ruas.

O mesmo Carnaval preterido por Mendez era visto pela imprensa como de aspecto fraco, desinteressado e triste. Segundo os periódicos, a culpa do folião não ter a mesma empolgação e estar preferindo os espaços fechados às ruas, se devia unicamente à COC, que deixara de promover, mesmo com tantas promessas, as seguintes mudanças consideradas emergenciais: não promoção das retretas da semana pré; não fornecimento de boa ajuda financeira para as agremiações fazerem os ensaios nas ruas; não promoveram os desfiles de alegorias; não pediram o apoio dos proprietários de prédios para que iluminassem as fachadas dos mesmos (ficaram apenas na ideia); não indicaram à Prefeitura os principais locais carentes em iluminação; e, finalmente, deixaram as ruas sem música. Mesmo assim, o folião recifense sabia como desdobrar-se em alegria e fazer de seus quatro dias, momentos em que pudesse traduzir em sua plenitude seus sentimentos, seus anseios e pudesse colocar toda a energia no passo do frevo, no canto da marcha-regresso, no esforço da fantasia feita com todo esmero. Em números gerais, a diversidade encontrada no Carnaval do Recife ainda continuava, a exemplos de anos anteriores, a superar os problemas iminentes que se apresentavam de acordo com a ocasião estes foliões, brincantes entusiasmados pela magia carnavalesca e faziam de sua representação cultural uma referência da resistência ao avanço dos tempos.

O que tinha validade, mais uma vez em 1971, era a transformação do Carnaval do Recife no Reinado da Alegria. Na dança do tempo, os foliões, tal qual palhaços, mantiveram sorrisos espalhados pelas cidades durante não mais três e sim quatro dias que fizeram das ruas

---

<sup>62</sup> Acreditamos que as razões não expostas pelas páginas da imprensa, notadamente do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio se referem ao fato de Wilton Mendez ter acionado, ainda em 1969, a Justiça para permanecer no cargo de Rei Momo e freqüentar os ambientes dos clubes sociais do Recife. Embora o Rei Momo tenha agido de tal maneira na tentativa de manter sua integridade perante a sociedade, os representantes do Interclubes responderam de maneira efetiva na tentativa de abalar sua imagem. A COC, no entanto, não apoiou Mendez em nenhum instante, tendo, inclusive em 1969, eleito outro Rei Momo.

e dos clubes locais onde se começava a perceber com mais veemência as mudanças de padrões comportamentais daquela sociedade que ansiava pelo fim do Regime Militar, pela revogação do AI-5 como instrumento de coerção política e social, pela possibilidade de volta da Democracia Política e por um Carnaval sem tristezas e sem determinações. O brincante estava exausto de ser orientado ao ir para a folia, deixando de lado os amores, os flertes e algumas brincadeiras que costumavam dar o tom de sua manifestação. Tal qual o olhar da alegria de um palhaço, seria compreender que o espírito do folião resumia-se na seguinte marchinha, sucesso naquele ano:

Hoje é Carnaval  
 Palhaço, não chore  
 Nem brigue por amor  
 Hoje é Carnaval  
 Esquece o que passou

Entra no salão  
 E cai na multidão  
 Todos pulam, todos brincam  
 Com grande animação  
 Deixa a tristeza, palhaço  
 Arranja outro amor  
 Nesta vida tudo passa  
 Esquece o que passou.

Um fato interessante chamou a atenção neste ano: o protesto realizado pelos músicos em relação à contratação de companheiros seus de profissão vindos do Sul em detrimento dos serviços daqueles que foram formados e já tocavam na cidade. A partir do Sindicato dos Músicos e endossado (em parte) pelo Maestro Nelson Ferreira, o repúdio ganhou a página dos jornais como pode ser visto no Jornal do Commercio de 09 de fevereiro de 1971 (NELSON..., 1971). Apesar de o famoso maestro ir até a imprensa e afirmar que “o sol brilhava para todos”, dizia também que “não compreendia tal decisão” em se contratar músicos de fora, uma vez que para tocar o Frevo, os da cidade tinham uma formação bem mais direcionada em relação aos companheiros sulistas (NELSON..., 1971, p. 10). O diferencial salarial, grande empecilho para o embate dos músicos, era apenas uma das características a serem exploradas: antes de tudo, vinha a valorização da classe, o que não ocorria no Nordeste. Apesar de não registrar um fato em grandes proporções, esse embate musical começava a se transformar em uma constante e as autoridades ligadas à montagem da festa, distribuidoras de subsídios e contratante dos músicos pouco se mobilizou para provocar uma reviravolta na situação.

Cabe observar que 1971 apenas fez explodir em um sentimento ainda contido, (possivelmente por conta do Estado de Exceção no Brasil, por meio da legislação) uma gama de expressões e anseios que antes já existiam e eram explorados em outras expressões culturais pelo Brasil afora. *Woodstock* parece que tinha, desde as primeiras tentativas ainda em 1969, agora alcançado seu auge de liberdade dentro do Carnaval: a geração que prometeu ser jovem para sempre acabava por reinstaurar a festa de Momo como o Reino da Liberdade, da Libertinagem e a extinção dos Limites Psicológicos ditados pelos preconceitos políticos do dia a dia. O folião era ciente dos ingredientes que necessitava para dar o tom à festa e era este que estava vindo à tona a partir desse ano. Prometia-se para 1972 um Carnaval com êxtase muito maior, contudo, até que ponto essa alegria descomedida atravessaria o direto particular de cada folião, sobretudo daquele que não queria fazer parte da brincadeira, mas era nela incluído forçosamente? Como também, até que ponto essas explosões de liberdade seriam vistas e consideradas pelas autoridades como válidas dentro das determinações em se realizar uma festa segura e mantenedora de certos preceitos da moral pública? Estas eram questões que somente poderiam começar a ser respondidas no Carnaval de 1972.

#### **4.1.5 Carnaval de 1972**

“Antes, o Carnaval era a própria demonstração de uma alegria genuína. Hoje, as feras estão à flor da pele” (FERREIRA, 1972).

As palavras ditas pelo Maestro apresentavam as características que gradativamente vinham tomando de mão o Carnaval do Recife naqueles anos, de maneira sucinta: quem não quisesse brincar, ficava impossibilitado de sair de casa. A cada ano, o folião se apresentava menos nas ruas e mais nos clubes ante os excessos cometidos por aqueles que usavam produtos nocivos como: graxa, soda cáustica e outros para incrementar sua brincadeira. Essa negatividade não somente era aplicada ao folião recifense e pernambucano, mas também ao turista, que em relação a 1968, diminuiria sensivelmente sua vinda ao Carnaval Recifense por conta desses expoentes.

Temendo uma redução brusca de pessoas no Carnaval de Rua, as autoridades preocupavam-se com o que poderia ser feito para coibir tais atos dos foliões sem se importar se suas ações impediriam que a brincadeira se manifestasse em todas as suas nuances de acordo com as características empregadas a ela por aqueles brincantes em sua maioria

remanescentes da Geração *Woodstock*. Cabia então dar feições ao Carnaval de 1972 que não fossem transgressoras de uma ordem esperada e que trouxesse novamente à rua aquele folião que teria contido sua alegria graças aos atos lesos de alguns companheiros de festa.

Não obstante, em relação aos bastidores, a COC, mesmo extinta oficialmente (agora se chamando CPC) no Carnaval anterior, ainda continuava a comandar a montagem dos festejos pela cidade e já no início de fevereiro, por volta do dia 05, iria determinar quais as novidades para os desfilantes daquele ano. Entre regras novas e antigas, estava a proibição em realizar Evoluções e a presença de duas Comissões de Julgamento, contando com pessoas especializadas como folcloristas, músicos e estudiosos das Ciências Humanas; no mais, permaneciam as mesmas regras do ano passado, contando com a presença dos fiscais à paisana para observar como ocorriam os desfiles, podendo, dependendo do comportamento da agremiação, desclassificá-la ou não. No entanto, permanecia o cerceamento promovido pelas Delegacias de Costumes e Diversões Públicas.

Fichando os menores desfilantes (sobretudo dos grupos de Maracatus) e apresentando lista contendo os componentes, bem como seu registro, as agremiações davam assim o primeiro passo na direção de receber das autoridades o aval para a realização de seus tradicionais bailes e desfiles. Em relação ao mela-mela, aplicara-se a proibição do ano anterior, com agravo sendo respondido diante do Código Penal Brasileiro, artigo 236 (BRASIL, 2009), sendo o Corso novamente a manifestação a ser observada com maior cautela no sentido de apresentar os principais expoentes para a realização das práticas consideradas abusivas durante as festividades momescas. Automaticamente, reiterava-se a proibição ao lança-perfume, aos trajes atentatórios à moral pública, bem como o uso indevido de qualquer material que provocasse o distúrbio da ordem. Essa atitude pode ser compreendida graças à resistência foliã, que usou os trajes proibidos nas ruas e em alguns clubes, evitando tumultos e dedicando-se à brincar, apenas.

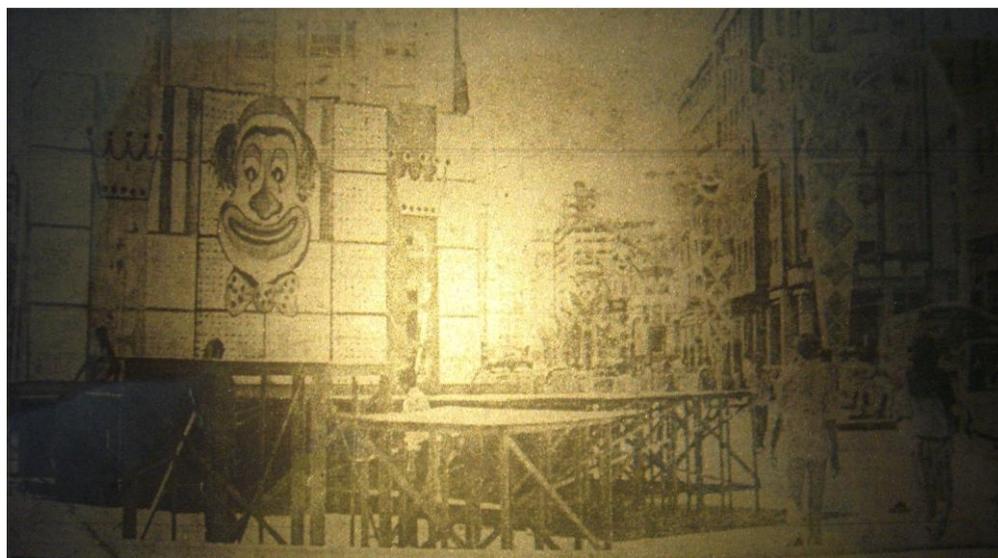
O Vôo do Frevo continuava trazendo grandes exemplares da cultura nacional para apreciar o Carnaval Recifense: em seu quarto ano de sucesso, estavam no Recife para observar a abertura oficial das festas em ocasião da realização do Baile Municipal o compositor Taiguara, o artista Carlos Imperial, a jornalista Maria Raja Gabaglia, além de Lício Araújo e Zacarias do Rêgo Monteiro. Na contramão, conforme os artistas desciam do avião, uma nova Portaria Municipal era adotada para buscar a regulamentação das festas de Momo e a garantia de que a liberdade descarregada do último ano seria limitada através de

atitudes impostas pelas autoridades, já que a maioria dos brincantes mais exaltados, não se importava com as proibições que poderiam sofrer.

Contudo o discurso empregado pelas autoridades era, aos olhos da imprensa, realmente transmissor de uma segurança não percebida nos anos anteriores. Era possível perceber pelas palavras do Secretário de Segurança Pública, o coronel Egmont Bastos Gonçalves, que o discurso era “sereno, tranquilo, sem ameaças tornitroantes, mas denotando uma imperturbável energia” (GONÇALVES apud CARNAVAL..., 1972d, p. 2). Colaborava para que esse pensamento desse certo as palavras deste periódico, que observava nas iniciativas adotadas pelo Estado uma forma de garantir um Carnaval mais tranquilo apenas não retirando, contudo, o espaço de manifestação da alegria brincante. No entanto, é preciso perceber que no Carnaval não podem ser excluídos da visão de folião aqueles membros que realizavam brincadeiras com mais libertinagem, com maior exaltação: na lei da diversão própria do sentido da festa de Momo, todos os brincantes estavam situados entre a expressão calma, familiar nas ruas e nos clubes e no folião que usava de vários artifícios, fossem permitidos ou não, indo desde o uso de material nocivo à saúde aos trajes que representavam a moda de um período e não necessariamente um desafio ao sistema em vigor para sua diversão; em termos gerais, estas duas parcelas, apesar de parecerem intransitivas, se completavam para dar sentido à festa. Em relação às proibições, estavam mantidas aquelas dirigidas aos menores, sobretudo a partir de sua circulação em locais como boates e ruas após as vinte horas além do uso de trajes como tangas e biquínis por estes. Um apelo ainda foi feito pelo coronel Egmont aos pais: que evitassem por parte de seus filhos o uso de bisnagas com água e outros produtos a fim de evitar problemas maiores.

Uma das grandes intervenções feitas pela polícia também fez referência, como em 1971, a lojas pela cidade que vendiam camisas com dizeres imorais. O Diário da Manhã de 11 de fevereiro de 1972, periódico que trouxe a notícia, não foi claro em relação ao conteúdo exposto pela mesma, mas informou que, assim como na apreensão feita pela Delegacia de Costumes das camisas Jesus Cristo, eu estou aqui no ano anterior, o material estava circulando no comércio. Recolhido, o mesmo ficou detido e o estabelecimento comercial advertido que, em caso de reincidência, seria autuado nos trâmites legais (POLÍCIA..., 1972). É importante lembrar que os grupos mais inconformados com os dizeres da Portaria Municipal usavam artifícios como camisas com dizeres polêmicos para exhibir a liberdade ensejada pelo Carnaval, de modo que as autoridades fossem alertadas do sentido de sua ação.

Deste modo, percorrendo por outros caminhos para a tecedura da festa, a discussão passava a ser feita em relação à decoração da cidade. O prefeito Augusto Lucena investiu uma boa soma em verbas para deixar a cidade pronta para o reinado de Momo de modo que palanques, colunas com temas carnavalescos e reproduções em tamanho ampliado de passistas foram espalhados pelo centro da cidade. A novidade ficava por conta da instalação de oito grandes estandartes representando agremiações tradicionais do Carnaval do Recife espalhadas ao longo da Avenida Conde da Boa Vista; já na Avenida Guararapes e Ruas Nova e Imperial, os temas eram voltados a palhaços e lampiões que foram pendurados nos postes, havendo ainda a presença das tradicionais arquibancadas para aquele folião que desejasse acompanhar o desfile oficial das agremiações organizado pela COC. A decoração não havia, mais uma vez, deixado a desejar. Houve um investimento no sentido de atrair novamente o folião para as ruas em grandes quantidades e mostrar que aquilo que reinava no Carnaval do Recife era a descontração, o entrelaçar dos sentimentos, a festa da celebração de uma alegria aguardada durante 360 dias. Em resumo, a decoração havia sido pensada no sentido de denotar ao Carnaval de Rua um retorno ao momento em que segurança e brincadeira pudessem caminhar lado a lado.



**Foto 19** - A decoração de 1972 tinha como objetivo reaproximar os foliões do Carnaval de Rua.  
**Fonte:** Jornal do Commercio, 08 de fevereiro de 1972. Acervo APEJE, Recife/PE.

Preparadas então as características da folia, o recifense aguardava ansiosamente para deixar de lado as posturas, a rigidez dos códigos legislativos do período Médici e cair nas ruas e nos clubes em busca do Frevo, da animação e da musicalidade que fazia o corpo iniciar um movimento que começava no Sábado Gordo e somente terminaria na Quarta Ingrata.

Separando seu tênis velho, sua roupa mais surrada, a pintura no rosto, a bisnaga com água ou o talco, usando o lança-perfume ou apenas confete e serpentina, o espírito de Momo tomava conta da cidade. Ao que tudo parecia realmente 1972 apresentava perspectivas de ressurreição da confiança abalada com os eventos provocados nos últimos dois anos pelos excessos cometidos por alguns foliões mais estabados nas ruas, uma vez que não havia um acesso tão amplo a estes nos clubes da cidade, onde apenas brincavam convidados e sócios.

A prova maior da restauração dessa confiança na brincadeira de rua vem com o enfraquecimento do Corso. Duas razões podem ser apontadas para que isso tenha acontecido: a primeira refere-se ao policiamento, bastante rigoroso e precavendo-se dos tipos de brincadeiras manifestadas durante o desfile; a segunda, a proibição oficial ao mela-mela, que se fez cumprir e acabou por, tirarem a espontaneidade daqueles que, em carros sem capotas, se dirigiam ao centro da cidade. Dessa forma, o que pode ser percebido foi uma mudança não somente no evento, mas no espírito do folião: à altura das 22 horas, ponto alto do Corso, os foliões estacionaram os carros no acostamento da Avenida Conde da Boa Vista e apreciaram a decoração e o desfile de algumas agremiações que por ali passaram, entoando um ar de tranqüilidade diante da prática carnavalesca mais vigiada pela polícia nos Anos de Chumbo.

Assim, neste Carnaval de 1972, o que se observou foi uma grande tranqüilidade em relação ao embate foliões *versus* autoridades. Enquanto achava-se que as palavras do Secretário de Segurança novamente cairiam no descaso, no deboche característico da brincadeira foliã, o que pode ser visto foi o cumprimento da legislação e a conotação de Carnaval Tranquilo sendo pautada pelos valores dos poderes e não predominantemente pela alegria e espontaneidade dos foliões. A imagem transpassada pela polícia para a imprensa foi a de segurança em seu planejamento para a festa, investida de maneira bem feita e a realização de um trabalho eficiente feito em conjunto no sentido de conter os excessos presentes em 1970 e 1971. Assim, as autoridades retomariam o controle da situação e exibiriam sua verdadeira visão sobre o Carnaval, estabelecendo novos caminhos para que o folião pudesse brincar. Longe do discurso estava o impedimento em deixar extravasar seus sentimentos, em fazer das festividades de Momo um evento monótono e sem qualidade, mas as ações da polícia acabaram por tirar grande parte da alegria do folião, que desejava brincar da maneira que lhe apresentasse maior conveniência (mesmo que essa fosse pautada em grande parte pelos excessos). Nas linhas registradas pela imprensa, seria reconhecer que:

Sem violência, sem desmandos, sem prepotência, mas, com vigilante energia, os asseguradores da ordem, do respeito e da tranqüilidade da família recifense

transformaram os antigos carnavais de lama, de pó, de graxa, de imundície e de cáusticos, num carnaval de gente compreensiva que se aproveitou da liberdade e da contagiante alegria do tríduo de Momo, para realmente se divertir, sem a brutal agressividade do passado (CARNAVAL..., 1972d, p. 2).

Justificando a postura e elogiando exaustivamente a ação policial, o periódico referendava as ações como necessidades buscadas pelos apelos da Família Pernambucana que já se encontrava cansada daquelas práticas abusivas de alguns brincantes. Contudo, o trabalho da polícia foi intenso, mesmo com o folião respeitando o código de posturas municipais.

Em relação à Semana Pré, esta tinha sido um completo fracasso. Havia uma saída maciça de foliões do Recife em direção à Bahia para apreciar o arrastão dos blocos na orla de Salvador, enquanto no Recife as luzes do Carnaval permaneciam apagadas, os sistemas de alto falante tocavam músicas que eram sucessos em 1960 mas retrocediam ainda mais os anos (voltando às décadas de 1940 e 1950), além das propagandas incessantes que eram pronunciadas. Uma melancolia tomou a Conde da Boa Vista, a Dantas Barreto, a Avenida Guararapes e a Rua da Aurora, pontos altos da folia encontravam-se agora mergulhados em uma tristeza ímpar pela ausência do Corso como em anos anteriores graças à ação das autoridades. A culpa por esse estado de transe foi transferida, porém, para a COC, grande responsável pela desanimação de pontos de alta concentração dos foliões como a Pracinha do Diário, que de Quartel General do Frevo parecia na verdade um Cemitério da Alegria Foliã.

A falta de divulgação musical tirou do Recife neste ano, trocando o Melhor Carnaval do Brasil pelo de Alagoas, o Maestro Nelson Ferreira. Apesar do sucesso dos maestros nos bailes da cidade, como foi o caso de Ed Maciel, Ferreira denunciava a falta de apoio dada às músicas compostas para aquele ano, inclusive tendo duas de suas composições sido pouquíssimo divulgadas, o que aos poucos estava monopolizando cada vez mais o Carnaval do Recife nas mãos de uma entidade – a COC. Parte dessa mudança pode ser percebida pelo embate iniciado no ano anterior nos bailes da cidade, onde o Frevo e o Samba dividiam o palco e a preferência do folião e como dizia Renato Carneiro Campos em sua coluna: “de nada adiantava as reclamações dos guardiões da pureza folclórica”, pois quem escolhia o ritmo de sucesso, em última instância, era o povo (CAMPOS, 1972, p. 5).

Dois discursos, duas verdades intransitivas – entre a tristeza e a melancolia da Semana Pré e a alegria comportada que tomou o Carnaval nas semanas que se seguiram, onde o recifense brincou dentro da lei e passou a entender qual o verdadeiro sentido do Carnaval de acordo com as autoridades, entendemos que há um desencontro na transmissão das

informações, uma vez que as ações traçadas tanto para a Semana Pré como para os quatro dias eram as mesmas e então os promotores do Carnaval e as forças ostensivas deveriam ter agido numa constante até o fim da brincadeira, tendo 1972 sido um Carnaval tomado pela melancolia, pelo aumento da quantidade de foliões cabisbaixos, contidos e, na contramão, pela diminuição no número de ocorrências registrados no Bloco do O quê que eu vou dizer lá em casa. O verdadeiro sentido da festa, para boa parte dos foliões, não foi cumprida: fosse por negligência da COC, fosse por conta da ação policial ostensiva, o sentido do Carnaval teria sido interrompido, em parte, pelas mãos arrebatadoras do Estado de Exceção.

Por outro lado, observamos que havia uma intencionalidade pela catarse coletiva travestida no riso, no canto e na dança a fim de representar uma festa intensa em sentimentos que não necessitavam da repressão policial para denotar o significado desta. No entanto, para as agremiações como clubes, maracatus, caboclinhos, ursos e outros, o Carnaval a cada ano que passava representava uma descaracterização preocupante, sobretudo por conta do repasse desigual de verbas. Se havia em 1972 uma preocupação no sentido de coibir excessos para refazer o perfil do Carnaval de Rua, que perdia cada vez mais espaço para os clubes, os mesmos esforços não pareceram ser direcionados para ajudar agremiações tradicionais da festa no Recife e que necessitavam de uma atenção maior.

Todavia, essas agremiações teriam uma boa notícia neste Carnaval: não mais pagariam as tradicionais taxas à Segurança Pública, como teria sido informado ainda no mês de janeiro do referido ano. Taxa paga há alguns anos, esta servia para a Segurança Pública cumprir com os honorários dos plantões policiais realizados durante a festa, porém, de sobremaneira, o general Genivaldo de Gouveia baixou ato determinando que fossem suspensas as cobranças devido ao motivo de que as agremiações eram a alegria do povo e não poderiam correr o risco de não desfilar, descaracterizando uma parte elementar do Carnaval Recifense – ao contrário, deveriam ser estimulados a realizar uma festa mais colorida, mais participativa e os poderes existiam exatamente para garantir a animação e a ordem do público folião e não reprimir suas práticas. Porém este era um discurso demagógico, uma vez que já haviam sido alteradas as características do Corso em nome da ordem.

Um fato curioso, não obstante, merece destaque ainda nos bastidores do Carnaval de 1972: eleito pela sétima vez Rei Momo do Recife, o polêmico Wilton Mendez decidiu não enfrentar nenhum embate jurídico ou de qualquer outra natureza com o Interclubes. Declarou que sua folia seria exclusivamente nas ruas, cumprindo o roteiro de quatro dias nos principais focos de animação, respeitando o sentimento de alegria da festa. Recebera do

Prefeito Augusto Lucena as chaves da cidade para abrir oficialmente o Carnaval 1972 na Praça do Diário na noite do dia 12, Sábado de Zé Pereira, tendo antes desfilado durante o dia de lancha no Rio Capibaribe exibindo sua imagem folclórica e polêmica ao povo brincante do Recife. Já em relação a Lucena, esperançoso de obter um Carnaval de sucesso, este disse no palanque oficial as seguintes palavras a respeito do espírito para a festa daquele ano: “[...] É com satisfação que vejo renascer o Carnaval de Pernambuco, que pouco a pouco vinha perdendo suas características de melhor festa de rua. O meu prazer é maior ainda quando vejo o povo acompanhar e encher as ruas nesse momento solene de abertura do Carnaval [...]” (LUCENA..., 1972, p. 1).

Em relação às autoridades, enquanto o Governador Eraldo Gueiros informava que este ano não veria o Carnaval, pois estaria recolhido em repouso na cidade de Garanhuns, o Prefeito Augusto Lucena não teria o mesmo destino: sua agenda estava repleta de compromissos carnavalescos, estando presente nos principais expoentes da festa de rua e dos clubes como o Baile Municipal. Exibindo dois lados das autoridades, os Anos de Chumbo revelam uma hierarquia própria da Casa Militar onde as representações de maior escalão não poderiam exibir suas imagens em demasia perante o risco de sofrer desgaste das mesmas. Levando-se em consideração que estas precisavam ser preservadas, a atitude do Governador pode ser entendida como uma estratégia de colocar-se acima do Prefeito também no tocante à sua personalidade de estadista da Ditadura, o que não ocorria com outras personalidades que passaram pelos quadros legislativos do Estado e da cidade do Recife, como o ex-governador Nilo Coelho e o ex-prefeito do Recife, Geraldo Magalhães.



**Foto 20** - Geraldo Magalhães (à direita, de óculos) apresentando-se enquanto

grande folião.

**Fonte:** Jornal do Commercio, 16 de fevereiro de 1972. Acervo APEJE, Recife/PE.

Mesmo após tantas advertências e ter considerado o Carnaval tranqüilo, o discurso contido nas páginas dos periódicos começa a revelar algumas ambigüidades entre as práticas dos foliões presentes nas ruas em 1972. Ratificando a máxima de que em toda regra, há exceções, alguns brincantes realizaram o mela-mela em frente ao Bar Savoy com talco, batom e cerveja, tendo como alvo mulheres e moças, que não esboçaram reação de repúdio à brincadeira, portanto, não precisando de uma intervenção direta das forças policiais. Em outro ponto extremo do centro, menores foram recolhidos pela Delegacia de Menores por estarem portando bisnagas e promovendo uma verdadeira guerra de água com quem passasse por eles. Até mesmo o já citado colunista do Diário da Manhã, Clóvis Menezes, foi vítima da brincadeira quando voltara do Clube Internacional em uma de suas tantas aparições em bailes de Carnaval naquele ano. Citou em sua coluna que bastou a chuva aparecer na quinta-feira a noite, abraçando o Recife com suas águas intensas que a Polícia dispersou seu contingente que ficava concentrado no trecho entre a Rua da Soledade e a Rua do Hospício, no cruzamento com a Avenida Conde da Boa Vista. Os foliões exaltados aproveitaram a ocasião para espalhar lama, água das galerias e outros produtos sobre as pessoas que por ali também passavam naquele momento, sendo o jornalista uma das vítimas dessa entrudança (MENEZES, 1972).

Em resumo, o que se viu nas ruas foi uma grande desocupação destas, durante o período matutino por parte do folião, que preferia se reunir a noite na esperança de encontrar alguma motivação para brincar com bastante alegria, ao som das marchinhas entoadas pelo sistema de som, mas que não tiveram muito sucesso: o planejamento inicial de recuperar a alegria e a intensidade do Carnaval de Rua naquele ano de 1972, acabou não sendo bem sucedido. Ainda assim, a imprensa registrou que, em números gerais, a presença foliã nas ruas foi maior do que no ano anterior (1971), porém a empolgação ficou a caráter de alguns poucos grupos, geralmente de amigos que se confraternizavam nas calçadas ou corriam euforicamente pelas ruas, despertando os olhares atentos das demais pessoas.

Boa parte dos foliões concordava com o fim do mela-mela, mas julgava, ao mesmo passo, exagerada demais a retirada do talco, o que dava a entender que esse sentimento sofreria uma dose de nostalgia para o ano de 1973 e, mesmo sendo uma reclamação constante de grande parte dos foliões de rua, sabia-se que o mela-mela não poderia ser extinto, pois era

parte integrante das calçadas, do Corso e da personalidade de muitos que brincavam nestas em busca da liberação, da alegria, da confraternização sentimental que era o Carnaval.

#### **4.1.6 Carnaval de 1973**

O Carnaval de 1973 começou, na verdade, a ser pensado ainda em 1972. Acreditavam as entidades envolvidas com a festa que, se planejado assim que as festividades do ano corrente terminassem, os próximos Dias Gordos teriam maiores chances de evitar constrangimentos que, aparentemente pequenos, acabavam por causar transtornos desnecessários. Por isso, durante o mês de agosto, reuniões e materiais produzidos com intuito publicitário pela Emetur circularam nos principais pólos turísticos Brasil afora promovendo a beleza e a diversidade próprias do Carnaval Recifense que não seriam encontradas com as mesmas nuances em outros lugares. Naquele ano, Recife disputava com Rio de Janeiro e Salvador o posto de Carnaval mais animado do Brasil, segundo informava a Embratur e era considerado, em termos de frequência e duração, o terceiro entre eles. Desejando modificar este quadro, embora o Carnaval naquele ano estivesse marcado para a primeira semana do mês de Março, as autoridades ligadas à promoção dos festejos e, em especial, os foliões, mais ansiosos ainda pela festa (pois tinham que aguardar um mês a mais que o habitual) tinham boas perspectivas para a realização da celebração momesca.

“Um carnaval sem a efetiva participação do povo, perde a sua finalidade como festa de caráter eminentemente popular” (ALFREDO..., 1973, p. 5). As palavras do recém-nomeado presidente da CPC<sup>63</sup>, Alfredo de Oliveira, davam uma idéia do que seria o Carnaval daquele ano: orquestras nas ruas, maior difusão do Frevo e tentativa de promover uma maior integração do Carnaval de Rua, que andava abalado por razões citadas nos anos de 1971 e 1972 (ALFREDO..., 1973).

---

<sup>63</sup> A COC estava, oficialmente, extinta a partir do Carnaval de 1973 e a transição para a nova Comissão Promotora das festividades foi feita em solenidade pelo Prefeito Augusto Lucena, que nomeou Alfredo de Oliveira o primeiro presidente da nova entidade responsável pelos festejos de Momo.

Assim, dentre as novas metas previstas pela CPC, estava uma maior integração das ruas do centro, concentrando o desfile das agremiações e o Corso no centro da cidade de modo que não apenas um trajeto pré-determinado, mas as principais ruas fossem contempladas com o exibicionismo das manifestações contidas nesses exemplares do Carnaval Recifense. Ao mesmo passo, o Carnaval ganhava uma tonalidade diferenciada ao passar a homenagear personalidades que fizeram história na festa, tendo o Carnaval de 1973 sido organizado sobre o nome do maestro Nelson Ferreira. A idéia principal da CPC era atrair as atenções dos subúrbios novamente para o centro da cidade, onde se concentrava a maior diversidade de foliões do Recife e, ao mesmo tempo, contar com a colaboração da imprensa rádio televisiva e os jornais no sentido de promover os eventos organizados por aquela entidade<sup>64</sup>.

No entanto, alheio a essa preocupação, a grande atração nos espaços fechados era a promoção do I Baile da Saudade. Na intenção de relembrar os antigos carnavais, sobretudo das décadas de 1940 e 1950, o baile prometia atrativos interessante em relação aos tradicionais *Bal-Masqué* e Municipal: idealizado pelo jornalista Leonardo Dantas Silva, do Jornal do Commercio, em parceria com o Clube Português e o Clube dos Oficiais da Polícia Militar, este prometia ser um baile, ao mesmo tempo de época e liberal ao tempo em que se vivia. O traje oficial era o mesmo dos grandes bailes da cidade, mas não havendo como usá-lo no dia, uma camiseta branca social e a gravata borboleta garantiam a entrada dos convidados. O sentido deste baile era a realização do desejo dos mais antigos que observavam as mudanças e permanências do Carnaval de Chumbo e clamavam por uma volta de antigas práticas da folia, contemplando um retorno à juventude através de musicalidade e dança, além da decoração ambiente. Visto como grande atração da Semana Pré, foi considerado pelo colunista Clóvis Menezes uma forma de “salvar o Carnaval”, uma vez que nas ruas reinava a desordem e a baderna e, “se não fossem os clubes sociais, o Carnaval já teria sido extinto há muito tempo” (MENEZES, 1973, p. 3).

Acima das razões e exageros que pudessem confirmar ou desfazer as palavras do jornalista em questão, o Carnaval do Baile da Saudade misturou velhos e novos hábitos em uma só festa. Seria pretensioso demais imaginar que os costumes do tempo presente não se misturariam ao tempo passado, envolvendo os ares da festa e direcionando um conjunto de práticas que se entrecruzam para delimitar o espaço amostral do folião recifense dos clubes.

---

<sup>64</sup> Existia uma preocupação efetiva a partir de 1973 para promover enquanto elemento turístico o Carnaval do Recife. Algumas expressões praticadas em anos anteriores como o Vôo do Frevo eram apenas pequenas diante das ações planejadas para este ano e os dois próximos. Apesar do Canal 2 já realizar importantes coberturas como o Concurso de Marchinhas da Prefeitura e os principais bailes dos grandes clubes da cidade.

Apesar de a tônica ser uma temática voltada ao saudosismo, a promoção foi digna de elogios por parte da imprensa, mesmo não contando com grandes atrações em seu primeiro ano de execução. O próprio idealizador cita que as despesas eram condizentes com os ganhos, não deixando lucros (informação verbal)<sup>65</sup>.

As subvenções pagas às agremiações, assunto por demais discutido quanto ao sentido que davam ao Carnaval no período em tela, receberam uma maior atenção por parte da CPC. Os valores seriam pagos corretamente e nas datas pré-estabelecidas, no entanto, os desfilantes precisavam, a exemplo do que ocorreu no ano anterior, assinar termo de compromisso comprometendo-se a realizar o Carnaval de Rua uma vez que recebessem o recurso, destinado à montagem de seus temas e demais despesas (apesar deste ser muitas vezes insuficiente para tal). Uma investigação foi feita na intenção de descobrir se em 1972 alguma agremiação descumpriu a norma e, caso encontrado determinado exemplar, este automaticamente estaria excluído da lista das agremiações contempladas.

Outras duas novidades promovidas pela CPC também diziam respeito ao Carnaval de Rua: a primeira dizia respeito ao lançamento de um edital para que fossem escolhidos técnicos que iriam implantar o sistema de som das festividades, com intervalos de um minuto para propaganda publicitária, mas na intenção de promover uma valorização dos compositores pernambucanos. Já a segunda ficou por conta da implantação de um Box da Emetur no Aeroporto dos Guararapes na intenção de orientar melhor o turista sobre o Carnaval Recifense, de modo que podemos entender o início de um incentivo maciço de cunho voltado para a Indústria Cultural propriamente dita já a partir deste ano (MICELI, 1984).

Mudando os olhares, as autoridades policiais promoveram na primeira dezena do mês de fevereiro reunião junto aos presidentes dos principais clubes no objetivo de traçar o planejamento para a realização do policiamento ostensivo naquele ano. Aproveitando os elogios ouvidos e transcritos nas páginas dos periódicos desde o ano anterior, o coronel Egmont Bastos Gonçalves tinha poucas exigências a serem feitas: a proibição de substâncias entorpecentes como a maconha e o lança-perfume, o cuidado com os trajes imorais e a não permissão da entrada de menores nos bailes noturnos (mesmo acompanhados) e da venda de bebida alcoólica a estes. As ações seriam as mesmas que já haviam sido bem sucedidas no ano anterior e o coronel Egmont esperava que a população relembresse de como foi importante para o turismo e para as tantas famílias que brincavam nas ruas aquelas posturas assumidas no ano de 1972, quando o mela-mela teve uma redução significativa em suas práticas pelo centro

---

<sup>65</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 10 de março de 2010.

da cidade. Seria errôneo afirmar que a Polícia, mediante atitudes frisadas, aboliu a entruandança do Carnaval já em 1972, pois como bem visto, alguns grupos fizeram questão de desafiar a determinação da Portaria e encarar as conseqüências. Em 1973, as coisas não seriam diferentes e daí a importância em reafirmar o discurso da proibição, da ordem a qualquer custo e da tentativa de conduzir a brincadeira pelas ações do Estado, pois a Portaria nº 88/73 SS, dispondo de pouquíssimas ressalvas, estava pronta e apenas precisando ser executada.

Sabendo que suas ações bem realizadas eram uma garantia a mais para a volta maciça do turista à cidade para observar/brincar o Carnaval de Rua, a Polícia não mediu esforços no sentido de educar os foliões. Recuperar a presença do turista era uma prerrogativa *sine qua non* para as autoridades, pois dizeres como aqueles contidos nas páginas do Jornal do Commercio de 06 de fevereiro de 1973 não deveriam ser vistos novamente em prol do crescimento da organização da festa de Momo nas ruas:

[...] O carnaval de 1972 pode ser considerado como o início do amortecimento das exteriorizações incivilizadas responsáveis até hoje pela fuga de turistas durante o período em que se presta tributo ao rei Momo.  
Não há turista no mundo, ou melhor, não havia turista no mundo que pudesse suportar a violência que começou no Corso e se propagou a todas as ruas da cidade quando qualquer pessoa achava que tinha o direito de, no mínimo, dar banho e sujar com graxa os transeunte (CARNAVAL..., 1973b, p. 5).

Em relação à postura assumida pela imprensa sobre o assunto segurança, em 1973 reiterava-se o apoio dado às decisões tomadas pelo Secretário em prol da continuidade de adoção das portarias específicas que diziam respeito a aspectos envolvendo as festividades. Neste caso, novamente o Jornal do Commercio do dia 08 de fevereiro de 1973, é um dos exemplos que ilustram a passagem: “[...] É louvável que as autoridades perseverem nas boas providências tomadas no ano passado para que o Carnaval do Recife volte a gozar do prestígio perdido na poeira dos tempos” (CARNAVAL..., 1973a, p. 5).

Contudo, uma posição mais veemente e contrária ao que pregavam as autoridades foi assumida a partir de uma declaração dada pelo vereador do Recife, Josué Pinto, de que o talco, os banhos de água e o batom deveriam voltar a fazer parte dos itens usados pela brincadeira de rua, ou seja, uma autoridade ligada ao Poder Legislativo defendia a permanência do mela-mela, ainda que estivesse encampando essa bandeira nos subúrbios, especificamente em Casa Amarela. Alegava o parlamentar que, em nome da liberdade e da civilidade, não havia lei específica que tivesse argumentos suficientes para o impedimento ao uso de produtos de perfumaria nas manifestações de rua, de modo que nem mesmo a

Constituição tratava de assuntos como Ciclos Culturais a exemplo do Carnaval. Todavia, o periódico *Diário da Manhã*, no dia 10 de fevereiro, ilustrara que não havia necessidade da Constituição abordar determinados assuntos banais e irrelevantes – reiterando que o Secretário tinha total autonomia para assumir uma postura contrária em nome da ordem. Transitando entre a defesa da tradição e o retorno ao excesso, mas com ressalvas (mal vistas pelos que delas sofreram punições), dizia: “Comandarei o carnaval de Casa Amarela este ano, fazendo-o mais animado de todos os carnavais recifenses, desde que, irreversivelmente, iremos usar talco, batom, rouge, água e outros produtos de perfumaria desde que, desse modo, procuraremos manter a mais expressiva tradição dos folguedos momescos” (PINTO apud VEREADOR..., 1973, p. 1).

No mesmo discurso, encontrou-se uma sentença antitética: o vereador defende a prisão dos que cometerem abusos em relação ao mela-mela, inclusive ele mesmo estaria entregando os foliões mal comportados aos delegados. A nosso ver, uma vez que essa orientação já era empregada pelas autoridades, não havia necessidade de uma sessão solene na Câmara ser tomada por este tipo de discurso, pois as próprias forças policiais se encarregavam de esclarecer o folião das determinações contidas em lei específica semanas antes das festividades estarem na rua a todo vapor. Circulando entre dois discursos controversos e intransitivos – o do Estado e o do folião – o vereador deixou-se incorrer em um erro que envolvia os espaços de fala daqueles que não entendiam claramente dos aspectos ligados ao planeta carnaval: defender posturas de um grupo do qual não se faz parte ou não se tem contato e nem ao menos se sabe das ordenações em vigor. Se realmente existia um interesse em retornar a entrudança para as ruas do Recife, passando por cima das determinações da SSP, então que fosse uma prática estendida a todos os pólos de diversão da cidade, não restringindo a uma brincadeira em especial por conta da presença deste parlamentar, pois o mesmo não seria impedimento para que os foliões pusessem em prática suas expressões culturais.

Uma boa notícia seria registrada em relação a mais uma ação da CPC: a iluminação pública durante o Carnaval. Planejando uma cidade bastante iluminada, onde o folião pudesse ficar à vontade para brincar até altas horas da madrugada, cerca de trezentas “gambiarras” foram instaladas nas principais avenidas do centro e ruas anexas, de modo que não somente a brincadeira estaria facilitada, como igualmente o trabalho ostensivo das forças da Rádio Patrulha e demais policiais que realizariam as ações de cautela da festa. Contudo, apesar de não levar em consideração nos anos anteriores se as ações policiais feriam os direitos e a

brincadeira dos foliões, a partir da segunda quinzena de fevereiro, os jornalistas começaram a apresentar certo desconforto em relação à rigidez por estes empregadas.

Enfatizando a importância da polícia em conservar a ostensividade, que já lhes parecia de bom tamanho para definir o que seria normal na brincadeira e o que poderia ser considerado excesso, os jornalistas acusavam ações repressivas da polícia em relação à atitudes que nada tinham de ameaçadoras ou perigosas por parte dos brincantes, como por exemplo: a remoção das placas dos carros nos desfiles do Corso, a retirada da capota e das portas, a colocação de materiais nas janelas dos mesmos carros (desde que o rosto do motorista ficasse identificável) e a brincadeira com água estavam na ordem da vez quando a questão era patrulhar as ações dos foliões. Os três mil e quinhentos policiais designados para ocupar os focos de folia começaram a tratar com arbitrariedade suas posturas militares, exercendo apreensões e abordagens de maneira grosseira e até mesmo constrangedoras aos brincantes, que naturalmente sentiam-se pouco a vontade para sair às ruas e brincar (UMA INJUSTIÇA, 1973). Entendemos que essas ações são reflexos de uma doutrinação e um treinamento extremamente rigorosos recebidos pelos policiais quando durante o curso de formação nos quartéis da PMPE, uma vez que, como citado no capítulo anterior, as forças policiais seguiam as mesmas instruções normativas em relação a comportamento e funções designadas para os soldados presentes nas Forças Armadas.

O fato é que o policiamento realmente precisava justificar o sucesso de suas ações no ano anterior e essa intensificação no tratamento dado ao folião, por mais que parecesse aos olhos dos civis exagerado, para os militares fazia parte de uma complexa rede preventiva que necessitava ser aplicada em prol da ordem. Distanciar-se do objetivo de observar, cercear e notificar (fosse ostensivamente ou repressivamente) o folião era uma forma de manter a polícia no estilo de segurança desejado pela população em outros carnavais, mas que não havia ocorrido por diversos motivos, os quais se podem imaginar alguns como: má distribuição no número de oficiais nos focos de folia, treinamento inadequado em relação ao tratamento de problemas com o folião (que não deveria ser tratado da mesma forma que um bandido), melhor discernimento para atuar nos casos de agitação social, entre outros.

Acima de qualquer problema em relação ao policiamento apresentado já na Semana Pré, a cidade se vestia para a festa de Momo de um jeito bem especial: o tema retrô era a principal atração da decoração das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto, então com novos caminhos abertos para os desfiles das agremiações acelerado pelas obras urbanísticas modernizadoras do Prefeito Augusto Lucena. O centro era um verdadeiro canteiro de obras

naquele ano e as empreiteiras apressavam ao máximo a conclusão das etapas de pavimentação e iluminação para que tudo estivesse pronto antes do das festas.

O Prefeito fazia questão de, pessoalmente, acompanhar tudo de perto, desde a colocação do calçamento de pedras até a suspensão de palhaços, borboletas, passistas de sombrinhas e vestidos longos, foliões de cartola e fraque representando as músicas do maestro Nelson Ferreira todos feitos em papel machê, plásticos multicoloridos, lâmpadas e espelhos, pois à noite, ao serem iluminadas, as figuras ganhavam destaque especial por reluzir a beleza das festas de Momo. Pela primeira vez, o planejamento da decoração tinha realmente saído como a encomenda durante aqueles Carnavais da década de 1970 e o sucesso pode ser justificado mesmo pela importância dada em transformar o Carnaval em uma festa para homenagear alguma personalidade a ele ligada – com justiça, Nelson Ferreira, primeiro homenageado da história do Carnaval do Recife, merecia tal prerrogativa pela luta e empenho em divulgar não somente o Frevo, mas os ritmos que davam o tom ao Carnaval de Pernambuco fora do estado, além das mais de duzentas composições que abarcavam seu repertório musical estando a maioria delas nos gostos dos brincantes.



**Foto 21** - Decoração do Carnaval no centro do Recife.  
**Fonte:** Diário de Pernambuco, 03 de março de 1973, Capa.

Não fugindo ao espírito da festa, os políticos também exerciam suas programações, passando, normalmente, pelos bailes dos grandes clubes e por alguns clubes menores, de subúrbios, como já se processava em anos anteriores. O Governador Eraldo Gueiros era mais reservado, participando apenas da abertura oficial, do Corso e recolhendo-se ao descanso; já o prefeito Augusto Lucena estava em diversos locais durante os dias de folia, pois já havia se apresentado enquanto autêntico folião e, neste caso, exercia dupla função: ao passo que se divertia juntamente com a primeira-dama, D. Yeda Lucena, observava se as ações da CPC estavam realmente cumprindo a pauta determinada em reunião para a garantia de sucesso da festa, embora esta dependesse muito mais do espírito daquele folião que frequentava os principais ambientes promotores da festa, dando o tom e o sentido real do que deveria ser a festa.

Porém, o mesmo Diário da Manhã em 07 de março de 1973 trouxe em manchete de capa a dificuldade em se reerguer a grandiosidade do Carnaval de Rua e dos Clubes (que havia caído drasticamente naquele ano). A arbitrariedade policial, a Portaria Municipal sendo cumprida a risca e a falta de condições financeiras de muitas agremiações (mesmo com o recebimento correto da subvenção, mas por acúmulos de dívidas em relação a anos anteriores) contribuía para atestar essas dificuldades. Não obstante, o Carnaval do Recife rivalizava em expressão, apesar de manterem cada qual suas características, com o Carnaval de Olinda, que começava a se transformar em uma segunda alternativa para aqueles que não desejavam brincar nos moldes existentes nas ruas do Recife ou não podiam estar nos grandes clubes deste. Crescia nesse período a projeção de Olinda como importante pólo do Carnaval de Pernambuco destacando e enfatizando o afastamento do mela-mela das ladeiras centenárias onde apresentavam-se agremiações históricas como Pitombeiras dos Quatro Cantos, Elefante de Olinda, Ceroula, Bloco do Eu Acho é Pouco, entre outras.

O que deveria/poderia ser feito, então, para que o Carnaval do Recife recobrasse seus tempos áureos de grandes movimentações nas ruas e representasse a primeira entre as alternativas de brinqueado de Momo? É preciso entendermos que cada mudança promovida por sua época é reflexo de alterações naturais ocorridas com a introdução de outros costumes em paralelo aos já existentes na sociedade, de modo que ambos consigam encontrar pontos chave na caracterização de um determinado espaço social. Recife, em 1973, era resultado de um processo que havia começado ainda em 1968 quando já eram previstas, mesmo que precocemente, as mudanças esperadas para aquele ano: as perspectivas nada positivas vistas pelos jornalistas dos principais periódicos da cidade em relação ao que poderia acontecer com

o Carnaval, sobretudo o de rua, eram fatalistas e por mais que parecessem pretensiosas, cinco anos depois acabaram, pelo decurso dos acontecimentos, se concretizando paulatinamente.

Antes de qualquer ação, atração especial convidada para abrilhantar a festividade ou subvenção paga em quantidade suficiente para os brincantes desfilantes, era preciso atingir um dos pontos essenciais neste universo cultural: o espírito do folião. O medo, a tristeza e a desconfiança estavam inseridas em muitos daqueles que até 1971 saíram naturalmente às ruas para brincar, se divertir, expulsar as angústias e agruras adquiridas pelas experiências vividas durante os Anos de Chumbo, mas ao deparar-se com seu meio de escapamento, de esteio sentimental e conforto psicológico mediante o riso, o escracho e a diversidade de ritmos, cores e alegrias, percebia a cada ano que a situação que lhe entornava começava a penetrar no seu infinito particular, começava a penetrar nos caminhos que abriam sua mente e sua vida para um universo paralelo no qual encontrava a paz necessária para liberar um grito de socorro, de liberdade em relação ao que era preciso, sem ser sua escolha, se submeter.

O Diário de Pernambuco, baseado nas ações da polícia, procurava (assim como o Jornal do Commercio) entender como atitude necessária para a promoção do turismo àquela rigorosidade aplicada à brincadeira. Assim, o referido periódico enfatizava os papéis dos delegados designados para as festividades de rua, a exemplo das autoridades da Delegacia de Capturas Recomendadas, Sr. Jairo Pontes, bem como o espírito de tranquilidade que poderia ser proporcionado, com base nas ações das autoridades e mediante a direção tomada no sentido de fazer das determinações da Portaria Municipal um instrumento de real aplicação da normatização do Carnaval, a ponto do turista voltar a Pernambuco (TURISTAS..., 1973).

De fato, é possível perceber que não somente a brincadeira da entrudança afastou o turista do Carnaval Recifense: é preciso considerar o grande aparecimento de novas formas de diversão, durante a década de 1970, dos carnavais de outros estados como Bahia e Rio de Janeiro, a exemplo do Carnaval Metalizado e dos Trios Elétricos, a introdução do Iê-iê-iê nas músicas, entre outros fatores de modo a rivalizar postos (como foi dito no início da análise deste ano de 1973) com o que acontecia no Recife, que ainda era bastante preso à tradição na maioria de suas expressões, haviam de serem considerados. Aquela geração que brincou o Carnaval país afora, carregava dentro de si o espírito da mudança e há de se compreender porque grande parte deixou um pouco de lado a folia no Recife. Os colunistas da imprensa como Luiz Rocha também compreendiam a necessidade de organização das instituições promotoras do Carnaval como fatores que contribuíam para esse afastamento e sugeriam: “[...] Não basta acabar com o ‘mela-mela’ para atrair turistas, pois isso é apenas uma medida

que nada tem a ver com turismo. O que se deve fazer é um planejamento adequado para atrair turistas e dinheiro ao nosso carnaval, e esse planejamento não existe [...]” (ROCHA..., 1973, p. 10).

Essa queda sistemática do Carnaval foi tema de reunião na Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL), pensando estes no que poderiam fazer para contribuir com o colorido das festas, pois os alertas feitos pela imprensa ao longo dos últimos quatro anos não haviam despertado ações realmente conclusivas em torno de um tratamento diferenciado para a manutenção do Carnaval em seus múltiplos sentidos que estivessem ao alcance das autoridades responsáveis. Dessa forma, a CDL analisou através de documentário dos carnavais de 1971 e 1972 os principais pontos que deveriam ser abordados e que tipo de contribuição o comércio poderia fornecer. Entre as primeiras ideias, estava a decoração das vitrines das principais lojas próximas aos focos onde ocorriam a folia, como forma de despertar o espírito do folião semanas antes da festa mesmo para que cada um fosse pensando na sua fantasia e, ao mesmo tempo, aquecesse a economia local do centro da cidade, ponto de passagem de diversos brincantes e foliões diariamente.

Todo esse quadro situacional não era visto apenas pelos promotores da festa, mas o folião também conseguia perceber as mudanças e permanências em seu espaço de manifestação. Incomodando a alguns, passando despercebido ou indiferente a outros, o Carnaval continuava a encadear sentidos que se misturavam nas ruas e nos clubes em prol de uma tradição pernambucana que não poderia ser esquecida pela aceleração do tempo. Mesclando a visão nostálgica aos elementos inovadores, em 1973 se iniciaram mudanças significativas em relação ao que era observado no Carnaval durante os últimos vinte anos, especialmente em se tratando aos rumos tomados pelo folião que pretendia fazer do Carnaval do Recife um meio de diversão natural, seu centro irradiador da liberdade e lugar de enunciação conceitual de vida. Se até então o Carnaval Recifense era o retrato de uma vida sem grandes significações em relação ao que se processava durante os Anos de Chumbo, esse direcionamento começava a inclinar-se para um alinhamento de determinadas características que pareciam ser incompatíveis.

Entre os modelos em relação à imposição de regras, podemos citar o exemplo das escolas de samba Estudantes de São José e Gigantes do Samba. Agremiações conhecidas do Carnaval do Recife, participantes do Grupo de Elite dos desfiles da cidade, ambas havia formalmente assinado Termo de Compromisso desligando-se do Carnaval de 1973, frustrando seus admiradores em virtude dos termos impostos pela CPC para o desfile do referido ano.

Por representarem grandes embates, cada qual desejando desfilar com mais glamour e exuberância do que a outra, disputando os cobiçados troféus ano a ano, as escolas não aceitaram ser colocadas em dias diferentes para exibição ao público. Por mais que a iniciativa da CPC parecesse normal, havia nas entrelinhas desta determinação uma busca pelo envolvimento do público com a festa, visto que as duas escolas eram as principais atrações no desfile das agremiações ligadas ao samba.

Contudo, os presidentes das escolas não gostaram da intransigência da Comissão ao indeferir o pedido de colocar o desfile de ambas no mesmo dia, o que promoveria um maior furor do público presente nas arquibancadas instaladas nas ruas. Na fala do presidente da CPC, Alfredo de Oliveira, que não aceitava a decisão das escolas em retirarem-se do desfile - e de certa forma apresentando uma postura autoritária -, enfatizava que tal atitude dos brincantes não alterava o curso da programação estabelecida pela entidade, feito em prol da melhoria da folia de Momo:

É incompreensível a opinião divergente das agremiações que formam as escolas de samba do Recife com referencia às suas apresentações em dias alternados. A programação adotada pela CPC – continuou – quanto ao novo disciplinamento do desfile me parece muito compreensível e justa, pois haverá, com esta nova programação, maior atração e sobretudo diversificação nas apresentações. Existirá heterogeneidade na exibição, já que podemos assistir, num mesmo dia, aos desfiles de blocos, escolas de samba, maracatus e caboclinhos. E, finalizando: se depender do meu voto, ele será logicamente favorável a este novo esquema, que dará sobretudo maior colorido e versatilidade ao nosso carnaval (OLIVEIRA apud ESCOLAS..., 1973, p. 9).

Ameaçando desfilar no Carnaval da Bahia, as agremiações ganharam a adesão solidária de outras como a Unidos da Massangana (que foi enquadrada nos mesmos moldes das determinações de Estudantes e Gigante) que lutavam pela volta da “Noite do Samba” na Segunda Feira de Carnaval, onde estas e outras desfilavam juntas e marcavam o ritmo no centro da cidade. Ainda contrárias à CPC, ameaçaram a instalação de um palanque, sem qualquer autorização ou patrocínio da entidade organizadora desejando que a Rua da Aurora fosse um importante ponto de manutenção da tradição e contra o abuso de poder da promotora estatal. Para tanto, ainda desenvolveram a idéia de criar a União das Escolas de Samba do Recife, onde tal representação das escolas estaria diretamente tratando do assunto Carnaval junto à CPC anualmente, definindo os melhores caminhos para a realização dos desfiles e não mais seriam feitos os contatos individualmente. No entanto, os promotores do Carnaval Baiano, ao saber do embate entre agremiações e CPC, desistiram da contratação daquelas.

Assim, mesmo com este choque de forças, a CPC divulgou dias e horários dos desfilantes, deixando vagos os horários pertencentes a Estudantes de São José, Gigante do Samba e Unidos da Massangana, então envolvidos nesta questão, além do Madeiras do Rosarinho, que alegando sérias dificuldades financeiras, não iria às ruas naquele ano. Ao mesmo tempo, estavam garantidos outros momentos altos do Carnaval naqueles anos como o Desfile dos Calhambeques (então em seu terceiro ano consecutivo) e o Corso<sup>66</sup> (em novo itinerário, agora se limitando exclusivamente a Conde da Boa Vista), contudo, sem a presença de excessos em volume expressivo. No centro da cidade, blocos e maracatus faziam a abertura oficial dos desfiles de 1973 com sucesso, sendo ovacionados e seguidos pelo público ao som de palmas, gritos e muita animação. Um fato, entretanto, chama a atenção: em meio a evoluções, passos e desfiles, Gigante do Samba voltou atrás em sua decisão e desfilaria. Os motivos não foram expostos, mas o Diário de Pernambuco de 04 de março de 1973 trouxe uma matéria citando que a referida escola iria à avenida na data referida e hora marcada, um Domingo de Carnaval, apresentando o tema Trinta Anos de Glórias, uma homenagem ao sucesso da escola nesses últimos trinta carnavais passados e tantos títulos conquistados.

Entendemos que a decisão da escola possui ligação com a identificação junto ao público e ao prestígio com a qual a mesma gozava junto à imprensa e autoridades do Carnaval. O ato de não desfilarem traria mais prejuízos que benefícios à escola, pois desperdiçaria o ano inteiro de trabalho. O aporte da História Oral, neste sentido, nos revelou pelas memórias dos moradores do bairro da Bomba do Hemetério, onde está localizada a citada escola de samba, que a Gigantes do Samba desfilaria de fato, pois havia recebido uma grande bolada das mãos da Prefeitura. Esta seria a razão mais plausível para que os preparativos tenham sido apressados em tão curto espaço de tempo de modo que todo figurino ficasse pronto até a data do desfile. Segundo a oralidade, muitos envolvidos nos preparativos mostraram profunda indignação com toda esta situação (informação verbal)<sup>67</sup>.

Observando expressões gerais, a imprensa relata que, no panorama do Carnaval de 1973, Em Recife, a animação domina o povo. Caras alegres substituem as fisionomias fatigadas. Risos em vez de choro. O povo bebe, canta, grita, dominado pela euforia do Carnaval. Embora este fosse o quadro encontrado nos subúrbios e não nos pontos altos da cidade, é preciso perceber que esta forma de expressão era característica das pessoas de menor

---

<sup>66</sup> Apesar do novo itinerário do Corso ser criticado, onde a imprensa julgava estar este destinado a um “trecho fantasmagórico”, pois passaria por ruas escuras e sem focos de foliões, a prática procurou manter seus elementos brincantes, contudo, evitando os excessos relativos ao “mela-mela”, o que acabou dando tons de descaracterização em relação ao que era observado desde 1968 no desfile.

<sup>67</sup> Investigação realizada em 19 de junho de 2010.

condição financeira, chamados pejorativamente naquela época de populacho, apesar de também serem foliões<sup>68</sup>. Embora ao mesmo tempo que realizassem essa citação, os jornais apresentavam opiniões divergentes também, sobretudo de seus colunistas, que julgavam ter sido o Carnaval de Rua, pelas razões mencionadas no começo da análise do referido ano, um dos mais desanimados dos últimos anos.

O folião, então, deixava de lado as questões entre os donos do Carnaval<sup>69</sup> e as agremiações brincantes e ia para as ruas, esperando de 1973 o costumeiro trio suor, cerveja e frevo que garantiam os quatro dias de animação, pois do mesmo jeito que, três anos antes, o povo tinha abraçado uma Copa do Mundo de futebol com sucesso e preparava-se, em 1974, para as perspectivas de um possível Tetra Campeonato da Seleção (o que não veio) - o Carnaval era uma dessas formas, a exemplo da Copa, de contagiar com a alegria e buscar um conforto psicossocial melhor. Enquanto nos clubes havia a entrada de músicas estrangeiras e de outros estados nos bailes, a rua mantinha suas raízes genuinamente pernambucanas, recifenses: o homenageado, Nelson Ferreira, agradecia. O povo então recebia o grande presente de Momo e estava diante do tão esperado momento de explodir suas contenções no mais alto grau.

Ao final de mais quatro dias de festa, o que ficou registrado pelas páginas dos periódicos foi um Carnaval que, dotado de muitas promessas, acabou num verdadeiro caos, encaminhando-se para uma situação de decadência. Em relação aos fatos que levariam a essas conclusões, estavam desde a organização prometida e cumprida em parâmetros totalmente contrários pela CPC (inclusive incorrendo em erros próprios da extinta COC) até mesmo ocorrências absurdas durante os eventos do Carnaval, o somatório de acontecimentos contribuiu para que houvesse uma festa caracterizada como um espetáculo medíocre. Entre os principais momentos que tornaram a leitura daquele Carnaval pela imprensa do Diário dessa maneira, destacam-se: o trabalho opressivo da polícia em impedir a cobertura dos desfiles por

---

<sup>68</sup> Este é apenas um entre tantos outros exemplos, de como a segregação social se fazia presente no público que freqüentava os tradicionais bailes da cidade, como *Bal-Masqué* e Municipal, pelos quais não se pode classificar o Carnaval como uma festa promotora da Democracia social. Como diria Canclini (1983), com grifos nossos, as diferenças sociais são transpassadas da sociedade comum para a festa e nela ficam também evidentes a partir dos locais onde a folia se processa.

<sup>69</sup> Foram classificados pelos periódicos dessa maneira os patrocinadores que promoviam a festa em 1973 por estarem engajados na “reestruturação das festividades momescas”, mas que, no entanto, não passavam de propagandas institucionais colocando a indústria cultural cada vez mais imbricada à festa. Há de se considerar que havia alguns vereadores envolvidos, porém não pareciam preocupados com o real teor da festa, muito menos com aqueles que dela faziam um meio de sobrevivência, como também não estavam direcionados para a promoção turística ou até mesmo pelo verdadeiro grau de importância que a festa tinha para a cidade. Nossa impressão é que estes estavam à frente do processo mais pelo dinheiro que a festa movimentava do que propriamente pela manutenção da tradição cultural da mesma.

parte da imprensa próximos ao camarote oficial (tendo os jornalistas que trabalhem sentados no meio fio), os blocos e clubes precisando realizar propaganda institucional para conseguir desfilarem, uma bisonha decoração e tímida iluminação (mesmo tendo em vista o planejamento feito ainda no começo de fevereiro relatado no início da discussão), uma barreira que separava a agremiação do povo, o disparate do locutor oficial e a invasão de um dos membros da comissão julgadora dançando entre o cordão de isolamento e os grupos desfilantes, além dos altos preços dos refrigerantes e água de coco (TUDO..., 1973).

O que pudemos perceber é que a CPC previamente sabia como deveria agir e teve tempo para colocar em pauta os planos para o Carnaval. Se não o fez, foi porque não conseguiu distribuir por igual ou não teve os subsídios necessários dentro do esquema de planejamento para a festa, o que não nos parece plausível, uma vez que o Prefeito Augusto Lucena era um entusiasta do Carnaval e, além de autoridade, um autêntico folião. Por isso, tentar organizar uma festa de grandes proporções como o Ciclo Carnavalesco requeria, já na década de 1970, por meio de um planejamento pensado em longo prazo (e a CPC o realizou), mas mesmo assim precisou contar com a presença de patrocinadores para complementar o sentido financeiro da festa, sendo obrigados a vender espaços para esses colaboradores que se sentiram no direito de se achar donos da mesma, revelam uma organização errônea que se repetia insistentemente ano após ano no Recife.

É pertinente, nesse intento, debater a respeito da real finalidade em extinguir a COC, que mesmo com tantas dificuldades conseguia dar (ainda mesmo que precariamente), um direcionamento à folia: este embate coloca pontos de vista que possibilitam observar os encontros iniciados ainda em 1971, quando da discussão política em torno da direção que tomaria a empresa responsável pela montagem do Carnaval – se COC ou Emetur. A empresa de turismo resolveu, em 1973, ficar alheia ao movimento de tecedura do momento, em nenhum instante se colocando como uma das promotoras das condições que independiam dos brincantes para a realização, por exemplo, da decoração ou da lei que buscava organizar os desfiles, limitando-se ao trabalho ocorrido em anos anteriores que era o de destinar a subvenção liberada pelo Governador do Estado.

No entanto, entendemos que a Emetur pagou pra ver durante três anos as falhas do planejamento que envolveu a antiga COC e a então recém-criada CPC (que inclusive em 1973 não havia respeitado a área turística destinada por aquela entidade desde o ano anterior para o centro da cidade) e resolveu não invadir, apenas observando as deficiências apresentadas por esta nos dias de festa. Estava armado, novamente, um confronto político ante o reinado de

Momo, que não seria resolvido de maneira tão simples – seria preciso um direcionamento ou intervenção por parte de autoridades com maior poder para que os pontos fossem acertados e cada órgão promotor fosse imbuída de seus compromissos.

Se tantos problemas ocorreram e mesmo assim pontos altos de diversão foram registrados como as Ruas da Imperatriz e Nova, além de uma parte da Dantas Barreto, essa se deu em função da tonalidade que os brincantes deram às festividades. Agremiações como Gigantes do Samba e Estudantes de São José animaram o folião que pôde brincar com bastante alegria e entusiasmo naquela noite de Segunda, com sensatez, abrindo mão da intransigente postura em ausentar-se do Carnaval, pensando, primeiramente, no folião e nos pedidos feitos para suas voltas à avenida, esquecendo a tentativa de imposição colocada pela CPC. Essa tentativa de transformar o Carnaval de Rua pelas vias do turismo através das instituições promotoras das festividades para competir com outros expoentes pelo Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, provocou contrações em alguns aspectos que foram significativos para diminuir a frequência das manifestações de rua no Recife, de modo que enquanto outros carnavais cresciam, o Carnaval do Recife passava por um momento de retração e mudança.

O que importa nesta discussão é o fato de mais uma vez caber aqui o debate em evitar-se institucionalizar a festa, marcada especialmente pelo improviso e pela espontaneidade do brincante e do folião, que significa o ritmo marcado pela necessidade do que este observa e pelo sentimento transpassado por ambos durante os desfiles para que, de forma presente e autêntica, possa burlar qualquer tipo de tentativa de regulamentação, controle, normatização e possa através da tradição, da ligação que mantém com o espírito do qual é parte inseparável do Carnaval (sobretudo de Rua), estabelecer os rumos e regras da comemoração. Ficava à CPC a lição de que, para o próximo Carnaval em 1974, escutar os brincantes e suas experiências de diversos carnavais ainda contava mais do que qualquer planejamento feito previamente buscando universalizar ações que pudessem ressuscitar o espírito contido na festa.

#### **4.1.7 Carnaval de 1974**

Com a chegada de 1974, muitas mudanças significativas se processariam no Brasil: era o último ano do Governo Médici, o Brasil se preparava para mais uma Copa do Mundo rendendo a esperança de um Tetra Campeonato, havia a ansiedade pela volta daqueles que,

como diria Elis Regina, “partiram num rabo de foguete”; Esperava-se a superação definitiva da Crise do Petróleo iniciada em 1973 e que afetara sensivelmente o consumo de combustível no país, entre outros problemas de ordem importante. Apesar de tantas mudanças já processadas desde sua adoção, a maior ansiedade da população brasileira, especialmente em se tratando de uma sucessão presidencial, era pela revogação do Ato Institucional nº 5.

A imprensa pernambucana destacou, ao mesmo passo em que enfatizava os preparatórios para a folia de 1974, a sucessão presidencial movimentada nas bases da Arena: os militares ainda não haviam optado pela escolha do General Ernesto Geisel para substituir ao então presidente Emílio Garrastazu Médici, mas acreditavam ser a melhor opção por este ter um perfil mais diplomático, mais conciliador em pensamento e ações que realmente pudesse acalmar o furor político que tomava o país especialmente depois dos atentados promovidos contra embaixadores poucos anos antes, além de bancos assaltados por grupos da Luta Armada em diversos locais pelo país<sup>70</sup>. Enfim, Geisel seria um homem que realmente poderia articular uma possível passagem para a Democracia, como preferia dizer, de modo lento, gradual e seguro, porém esse anseio não corresponderia da maneira como se processavam as expectativas geradas em torno do nome do mesmo.

Inclinado aos preceitos governistas, o então prefeito Augusto Lucena proferiu em entrevista ao Diário da Manhã de 16 de janeiro de 1974, que a eleição indireta legitimando o poder nas mãos de Ernesto Geisel vinha a culminar com o processo de civilidade e garantir o pleno exercício da Democracia (LUCENA..., 1974). O fato das eleições serem indiretas contando com a suspensão para o pleito presidencial do sufrágio universal era uma das prerrogativas defendidas por Lucena para que houvesse uma reformulação necessária nos quadros da Democracia brasileira de modo que fossem consolidadas as bases dos reais direitos dos cidadãos e a maneira como eles seriam aplicados, evitando assim que o país mergulhasse em anarquia, desordem e caos institucional. De fato não seria plausível pensar em outra postura por parte de Lucena (1974), no entanto, as palavras entusiasticamente pronunciadas revelam que a esperança de transformação contida na mudança de Governo ficaria adiada e, em 1974, o Carnaval serviria mais uma vez aos propósitos dos sentimentos contidos pelos Anos de Chumbo - alegria e dor, sorrisos e tristezas - emotividades que

---

<sup>70</sup> Fazemos referência, aqui, ao sequestro de embaixadores como Charles Burke Elbrick (1969), o de maior repercussão nacional e internacional, assim como, em 1970, os sequestros do cônsul japonês Nobuo Okushi, do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben e, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Os atentados a bancos, financiando grupos da Luta Armada, eram basicamente ações da VPR e do MR-8, dentre vários outros. Para maiores referências, ver documentário **Hércules 56** de Sílvio Da-Rin. Brasil: Riofilme, 2007.

circularam entre fantasias e cada passo deixado nas avenidas e salões de clubes representariam um povo alegre, mas que encarnava, naquele momento, o espírito do palhaço sem futuro, que não sabe o dia de amanhã, mas continuaria rindo e brincando em sua festa maior, pois esta era parte integrante de seu verdadeiro eu.

Deste modo, observando como o Carnaval começou a se desenhar nos bastidores, o primeiro evento e destacar disse respeito à assessoria jurídica que a Emetur prestaria às agremiações. Sabendo das dificuldades encontradas pelas agremiações de maracatus, caboclinhos, ursos, blocos e troças quanto à contratação de orquestras e montagem dos detalhes para os desfiles, onde os danos eram maiores do que os ganhos, a entidade orientara e acompanhara juridicamente os componentes das agremiações de modo que o lesado fosse o mínimo. De forma importante, cumpriu um papel de parceria ao fornecer a seus afiliados assistentes, coreógrafos, equipamentos e adereços e sugestões cenográficas para contemplar a beleza dos desfiles. Percebemos nesta intenção da Emetur uma espécie de contra-ataque em relação à CPC, tendo em vista os últimos embates carnavalescos de 1971, 1972 e 1973 onde naquela em 1974 concentrou esforços no sentido de apresentar soluções práticas e viáveis que realmente fizessem uma organização estatal colaborar efetivamente com o Carnaval, o que de sobremaneira revela também a entrada de maneira mais efetiva no controle do brinquedo a partir do momento que deixa de cuidar exclusivamente de suas atribuições quanto à montagem da festa nas ruas para adentrar no universo jurídico das agremiações. Não que esta ajuda fosse dispensável, no entanto, há de se considerar que as agremiações, mesmo com alguns insucessos, realizaram seus carnavais normalmente nos últimos três anos, contagiando o público e notabilizando seus nomes na história do Carnaval do Recife, sendo que a ausência desse tipo de assistência não impediria a manifestação da brincadeira.

Porém, nas outras determinações, o processo era o mesmo desde 1968: os clubes e agremiações previamente deveriam fornecer aos órgãos que cuidavam dos preparativos da festa (CPC e Emetur) os documentos necessários para apresentação no desfile oficial, realização de bailes de Carnaval, presença dos membros envolvidos na montagem da festa, entre outros. Recebendo, igualmente, o aval da Divisão de Diversões Públicas, os brincantes contavam com o sinal verde do Estado para a realização de seu folguedo. É interessante listar a presença dos documentos apresentados na ocasião do prazo estipulado às agremiações pelas entidades do Carnaval: requerimento ao Secretário Assistente solicitando a liberação; atestado de funcionamento; certificado de prestação de contas da Secretaria da Fazenda; certidão de registro de estatutos (em caso de agremiações novas); e certidão de filiação junto à Federação

Carnavalesca do estado (CLUBES..., 1974). Desta maneira, seria fácil observar por parte das autoridades organizadoras do Carnaval os passos de cada agremiação de modo que o controle pudesse ser realizado a fim de censurar ou permitir as práticas carnavalescas através de documentos que, muitas vezes, nada tinham de pertencimento à festa.

Todavia, preocupado com os incidentes ocorridos em anos anteriores e pensando em fazer do Carnaval de 1974 um sucesso, o governador Eraldo Gueiros Leite convocou cerca de oitenta empresários, que pudessem efetivamente colaborar financeiramente com o Carnaval. Este sucesso não seria apenas o da presença de grande público nas ruas, do colorido e organização nos bailes dos clubes a exemplo do Municipal, que aos olhos da imprensa era uma desorganização lastimável<sup>71</sup> – havia ainda a preocupação mais evidente desde o ano anterior em promover-se Recife como uma cidade de grande movimentação turística a partir da festa. Faz-se fundamental também lembrar nesse momento que não somente as agremiações atravessavam por momentos delicados em relação às verbas para a festa de Momo – no tocante ao dinheiro disponível nos cofres do Estado, este deveria primeiramente ser empregado no desenvolvimento de áreas consideradas pelo Governo Militar de caráter mais emergencial, como construção de pontes, estradas, açudes, hospitais, creches, escolas e hidrelétricas, tendo os incentivos culturais ficado em segundo plano, pois o Brasil desenvolvido era o Brasil das Construções (considerando-se que este projeto havia sido posto em prática desde a entrada de Médici no governo).

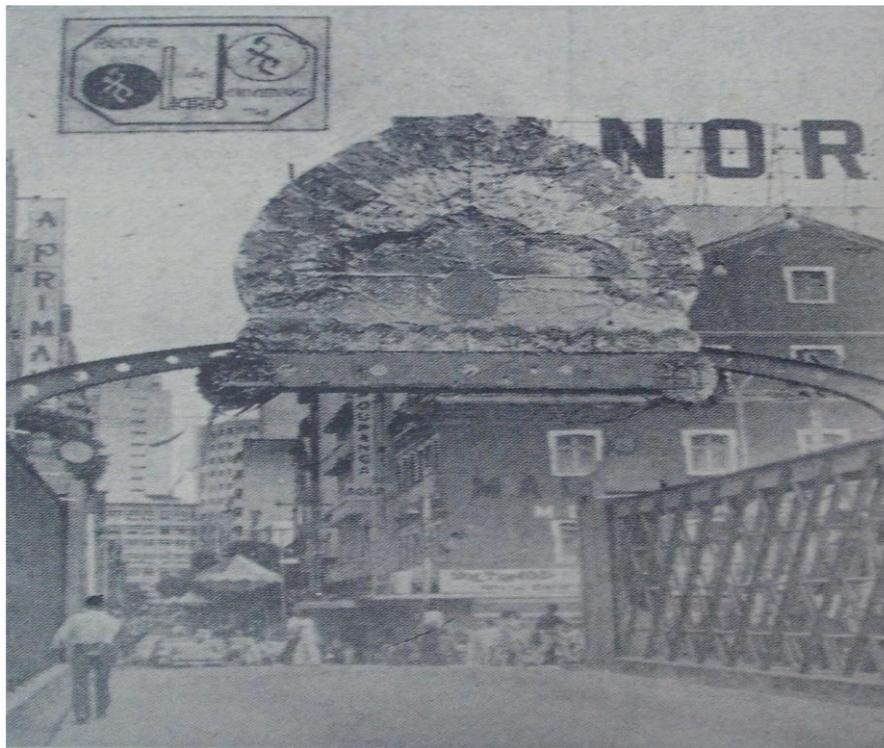
Neste propósito, a decoração de rua novamente teve a intenção de evocar os carnavais antigos. Com o Baile da Saudade se transformando num sucesso e tendo neste ano de 1974 sua segunda edição confirmada, novamente realizada no Clube Português, o tema retrô estava em evidência, apresentando importante destaque no gosto do folião, que comparecia aos locais em considerável quantidade para contemplar as expressões que faziam alusão às festividades das décadas de 1920 e 1930, sobretudo. Assim, para a decoração de rua naquele ano de 1974 foram escolhidos estandartes de clubes e agremiações históricas do Carnaval Recifense, bem como painéis e blocos contendo o desenho de senhoras e sinhazinhas que assistiam o Carnaval em outros tempos. A idéia partiu de uma parceria entre a CPC, a Emetur e a Prefeitura do Recife, que intitularam aquele tríduo como Recordação dos Carnavais.

---

<sup>71</sup> Os colunistas dos principais jornais da cidade apontavam que o Baile Municipal, apesar de reunir pessoas importantes do cenário estadual e ser representante de um dos maiores acontecimentos em âmbito privado do Carnaval do Recife, passava por algumas carências que deveriam ser dirimidas, como a não presença de uma atração de porte internacional, a exemplo do acontecia na Guanabara. Sem contar que os atrasos na entrega de convites, na montagem geral da festa (decoração, movimento pelo salão, organização do desfile de fantasias) até a premiação paga, tudo contribuía para o Baile ainda não tivesse uma real organização.

Esperando uma decoração de destaque, Abelardo da Hora, Ary Nóbrega e José de Melo foram contratados para ornamentar as ruas, de modo que pudessem ser prestadas as devidas homenagens do público a festa de Momo.

Como destaque desta decoração estava um painel instalado na Praça do Diário que representava o antigo bloco do Zé Pereira, cuja origem ainda é bastante discutida. Muitas lâmpadas e espelhos dariam a sensação de movimento das imagens, assim como nos painéis suspensos por cabos de aço presentes nas Ruas Nova e Imperatriz, onde o tema central da decoração era o Maracatu, notadamente o Pálio. Na Avenida Dantas Barreto, um grande cocar homenageando os Caboclinhos seria a principal figura de destaque, que também seria usado para decorar a entrada das pontes, onde a forma arqueada do mesmo facilitava a presença de muitas fitas coloridas e brilhantes que dançavam no ritmo das luzes instaladas ao longo do trajeto que levava o folião a se encontrar com sua tão esperada festa. Outra boa novidade ficaria por conta do primeiro Concurso de Embarcações realizadas no Capibaribe, onde a principal finalidade era representar nas águas a Cultura Pernambucana de maneira mais criativa. Apesar da redução de trinta e cinco para vinte mil lâmpadas, a cidade estava bem iluminada e não teve lugar onde a folia se processou desde cedo que ficasse às escuras. Entretanto, o que pode ser observado foi que, mesmo após tantos cuidados e planejamentos prévios, com a convocação de artistas renomados no cenário estadual para a montagem da decoração, esta não agradou aos representantes da CPC, que alegaram troca de materiais (especialmente o vidro por papel) nas alegorias, não dando o destaque merecido e planejado aos temas pensados.



**Foto 22** - A decoração não saiu como o planejado e frustrou a Prefeitura e o folião.  
**Fonte:** Diário de Pernambuco, 20 de fevereiro de 1974, Segundo Caderno, p.1.

Pensando em dar mais autonomia ao folião, fazendo com que este ficasse próximo a sua agremiação favorita, Prefeitura e CPC não instalariam, pela primeira vez em quatro anos, as arquibancadas em frente ao palanque oficial da Dantas Barreto, de modo que as cento e seis desfilantes<sup>72</sup> poderiam ficar livres do início do cortejo, ainda na Praça Maciel Pinheiro até a referida avenida, onde ficaria o palanque da Comissão Julgadora. Contudo, haveria ao lado do palanque a instalação das tradicionais arquibancadas e cordões de isolamento para o cortejo oficial, uma vez que era necessário esse tipo de organização e muitas pessoas faziam questão de assistir aos desfiles sentados. Outros palanques também seriam instalados para a imprensa e para as autoridades diversas que desejassem contemplar o desfile, assim como os convidados de honra da Prefeitura e do Governo do Estado, que ficariam em um pequeno degrau de arquibancada de, no máximo, duzentos metros. As regras do desfile se mantinham, contabilizando pontos negativos para atrasos e desclassificação para desistências, bem como os horários para comparecimento, início e fim dos desfiles (início às vinte horas e final à uma da manhã).

<sup>72</sup> Inicialmente, eram 107 agremiações cadastradas como desfilantes, mas por problemas financeiros, o Clube das Pás alegou que não desfilaria naquele ano. Foram ausências confirmadas igualmente pelo mesmo motivo as Escolas de Samba Unidos de Mangueira e Unidos da Massangana.

O plano de ação, então, não estava mais a cargo exclusivo da CPC: servindo de lição os problemas do último carnaval, ao que parece, os egos foram colocados de lado e esta passou a contar com ajuda efetiva da Emetur na elaboração dos principais eventos que norteavam a festa no quesito resgate e manutenção do espírito cultural da festa. Destarte, houve a distribuição dos discos de vinil contendo os doze maiores sucessos para o Carnaval 1974; os horários, agremiações desfilantes e as regras afixadas nos principais jornais e nas sedes dos desfilantes; foi realizada a nova eleição para Rei Momo, havendo embate sadio entre Manoel Quintino e Wilton Mendez em busca da coroa de principal personagem da festa; e a realização do Concurso Carnaval Veneza Pernambucana nas águas do Capibaribe. Estava, em planejamento, montado o Carnaval daquele ano, contando inclusive com as tradicionais barraquinhas de comes e bebes passando por parecer da Censura Estética e servindo como objetos da decoração das ruas, obedecendo à regulamentação prévia estabelecida pela CPC (temerosa de que as barracas não descaracterizassem o ambiente folião) como também pela Emetur, tendo em vista respeitarem a área destinada ao turismo.

Entre os bailes tradicionais, o Municipal teria como convidado especial do camarote do Prefeito Augusto Lucena, Abelardo Barbosa - o popular Chacrinha - e sua esposa, mas outros contratemplos o impediram de estar no Recife na data de realização do baile, embora não tenha deixado de vir à cidade para apreciar as festividades momescas. Uma nova prévia surgira em 1974, no Parque da Jaqueira: eram os cinco bailes do Super-Carnaval no *Kurtissão*, a maior cervejaria do Nordeste que promoveria uma festa no espaço físico onde funcionava o empreendimento. Contando com uma grande estrutura que compreendia muitas mesas, cadeiras, bebida, comida e atrações para se realizar um Carnaval em família, incrementado ainda pela empolgação das orquestras, não faltava animação e a decoração foi elaborada, neste primeiro ano, pelo então artista José de Melo, o mesmo que tinha decorado o centro da cidade para os quatro dias neste ano. Cumpridor de todos os princípios previstos pelas autoridades da época, desde a montagem dos bailes, o preço dos ingressos até a presença de policiamento e disposição dos convidados no espaço, deixando seus carros em local seguro para estacionamento, por esses e outros motivos a imprensa julgava ser esta uma das melhores prévias do Carnaval dos últimos anos.

Os bailes, cada qual garantindo seu sucesso em público e animação, ainda observariam uma interessante batalha travada entre dois homens de peso: Manuel Quintino de Lucena e Wilton Mendez disputavam o posto de grande Rei Momo do Carnaval do Recife e pela primeira vez em cinco carnavais, o posto de Mendez parecia ameaçado. Não foi possível

saber se Quintino era próximo ao Prefeito Augusto Lucena, no entanto, sua fantasia e animação contagiaram o público que viram sua aparição nos Clubes Sargento Wolff, no Português e no Vassourinhas, além do Bar Brasileiro. Quintino dizia que não se podia vitalizar um só homem no posto de grande Rei do Carnaval e por isso teria, numa parceria com Batutas de São José, organizado sua fantasia e colocado suas características de folião na ponta dos pés para desbancar Mendez na escolha da CPC, feita com a presença do Prefeito Augusto Lucena, que coroaria - como em anos anteriores - Rei e Rainha do Carnaval, mas dessa vez, em 1974, estaria ao lado do famoso Chacrinha. Havia ainda outro concorrente, conhecido popularmente como Pureza, o único candidato afro descendente entre todos, mas que havia desistido em nome do desfile da escola de samba Império do Asfalto.

Fato curioso ficaria por parte de uma ajuda planejada: a presença da divulgação do Carnaval de Pernambuco (e notadamente, do Recife) em transmissões de radiodifusão amadoras para todo o país através do *slogan* Visite o Carnaval do Recife e conheça o carnaval pernambucano – o melhor do mundo. A iniciativa, partida da Emetur, contou principalmente com uma intencionalidade voltada ao turismo, principal princípio norteador das ações do Estado para com o ciclo cultural. Acreditamos que, incentivando o princípio turístico, a Emetur acreditava contribuir para os outros aspectos – como resgate cultural – do Carnaval Recifense de forma indireta, estabelecendo rumos que até então tinham sido pensados erroneamente em anos anteriores e dessa vez pareciam estar dentro de um planejamento realmente abrangente que contemplasse a festividade em seus diversos expoentes, de forma que à medida que houvesse o crescimento (ou fosse retomado) do turismo na cidade durante as festividades, esta ganharia incentivos expressivos em relação ao que era anseio dos brincantes. No entanto, é preciso entender novamente aqui a situação desfavorável daqueles que eram os principais atores da festa, sobretudo em termos de condições financeiras. Dessa forma, a Secretaria de Finanças atuou em parceria com a Emetur para que estes questionamentos fossem, gradativamente, sendo diminutos a cada ano a partir de 1974.

Para tanto, a verba destinada ao Carnaval passara de CR\$ 380 mil para CR\$ 600 mil, pagos de uma única vez ainda no mês de janeiro, mais tardar, início de fevereiro, antes da Semana Pré-Carnavalesca. Essa era uma prática que começou no Governo Eraldo Gueiros, pois diante da gestão Nilo Coelho as agremiações recebiam em duas parcelas, geralmente pagas antes e depois da festa, respectivamente. Assim, durante a atual gestão, esperava-se que os brincantes tivessem melhor organização para administrar a verba e realizasse um Carnaval ao seu gosto e ao do público. Mesmo assim, algumas agremiações externaram seus

descontentamentos para com a CPC por conta da verba destinada: as Escolas de Samba Unidos de Massangana e Império do Asfalto desejaram apresentar sua ausência nos desfiles daquele ano, a exemplo do que ocorrera ano passado com Estudantes de São José e Gigante do Samba. Alegavam que o controle e a imposição de horários feitos pela Comissão descaracterizavam o Carnaval, que era regido pela lei da liberdade.

O presidente da escola de samba Império do Asfalto, Sr. Manuel Gervásio, resumiu em suas declarações registradas pelo Diário de Pernambuco do dia 06 de fevereiro de 1974 que sua agremiação “apenas se exibia para divertir o público”, uma vez que havia uma disparidade muito grande nas subvenções pagas entre as escolas de primeira e segunda categoria que muitas vezes nem cobriam os custos com orquestra, ornamentos, transporte das agremiações, entre outros. Dizia este: “Nunca desfilamos com o intuito de ganhar o primeiro lugar, em virtude das simbólicas subvenções ou auxílios dos órgãos públicos” (GERVÁSIO apud ESCOLAS..., 1974, p. 9). Essa declaração mostra, voltando a ela outro olhar, que a Assessoria Jurídica empregada pela Emetur não foi capaz de observar e resolver os principais problemas acusados há anos pelas agremiações em relação à montagem de seus desfiles e bailes nas sedes suburbanas, havendo sérias falhas de comunicação entre organizadores e desfilantes, mesmo em relação aos problemas mais comuns como horários, regras e formalizações de reclamações. Supostamente seguindo as orientações dos anos anteriores, a CPC deve ter usado de argumento político em relação ao pagamento da verba do ano posterior caso as escolas não desfilassem, sendo descredenciadas do banco de dados que incluía todos aqueles que teriam, ano a ano, garantidas suas verbas.

Ocorre que, desde 1968 quando as agremiações montaram bingos para angariar fundos e conseguir desfilar, até 1974, o assunto verbas sempre esteve em pauta como um dos grandes obstáculos para a realização do Carnaval da forma como as escolas bem desejavam. Na mesma matéria, para ilustrar o exemplo, o presidente da escola Unidos de Massangana cita as despesas para a realização do tríduo daquele ano e os outros problemas que levaram sua escola a formalizar questionamentos frente às ações da CPC e a possível ausência no desfile: “Nossas fantasias e instrumentos musicais custou CR\$ 70 mil. Recebemos apenas CR\$ 3.6 mil da CPC, quantia insignificante para acatarmos uma imposição. Além do mais, nos colocaram para desfilar no último dia de carnaval, sem que nossa diretoria fosse consultada ou mesmo avisada” (ESCOLAS..., 1974, p. 9).

Em relação ao esquema adotado pela Secretaria de Segurança Pública, nenhuma novidade foi percebida diante das Portarias números 37 e 47/74 do Coronel Egmont Bastos

Gonçalves. Pelo segundo ano consecutivo à frente das ações ostensivas das forças policiais no Carnaval do Recife, o Secretário repetiria as mesmas recomendações dos anos anteriores a respeito do mela-mela e ao uso de produtos como talco, água sanitária, soda cáustica, batom, lama, graxa, entre outros, assim como as orientações necessárias para o desfile do Corso (onde eram proibidos o Escape Livre<sup>73</sup> e a descaracterização dos automóveis), mas que neste ano contaria com dois novos trajetos – um na Semana Pré, contemplando a Avenida Conde da Boa Vista e outro na Semana Carnavalesca, contemplando a Avenida Dantas Barreto. Esses direcionamentos colocados ao Corso, tiveram a justificativa de dar uma maior animação ao público, distribuindo o trajeto feito no ano passado em um só sentido e sendo motivo de muitas reclamações por parte da imprensa e dos participantes. Contudo, não faltariam no Corso a fiscalização do BPTRAN (Batalhão de Polícia de Trânsito) e a Rádio Patrulha, caso os foliões decidissem esquecer das determinações contidas na Portaria Municipal.

Cumprindo igualmente seu papel de orientação, a Delegacia de Menores, representando o Juiz de Menores da Capital, também realizaria intensa fiscalização nos clubes e nas ruas em busca de menores vestindo trajes inadequados, consumindo bebida alcoólica ou realizando a brincadeira do mela-mela com os demais foliões. Estavam os pais, pelas vias da imprensa, avisados de como deveriam agir com seus filhos, fosse na cidade ou nos subúrbios e para isso, inspetores estariam dispostos sempre a manter a ordem. Em termos gerais, as palavras eram novamente as mesmas: ordem, evitar excessos e cordialidade para com aqueles que iam para a folia apenas esperando brincar e se divertir respeitando ao próximo; aos mais exaltados, o cumprimento das leis seria através da Delegacia de Plantão sua folia. Todavia, o policiamento nas ruas teve considerável diminuição no número de oficiais: de três mil e quinhentos vistos no ano anterior, em 1974 o número fora reduzido a mil e quinhentos.

Quando no plano organizacional a festividade parecia se encaminhar para um ano de sucesso, sem problemas grandiosos, eis que as autoridades responsáveis pela verba repassada às agremiações só o fizeram com 70% do valor prometido, o que provocou uma sensível mudança nos rumos dos bastidores do Carnaval, pois muitas agremiações que contavam com o pagamento integral do valor não podiam, com essa mudança, assumir em seus próprios orçamentos os débitos condizentes com os detalhes pensados para os desfiles. O resultado foi uma grande indignação frente à ação da CPC e protestos contra as pastas da Fazenda e da Cultura, que garantiram uma valorização maior dos brincantes na gestão Eraldo Gueiros

---

<sup>73</sup> O escape livre era uma prática realizada no corso desde 1962 que consistia na retirada do escapamento do carro para que o mesmo pudesse produzir um barulho ensurdecedor assim que o motorista acelerava o automóvel, produzindo também uma cortina preta de fumaça vindo do óleo do motor. Esta prática vinha sendo combatida desde 1969, mas somente foi proibida oficialmente a partir de 1970.

quando da reunião de lançamento da Revista da Secretaria de Finanças em Campo das Princesas. Revoltados, os presidentes das agremiações procuraram a imprensa e externaram seu descontentamento e temerosidade em relação a montagem do Carnaval de 1974. Entretanto, o descontentamento veio acompanhado de certa visão compreensiva em relação aos compromissos que o Estado tinha que prestar, não olhando somente a questão carnavalesca e compreendendo que havia certa assistência, mesmo que deixando a desejar, deste para com as agremiações. Nas palavras do brincante: “A liberação parcial da verba foi uma surpresa, para a agremiação, os prejuízos foram enormes, mas não se sabe da situação do Estado. Outros compromissos devem tê-lo impedido de nos atender, como sempre o fez” (ESTADO..., 1974, p. 10).

Ocorre que durante a gestão de Eraldo Gueiros, como mencionado mais acima, havia um melhor tratamento dado aos brincantes em relação às anteriores. A imprensa enfatizou durante dias a preocupação em consertar os erros passados tomando atitudes que viessem a colaborar para o crescimento do Carnaval de Rua e dos Clubes, tanto no centro como no subúrbio, realizando fiscalizações para observar se as verbas estavam sendo bem aplicadas, se os locais ofereciam segurança adequada e se as agremiações estavam conseguindo seguir seu calendário de planejamento, no entanto, os tempos eram de difíceis ajustes econômicos no país: a oscilação da moeda e a crescente inflação não permitiam grandes feitos como no início da década por parte do Governo Federal, que recorrentemente adquiria empréstimos junto aos credores estrangeiros, aumentando a dívida externa e a inflação no país.

Este quadro situacional, (in)diretamente refletiu na brincadeira carnavalesca, uma vez que os cofres dos estados estavam intimamente ligados ao cofre federal e qualquer alteração proveniente de Brasília abarcaria os estados da Federação (apesar de, oficialmente, o Brasil não ostentar esse nome ainda durante esse período). Some-se a isso o fato de que o comércio também era vítima desses aumentos dos preços: aumentava-se o valor das lantejoulas, fitas, cola, adereços em geral que formavam as fantasias, o que complicava a situação das agremiações uma vez que essas compravam em quantidade esses produtos e sem as verbas, era difícil conseguir todo material a tempo. Porém a primeira parcela já era suficiente para uma boa contribuição na montagem dos desfiles – não como planejado – mas havia condições de colocar a agremiação na rua e resolver os problemas mais à frente.



**Foto 23** - O folião invade a Av. Guararapes.

**Fonte:** Diário de Pernambuco, 28 de fevereiro de 1974, Primeiro Caderno, p.5.

Já em relação às travestis, essas continuavam sem expressão e sem conseguir realizar seu próprio baile de Carnaval – o Baile das Bonecas ou dos Enxutos. Envolvidos diretamente com desfiles, decorações, alegorias e coreografias para apresentações, as travestis observavam que eram constantemente censuradas e proibidas de realizar qualquer ação que lhes beneficiasse, sendo vedado a estas a participação em agremiações ou clubes sociais, desde que fossem discretas e mantivessem a ordem, sem realizar escândalos. No ano anterior, ainda na tentativa em conseguir um local para seu baile, tendo sido rejeitadas nos últimos anos no Recife, em Olinda e Jaboatão, as travestis decidiram usar novamente a Justiça como arma para conquista de seus direitos: porém esta mesma Justiça proibiu, em 1973, sua apresentação em espetáculos públicos, televisivos ou ao vivo, tendo essa decisão ganho aplausos de muitas pessoas.

As questões de gênero ganharam mais veemência em 1974 por conta do uso de dois tipos de discursos: enquanto havia uma forte proibição com base nos padrões de ordem social à exibição das travestis locais em bailes de clubes sociais, algumas travestis vindos do eixo Rio/São Paulo eram pagas para comparecerem aos tradicionais bailes da cidade, revoltando as locais. Esse discurso pode ser entendido como mais uma forma de retaliação por parte de membros do Interclubes, que anunciaram manter a postura em não querer a classe em seus bailes, tendo as travestis procurado, imbuídos de forte descontentamento e revolta, a representação na Justiça para conseguir o direito de circular livremente por estes locais, contudo, sem sucesso. Como forma de provocação e represália, travestis famosos Brasil afora eram convidados pelos presidentes e diretores dos clubes e agremiações para demonstrar a vontade e o ostracismo empregado por estes como símbolos de um discurso vitorioso, de uma forma de controle que demonstrava o poder emanado dos conceitos da alta sociedade que

poderiam ser flexibilizados de acordo com a vontade dos mesmos e beneficiado a quem eles bem desejassem, de forma que a vontade e o espírito folião das travestis não foram respeitados. Complementarmente, agremiações de rua como Vassourinhas, Madeiras e Inocentes do Rosarinho mantinham igualmente a postura de não permitirem a entrada daqueles em suas sedes, muito menos participar de seus desfiles.

Em defesa dos direitos das travestis, não somente a representação delas bastava para que houvesse a concepção de quem elas eram, a única via de expressão de um grupo social excluído: era preciso que as autoridades, perante os olhos vigilantes e ávidos por provocações características da imprensa, mantivessem uma postura em relação ao ocorrido. Dessa forma, o presidente da CPC, Rubem Gambôa, “foi o único que ponderou, argumentando que muitos travestis são grandes carnavalescos e merecem respeito. Recebeu críticas e gozações pela ponderação” (GAMBÔA apud PEDROSA..., 1974, p. 14). Percebe-se aqui que a atitude oficial da CPC em não promover um discurso diferente e excludente precisava ficar claro perante a opinião pública, uma vez que havia diferentes segmentos sociais que viam o fato ocorrer e, no entanto, não presenciavam uma tentativa de apaziguamento dos ânimos por parte dos órgãos promotores do Carnaval. Contemporizando a situação, o presidente da CPC procurava posicionar o Estado numa situação de neutralidade, onde nem apoiava a postura das travestis, muito menos se inclinava a favor do Interclubes, apesar de um olhar mais detalhado deixar a percepção de havia uma maior pendência para o lado deste do que daqueles.

Envolvida outra situação delicada estava a escola Gigantes do Samba. Por escolher a temática No Mundo Encantado da Criança, a referida escola necessitou de alvará licenciando a presença dos menores no desfile, já que esta era uma situação que contrariava um dos itens constantes na Portaria Municipal (exibição de menores após as 20h) e nas determinações baixadas pelo Juiz de Menores da Capital. Diante da situação, ocorreu um disse-me-disse na imprensa de que Gigante abriria mão do desfile naquele ano, o que foi prontamente desmentido pela escola. O desfile acabaria transcorrendo normalmente, sem maiores imprevistos. Esta atitude da escola reflete o espírito da brincadeira sobre a legislação, onde os representantes daquela não burlaram a lei, mas seguiram os trâmites legais para que o brinquedo fosse possível. Uma vez na avenida, Gigantes do Samba mostrou alegria, simplicidade, glamour e enredo que tornaram o desfile, em vez de polêmico, um colorido especial ante a sinfonia carnavalesca.

O Carnaval da Integração Emetur-Prefeitura da Cidade do Recife-Administração Augusto Lucena traduziu-se mais numa repetição de erros do que propriamente num acúmulo

de acertos. Ressalvando-se as dificuldades, tanto por parte dos órgãos estatais que estavam envolvidos na promoção das festividades até as dificuldades apresentadas pelos presidentes das agremiações foliãs, ambos os esforços foram considerados pela imprensa no momento de tecer um comentário acerca da festa. Mais uma vez, os locutores da EMETUR causaram transtornos a ponto de mudar o trajeto das agremiações, guiando os desfiles das mesmas, além da permissividade dada para a entrada pelo cordão de isolamento, que seria restrito à imprensa e familiares de autoridades presentes – era o que estava previsto inicialmente; no entanto, na hora do evento, o ingresso pelo cordão foi liberado e os espaços destinados aos que trabalhariam cobrindo a festa de Momo foi ocupado por pessoas de diversos segmentos.

Esta entrada nos cordões de isolamento, segundo o mesmo periódico, causou diversos transtornos a ponto de o policiamento precisar ser acionado para conter alguns mais extrovertidos que pretendiam desfilar junto às agremiações através da passarela e, por mais que os efusivos apelos dos locutores fossem pronunciados em tom audível pelo sistema de som espalhado ao longo da Dantas Barreto, não houve uma organização. A ação do policiamento continuou ostensiva, sem necessidade de agir à base da força, mas pessoas foram empurradas e recolocadas em seus lugares para que o desfile pudesse ter prosseguimento. No final de todo ocorrido, a polícia conseguiu cumprir a ordem e manter o folião (mesmo o não convidado, o chamado penetra) dentro da área a ele destinada.

Esta situação deixou uma característica bem delimitada do Carnaval de Rua do Recife: durante o dia, o folião ia até a rua para brincar livremente, usando sua fantasia, artifícios como bisnagas, cerveja, pó e outros, além de reunir-se nos principais pontos não somente para observar as agremiações que por ali passassem, mas para seguir cortejo com as mesmas, pulando e se divertindo a valer, liberando seus anseios e expurgando suas angústias; já a noite, o grupo que se dirigia às avenidas principais do centro estava indo apenas para contemplar os desfiles, aplaudir, cantar e vibrar com as alegorias, letras, passos e acompanhamentos feitos pelos brincantes que mostravam toda a exuberância das fantasias e das coreografias preparadas para dar colorido à avenida digno de lembrança durante um ano inteiro, superando as dificuldades. Era preciso distinguir esses dois públicos no momento de organizar melhor o espaço da rua e determinar ações para que o folião ficasse mais à vontade, sem enfrentar problemas de ordem institucional.

O público desejava animação, ver de perto (apesar de proibidas pela CPC) as evoluções das escolas, blocos, troças, ursos, caboclinhos, maracatus, bois de carnaval e todos aqueles brincantes que levavam o colorido para as ruas fazer valer mais do que as sanções e

determinações a eles impostas pela CPC, pois as reuniões prévias serviam apenas para falar sobre o assunto verbas, estando outros aspectos importantes como os dias de desfile, horários e permissões/negativas fora da pauta de discussões. A CPC impunha a ordem vista de cima para baixo, tonalizando a prática do Carnaval e com isso ignorando o desejo refletido nos ansiosos olhares do público folião presente nas ruas. A espera longa pelo Carnaval era a concretização do momento onde o folião, o brincante se encontrava com o Reinado da Alegria, a culminância do sentimento, a expressividade do eu, o expurgo da tristeza e da angústia: dentro dessa perspectiva, viver o Carnaval em suas múltiplas nuances era seguir as próprias regras do momento, não se pautar por leis previamente determinadas. Assim o Carnaval determinava sua techedura e escrevia uma nova página nos Anos de Chumbo, onde na Quarta-Feira Ingrata o folião apenas guardava as reminiscências daquilo que passou, do que vivenciou, esperando somente que o Carnaval seguinte (1975) revelasse surpresas e nostalgias que o fizessem estar orgulhoso em brincar.

#### **4.1.8 Carnaval de 1975**

Enquanto a conjuntura mudava no país, reacendendo a esperança de uma Abertura Política mais evidente, contando com a presença do Executivo e do Legislativo formados democraticamente através de eleições diretas e o planejamento para uma nova Constituição, a realidade mostrava-se novamente nebulosa em relação às transformações que eram iminentes num regime que retardava a abertura no Brasil. Geisel promoveu em seu projeto de Abertura Política e desenvolvimento uma silenciosa perseguição aos grupos opositores que ainda restavam e adiou a entrada de importantes personagens que poderiam alterar o cenário presente no país até então (REZENDE, 2001). As fontes existentes que revelam importantes aspectos deste período dão conta que houve, inclusive, uma maior quantidade de desaparecidos exatamente entre os anos de 1975 e 1978.

Embora a situação não se apresentasse favorável à realização do projeto democrático brasileiro na ótica do Governo de Exceção, houve um importante passo que caminhasse em

direção ao processo liberalizante com a revogação do AI-5. Distendendo aos poucos os elementos ligados à Linha Dura, Geisel avaliou o grau de preparação da população brasileira para ter, muito paulatinamente, seus direitos civis, coletivos e individuais, readquiridos. Um dos elementos observados pelo Presidente foi, em especial, a Cultura. Tomada por ser um dos principais focos de resistência ao regime, a Cultura desde os anos do Governo Médici teria sido sitiada e tomada como elemento primordial da segregação social e ícone de representação da grandeza do Estado Ditatorial a partir da adoção de decretos-lei e portarias que buscavam estabelecer ou não uma permissão para a execução de canções, filmes, peças e festas populares como o Carnaval e outros ciclos pelo Brasil afora.

Em Recife, para além das mudanças na rota política que se processavam naquele ano de 1975, revelou-se uma mudança de fundamental importância no âmbito carnavalesco: a substituição do tradicional Baile Municipal pelo III Baile do Vassourinhas, contemplando, ademais, a presença do futuro Governador Moura Cavalcanti (defensor das idéias da Linha Dura)<sup>74</sup>, enquanto um de seus principais jurados. Apesar dos fatos que levaram aos organizadores do Carnaval a promover esta mudança não estarem evidenciados nas páginas dos principais jornais da cidade, voltar o olhar para as entrelinhas e o acompanhamento dos fatos ao longo dos anos de 1970, nos permite tentar compreender esta substituição – alvo de muitas críticas por parte dos colunistas sociais como João Alberto e Clóvis Menezes, o Baile Municipal sofreu durante o intervalo de 1971 a 1974 com diversos constrangimentos em relação ao seu aspecto organizativo.

Atrasos de convites, banda contratada para disputa com o baile do Internacional, decoração aquém do esperado pela imprensa e pelo público, cancelamento de presenças ilustres são alguns elementos que pensamos poderem ter contribuído para que o público fosse substituindo a frequência neste e optasse por bailes como o *Bal-Masqué* do Internacional e de outros clubes sociais. Apesar dos esforços apresentados pela COC/CPC e pela Emetur, o Baile Municipal tinha seu público fiel, empolgado pelo som frenético do frevo da orquestra do Maestro Guedes Peixoto, sensação do momento uma vez que Nelson Ferreira estava desde 1974 tocando a convite de outros bailes pelo Brasil afora. Conhecido por tocar três vezes na mesma noite, o Maestro era a principal atração dos bailes do Português, que geralmente terminavam entrando pela manhã.

---

<sup>74</sup> A postura presente nas ações de Moura Cavalcanti são, doravante, bastante debatidas no contexto das ideias às quais defendia. No entanto, a importância de seus feitos e de sua personalidade para o desenvolvimento de Pernambuco são reconhecidos e exaltados, sobretudo em sua obra “Brasis que vivi”. Sobre este tópico, ver: Da oposição, firmeza e respeito. *Jornal do Commercio*, 29 de novembro de 2009, Caderno Política.

Ainda nos clubes, o sucesso conseguido por dois anos seguidos permitiu a realização do III Baile da Saudade. O público que desejava vestir-se de pierrô, colombina e outros personagens dos antigos carnavais encontrava um retorno aos tempos que se foram sentindo a música percorrer o corpo até a ponta do pé, passando pelo coração e lembrando a forma como brincavam, ressuscitando dentro de si aquele folião que permanecia um pouco adormecido, aguardando a hora certa de poder voltar a brincar como em um tempo encerrado nas lembranças e nos antigos jornais. Se havia dúvida do compositor Noel Rosa nos anos de 1930 em saber com que roupa ele iria para o baile de carnaval que foi convidado, os frequentadores do Baile da Saudade sabiam que o traje formal ou a fantasia relembrando os anos de 1920, 1930 e 1940 eram a melhor forma de dar realidade àquele ambiente festivo.

Outro baile que parecia ter atingido a preferência dos foliões foi o Kurtissão na Jaqueira. Tendo em 1975 sua segunda edição, era considerado o mais bem organizado e servido baile da Zona Norte do Recife. Oferecendo boa área verde, bastante bebida, frevo e animação, o baile era um dos pontos altos dos três dias de Carnaval na cidade e rapidamente apresentou-se como um dos lugares mais frequentados pelo folião. Os jornais da cidade davam como certo o sucesso de mais um ano do Kurtissão de modo que havia atrativos especiais para que o folião frequentasse a festa: além dos preços a baixo custo, rivalizando com os principais bailes (Cabanga, Internacional e Português), os organizadores haviam convidado a escola de samba Estudantes do Pina, que na época contava com a ala das baianas mais bem organizada do Carnaval do Recife, além de passistas da Escola de Frevo e a orquestra do maestro João Santiago.

Nas ruas, a movimentação seguia as direções dos últimos anos: novamente o decorador José de Melo estava responsável pelas autoridades para ornamentar o centro da cidade e o principal foco da brincadeira, a Avenida Dantas Barreto, ficando também sobre sua responsabilidade a montagem do palanque oficial e das arquibancadas onde seriam vistos os desfiles. Após muito trabalho exaustivo, os homens responsáveis iam fazendo a cidade se transformar, colocar novamente a fantasia e esperar os dias de festa junto a seu público ansiosamente, contudo havia alguns problemas de ordem histórica no curso dos anos de 1970, que pareciam insistir em não encontrarem solução – entre eles estava a questão da substituição que parte da sociedade havia feito preferindo brincar o Carnaval nos clubes que ante às ruas. Essa imagem que foi se construindo desde o ano de 1970 alcançou, em 1975, um problema que tomou dimensões consideradas extremas pelas autoridades organizadoras das festas de Momo. Percebia-se um distanciamento entre agremiações e foliões que não

conseguia ser solucionado pelas ações promovidas pela CPC ou pela Emetur, evidenciando que o sinal dos tempos, com a entrada de ritmos no carnaval recifense e a rigorosidade na normatização, tanto ao folião como para a agremiação, haviam contribuído significativamente para o processo que se apresentava saindo do controle dos organizadores.

Assim, algumas brincadeiras daquele ano também foram afetadas por problemas de ordem internacional: desde 1973 a Crise Mundial do Petróleo, era um problema sério a ser administrado pelos países, fato que contribuiu para o aumento da gasolina e do querosene, então produtos principais dos carros fabricados naquele momento. Como alternativa, o Governo Brasileiro procurou desenvolver o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), produzindo carros nacionais a baixo custo movidos pelo combustível derivado da cana. Inicialmente este projeto teve sucesso, mas a maioria dos compradores de automóveis insistia nos carros à gasolina. Este processo comprometeu o desfile do Corso, que encontrou dificuldades em sair às ruas exatamente pela grande quantidade de carros movidos a combustíveis derivados do petróleo. Preocupados com a situação, os membros da CPC decidiram que fariam de tudo para que o desfile fosse realizado, dessa vez na Avenida Boa Viagem, pois assim também chamaria a atenção dos turistas que vieram apreciar o Carnaval Recifense, numa intenção que mostra a inclinação do Carnaval Turismo na cidade ficando cada vez mais presente.

Entretanto, a Semana Pré deu provas que o público novamente teria voltado às ruas em grande número para admirar a festa de Momo. Conhecido como Carnaval-participação, o foco da brincadeira era a Pracinha do Diário, o chamado Quartel General do Frevo, onde a folia tomava proporções animadas com a presença de bandas de metais e agremiações desfilando durante o dia inteiro contagiando a multidão a partir dos passos de frevo e do colorido dos estandartes presentes no local. Ao mesmo passo, o Diário de Pernambuco aproveitava para comemorar seu sesquicentenário e havia instalado um sistema que até então se mostrava como elemento novo nas ruas durante o Carnaval: um pavilhão coberto, contendo dois bares para atender ao público, com capacidade para mais de mil foliões e a presença de um dancing interno. Apesar de representar a primeira tentativa de ambientar socialmente os camarotes para determinados públicos na festa de rua, estes já estavam presentes em anos anteriores, contudo, eram direcionados para autoridades de Estado e a imprensa. Pela primeira vez o público que apenas desejasse contemplar a brincadeira poderia isolar-se do contato com os demais foliões e acompanhar o colorido e a alegria dos desfilantes em local privilegiado.



**Foto 24** - A Av. Dantas Barreto, embora pouco ornamentada, estava pronta para receber os foliões.

**Fonte:** Diário de Pernambuco, 08 de fevereiro de 1975, Primeiro Caderno, p.8. Acervo APEJE, Recife/PE.

Ao olhar da separação que se promoveu com a introdução deste camarote pelo Diário, observamos a tentativa de estabelecer uma nova divisão no público brincante da rua no Carnaval do Recife: para além da divisão habitual que se tinha entre aquele que brinca por diversão, por alegria e curtição, há aquele que brinca para competir e se divertir ao mesmo tempo, embora entre esses que brincavam por diversão apenas agora existisse uma barreira que deixava evidente as diferenciações sociais não inerentes à festa, mas que encontravam um modo de estarem transparecidas buscando determinar economicamente os espaços de cada segmento dentro da festa, mesmo sendo na rua. Apesar desta não ser uma evidência surgida neste período, o reflexo histórico ganhava novos contornos e apresentava formas características de cada tempo de estabelecer suas divisões e caracterizações de acordo com o curso das práticas envolvidas na brincadeira.

Nesta perspectiva da configuração, mais uma vez observou-se a dedicação da CPC em organizar os desfiles dividindo as agremiações em três dias de apresentações, seguindo mesmo planejamento de anos anteriores, evitando evoluções, paradas no trajeto até o palanque oficial e apresentação de no máximo vinte minutos, dando chance a todas as concorrentes de mostrarem seus temas aos jurados. O dia contemplava agremiações como troças, blocos, ursos, caboclinhos e maracatus, sendo a noite destinada para as escolas de samba, com os desfiles tendo início marcado para as 20h e término por volta da 0h, como em anos anteriores.

A repetição de práticas organizativas pautadas por disciplina e regramento em relação ao Carnaval do Recife, sobretudo de rua, demonstra, mais uma vez, uma discussão que já ganhava as páginas da imprensa desde 1973: a produção de um Carnaval que deveria atender

ao modelo exportação, ficando cada vez mais evidente a forma como o Estado Ditatorial interferia na promoção das festas populares brasileiras como uma forma de garantir o sucesso de suas iniciativas voltadas à Cultura, buscando demonstrar que o Estado tinha cuidados muito próximos do ambiente cultural e, se este agradava ao público envolvido, é porque a manifestação estava na rota do projeto de integração de um Brasil pra frente, de um país que dava certo desde o início da década de 1970. A indústria cultural da Ditadura assumiu feições mais vorazes a partir de 1975, concentrando as atenções na criação de órgãos capazes de estabelecer uma imagem do Estado a partir dos principais eventos que estivessem na preferência do brasileiro. Assim, aconteceu desde 1970 o incentivo ao futebol e nos anos seguintes, novos investimentos foram feitos com a criação da Embrafilme e da propaganda realizada pela Assessoria de Publicidade do Estado Maior do Exército Brasileiro (MICELI, 1984).

Neste ambiente, o Carnaval foi dotado de direção, sem liberdade de ação: fugindo do que acontecia no Rio de Janeiro, quando as ruas foram transformadas em passarelas para os desfiles das escolas de samba como atração quase estrita, no Recife havia o incentivo, mesmo que precário, aos blocos, agremiações e clubes como uma busca para manter o aspecto festivo presente e, ao mesmo passo, transparecer a imagem de que a festividade baseada na ordem da Portaria Municipal era benéfica ao ciclo cultural, de modo que era promovida uma maior integração do brincante com a festa, traduzindo o espírito de tranquilidade que pairava sobre a população recifense em tempos do Estado de Exceção, garantindo que era através da festa que o Governo Militar promovia a democratização da sociedade, buscando reconhecer os espaços de cada elemento social através de uma brincadeira que era segura, universal e alegre. Entretanto, essa imagem que deveria ser transparecida pela imprensa não chegava ao leitor, que sabia reconhecer os limites impostos à festa e qual o seu espaço enquanto componente constitutivo da brincadeira, não podendo ser separado dela.

Transformado em artigo de passarela, o Frevo passou a dividir espaços com os ritmos da Tropicália e com a presença do samba carioca de maneira mais contundente, tendo em suas apresentações que reconhecer a penetração cada vez maior dos ritmos de outros estados. Apesar de nostálgico e arraigado às tradições, o folião pernambucano percebia que a mudança provocava um ar de descaracterização não somente nos bailes fechados, mas, sobretudo no espaço público. O mesmo periódico trouxe uma entrevista com o sociólogo Sebastião Vila Nova, na época à frente do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Católica de Pernambuco onde o mesmo era enfático em afirmar que “o que era inegável era que o

carnaval estava se transformando, mais exatamente: se urbanizando, se amoldando às novas condições de vida urbana, ao estilo urbano de vida” (VILA NOVA apud CARNAVAL..., 1975, p. 3).

Vila Nova (apud CARNAVAL..., 1975) ainda analisava a caracterização do Carnaval de Chumbo naquele ano de 1975 observando seu trajeto desde a instalação do Golpe Militar a partir do sistema de estabelecimento da chamada Ordem Social. Regamentos oficiais e não oficiais estavam e são presentes em sociedades para que a base da constituição das relações seja bem feita, para que haja um contrato de convivência que garanta os espaços de expressão de cada elemento dentro de um conjunto de direitos e deveres que devem ser preservados e reconhecidos pelos outros atores do tecido social a partir do momento em que estes determinam suas posições em relação à sua formação psicossocial. Dessa forma, o comportamento da maioria dos cidadãos é modelado coletivamente e os poderes, naquele contexto, existiram exatamente para estabelecer uma posição não intermediária, mas acima dos anseios dos brincantes e foliões, assim como do seu ideal de festa enquanto instrumento de garantia do seu pensamento.

Ambos os mecanismos (tanto o Carnaval como o poder do Estado de Exceção) envolviam um universo que precisa estabelecer seus limites, construir sua ordem baseada nos preceitos que fossem direcionados para a manutenção de uma hierarquia social que privilegiasse o topo do poder, uma vez que a ordem, apesar de ser imposta de cima para baixo, encontrava nos brincantes e foliões sua resistência, observava uma força contrária que representava o espírito da alegria, do alívio das tensões proporcionadas pelas normas coletivas e individuais impostas pelo sistema político àqueles que pretendiam apenas serem autênticos, traduzir formas de expressão capazes de fazer um e outro reconhecer-se enquanto partes integrantes da festa, fosse à rua, fosse ao clube. O Carnaval se inseriu nesse direito: ser uma norma pessoal, institucionalizada em cada folião para que pudesse reconhecer àquela liberdade aguardada com o fim do AI-5 decretado pelo Presidente Geisel, o início do retorno à liberdade individual, civil e a reconstrução do ideal democrático da nação a partir da integração (salvaguardadas diferenças de cunho econômico e cultural).

Assim, as leis determinando em 1975 a proibição de biquínis e tangas foram bem mais rigorosas do que outrora. Suprimindo a tolerância, a Delegacia de Costumes decidiu estabelecer um cerco em relação aos foliões que decidissem insistir em “atentar ao pudor” usando estes determinados trajes. Houve neste ano, em paralelo, uma fiscalização mais incisiva também em relação a venda de bebidas alcoólicas, de modo que as mesmas também

eram elementos que quando ingeridos em demasia - concordando com Vila Nova (apud CARNAVAL..., 1975, p. 3) – apresentam um teor mais marcante da “libertação do inconsciente coletivo”. Ora, uma vez que a lei do Carnaval era exatamente a fuga da convencionalidade, a ausência das leis que regiam a sociedade ditatorial, a instituição de uma ordem pautada pela alegria, descontração, criatividade e improvisação, estas eram traços explícitos da personalidade cultural da sociedade recifense que não poderiam ser superpostos ou excluídos, substituídos por outros valores novos que não tivessem ligação com a formação moral e cultural daqueles brincantes. O fato era que, ao passo que crescia a classe média no Brasil de Chumbo (e no Recife não era diferente), a sociedade era alvejada por um estilo de vida que tendia à modificação e a legislação acompanhava essas mudanças, embora o Carnaval fosse um ritmo que, ainda segundo Vila Nova (apud CARNAVAL..., 1975), não parecia tipicamente urbano – seus traços revelavam importantes elementos que caracterizavam, através dos tempos, formas de expressão que remetiam aos longínquos exemplos de escravos e religiosos envolvidos na festa, com a presença do entrudo e das procissões, não estando estes adaptados ao corre-corre de meados dos anos 1970, do surto desenvolvimentista que tomava o Brasil (e o Recife) de então.

Algumas proibições ainda se mantinham, como o conhecido mela-mela. Talvez representando o maior inimigo das autoridades durante os dias de festa, essa prática estava sendo duramente combatida desde 1972 e as forças policiais tinham autorização do Secretário de Segurança para agir de forma rigorosa, sem dar brechas para o folião que quisesse driblar a lei e conseguir utilizar produtos proibidos como cal, talco, soda cáustica, lama, batom, lança-perfume e outros que viessem a trazer malefícios para a saúde de outros foliões. Novamente alertando para as conseqüências que seriam assumidas pelo folião que ignorasse a Portaria disciplinadora do Carnaval, a Polícia ainda fazia questão de lembrar que a atitude estava ligada ao Código Penal em seu artigo 132<sup>75</sup>.

Mesmo com tantos descompassos, tantos caminhos percorridos e propostas em se realizar um Carnaval notável, o público julgou ser aquele o Carnaval mais animado de toda a década de 1970 até então. Com o povo recifense voltando em grande quantidade para brincar nas ruas, os desfiles das escolas de samba tendo como grande atração Gigantes do Samba e

---

<sup>75</sup> Art. 132 do Código Penal Brasileiro de 1969 → Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave. Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais. Decreto-lei nº 1.004 de 21/10/1969. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=227135>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

Estudantes de São José, além de muita animação e muito frevo na Pracinha do Diário, o Carnaval parecia ter recobrado seu curso natural, promovendo uma festa digna do espírito pernambucano e recifense de diversão. Ultrapassando os limites das dores físicas, a imagem construída pelos periódicos foi a de que o folião aproveitou bastante a festa, bebendo, dançando e freqüentando vários pontos altos da cidade como a Praça Maciel Pinheiro, Rua Nova, Imperatriz, Guararapes e Dantas Barreto, desejoso em se reconhecer na festa, encontrar seu ponto de intersecção com aquele momento libertário, característico da idéia que a população tinha como ordem e não seguindo padrões normativos ou estéticos usados em outras épocas do ano.

Ainda assim, a presença do Estado de Exceção era forte, não podendo ser esquecida e as ações se direcionavam nessa condição: através da Federação Carnavalesca, havia uma investigação para a identificação de irregularidades que pudessem comprometer o tom das festividades, sendo as agremiações que tinham sido punidas colocadas à parte dos grupos que recebiam algum privilégio incentivando suas atividades. Não obstante, estas eram obrigadas a devolver a subvenção recebida, o que na época representava o meio pelo qual estas saldavam suas dívidas e apresentavam uma sobrevida às determinações estipuladas para os desfiles.

Expondo as razões para punir as agremiações, o Presidente da Federação Carnavalesca, Mário Orlando, defendeu a imprescindibilidade em aplicar estas, visando estruturar melhor um Carnaval ancorado na qualidade e na padronização do acesso aos subsídios que tornassem a festa possível de ser dignamente aplaudida. Preocupado não com o teor dos desfiles e a intenção daqueles que compunham o enredo destes, a Federação observava a impressão causada pelos desfilantes aos que se colocavam como expectadores, a imagem construída a partir da festa, sobretudo fora da cidade, do estado, servindo como modelo exportação de um ciclo secular que ainda encontra em suas raízes um estilo próprio do encantamento e da contemplação.

Se, por um lado, as autoridades faziam por onde atrair turistas mostrando a beleza e a diversidade do Carnaval Recifense, por outro era preciso organizar uma estrutura capaz de atender a esse público: dessa forma, a Emetur esteve preocupada em treinar os soldados da Polícia Militar para receber este público que vinha de fora, muitos pela primeira vez, motivados para conhecer as belezas e o tão falado Carnaval da cidade. Antes de cair na folia de fato, o turista sabia que o policial bem treinado para resolver problemas poderia ser um auxílio necessário e saber atender bem, era uma das competências exigidas pela entidade governamental dos oficiais presentes, para garantir a segurança da festa, pois não bastava

apenas evitar confusões entre os foliões, mas era preciso, especialmente, mostrar aos mesmos que as autoridades sabiam dialogar e estavam presentes no local para qualquer tipo de informação.

O curso de rápida duração tinha alguns módulos como: conhecimentos em folclore da região, indicação de pontos turísticos, tradição e história de Pernambuco (mais ainda, do Recife) e principais locais de atração (atualmente conhecidos como pólos de animação) na cidade. Concluído o curso, cada policial acabava, além de autoridade nas ruas, transformando-se num guia gratuito para o folião que vinha de fora, sendo uma alternativa econômica para o Estado e, ao mesmo tempo, a contribuição para a formação de uma força baseada não somente na brutalidade daqueles anos, mas principalmente conhecida pela capacidade cultural de um lugar bastante diversificado em suas festas populares. Esse *status* era bem visto pelos comandantes da polícia local, que incentivavam a formação de turmas nos quartéis com número limite de cinquenta alunos por vez.

As agremiações, por sua vez, novamente não puderam realizar o carnaval da forma como desejavam contando apenas com os recursos destinados pelas entidades governamentais para a festa, mesmo que as subvenções tivessem sido pagas com antecedência pelo Governo do Estado, contabilizando cerca de cinquenta por cento do orçamento total dos cofres públicos naquele mês. A saída então foi aceitar patrocínios de empresas que se colocavam como padrinhos e madrinhas dos brincantes, doando fantasias completas, carros para desfile e instrumentos musicais, pedindo em troca apenas a propaganda de seus produtos como forma de pagamento. Sem muitas opções, as agremiações necessitavam percorrer esses caminhos se desejassem de fato concretizar seu projeto de mostrar ao público o que tinham pensado para o ano do desfile, ao mesmo tempo sendo reprodução gratuita do público expectador, uma vez que não custa enfatizar a ideia de que o brincante desfilante era, também, um expectador e este pensava (ou deveria, caso quisesse ser um representante da ordem alegre carnavalesca) como aquele que estaria atrás do cordão de isolamento ou nas arquibancadas, aguardando ansiosamente pelo início das festividades, pois procuraria identificar-se com a beleza multicolorida apresentada na avenida.

Um ponto, no entanto, chama a atenção para os desfiles: a presença de idosos nas agremiações em grandes quantidades. Guardiões da memória de carnavais passados, os membros que compunham os quadros das escolas de samba e outras representações do carnaval recifense naquele ano apresentavam não somente a concretização de sonhos, objetivos e o resultado de muito trabalho – estavam, possivelmente, experimentando o último

brado de liberdade existente em um país dominado por uma política autoritária que a cada ano, em vez de promover uma real distensão do regime, abarcava uma aproximação da Cultura com o elemento político cerceador. Ainda não marcados pelo extremismo e pela segregação encontrados na sociedade em outros aspectos da civilidade, as brincadeiras e desfiles carnavalescos representavam para os idosos recifenses, muitos envolvidos com os quadros sociais da periferia, esperanças de construir um imaginário pelo qual julgavam ser o ideal para a prática momesca. Isso não quer dizer que os mesmos estivessem impedidos de serem incluídos no processo social que se formava na sociedade com a caracterização da classe média, mas era difícil demais na idade deles aspirar mudanças sociais tão significativas.

Aos olhares destes idosos restava a lembrança, a concretização de sonhos, a esperança em ver filhos e netos brincando um Carnaval que representasse o verdadeiro espírito de alegria e originalidade intrínsecos à festa. Se as areias do tempo não lhes davam mais a perspectiva de observar mudanças realmente significativas, ao mesmo tempo em que as ações deles enquanto desfilantes apresentassem a luta pela busca da manutenção de seus ideais, de sua concepção de Cultura e Tradição, pretendendo, assim, motivar os mais jovens a trabalharem no projeto de perpetuação dos costumes, memórias e práticas que envolvessem as festividades momescas no Recife, havia um rastro de esperança em fazer, ao surgimento de um novo tempo, o antigo misturar-se ao novo. Assim, uma das grandes representações conhecidas, ainda no início dos anos 60 e que servia como referência para a presença desses idosos nas festas era Maria Júlia do Nascimento<sup>76</sup>, popularmente conhecida como Dona Santa, a mais conhecida rainha de Maracatu do Recife. Integrando a Nação Elefante, ela resistiu às mudanças e comandou com muita personalidade as apresentações vitoriosas de sua agremiação, o que a tornou notável presença do Carnaval do Recife. Muito além de se limitar a este aspecto, Dona Santa era a representação da quebra de hierarquias sociais através da festa, quando se colocava como rainha, negra, e se tornava o mais apreciado integrante de sua agremiação, observando que a ordem no Carnaval é a da tradição, da participação e do conhecimento sobre a brincadeira, conduzindo o espírito tanto daquele engajado na apresentação junto ao grupo como deixando transparecer no processo a vontade e o desejo do público que assistia.

No panorama geral, o forte calor presente naquele verão de 1975 não foi suficiente para afastar os foliões das ruas: apesar das já conhecidas “recomendações” do Secretário de Segurança, Egmont Gonçalves Bastos, aqueles que saíram as ruas brincaram com muita água

---

<sup>76</sup> A brincante faleceu em 1962.

e muito pó nos principais focos da folia. Atenta e ostensiva, a Polícia controlou as ações, sobretudo os banhos de cerveja na calçada do Bar Savoy, intervindo mais incisivamente em alguns casos, embora no plano geral o Carnaval tenha sido tranqüilo em relação ao estabelecimento de regras extremas por parte dos foliões descontentes com a Portaria nº 85/75.



**Foto 25** - O forte calor não afastou o folião e a animação das ruas.  
**Fonte:** Diário de Pernambuco, 13 de fevereiro de 1975, Segundo Caderno, p.14.

Porém, neste Carnaval de 1975, fatos negativos também foram registrados pelas canetas e câmeras fotográficas da imprensa: o não comparecimento de muitas agremiações que deveriam estar na Pracinha do Diário no Domingo de Carnaval, abertura oficial das festividades naquele ano. Alegando a intolerância no tratamento promovido para com elas vindo da CPC, os brincantes optaram por usar do mesmo privilégio e deixaram apenas Inocentes do Rosarinho e Banhistas do Pina livres, para terem mais tempo na apresentação. Entre as agremiações aguardadas estavam Limonil e Vassourinhas, que no dia do desfile oficial apresentaram, aos olhos da imprensa, um desfile sem originalidade, fraco, com os integrantes desfilando descalços e batuques sem fantasias. De certa forma, esta atitude das duas agremiações demonstra um grito de protesto em meio à festa, uma vez que coloca ambas na situação de apresentar um problema considerado crônico no Carnaval Recifense, como era o apoio financeiro aos brincantes e, ao mesmo tempo, demonstram que havia o mínimo respeito para com o público que, não estando diretamente envolvido com as questões de organização burocrática na qual se transformou a festa para estes foliões, aguardava

ansiosamente pelos temas apresentados para aplaudir, vibrar e cantar os enredos escolhidos para aquele ano.

Dividindo a passarela com as agremiações olindenses no segundo dia, a apresentação dos brincantes de Recife foi quase uma repetição instantânea do dia anterior, só que dessa vez com as duas tradicionais escolas de samba da cidade: Estudantes e Gigantes. Invasa pelo público, a passarela transformou-se num grande palco de celebração entre brincantes profissionais e brincantes coletivos, deixando o som dos batuques, frevos e canções dotarem o ritmo da alegria espontânea em plena Terça Feira de Carnaval na cidade. O encerramento das festividades daquele ano ficaria por conta da premiação aos vencedores de um desfile diversamente mal organizado, o que dificultou, inclusive, o julgamento do palanque oficial na hora de decretar o campeão. Houve ainda a invasão da imprensa na passarela para tirar fotos dos destaques de cada agremiação e a ausência de muitas agremiações campeãs, que decidiram ficar afastadas das comemorações em protesto à desorganização.

Porém, outro ponto chama a atenção para o Carnaval neste período: a presença da grande movimentação carnavalesca na praia de Boa Viagem. Transformada pelos foliões em pólo de animação, a Av. Beira-Mar ficou tomada pelo espírito momesco durante os quatro dias, com a presença de muitas tangas e biquínis – apesar da oficial proibição aos trajes – e quase nenhum excesso, com o samba sendo o ritmo musical que predominou, apesar do Frevo também estar bem marcado. Essa transferência de pólo da folia seria observada nos anos subsequentes, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 transformando o ponto entre os antigos Hotéis Boa Viagem e o Castelinho como o preferido para as manifestações do Carnaval. Paulatinamente, o início da descentralização da folia, iniciado em 1975, percorre o tempo presente em torno da caracterização de uma nova fase para o Carnaval Recifense: desde a brincadeira na área litorânea, na praia, até a invenção do festival Frevança pelo futuro prefeito Gustavo Krause, as práticas brincantes foram mudando no Recife de modo que novas áreas fossem contempladas e o leque de opções se apresentasse ao folião de forma significativa, para que o mesmo continuasse vestindo, apesar do espírito ditatorial do país, sua fantasia nos anos seguintes.

Em conclusão, restava ao folião, que aproveitou o melhor carnaval do mundo apenas a saudade. Saudade que chegava à Quarta Feira ingrata, tão depressa, só para contrariar. E demorava mais 360 dias a passar até que aquela alegria incontrolável tomasse novamente conta de vários corpos. Especialmente por não haver registros de foliões transgressores detidos (graças à ação da Polícia Militar em conter o mela-mela), muita gente brincou, bebeu,

sorriu, beijou, se divertiu a valer num Carnaval, que enfrentou a discussão de estar morrendo ou bastante vivo especialmente nas ruas. Mesmo excluindo, substituindo ou adaptando alguns elementos característicos da brincadeira, o espírito da irreverência, da criatividade, do improvisado e da fuga ainda permanecia muito forte no folião recifense. A tradição e os costumes eram outros ingredientes que contribuía para que Recife tivesse um a festividade tão comentada e ao mesmo tempo tão freqüentada por seu público e outros tantos que, vindos de todas as partes do país e de fora dele se uniam numa constante epidemia, que se chamava o Carnaval<sup>77</sup>.

#### 4.2 O CARNAVAL DE CHUMBO PELOS OLHOS DOS BRINCANTES: “eu quero é entrar na folia, meu bem”

Observar a forma como o folião faz a leitura da festa na qual ele é o ator principal é um exercício curioso de investigação histórica. Perceber os significados, as entrelinhas de suas práticas é uma das formas pelas quais se reconhece com mais detalhes os elementos que formam os mais diferentes discursos envolvidos na Cultura carnavalesca. Ao lado do aspecto político, essa visão amplia os horizontes de interpretação e faz com que a montagem de um enredo seja rica em discussão. Durante o Carnaval de Chumbo, muitos brincantes estiveram envolvidos diretamente com a festa de maneiras diferentes: livres nas ruas, aproveitando os dias de Momo; nas cadeias públicas, desejando brincar nas ruas ou brincando nos banhos de sol; ou até mesmo em serviço, acompanhando a festa com um olhar profissional, pois já que não teria como usar sua fantasia para brincar. Usava então a fantasia de trabalho. O que realmente importava ao brincante, ao folião, era entrar na folia, viver o Carnaval como fuga

---

<sup>77</sup> Trecho da música “Vai Passar” de Chico Buarque de Holanda.

do tempo real, esquecer os problemas e as dificuldades por três, quatro dias e poder aproveitar ao máximo o Reinado da Alegria.

#### **4.2.1 Troças, Blocos e Agremiações de Rua**

Ao se ver um menino correndo pela rua, já se podia imaginar que ali apontava uma banda de metais tocando Vassourinhas, Hino do Elefante, Evocação nº 1 ou batuqueiros tocando alfaias, ou até mesmo marcações com flauta doce e muita gente pulando, rindo e dançando euforicamente atrás daqueles vinte, trinta integrantes fantasiados que apenas saíam na rua poucas vezes durante o ano vestidos dessa forma e sem ganhar muito dinheiro por duas fortes razões: divertirem a si mesmos, mantendo viva uma tradição e divertir os outros, contagiando-os com sua alegria, mantendo o espírito festivo. Esse foi durante anos e permaneceu sendo no Carnaval de Chumbo o espírito brincante de agremiações como Ursos, Caboclinhos, Maracatus, Troças e Blocos Líricos ou Anárquicos<sup>78</sup>.

Juntas, estas agremiações coloriam ruas, vielas, bairros e avenidas pelo Recife apenas buscando através da musicalidade espalhar o espírito alegre que tomasse conta da festa, reconhecendo as dificuldades em montar todo o esplendor para realizar algo digno de elogio por parte daquele folião que assistia a tudo ou participava diretamente da brincadeira. Marcar presença nas ruas durante o Carnaval era, além de um ato de dignidade para com os seus admiradores, uma questão de honra para a história social dessas agremiações, que compunham o Carnaval do Recife também nos Anos de Chumbo.

Em meio a tantas normatizações, impedimentos, fichamentos em arquivos do Governo Ditatorial e tantos outros exemplos que deveriam contribuir para que dificuldades fossem colocadas aos brincantes, a tradição era uma força extra que parecia realmente falar mais alto e enfrentar o sinal dos tempos. Desfile era um presente herdado com muito orgulho pelos brincantes das mãos dos mestres, de familiares como avós, pais e parentes mais próximos que precisava continuar, não poderia e nem deveria curvar-se diante dos impedimentos apresentados principalmente pela falta de verbas vindas da COC/CPC e Emetur, ou menos ainda das rigorosas determinações do Secretário de Segurança Pública, em exigir a fiscalização dos clubes e agremiações junto à Federação Carnavalesca. O Carnaval tinha um sentido para o brincante de renovação espiritual, de fazer fluir a energia contida pela dureza

---

<sup>78</sup> Este “espírito folião” está presente em constantes depoimentos de brincantes e foliões analisados na elaboração da pesquisa, o que nos permitiu tecer este comentário com a devida autorização dos mesmos.

da Ditadura, da voz de liberdade que precisava se expressar na evolução, no Passo ou na dança folclórica.

Em especial, o período de 1968 a 1975, apresentou um conjunto de elementos que permitiram a formação de um grupo de brincantes dedicados a se utilizarem da festa como uma forma de protesto legal contra a Ditadura. Mesmo sem fazer referência a temas políticos ou polêmicas próprios da época, os foliões e os brincantes envolvidos nas agremiações aproveitavam os dias de Carnaval no Recife, como momentos para revelar a quebra da norma, a proclamação do Reinado da Alegria, a união de vários interesses em apenas um só: negar obediências. A ironia, a graça, o riso e as brincadeiras (pesadas ou simples) eram apenas mais ingredientes que davam um sabor especial ao universo que se formava em torno da imagem dos envolvidos na festa de Momo.

Assim, imaginar o que se passava na mente de um brincante foi um exercício de identificação bastante envolvente. Que o diga a antropóloga Katarina Real, uma das poucas representantes do Governo (havia se desligado oficialmente em 1968, como citado<sup>79</sup>) que tampouco estava preocupada se aquele tempo permitiria a ela ou não assumir uma postura favorável à liberdade extrema ou censurada dos brincantes. Defensora de agremiações como os Maracatus e Blocos de Ursos, Katarina Real estabeleceu um forte elo com importantes figuras do cenário folclórico pernambucano buscando entender, justamente, os sentimentos envolvidos na formação das agremiações, desde a confecção dos materiais até a saída na rua propriamente dita daquele conjunto espontâneo e muitas vezes irreverente de pessoas. Assim, pôde compreender melhor o pensamento de figuras expressivas do Carnaval como Dona Santa (antes de sua morte, em 1962) e Eudes, o rei do Maracatu, assim como outros tantos que estiveram próximos a ela.

Contendo um fundo social de grande importância, essas agremiações de rua procuravam ainda, acima do interesse puramente em divertir, divulgar uma imagem social, econômica e política que se refletia na falta de adereços mais elaborados, fantasias usadas em anos anteriores, pouco incentivo financeiro recebido das mãos das autoridades, necessidade em firmar parceiros para tornar possível o sonho dos desfiles, etc. Essa visão encontra uma oposição em relação àquela que defende o Carnaval como uma festa totalmente democrática, uma vez que as diferenças sociais existentes no mundo fora do Carnaval transpassavam a barreira do imaginário e tornavam-se muito reais também na montagem e possibilidade que envolvia a festa em seus aspectos principais. Tentar imaginar um Carnaval puramente

---

<sup>79</sup> Ver tópico 4.1.1 deste capítulo

inclusivo, apesar de aberto a todos os públicos e de todos os gostos, seria ignorar a presença de um Brasil em crescimento que formava uma classe média cada vez mais separada das classes mais baixas, que se inclinava para frente buscando a classe alta sem, contudo, trazer consigo aqueles que estavam mais abaixo de si na pirâmide social. Neste Carnaval, diferente do outro, não havia romantismo.

Desse modo foi possível tentar imaginar a situação apresentada pela maioria dos presidentes de agremiações entrevistados quando relataram os problemas encontrados ano após ano, durante o Carnaval de Chumbo, em relação às possibilidades que estavam ao seu alcance para colocar sua agremiação diante do povo. Embora soubessem que, sem a presença deles, o Carnaval perderia muito do seu brilho e da sua magia, sabendo igualmente, que havia uma tendência nesse período à substituição do Carnaval de Rua pelo Carnaval de Clube, graças ao uso da libertinagem por parte de alguns foliões mais exaltados, assim provocando o afastamento de famílias destas, os organizadores das agremiações tinham em mente que havia uma razão maior pelo qual eles realizavam seus esforços ao alcance de suas capacidades para colocar o desfile na rua: a paixão e o carinho recebidos do público quando da realização das apresentações. Para estes, ver o samba enredo cantado, o passo marcado pela nota do frevo rasgado, o acompanhamento e o suor que descia no rosto não tinha preço. Lotar as avenidas Guararapes, Dantas Barreto, entrar no cordão de isolamento e ser recebidos de pé, com aplausos e assobios, ou simplesmente descer a ladeira dos altos e arrastar a multidão consigo na marcação da orquestra eram situações que pareciam alimentar o coração e a mente desses brincantes de forma que esses buscavam forças extras e se dedicavam de corpo e alma na organização daqueles dias, que para muitos era mais importante do que os outros trezentos e sessenta e três do ano. Apesar de não ser suficiente para a superação das dificuldades, sobretudo financeiras, o carinho recebido do público expectador era uma injeção de ânimo em cada brincante que estava ali representando não apenas a si, mas reunia sorrisos, sonhos e satisfações pessoais de outras pessoas.

A montagem começava logo cedo: o nervosismo, a vontade em fazer bem feito, o desejo em contagiar com a alegria pessoal a alegria coletiva eram maiores e já se mostravam razões suficientes para que o desfile fosse um sucesso. O trajeto, no centro da cidade, não era tão simples como nos bairros onde haviam nascido: era preciso seguir um plano, uma orientação, uma regulamentação específica durante aqueles anos de 1968 a 1975 caso quisessem ser campeões e fotografados pelas teleobjetivas da imprensa escrita e audiovisual. Mesmo sendo a celebração da festa que quebrava padrões rígidos de controle e legislação do

povo em geral, o Carnaval era dotado de um espírito que buscava vigiar, perceber e determinar a forma como se deveria brincar – a esta condição, o brincante não estaria totalmente submisso, entretanto, o lado financeiro da agremiação era importante para sua sobrevivência, tendo estes que ceder em prol da não extinção de sua história de vida, de páginas escritas com suor e dor, mas também com muita alegria e muitos sorrisos.

Com exceção dos blocos líricos, a maioria dos blocos de rua, troças, sociedades carnavalescas, blocos de ursos, maracatus e caboclinhos eram formados nas periferias, por pessoas humildes que tomavam emprestada a sinfonia carnavalesca para mostrar à sociedade sua existência e seus valores, fossem estes humildes ou mesmo a exemplo do lirismo, valores do passado, como fez o Bloco da Saudade em seu frevo de bloco no ano de 1974, quando saiu às ruas pela primeira vez. Segundo Bezerra (2006, p. 32), “a solução era pesquisar para aprender a cantar e brincar este carnaval específico, sair à rua para reintroduzir a brincadeira no carnaval da cidade, devolver a cultura popular ao povo e ensinar a classe média a brincar o carnaval de rua”. Esses valores continuados pelos brincantes passam por um sentimento de ligação muito forte com a realidade na qual viviam naquele período, de modo que as mudanças eram tantas e tão significativas, que era preciso uma forma de se reconhecer, se encontrar em meio a estas e o Carnaval era um símbolo, um rastro de esperança e possibilidade diante da aceleração do tempo.

Retomar o passado, reconhecer a si e aos antepassados, ensinar às novas gerações os princípios da festa, eram elementos que compensavam todos os esforços diante da organização das festas de Momo naqueles anos difíceis de Chumbo. Enquanto muitos desapareciam, eram exilados do país, aparentemente enganados pela política de “pão e circo” dos governos da Linha Dura, os brincantes sabiam bem que o Carnaval, apesar de estar sobre forte normatização, ainda representava a forma como o povo organizava suas idéias e sua forma de sociedade sem ter que preocupar-se com a vigilância constante. Que de certa forma poderiam dormir e tentar poder acordar no segundo, terceiro dia de folia sabendo que teriam espaço para colocar o desfile na rua, sem poderem ser impedidos pelos poderes autoritários, uma vez que numa festa como o Carnaval, a lei ainda era feita pelos membros que participavam da brincadeira.

Assim, a rua era o espaço da liberdade, que poderia ser confundido algumas vezes com libertinagem ou não, mas tendo o brincante e o folião que o acompanhava em mente que qualquer ação considerada suspeita pelos poderes superiores do Estado de Exceção seria prontamente impedida de continuar na festa, sendo isolados por serem considerados

problemas sociais que colocariam o curso da sociedade em perigo. Cientes de como as autoridades agiriam e como elas observavam suas formas de brincar, os envolvidos procuravam limpar suas mentes e concentrarem-se na beleza dos desfiles, no colorido de suas fantasias, na motivação em tirar o folião desanimado de casa e acompanhá-los pelas ruas do bairro, do centro, da Avenida Boa Viagem para fazer do Carnaval não uma festa-protesto, mas um momento cultural, que precisava preservar uma memória social importante: a da permissão em construir, em experimentar, em se satisfazer.

Não há como não observar, então, o sentido político-cultural que envolvia essas agremiações, clubes e troças de rua nesse contexto dos Anos de Chumbo. Para muitos, o Carnaval era uma luta pela sobrevivência: significava muito dedicar toda a produção, tempo empregado na confecção de fantasias, noites mal dormidas, viradas de turno em dedicação a montagem do tema que desfilaria naqueles anos. Embora algumas das motivações necessitassem ser homenagens aos governantes, feitos da história do país em razão do chamado Motivo Nacional, a maioria das temáticas eram retratos do povo, passagens e registros importantes na história daquela rede social, pois, mesmo atravessando o tempo, o sentido social de uma agremiação como estas aqui citadas é o de integração de pessoas que buscam estabelecer contatos sociais espontâneos e o da comemoração da ausência de regras que possam impedi-las de manifestarem suas características mais marcantes.

De sangue quente, fosse recordando o passado em cortejos de pau e corda, soprando metais e arrastando movimentos que trabalhassem a musculatura do corpo como num movimento sincronizado e ensaiado, batucando e invocando os ancestrais em forma de ritual celebrativo ou soltando pulos e piruetas coreografadas ao som de um pífano e arcos e flechas de madeira com um cocar na cabeça, os brincantes estabeleciam os seus panoramas de folião. Rompendo com cotidiano e se situando em um universo paralelo, o profano e o sagrado se misturavam em elementos capazes de transformar o que seria a plenitude da desordem, “o momento em que as classes subalternas se aproveitam para tentar subverter a ordem” (MEDEIROS, 2005) em um cortejo sintonizado a partir das forças que alimentam o espírito do folião. A ordem instituída pelo folião, pelo brincante, por aquele que caracteriza o Carnaval nos Anos de Chumbo é inversamente proporcional ao que o Estado julga como medida extraordinária para o reconhecimento das formas necessárias da sociedade.

Esta leitura encontra concordância com a noção desenvolvida por Ortiz (1994) de que o processo de conhecimento do mundo é múltiplo, embora a ideologia dominante busque esconder as relações de poder existentes nessas várias formas de perceber a realidade. Instituir

ao brincante e ao folião o que deveria ser feito nos dias de folia ia de encontro com o sentimento e a mística que envolvia a festa de Momo, de modo que nem todos que participavam do momento entendiam que aquelas ordens partiam para beneficiar a brincadeira, como empregava o discurso do Estado. Ora, cercar, proibir, ameaçar e impedir determinados tipos de brinquedo não representava uma forma de garantir uma organização ou mesmo um ambiente tranqüilo: aquelas formas proibidas eram exatamente o que davam ao folião o gosto pela algazarra, pela vontade de encontrar os amigos, de ir às ruas ou mesmo encontrar pessoas desconhecidas e manter um processo de interação com elas. Para os brincantes, usar temas pensados pelos próprios eram permitidos, desde que obedecesse a certa linha de pensamento para a época, assim limitando o campo de criatividade dos carnavalescos que apenas desejavam autenticidade e liberdade na formação de seu momento alto de euforia.

Ambivalente, o Carnaval de Chumbo era para os brincantes o resultado de que na sociedade classista a cultura carnavalesca, por mais plural que fosse e por mais diversificadas que fossem as expressões, não harmonizava o ambiente social daqueles que dela faziam parte (BURKE, 2010). Em resumo, a sociedade se projetava no Carnaval, mas não era intenção dos brincantes reconhecerem aquele estado das coisas, de forma que o sentido da libertação do sistema autoritário expresso na festa era a de usar a mesma como válvula de escape e transmissão de valores diferentes daqueles que tentavam ser estabelecidos pelo Estado como necessários aos que brincavam, de modo que esses reconhecessem a importância que havia em segui-los, dando assim um maior conforto ideológico a apenas um dos lados – de onde emanava o poder político central no período. Contudo, como cita Foucault (1979), o poder não tem uma única direção e se encontra em diversos ambientes da sociedade, vigilante, pronto a servir tanto aqueles que estão no topo desta como igualmente aos que são vítimas dos primeiros. Antes de apresentar-se como uma alternativa política, o Carnaval era a representação de uma idéia de sociedade que não precisava de regras extremas para funcionar em estado consciente.

Entrar na folia, então, era uma forma considerada necessária pelos envolvidos no tríduo momesco. Caminhando ao lado de elementos políticos e econômicos, o sentido do Carnaval de Chumbo esteve intimamente ligado ao que pode ser chamado de viabilidade financeira. Acompanhando o ritmo de crescimento do país, cresciam também os gastos e muitos brincantes deixaram as ruas por alguns momentos para voltar em outros carnavais: é o exemplo do bloco Madeiras do Rosarinho. Dificuldades encontradas dentro da própria comissão de organização das festividades impediam que a tradição e a grandiosidade da

agremiação fossem reconhecidas e, a duras penas, os responsáveis pela agremiação somavam esforços realizando bingos, bailes e arrecadando doações para a montagem da festa. Se a conjuntura não colaborava, existia um elo de solidariedade que não deixava o espírito folião esmorecer e colocava como alto grau de prioridade o nome de cada elemento que tornou aquele momento uma vitória nos anais momescos do bloco. A comunidade se mobilizava em torno da causa coletiva, colaborando como podia para que no dia de Carnaval, a agremiação apresentasse seu tema nas ruas. De certo nem sempre esses esforços eram recompensados à altura pelas comissões julgadoras, mas a satisfação em apresentar-se ao público era maior do que as dificuldades de ordem burocrática. Outros exemplos da mesma linha eram comuns no período descrito, embora a força de vontade em fazer uma realidade diferente do que os caminhos se propunham a escrever fossem maiores do que a aceitação da derrota: esta era uma palavra que não tinha significado para o brincante.

As máscaras dos brincantes então, não eram apenas de papel machê ou plásticas: eram, sobretudo personas que ignoravam o período e construía sua própria ordem, sua verdade no tempo. Acima da ideia de perder a identidade e se dedicar como louco à festa (HEERS, 1987), os brincantes e foliões tinham uma percepção comum do processo carnavalesco nos Anos de Chumbo: nem festa da carne, nem festa pagã – o Carnaval era a festa da alegria e celebrar o momento era a ordem do dia.

#### **4.2.2 Bailes Tradicionais da Cidade do Recife**

Se nas ruas havia uma direção que apontava para um folião, hora parcialmente aceitando a lei que lhe era imposta, hora apresentando formas de expressão que eram contrárias às determinações ditas pelas autoridades do período, nos clubes o processo ocorreu de forma diferente. Ambientes requintados ou populares, o Carnaval de Clube acontecia envolvendo uma parcela da sociedade recifense que optava por fugir da efervescência e agitação das ruas, preferindo um ambiente “mais seguro” para aproveitar a festa de Momo.

Estes espaços fechados representavam a distinção social presente na sociedade recifense (e brasileira) neste período. Sobre esta distinção, é de fundamental importância chamar a atenção para o fato que ela era um elemento tradutor da sociedade capitalista que se formava naquela época. Contando com membros recém-promovidos para a classe média e

membros da *high society* recifense, os bailes mais notáveis estavam no Cabanga Iate Clube, conhecido como O Carnaval em Technicolor, que havia substituído já em 1969 o antigo Preto e Branco; no Clube Português do Recife, onde eram realizados o Baile Municipal, o Baile da Saudade e o Baile do Vassourinhas; além do Clube Internacional do Recife, conhecido pelo charmoso *Bal-Masqué*. Essa tríade dos bailes representava o mais requintado e freqüentado ambiente que exemplificava a diferença de juízos de gosto e acesso a expressões dentro de uma mesma cultura.

Apresentando várias formas de apontar requinte, bom gosto, educação segundo um código de atitudes que diferenciava membros de uma mesma sociedade dentro de um ambiente fechado, os bailes tradicionais eram assinalados pelos contatos trocados, relações percebidas, encontros marcados e projeção alcançada. Mostrar-se e freqüentar bailes daquele porte reunia um conjunto de fatores que credenciava o folião elitista a se permitir a diversão, ao seu modo, durante o Carnaval, fugindo do grotesco, da selvageria do mela-mela das ruas, participando de uma brincadeira mais envolvida com as tendências musicais da época, enfim, um meio social mais seletivo.

Conhecidos pelos altos preços, dificuldades em conseguir convites, autoridades e convidados presentes, os tradicionais bailes ganhavam mais público à medida que os Anos de Chumbo passavam. Os valores construídos pelo Estado de Exceção em relação ao Carnaval de rua também contribuíram de forma significativa para que esta visão fosse uma realidade. A partir da tentativa de imposição de regras ao Carnaval de rua, os ambientes fechados passaram a ser disputados por muitos foliões que tinham condições sociais consideradas ideais para a constituição de um ambiente sadio para brincar. Afastando o folião da rua, buscavam os bailes de clube ou tradicionais ganhar projeção e serem mais bem vistos na sociedade, uma vez que o luxo que envolvia estes locais não era o mesmo desenvolvido pelas agremiações pedestres. Sobre os sentidos dessas trocas da rua pelo espaço fechado, o maestro Nelson Ferreira, que era convocado para tocar em vários destes bailes, mas não esquecia suas raízes ainda muito presentes no Bairro de São José, afirmava com lamento: “O Carnaval de rua d’aqui (do Recife) hoje em dia é para uma pequena minoria privilegiada, pois com o cordão de isolamento e o policiamento ostensivo, só quem tem direito a ver as agremiações são aqueles que têm dinheiro para comprar as arquibancadas” (BELFORT, 2009, p. 128).

De fato, aqueles que tinham dinheiro, como dizia o maestro, mesmo que assistindo de uma visão privilegiada os desfiles nas ruas, preferiam usar seu tempo e dinheiro para freqüentar o espaço dos clubes a estarem nas ruas sujeitos a serem vítimas do mela-mela.

Brincadeira que havia provocado ocorrências sérias em anos anteriores, envolvendo inclusive crianças, nos clubes sociais não havia espaço para que tal tipo de coisa acontecesse, o que já era um atrativo para aquele folião que saía de sua casa ao lado da família em busca de diversão e tranquilidade, obedecendo a ideia de ordem no Carnaval.

Reunindo as autoridades, esses bailes eram constantes focos da mídia e muitos daqueles que neles brincavam pretendiam igualmente também se fazer percebidos pelos holofotes. Frequentar ambientes carnavalescos onde representantes do Estado eram vistos ao lado de autoridades militares, também era um sinônimo de status para a classe média, preocupada não somente em se divertir, observar a rivalidade presente entre bandas de frevo que tocavam madrugadas adentro e a batalha pela decoração de salão nobre mais bela da cidade – estar dividindo o mesmo espaço com as pessoas notáveis ligadas ao poder no Recife representava uma forma indireta de ascensão social. Portanto, foi possível perceber famílias de nome e em projeção social marcando presença nesses locais de forma frequente durante os Anos de Chumbo onde muitos, de certa forma, procuravam uma aproximação e uma futura participação junto a essas autoridades.

Tradicional para a sociedade civil, pouco tradicional para os militares, estes bailes ainda começavam a dividir momentos altos com os bailes realizados nos clubes ligados às Forças Armadas. Aqui, cabe uma interessante diferença: o baile militar era realizado em ambiente próprio, normalmente contando com famílias de generais, sargentos, comandantes, brigadeiros, entre outros e esse espaço era dividido com famílias de civis, desde que os bons costumes, a educação e os trajes fossem usados dentro de uma prática carnavalesca considerada pelos organizadores dentro dos padrões. O conceito de padronização neste exemplo faz referência a fantasias que não explorassem o corpo, especialmente o feminino, ou tivessem características satíricas, de protesto e ainda temas polêmicos. Todavia, a formação do público que frequentava esses bailes militares, por si mesma, não permitia que esses usassem trajes com este sentido cultural: os foliões dos bailes realizados em ambientes militares desenvolviam relações de amizade com as famílias de oficiais, tinham ligações de parentesco ou trabalho com as mesmas, de modo que sabiam bem como deveriam se portar naquela situação.

De terno e gravata, traje havaiano, sarong ou outra roupa mais apropriada, os bailes entravam pela madrugada, chegando muitas vezes a ter seus salões ainda lotados no início dos primeiros raios da manhã. Não seria estranho se em algum desses o folião, no momento áureo de sua animação, encontrasse com o Governador ou o Prefeito em pleno salão, gastando

energia e cumprimentando a todos, aproveitando a noite como qualquer outro que ali estava com clima festivo e bastante disposto, mostrando ao público que entre aquele seletivo grupo, a democratização também era aparente, pois ao dar as costas para o salão, as figuras ilustres do local se dirigiam aos camarotes, de onde assistiam a muitos momentos da festa à distância, apenas aguardando a hora de sair e dar por cumpridas suas obrigações sociais.

Emitindo o julgamento de que havia uma tentativa de evitar os maus gostos e os trajes mínimos, os clubes procuravam estabelecer regras estéticas para os frequentadores dos seus salões. Entre os membros da sociedade que normalmente ficavam de fora dos bailes estavam especialmente as travestis. Buscando o reconhecimento e o respeito da sociedade, estes se colocavam anualmente como eventuais candidatos a estarem presentes nos clubes sociais, embora fossem seguidamente impedidos de entrarem nos locais por serem sinônimos de atentado aos bons costumes e à moral social. Essa outra maneira de diferenciação social, apresentou não somente as formas de perceber alguns membros da sociedade por parte daqueles que eram o centro das atenções nesses bailes, mas principalmente demonstrou como nestas pessoas a ideologia do período de Exceção, estava presente de forma bastante marcante.

A alternativa pensada então por este público homossexual era a realização de um baile próprio, que reunisse os elementos envolvidos naquele grupo social que buscava romper mais do que a barreira de um período ditatorial – desejava acabar com os preconceitos sociais em torno das imagens que lhes foram construídas pelos sinais dos tempos. Chegando ao extremo de convocar a Justiça para conseguir um melhor acesso aos meios sociais da época, as travestis acabaram ridicularizadas por autoridades, membros de agremiações (inclusive suburbanas) e pela imprensa. Esse comportamento social em relação ao gênero é capaz de ser compreendido por conta do momento de ascensão social vivido desde os anos 1960 pelo público gay no Brasil. Conforme cita Green (2000), o movimento gay cresceu aproveitando o momento favorável encontrado pelo Feminismo, especialmente pós-1968.

Nesse sentido, muitos fatores contribuíam para que o espaço social de uma crítica ao movimento fosse apresentado de forma aberta. Em relação ao campo cultural, cantores como Ney Matogrosso e Caetano Veloso contribuíam para que o discurso andrógino pudesse se afirmar, politizando o movimento no país, uma vez que as medidas impostas pela ditadura criavam um clima de precaução – quando não de medo – na subcultura homossexual (GREEN, 2000). Assim, a política do Estado Ditatorial não era a de proibição total a esses grupos, mesmo que eles fossem símbolos de mau gosto, quebra da ordem e dos bons

costumes. Ainda segundo Green, a Ditadura se aproveitou de passatempos culturais como o Carnaval e o futebol para que a oposição ao regime ficasse colocada de lado – nesse contexto, se os homossexuais não faziam oposição aberta à política do regime, eram respeitados pelo Estado em seus espaços, desde que se comportassem diante de uma semiclandestinidade, apenas mostrando-se no Carnaval (GREEN, 2000).

Segundo o historiador Leonardo Dantas Silva, os homossexuais recifenses não realizavam seus bailes porque não havia condições operacionais para que esses pudessem arcar com os enormes gastos utilizados na época para se montar um baile, como os custos com a orquestra, por exemplo. Para o pesquisador do Carnaval Pernambucano, os homossexuais gostavam de chamar a atenção e, se lhes fossem colocados recursos financeiros, eles não haveriam entrado em choque com a justiça e teriam realizado o baile no mesmo momento (informação verbal)<sup>80</sup>.

Diante desta permissão aparente, o público gay (especialmente as travestis recifenses) poderia ter espaço para a realização de seus bailes, o que não foi uma realidade. Mas então, por que proibir o Baile das Bonecas? Seria uma forma entendida pela Delegacia de Costumes de que existiriam ligações perigosas entre os membros gays que poderiam levar à subversão? Entendemos que a proibição se deveu não a fatores políticos, mas sim a questões de padrões sociais, uma vez que as críticas a esse público cresciam e eram refletidas não somente durante o Carnaval. Mesmo bailes tradicionais, como os citados no tópico anterior, impediam a entrada deste público – nisso, Green complementa essa ideia afirmando que: “[...] Até mesmo uma tradição maior do carnaval, o concurso de fantasias masculinas, não escapava dos esforços de elementos conservadores do governo para apagar imagens de homens enfeminados dos meios de comunicação de massa” (GREEN, 2000, p. 398-399).

Os então chamados Bailes dos Enxutos ou das Bonecas seriam representações de um grupo que se identificaria com seu universo simbólico a partir das músicas tocadas, diferentes da tradição carnavalesca, uma vez que o ritmo do sucesso entre elas era o Disco, muito comum durante os anos 1970 e 1980, além de representarem um nível de coesão entre homossexuais de diferentes origens. Assim, com a crescente comercialização e diversificação promovida pela década de 1970, até mesmo o vestuário era uma forma deste público gay apresentar-se durante o Carnaval e no Recife os lugares preferidos desse público eram os grandes pontos de concentração dos foliões, além de bares e restaurantes frequentados pelo mundo gay como o Mustang, na Avenida Conde da Boa Vista.

---

<sup>80</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 23 de março de 2010.

Observando outros importantes bailes, os clubes sociais como o Atlético Clube de Amadores, o Sport Club do Recife e o Clube Náutico Capibaribe apresentavam carnavais bastante movimentados e de larga aceitação foliã. Apresentando público não tão diferente daquele normalmente visto na tríade dos bailes (Português-Internacional-Cabanga), esses clubes sociais chegavam a atrair artistas famosos do cenário local e nacional, normalmente combinando ritmos como o samba e o frevo em um mesmo baile, apesar da polêmica causada em relação a esses dois ritmos. Além da polêmica, havia uma predominância maior do Frevo, ritmo que caracterizava a maior parte dos bailes, que apresentavam temas envolventes com a temática dos carnavais saudosos ao lado das mudanças que aos poucos chegava ao alcance da classe média recifense.

#### 4.3 MEMÓRIAS DO RISO: reminiscências do Carnaval de Chumbo no Recife

A memória é um retrato do passado que ganha movimento e vida cada vez que volta a fazer parte da realidade para tentar reconstruir um dado momento na história que permaneceu significativo a uma pessoa, um grupo social ou um lugar. Evocar memórias, mais do que um exercício de saudosismo, representa a manutenção de um conjunto de fatores capazes de permitir outras possibilidades para o entendimento de importantes elementos da tradição através de vivências que tiveram papel fundamental na constituição de características relativas à formação cultural desses personagens nelas envolvidos.

Concordando com a historiadora Gomes (apud SOIHET; ABREU; GONTIJO, 2007), as leituras de passado feitas por meio das memórias coletivas, especialmente se relacionadas com a construção de uma memória nacional, tornam-se matéria de particular valor ao historiador de modo que a apropriação das informações tomadas em âmbito cultural como as

festas populares traduz não somente o entorno cultural, como outros aspectos da vida cotidiana que, aparentemente, podem passar despercebidos.

Enquanto instrumento de apreensão da realidade e constituição de um imaginário social dotado de organização e funcionamento, proporcionado possibilidades tais quais permitem a caracterização de um sistema de crenças que legitima a ordem social na qual estão inseridas (TEVEZ apud FERREIRA; ORRICO, 2002), as memórias permitem que os sentidos circulem, criem e recriem realidades que se instituem na luta pela hegemonia dos atores sociais que dela extraem importantes substratos para a trama que onde vivem. Nesse sentido, é pertinente concordar com Nilda Tevez quando esta nos cita que o Imaginário Social,

[...] reflete e se imbrica nas práticas sociais em que se dialetizam os processos de entendimento e fabulação, de crenças e ritualizações. São, pois, processos, processos de produção de sentidos que circulam na sociedade que permitem a regulação de comportamentos, a identificação e a distribuição de papéis sociais. Isso é vivido de tal forma pelos agentes sociais que passa a representar para o grupo o sentido daquilo que é verdadeiro (TEVEZ apud FERREIRA; ORRICO, 2002, p. 65).

Essa passagem pela representação do grupo social por meio de um imaginário constituído pelas memórias nos permite uma importante reflexão: perceber como estes papéis sociais permitem a formação de uma história das representações culturais ligadas às festas é reconhecer que estas são, primeiramente, conexões de sentimentos contadas a partir do olhar humano sobre suas exterioridades de maneira concreta, ou seja, são relações afetivas que ligam passado e presente na dinâmica da História pelos rastros deixados por essas memórias repletas de valores, algumas ansiosas por encontrar seus espaços de fala, outras ainda retraídas devido à fatores como a repressão e a censura.

Recuperar o Carnaval e a Ditadura juntos pela memória une sentimentos contrários e ao mesmo tempo em que se comunicam buscando um sentido para definir a forma como os viventes da época encontraram alternativas para caracterizar o seu momento, estabelecer as formas pelas quais a brincadeira tornou-se um ponto de apoio para que suas vidas ainda conservassem elementos próprios que não deveriam ser tomados como objetos de um tempo infeliz da história brasileira. Dessa forma, entendemos que foi importante retomar, sem desconsiderar os caminhos falhos percorridos pelas memórias (em especial dos atores sociais idosos), elementos que pudessem transportar o olhar sobre a festa e a política para um universo paralelo onde o que realmente tinha significado era a diversão como válvula de escape para o momento histórico vivido no país.

Neste resgate da memória dos mais velhos, Jucá (2003) ressalta a importância que estas possuem por serem objetos de valor histórico com representações muito fortes no ambiente a qual fazem parte. Sem estas, um melhor conhecimento das entrelinhas do período se esvairia no tempo, ficaria oculto e poderia não ser descortinado deixando, assim, de contribuir com novas memórias sobre o recorte aqui em questão. No entanto, essa operação do resgate pela memória idosa passa pelo problema do esquecimento, onde muitos valiosos rastros do passado são perdidos de forma que lacunas se mostram facilmente na constituição dos relatos. Um melhor entendimento sobre esta dinâmica, em conformidade com a percepção das memórias em Jucá (2003), pode ser vista a partir de Benjamin (2000, p. 104-105), quando o mesmo nos lembra que,

Nunca podemos recuperar o que foi totalmente esquecido. E talvez seja bom assim. O choque do resgate do passado seria tão destrutivo que, no exato momento, forçosamente deixaríamos de compreender nossa saudade. Mas é por isso que a compreendemos, e tanto melhor, quando mais profundamente em nós jaz o esquecido.

Tal esquecimento citado por Benjamin (2000) também pode ser vista pela ótica daqueles que provocaram o esquecimento como formas de entender que o passado vivenciado no período do Estado de Exceção deixou marcas doloridas em suas vidas e este seria a melhor maneira de guardar rastros que ainda são, em certa medida, muito presentes e despertam fortes emoções. Neste caso, o esquecimento é forçado, é visto como um escape para evitar sentir as dores e angústias provocadas por fatores que modificaram o cotidiano e o futuro de pessoas envolvidas num tecido social caracterizado pela negação de suas identidades, pelo impedimento à formação de ideologias contrárias ao regime e pela livre constituição de formas expressivas que representassem valores e marcas da tradição social ou familiar.

As memórias, entretanto, ganham importantes contornos no instante em que possibilitam um pensamento se desloca no tempo e coloca passado e presente como reflexos de sua imagem, que tomada pelas lembranças, reconstrói o passado tomando emprestado o presente, onde uma renovação promove a perpetuação daquelas (HALBWACHS, 2006). Nesta perspectiva, entender a dinâmica do momento retomado como instrumento de ligação entre presente e passado perpassa, antes, pela compreensão de que não há memória vazia no tempo; as representações históricas e os referentes da lembrança se deslocam mediante a construção de forma gradativa por meio de indicativos que tomam por exemplos aquilo que precisamos para situar as reminiscências (HALBWACHS, 2006).

Então, dar voz e vida às memórias produzidas durante o período da Ditadura Militar no Recife, em tempos de Carnaval, revela um duplo sentido interessante de ser percebido: da mesma forma como essa memória foi usada como uma espécie de resistência, de manutenção dos costumes e da tradição, ela ao mesmo tempo se revelou como um registro de uma brincadeira, que passava por importantes modificações, despertando sentimentos que iam sendo conectados ao aspecto político da época, mas, sobretudo ao momento em que os foliões e brincantes começaram a observar que o compasso do país ia se transferindo para dentro da festa, estabelecendo com isso novas características antes não observadas. Contudo, não basta apenas dar voz a estas memórias – é preciso fazê-las rir, libertarem-se de um passado encerrado no esquecimento e buscar uma reordenação da idéia de redescobrimto do tempo que não morreu e ainda possui muito significado, fornecendo as bases para uma nova leitura do mundo, sem que isto signifique entender o riso da mesma forma que Hobbes (apud SKINNER, 2002, p. 105) (e muitos representantes do Estado repressor), ou seja, como um sinal de desprezo, uma “ameaça óbvia à paz”.

Ao mesmo passo, seria um erro ignorar a presença de forças repressoras atuando nas festas junto aos foliões e brincantes de forma excessiva. De certo as memórias de brincantes contêm valores e elementos que precisam ser analisados com calma para que não se construa uma memória parcial dos fatos que envolvem aquele contexto. Entretanto, nas entrelinhas dessas palavras se encaixam formas de perceber a realidade que precisam ser consideradas se a intenção de uma escrita produtora de outros olhares for desenvolvida como contraponto ao que se tem enquanto produção oficial (documentos legislativos, imprensa, documentos policiais, etc).

A memória registrada pelos documentos, em especial nos prontuários policiais da época, não nos revelou o olhar específico sobre o folião. Em nossas investigações observamos que a informação presente nestes era, sobretudo, ligada à Luta Armada ou aos subversivos políticos. Esta lacuna, no entanto, acabou sendo preenchida pela capacidade transformadora que a História possui ao analisar a oralidade, permitindo que outras leituras da realidade somem-se ao não dito, ao que aparente careceu de maiores esclarecimentos, uma vez que o historiador é convidado a ampliar seus horizontes analíticos estudando “uma porção ainda virgem” das mentalidades e sentimentos que cercam um período (LE GOFF, 2003, p. 363) – investigação essa que conta com uma reflexão ainda inacabada dos tempos históricos da Ditadura e do Carnaval.

Sendo assim, iniciamos com as memórias de foliões e brincantes por entender que estes são pessoas mais envolvidas com as festas carnavalescas no sentido de curtir e profissionalizar sua atuação sobre as mesmas, respectivamente. Da forma como o espaço social dessas pessoas se caracteriza, agregamos os valores do passado dos que estiveram junto a estes no mesmo ambiente ou em diferentes pontos de manifestação da folia. Por fim, o ponto de vista das autoridades durante o período encadeia a produção de uma visão plural que envolve diferentes sentimentos e caracteres diretamente envolvidos com o propósito de designar um perfil para o Carnaval de Chumbo no Recife.

#### **4.3.1 Memórias de Foliões e Brincantes**

Enquanto o bloco passa na rua, aquele senhor sentado na cadeira de balanço, na calçada do Pátio do Terço, observa os seus netos pequenos brincando fantasiados com outros garotos. No mesmo momento, este fecha os seus olhos e vêm à memória carnavais onde o lima de cheiro, o água-arrás, o corso e as fantasias de colombina e pierrô eram os elementos que coloriam ruas e vielas, ao som de muita música e muito frevo pelo Recife, que não existe mais a não ser pelo saudosismo, pela lembrança. Ao abrir os olhos, o mesmo senhor se depara com o mela-mela promovido pela juventude dos anos de 1960 e 1970, do qual é vítima e recebe um banho de tinta com talco. Em vez de desculpas, os jovens riem e zombam do idoso, que desgostoso, recolhe sua cadeira, segura os netos pelos braços e retorna para sua casa, onde vai passar o dia trancado, apenas olhando pela janela, o Carnaval acontecer nas ruas, lamentando as mudanças que não mais prezavam pela alegria nos tempos em que tinha a mesma idade de seus netos e brincava nas ruas com a família e os amigos.

Por outro lado, jovens corriam pelas ruas sorridentes, ignorando leis e padrões sociais reguladores, usando roupas curtas e soltando gritos, subindo em canteiros de grama, espalhando sujeira com graxa, talco, tinta, batom e tantos outros produtos que diziam serem os sucessos do momento naqueles carnavais durante 1968 e início de 1975. Xingamentos também não faltavam, pois entendiam estes jovens, que o colorido e alegria do Carnaval misturavam-se com o espírito de galhofa, de sarcasmo, de perda dos limites e liberdade excessiva – o Carnaval se transformara numa festa onde a lei era a diversão, não importando o que fosse feito, na intenção de atingir este propósito. Estava aberto um campo de batalha que não era necessariamente em relação aos policiais que observavam a festa, mas com a tradição e os elementos de outros carnavais que foram sendo substituídos pelas novas tendências da juventude que acabara de mudar o mundo e desejava ser jovem para sempre.

Estes podiam ser dois dos vários relatos da maioria das memórias que viveram o Carnaval de Chumbo, o que apresenta a forma plural como estes grupos sociais estavam distribuídos nos espaço das festas. No entanto, uma coisa era comum a ambos, cada qual ao seu modo: uma busca do lado lúdico do riso. O riso que poderia ser igualmente interpretado de várias formas também pelas autoridades que mantinham olhos vigilantes sobre as festas, assim caracterizando a maneira pela qual suas ações em relação aos foliões e brincantes seriam tidas como justificáveis. Ocorre, porém, que ao buscar uma análise do riso no Carnaval durante os Anos de Chumbo, o Recife ofereceu informações *sui generis* para que a relação comicidade-criatividade-inteligência pudesse superar os momentos difíceis apresentados pelo período ditatorial. Dotado de originalidade, o Carnaval Recifense escreveu suas próprias regras em prol da alegria, da descontração, da espontaneidade e da originalidade das formas de brincar que promoveu no período de 1968 a 1975 um recorte na memória dos envolvidos nas festas carnavalescas em torno de um tempo redescoberto<sup>81</sup> no Estado da Folia.

Naturalmente, a vida em sociedade exige constante vigilância para o discernimento das situações presentes de modo que possamos nos adaptar a ela contornando o presente. Para isso, o riso precisa ser uma espécie de gesto social. Também causador de temores, o riso tem por finalidade primeira o aperfeiçoamento geral, reprimindo as excentricidades e mantendo determinadas relações em contato recíproco para que estas não adormeçam e o corpo social possa ser dotado de uma flexibilização em torno de seu mecanismo. Assim, da comicidade as pessoas e a sociedade passam a serem vistas como uma obra de arte. Essa idéia pode ser observada nos rostos de cada folião que ri, veste com originalidade sua fantasia e mergulha em um mundo imaginário de três, quatro dias em busca da alegria, da sátira, da transgressão da formalidade onde cada riso se transforma na representação moral dos atores sociais daquele sistema. A expressão cômica inscrita em um rosto é um lugar único e definitivo de explicação da mecânica de uma vida em seu modo mais natural.

Como, então, podem ser explicados risos durante um Carnaval que acontecia em meio a um período de desaparecimentos, exílio, tortura, censura e perseguições? Uma das explicações pode ser encontrada no fato de que a fantasia traz consigo o poder do riso, sua utilização cômica é explícita, não precisa esconder expressões que não evidenciem aqueles que a utilizam. Os trajes parecem unir-se aos corpos de foliões e brincantes enquanto elemento de representação de valores que nem sempre estão apresentados e traduzem-se como uma segunda pele nestes, sobrepondo não somente caracteres festivos à vida, mas trazendo à

---

<sup>81</sup> Para entendimento do termo, ver Proust (2007).

tona as mais instintivas sensibilidades daqueles que se utilizou de tal disfarce. O real era deixado momentaneamente, contudo sem alienações, em prol de um bem maior: adentrar no Reinado da Alegria e aproveitar enfaticamente os dias de folia.

A fantasia (sobretudo a máscara) exhibe uma natureza sensitiva que provoca o riso e assim faz com que o cômico se manifeste capaz de misturar ingenuidade e ressonância de seus significados que produzem uma imagem risível da sociedade através das expressões sociedade fantasiada ou mascarada social (BERGSON, 2007). Imbuído de significados também semânticos, o cômico espera por uma oportunidade para reunir os corpos sociais e individuais de modo a buscar uma vinculação que concentre as atenções sob os atos sociais considerados formas e fórmulas prontas, mas que, no entanto, serão os espaços onde a comicidade seria inserida (BERGSON, 2007).

No espírito da diversão, é importante perceber que aquilo que confere à vida elementos cômicos tem estreita relação com a liberdade de cada indivíduo. Os sentimentos que são trabalhados, testados e elaborados, as ações deliberadas, executadas e conferidas à vida são formas exploradas pelos limites impostos através do mundo e suas instrumentalizações em busca da construção de fios que possam controlar as marionetes. Nesse sentido, pensar as leis impostas pelas autoridades do Estado de Exceção durante o Carnaval elucidada que estes seriam, aos olhos do Regime, Fios da necessidade. Sendo dessa forma ou não, a condução do real social por esta via ignora diversos elementos do cômico, transformando a vida e estabelecendo pontos de divergência entre as suas personagens em determinadas situações (BERGSON, 2007).

Para ilustrar essa discussão, seria interessante apresentar como as memórias do Carnaval durante a Ditadura, no ano de 1973, trouxeram o exemplo de um tipo de folião considerado pela imprensa como exótico: Laurindo Ribeiro do Nascimento chamara a atenção na Avenida Dantas Barreto por conta de sua fantasia – teria, mais do que animação e criatividade, saído para a rua despertando risos jocosos das crianças e manifestações de curiosidade por parte do público em geral. O folião, segundo o Diário de Pernambuco de 07 de março de 1973, já era bastante conhecido pela sua capacidade de despertar os risos no bairro onde morava, o Ipsep, e naquele ano teria ido às ruas “com calça e blusão de flores amarelas, rosas e azuis, rosto pintado de vermelho, barba postiça e chapéu de palha coberto com laquê vermelho, enfeitado nas bordas de arminho branco” (TIPOS..., 1973, p. 13). O folião já teria brincando com diversas fantasias nas ruas e a vinte e três anos declarava sua alegria e paixão pelo Frevo, declarando-se fã do maestro Nelson Ferreira. Apesar de poucas,

essas fantasias despertavam o lúdico, o mítico e faziam renascer a ideia de diversão acima de qualquer circunstância, pois no Carnaval a lei era a da diversão.

Desconectado da tristeza e da melancolia, o riso, quando lembrado pelos antigos foliões através oralidade resultante da memória, faz com que os mesmos se insiram num universo de satisfação, de reminiscências agradáveis, tomados por referências encontradas em signos presentes de forma a reconstruir as imagens que o passado deixou como legado de um período onde teriam encontrado várias referências do que vinham a serem os festejos. Como resultado de uma memória coletiva<sup>82</sup>, as reminiscências do Carnaval apresentam, em sua maioria, saudosismos e conceitos como o de padronização ideal da festa, remetendo a encontros entre pessoas muito próximas na época, entre outros. O passado é pensado como se fosse atravessado por um sonho, o que leva os antigos foliões ao presente e, por meio dos signos despertados no Carnaval dos tempos atuais, os fazem reviver em suas memórias suas práticas tomando por referência o presente.

Significa, pois, seguindo esta linha de raciocínio, desenvolver a ideia de que a História opera no sentido onde o presente informa a construção do passado e o entendimento que se tem deste, sua elaboração, serve de referência como informação desta volta cronológica às memórias. Neste momento, tem-se a passagem de memórias individuais à memórias coletivas<sup>83</sup>, sociais, onde estas antecipam a noção de tempo recuperado mediante o resgate do passado, sendo intencionalidade do rememorar e direcionamento a partir deste. Colocar-se acima da objetividade do que foi apresentado pelo mundo, estabelecer uma leitura particular dos signos que foram despertados a partir da brincadeira apresenta a noção de suspensão e a possibilidade de múltiplos significados de uma mesma época. Por ser dotado de diversas memórias coletivas, o Carnaval é uma festividade que constantemente promove uma recuperação do tempo, sobretudo, do tempo referendado como conforto, mítico e ao mesmo passo, lúdico.

Viver a experiência passada de uma forma nova é uma proposta desenvolvida pelas memórias dos brincantes e foliões que operam na recuperação do Carnaval da Ditadura. Por meio deles, podemos estabelecer importantes conexões entre passado e presente, através

---

<sup>82</sup> Por memórias coletivas, Halbwachs (2006) percebe que são momentos onde as consciências dos diferentes atores sociais encontram pontos em comum, caracterizando um determinado espaço no qual vivem, produzem e trocam experiências.

<sup>83</sup> Novamente Halbwachs (2006) referencia essa passagem das memórias através a partir do momento em que há um “esvaziamento do universo da memória”, onde a individualidade oferece condições para que haja a formação de elos entre diferentes resgates, reminiscências que se referenciem em algum ponto umas com as outras, ocorrendo um entrelaçamento capaz de produzir nas sociedades grupos em correspondência mediante estas divisões na duração. Nelas se encontram suas formas de distinguir e identificar as partes, guardando-se as particularidades temporais de cada grupo.

daquilo que foi interiorizado, mesmo que antes não tenha sido utilizado, referendando-se com o presente. Recuperam-se pelas revelações, sinais, para demonstrar que pouco se perdeu, ou seja, o que se transformou em registro mnemônico não foi esquecido. Não basta apenas que os signos tenham despertado as memórias, mas que o que ficou retido nestas tenha servido como aprendizado, tenha caracterizado um tempo onde as referências estão diretamente ligadas à ciência de que aquele tempo serviu como produção de verdades e novas leituras, novos deciframentos.

Decerto a memória captada e relatada pela imprensa não é a mesma memória dos foliões, apesar de ambas terem despertados signos que permitam uma constituição onde estas se referendam umas nas outras, uma vez que a imprensa busca valiosos registros nos atores coletivos. Embora as memórias coletivas não relatem objetivamente aquilo que se processou, ou seja, toda imagem recuperada pelo tempo redescoberto seja subjetivamente uma captura de registros dotados de diversos valores pessoais, as memórias involuntárias, neste caso, funcionam como caixas de ressonâncias no decurso do tempo, aonde aos poucos as imagens vão se formando e o imaginário reconstrói um período que ficou marcado de alguma forma, diferentemente, em vários referentes. Desta forma, “não reconstituímos o contexto temporal senão depois que a lembrança reapareceu e sejamos forçados a examinar em detalhe todas as suas partes para tornar a encontrar a data do acontecimento” (HALBWACHS, 2006, p. 125).

As memórias do Carnaval nos revelam que os olhares carregam, especialmente dentro de cada indivíduo, traços característicos da coletividade, uma vez que as lembranças não são recuperadas pelas memórias involuntárias sozinhas, há uma inserção do todo em cada memória individual de modo que se formam muitas ideias e maneiras de pensar a que não se teria processado de forma individual, mas que operam por meio do diálogo entre elas. Assim, concordando novamente com Halbwachs (2006, p. 32):

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança.

Acima das proibições impostas pelas legislações consonantes com as doutrinas militares ao Carnaval ao longo dos anos em questão e sob o protesto feito por colunistas, presidentes de agremiações e clubes e grandes compositores do Carnaval Pernambucano de que a festa morria a cada ano mais um pouco, os foliões e brincantes constituíram memórias

que preservaram o tempo de maneira especial. Decerto, a recordação desse tempo depende do nível de envolvimento de cada indivíduo naquele processo social e mesmo uma vaga lembrança foi suficiente para que muitos membros, em especial aqueles que participaram diretamente da montagem dos carnavais de fins dos anos 1960 até meados da década de 1970 tenham constituído testemunhos importantes e seja um registro além da objetividade contida nos materiais impressos.

O que se torna ponto de intersecção entre as memórias investigadas no período é que estas revelam um Carnaval que não se intimidou com diante das leis: na realidade, o signo despertado para essas memórias foi o da alegria, o da descontração, irreverência, espontaneidade que desafiavam uma época pautada por regras rígidas e que, acima das liberdades individuais e coletivas, buscou disciplinar, normatizar, controlar as festividades não porque era uma questão de necessidade da coletividade, mas porque precisava haver (mesmo e especialmente) nas festividades coletivas, a presença do Estado Militar. Representado em diversas esferas, este poder não contou com a ideia de que as memórias não permitiriam que este se sobrepusesse ao verdadeiro intento da representação da coletividade através da festa.

Apesar de existirem muitas imagens formadas nas memórias, sobretudo nas memórias individuais, sobre o período, a recuperação e o retorno às lembranças fizeram das impressões reveladas neste recorte uma forma particular de explicação. Foi comum, vinte anos depois, muitas perguntas até certo ponto comuns terem surgido sobre o Carnaval nos Anos de Chumbo, como por exemplo: havia Carnaval neste período? E as leis do Governo Militar? E a censura e a tortura não atingiam o Carnaval? Como eles faziam para brincar sem serem proibidos pelas autoridades? São questões que podem encontrar possibilidades de resposta no redescobrir destas memórias dos envolvidos nas festas, uma vez que a experiência é um importante recurso na descoberta da essência da memória e a mesma apenas é uma dentre várias formas de interpretação do que se passou como dizia Deleuze (1987).

Nesse sentido, é válido reconhecer que as memórias também podem ser vítimas do esquecimento. Simples evidências do tempo ou até mesmo resultado de silêncios provocados por eventos políticos que envolveram a formação de uma memória individual ou coletiva amarrada a um conjunto de regras e momentos que não permitiram espaços de fala para os que naquele momento foi parte da história, os esquecimentos passam de simples vazios da memória para elementos que permitem a aparição de sucessões mitológicas nas falas dos que participaram do processo de formação desse imaginário sócio-político e histórico. Dessa

forma, é válido citar as observações feitas por Ricoeur (apud SILVA, 2002) de que esses esquecimentos trazem mensagens que precisavam ser ditas, mas foram encerradas no tempo e acabaram caindo no esquecimento. De acordo com este, “se não se deve esquecer, é, também e sobretudo, em razão da necessidade de se honrar as vítimas da violência histórica. É nesse sentido, que se pode falar de memória ameaçada” (RICOEUR apud SILVA, 2002, p. 428).

Neste caso, cabe ainda discutir até que ponto essa memória ameaçada, durante o Carnaval de Chumbo, é uma forma de representação dos desejos daqueles que queriam brincar de forma a realizarem protestos contra o regime militar e foram simplesmente impedidos por uma legislação ou até mesmo, ultrapassando os limites desta, tentaram encontrar formas de manifestar suas vontades e foram vítimas de violências simbólicas que silenciaram suas expressões, dando margem à constituição de uma imagem tranqüila de um Carnaval, sem marcações policiais além das ostensividade e da orientação ao folião e ao brincante. Esses silêncios contidos nessas memórias e ainda não explorados em sua dimensão real, ou seja, ainda não reveladores de caracteres que permitissem o desenho de um novo sentido para a festa de Momo durante o período dos Anos de Chumbo revela um perfil que até então só vive no imaginário individual e pouco no coletivo.

Porém, ao analisar as dimensões deste imaginário, a perspectiva de análise de Portelli (1993) traz um importante caminho de possibilidade para esta situação: é preciso saber separar os momentos onde os depoentes apontam suas falas como momentos onde a consciência coletiva molda sonhos ucrônicos, ou seja, o pensamento folclórico e inventivo passa a ser parte da narrativa. Neste caso, as memórias fogem ao propósito de serem fontes que trazem à luz do discurso histórico informações contidas nos espaços dos não-ditos, do conhecimento que se pretende encadear para se obter uma análise que apresente resultados realmente antes não percebidos pela historiografia do período investigado.

A visão crítica de uma experiência, no entanto, está investida igualmente do emocional e, mesmo nesta posição, pode se colocar contra as verdades convencionalizadas pelas dúvidas expressadas em cada uma destas. Ainda assim, a História coloca esse caminho, através de seu senso comum, como único, possível e desejável. Os conflitos presentes nas narrativas são antes resultados do que se processa na memória de cada indivíduo, que aceita a inventabilidade presente no senso comum. Neste sentido, as diferenças entre as mais diversas memórias de brincantes podem apresentar formas que ilustram esta problemática da veracidade histórica, uma vez que a subjetividade dos sonhos ucrônicos observada por Portelli (1993) se coloca num embate diante da objetividade que se apresenta.

Assim, a História se coloca à frente do tempo onde precisa demonstrar que o real também oferece possibilidades em torno da legitimação de suas estratégias. Ela oferece o desejável como realização, como possível. Entender que o real é formado apenas do discurso oficial é ignorar que este já foi construindo com base na formação de memórias coletivas (SILVA, 2002). Deste modo, entre a fronteira do esquecimento e a conservação de memórias do êxtase carnavalesco, encontramos uma interação entre ambos, sem que, contudo, haja um abuso, um esgotamento dessa memória como um recurso para se redescobrir um tempo fechado no futuro passado<sup>84</sup>.

Como escapes e revelações, as memórias do riso então estabelecem uma fronteira entre o dito e o discurso que busca um espaço para apresentar suas possíveis verdades através de símbolos carnavalescos como músicas, fantasias e práticas que dizem respeito a conceitos importantes que determinaram todo um período como foram os Anos de Chumbo: liberdade, repressão, originalidade, criatividade e perseguição foram apenas alguns destes termos. O importante, nesse sentido, é perceber os caminhos percorridos por essas memórias de modo que as mesmas sejam alternativas para reconhecer os vazios existentes entre os discursos que já apresentam a tonalidade de verdade – é a ideia de justa memória defendida por Ricoeur (apud SILVA, 2002, p. 437), onde, segundo este: “a ambição de fidelidade ao passado encontra-se ameaçada quando as ideologias se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória coletiva. Nessa perspectiva, o conceito de memória coletiva pode contribuir para uma maior vigilância da operação crítica da história”.

O mesmo autor ainda afirma que há certa dívida em relação à essas memórias esquecidas por parte da História. Especialmente em se tratando de memórias do período da Ditadura Militar brasileira, é muito comum que as memórias de desaparecidos ou de suas famílias sejam exploradas até o esgotamento, uma vez que elas contêm elementos diretamente ligados à repressão política. Embora sejam fontes importantes, estas memórias não são as únicas formas de perceber esta repressão – as memórias do riso de brincantes e foliões apresentam formas de expressão que também nos dão uma maior dimensão de como a repressão branca atuou sobre aqueles que desejavam ir às ruas expressar sua liberdade. No entanto, não se pode deixar de lado a ideia de que havia condições geradas para uma liberdade durante o Carnaval de Chumbo, embora esta fosse uma liberdade vigiada que a qualquer

---

<sup>84</sup> Sobre os conceitos de esquecimento e conservação da memória em torno da ideia de abusos desta, ver TODOROV, Tzvetan. **Os abusos da memória**. Paris: Arléa, 1995, p.14; a respeito do conceito de futuro passado, ver Kosellec (2006).

momento poderia ser enquadrada em um dispositivo legal como o Código Penal em seu artigo 132<sup>85</sup>.

Exemplos dos mais variados tipos ilustram essa discussão. Entre eles, casos já citados no tópico anterior sobre foliões no curso que atiravam água em outros foliões nem sempre eram vistos como exemplos de brincadeiras de Carnaval: segundo um de nossos depoentes, o folião Marcus Andrada, que participou diretamente da brincadeira do Corso, muitos de seus amigos que se utilizavam do mela-mela durante a folia praticavam tal ação como atos de rebeldia contra o Carnaval que ia se normatizando através das proibições brancas contidas nas Portarias Municipais. Esse controle, na fala do folião citado, não era bem visto pelos membros do Corso, que eram os principais afetados pelas ações mais enérgicas do policiamento, poucas vezes deixando a festa ocorrer livremente, desejando cumprir os ideais de ordem e tranquilidade a partir da brincadeira idealizada, ou seja, de um Carnaval que mais parecia a marcha de um soldado durante o desfile militar: seguindo um cordão e sem exaltações (informação verbal)<sup>86</sup>.

O mesmo folião ainda defendia a postura de existência de uma repressão à agremiações carnavalescas – de acordo com o mesmo, a polícia exercia forte silenciamento, proibindo reuniões de foliões à noite, determinados tipos de fantasias como trajes na cor vermelha e cartazes contendo iniciais (o que poderia indicar uma forma de protesto simbólico), além de acompanhar a quantidade de bebida consumida por quem brincava e orientar o público feminino a respeito dos trajes usados para a festa nas ruas e nos clubes. Cabe nesta perspectiva uma discussão em torno do fato que a reclusão era feita na Colônia Penal de Dois Unidos, Zona Norte da Cidade do Recife, um local que reunia detentos por período temporário até serem emitidos seus pedidos de prisão definitiva, onde estes eram transferidos, em grande parte, para a Casa de Detenção do Recife<sup>87</sup>, onde aguardavam julgamento.

No caso dos foliões, o período de prisão era apenas educativo, mas demonstrava que, de certa forma, havia uma preparação interna nesses locais para o recebimento em quantidade daqueles mais eufóricos. Essa situação pode ser observada através da fala dos detentos que

---

<sup>85</sup> Art. 132 do Código Penal Brasileiro (1969) → Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave. Parágrafo único: A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais.

<sup>86</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 23 de março de 2010.

<sup>87</sup> A Casa de Detenção do Recife encerrou suas atividades em 1973, quando a carceragem é transferida para outras unidades da Secretaria de Segurança Pública, a exemplos dos presídios de Floresta e Itamaracá.

não ganharam o indulto de Carnaval da Secretaria de Segurança Pública, entre eles, Pedro Jeremias, um detento que cumpria pena de quatorze anos por assassinato. Na fala do mesmo, fica expressa uma saudade vinda pela lembrança dos tempos em que era folião, especialmente relacionando o Carnaval e o sentimento de liberdade, tão almejados no período: “Eu era um folião danado, môço. Começava no sábado e só ia parar na terça-feira. Sabe como é: pobre só tem esses dias mesmo de alegria. Mas, agora sou um homem conformado, e acho que quando sair daqui não quero mais saber de folia. Passo o tempo lendo a Bíblia e acho que estou regenerado”<sup>88</sup>.

Outro detento, de nome não revelado, apesar de ser um condenado que já habitava as dependências da carceragem há algum tempo, apresenta em sua fala a euforia característica do folião detido naquele período. Nesta, diferentemente do primeiro detento, expressa que a liberdade não tem limites e valia qualquer prática para brincar o Carnaval intensamente: “Eu bem que gosto da bandalheira. Se conseguir a liberdade condicional no ano que vem vou brincar o maior carnaval da minha vida”<sup>89</sup>.

Não obstante, as mulheres também passavam pela reclusão e não era diferente observar que existia uma nostalgia profunda nas memórias das mesmas. Afinal, o Carnaval era, além de uma brincadeira, uma forma destas exibirem suas belezas e serem alvos de galanteios e olhares mais astutos. No entanto, uma vez presas, restavam resignação e a tristeza em suas falas, como é o caso da detenta Josefa Maria da Conceição, que alguns anos antes (1965) havia matado seu filho recém-nascido para poder brincar o Carnaval. Quatro anos depois, a mesma estava arrependida não em ter tirado a vida de seu único filho, mas por estar na clausura, não curtindo a festa de Momo.

Este exemplo demonstra, juntamente com os anteriores, que as formas dos mais humildes em brincarem o Carnaval reuniam um conjunto de significados simbólicos que passavam também pelo esquecimento e superação temporária das condições de pobreza que afetavam suas vidas naqueles anos. Contrapartida de um Brasil Militar em crescimento, que ia pra frente e ninguém segurava, estes segmentos sociais não foram contemplados pelas mudanças estruturais pelas quais o país passava, encontrando nas festas populares formas particulares de se reconhecerem enquanto sociedade junto aos demais foliões, contudo, sem que houvesse uma ideia de democratização social, sobretudo, econômica.

---

<sup>88</sup> Acervo Katarina Real/FUNDAJ, Jp. 8 doc. 792 (recorte de Jornal – sem data - fev. 1969).

<sup>89</sup> Acervo Katarina Real/FUNDAJ, Jp. 8 doc. 792 (recorte de Jornal – sem data - fev. 1969).

Retomando o debate anterior, para o folião entrevistado, nos espaços fechados, a repressão não era tão evidente quanto nas ruas, mas ocorria principalmente com o público mais eufórico, contando o policiamento com o apoio dos diretores desses locais para fazer valer a lei através, inicialmente, do diálogo, mas se preciso, por meio da força. Esta visão contrasta com aquela apresentada por Leonardo Dantas Silva, que afirma nos bailes de Carnaval deste período não haver grande quantidade de policiais: Havia apenas três ou quatro policiais que o Secretário mandava em um fusca que ficava estacionado na frente dos bailes. Não havia esse policiamento todo porque as pessoas respeitavam os lugares. Mas é preciso considerar que em toda festa de Carnaval há policiamento, senão não há como controlar o povo (informação verbal)<sup>90</sup>.

Entre os discursos diferentes cabe a chamada relação de proximidade/distanciamento com o presente histórico que contextualizou duas memórias diferentes do Carnaval de Chumbo. Enquanto em uma existe a atenção para a presença de uma festa que não proporcionou as nuances de tranquilidade apresentadas pelos documentos oficiais produzidos no período, na outra há um choque de informações que envolve uma conceituação diferente do tempo histórico que caracterizou a festa de Momo. Em qual delas acreditar? Como perceber os meios a partir dos quais os conceitos dos depoimentos foram produzidos enquanto formas de relatar uma realidade única, porém com diferenças consideráveis de significados para uma análise do elemento repressivo na festa? Para além dessa discussão, como entender o envolvimento destes depoentes de forma direta ou indireta com a festa, visto que um deles participou ativamente como promotor de carnavais durante este período e o outro apenas foi um folião que desejava divertir-se sem que uma lei pudesse lhe impor limites, expressar sua liberdade na brincadeira? Estes são desafios da memória que são percorridos através das já apresentadas ideias de Portelli (1993) e que encontram complemento importante na leitura de Montenegro (2010) sobre o período.

Para Montenegro (2010) é preciso analisar os momentos da memória como deslocamentos que se processam no instante em que um ato de lembrança ou uma reminiscência pode ser considerada de várias formas. No caso do Carnaval de Chumbo, cabe entender que a brincadeira do folião, sobretudo na rua, poderia ser entendida como simples elemento da liberdade desejada para o período ou, caso esta ocorresse com tons mais exaltados, representaria na interpretação das autoridades um ato de subversão que precisava

---

<sup>90</sup> Entrevista cedida ao autor da dissertação em 19 de março de 2010.

ser contido. As leituras dos lugares de memória dos depoimentos ora citados anteriormente perseguem exatamente essas duas trilhas.

A questão em torno da presença de policiais, então, se faz significativa devido ao conjunto de práticas diferenciadas que envolvia a festa nos espaços fechados em relação às ruas. Assim, as memórias de Leonardo Dantas são importantes subsídios que envolvem reminiscências brincantes e foliãs ao mesmo devido sua trajetória no Carnaval deste período<sup>91</sup>.

Observamos então que os rastros deixados pelas memórias do riso podem e devem ser associados de maneira a determinar uma cadeia de ideias que se encontram de forma a produzir uma leitura de segmentos sociais diferentes envolvidos no tríduo momesco para que se desenhe uma imagem do conjunto de práticas que representaram aquela brincadeira durante os Anos de Chumbo. Se apropriar destas memórias é, de acordo com Nora (1993, p. 20), concordar que “nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer”. Assim, as memórias do Carnaval de Chumbo são despertadas de seu sono e reconstruem o processo sócio histórico de forma a caracterizar, ao lado da escrita da História, uma concretude de elementos que dão identidade à festa de Momo do Recife durante os anos de 1968 a 1975.

Do lado dos brincantes, as memórias também apresentam interessantes pontos de vista que nos permitem perceber como quem está responsável pela colocação do bloco, da agremiação, da troça, dos ursos e caboclinhos na rua consegue registrar os momentos nos quais foi ator principal da festa através dos tempos. Rememorando fantasias, sambas-enredo, acontecimentos, nomes de integrantes dos desfiles, esses brincantes permitem ampliar o horizonte carnavalesco que abraça a brincadeira e determina as formas de expressão daqueles que foram considerados conhecedores do carnaval pelo lado de dentro da festa.

A visão dos brincantes também pode ser entendida pela ideia de Nora (1993) uma vez que a memória narra para que a História registre. E em se tratando da memória brincante, o sentimento de pertencimento e a identidade produzida pelo Carnaval são importantes, neste sentido, para estabelecer um jogo onde a memória se interroga na direção da busca de uma conotação histórica. Deste modo, os lugares encontram suas definições e significações. Segundo Nora (1993, p. 27), “Ela mostra que um fio invisível liga objetos sem uma relação

---

<sup>91</sup> No capítulo 3, citamos que o autor em questão foi o promotor do Baile da Saudade, realizado no Clube Português do Recife, contando com vasto apoio da imprensa, uma vez que também era jornalista do Jornal do Commercio. As informações a respeito da trajetória de Leonardo Dantas neste período foram coletadas em entrevista cedida pelo mesmo no dia 10 de abril de 2010 em sua residência no bairro da Torre, Recife/PE.

evidente” e é então que esta memória brincante (que ao mesmo tempo é individual e coletiva) atinge o campo do consciente, sobretudo em si mesma, pois os lugares de memória não possuem referentes na realidade.

Diferente dos lugares de História, os primeiros escapam aos segundos pelos seus percursos, por se caracterizar como espaço fechado sobre sua identidade, mas aberto às suas extensas significações. Assim, tecer os lugares variados onde existem as memórias é redesenhar o ambiente no qual estas encontraram seus momentos de significação através da libertação das amarras do tempo, onde a construção de uma memória pelo Estado teria encoberto a figura da memória do brincante e do folião, quando estas deveriam funcionar como elementos primordiais para o melhor entendimento de uma época e uma grande festividade como o Carnaval.

#### **4.3.2 Memórias de Militares**

Ainda que a liberdade não constitua o total das coisas socialmente desejáveis, é tão necessária para a obtenção da maioria delas, e corre tanto o risco de ser insensatamente limitada, que mal será possível exagerar sua importância (RUSSEL, apud CONTREIRAS, 1998, p. 5).

A retomada das memórias militares deve ser feita com muito cuidado, especialmente porque estas representam importantes pontos de reflexão sobre a caracterização do período dos Anos de Chumbo e as formas como estas se fizeram presentes muitas vezes estão ligadas a processos que não foram claramente expostos à sociedade civil em seu entendimento sobre a dinâmica do Estado de Exceção. No entanto, é preciso retomar igualmente aqueles que, mesmo participando dos quartéis e comandos policiais durante 1968 e 1975 permaneceram nas sombras, escondidos, mantendo informações sigilosas que apenas anos depois puderam

contribuir para a formação de outras possibilidades da historiografia ditatorial militar brasileira.

Ao dar voz a estas memórias, entendemos que elas representam exatamente o contraponto das primeiras relatadas, dos brincantes e foliões, exatamente por apresentarem uma segunda (e até mesmo uma terceira) via no processo de formação da sociedade durante a festa carnavalesca através de seus conceitos sobre liberdade, espontaneidade, originalidade e permissividade do Estado para com os envolvidos na festa. Seguindo na contramão dos excluídos, os homens do poder foram sucintos, diretos e guardaram posições convictas de como seria a sociedade ideal em suas manifestações simbólicas, assim como tinham suas próprias formas de analisar a interpretação que esta fazia deles, observando importantes pontos de reflexão que merecem ser discutidos neste momento.

É importante frisar que, embora essas memórias estejam igualmente carregadas de emotividade e sentimentos que traduzem um espírito formado pelo significado que tem o treinamento e a vida militares, existem elementos de leitura da realidade que aproximam essas memórias da força das memórias da brincadeira estabelecendo, assim, uma forma particular de encarar a realidade da festa, reconhecendo que mesmo por trás da farda, existe espaço para a liberação de sentimentos por parte de alguns que envolvem o espírito momesco durante o mês de fevereiro. Contudo, as primeiras memórias nos evidenciam uma leitura maior, uma visão do Brasil de Chumbo que até então foge aos olhos de grande parte do tecido historiográfico deste recorte, de modo que entender os caminhos percorridos por estas memórias é perceber outros olhares sobre importantes aspectos como o AI-5, a atuação das estratégias fundamentais de defesa, ordem e organização da sociedade durante o período de Chumbo e a arqueologia dos órgãos que referenciavam a atuação dos militares neste momento.

Tomadas então como uma leitura específica da formação do imaginário social militar deste tempo, as memórias excluídas do Regime revelam características como resignação, silenciamento, exclusão, traição e muitas vezes, conflito. Discordando parcialmente com muitos elementos empregados pelo Estado durante os anos de 1968 e 1975, estas memórias apresentam formas particulares de entender como seria o país sem a rigorosidade empregada e chegam, igualmente, a conclusões comuns, como a de que a condução da política tomou os rumos então conhecidos pela escrita da História graças a atitudes que partiram tanto de civis como de militares em relação ao momento de instabilidade vivido pela conjuntura da América Latina durante os anos da Guerra Fria.

Arquitetando uma leitura que, apesar de se propor a buscar uma imparcialidade traz consigo uma bagagem formadora militarizada, estas memórias revelam que o regime de exceção não deveria ser estabelecido por muito tempo, uma vez que as Forças Armadas não foram feitas para governar o país ou mesmo exercer uma política partidária em torno do sentido de Defesa da nação, segundo revela o general Ivan de Souza Mendes (CONTREIRAS, 1998). Esta postura assumida pelo militar apresenta, em suas entrelinhas, que nem mesmo todos aqueles que estiveram presentes nos altos escalões da Escola Superior de Guerra ou foram membros de Ministérios, Diretórios Militares ou até mesmo fizeram parte de Comandos conhecidos como o II e IV Exércitos nas capitais brasileiras se inclinaram para aspectos como a repressão, a tortura, a censura e a perseguição, embora tivessem empregado essas atitudes muitas vezes julgando-as necessárias para a manutenção de seus objetivos.

Nesse sentido, as maiores controvérsias em relação às práticas adotadas pelo Estado de Exceção para com a sociedade civil são, para estas memórias militares excluídas do raio de pensamento e ação do sistema, a adoção do AI-5 e a continuidade da Linha Dura por meio dos governos de Médici e Geisel. De acordo com o almirante Ernesto de Mello Baptista, a eleição de Médici apresentou soluções prontas que desagradaram até mesmo parte da alta cúpula das Forças Armadas que havia escolhido a Junta Militar responsável pelo processo que o conduziu até o poder, excluindo-os dos processos decisivos em relação à sucessão do então presidente Costa e Silva (CONTREIRAS, 1998). Desagrada também a essas memórias a postura tomada pelo então ex-presidente Castello Branco, quando este, na fala de alguns dos militares supracitados, não teve o pulso necessário para a condução do processo que culminaria, em 1968, com a entrada dos representantes da Linha Dura na condução do governo, exercendo uma diplomacia que não parecia ser necessária naquele momento conturbado para o país, contribuindo, assim, para a formação de um espaço situacional desfavorável a um possível retorno dos elementos democráticos.

A abertura e um provável retorno a um Estado de Direito eram vistos pelos militares como ferramentas que eles mesmos já teriam iniciado desde o que chamavam de Revolução de 1964<sup>92</sup>. Em entrevista no ano de 1995, o ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) observa que em dado momento, o Estado de Exceção começou a se tornar obsoleto, precisando de uma reelaboração de seus preceitos, pois em dez anos de Regime Militar (1964-1974), aquele “não era um processo que podia se arrastar indefinidamente”: precisava, antes, passar por uma

---

<sup>92</sup> Este termo é largamente utilizado por diversos militares em entrevistas citadas especialmente por Couto (1999) e Contreiras (1998) no sentido de defender uma renovação dos valores, instituições e no movimento que regia a sociedade brasileira durante as décadas de 1960 e 1970, mesmo que para isso precisassem utilizar-se, temporariamente, de instrumentos de coerção.

“transição para normalizar a vida do país, estabelecendo um regime de natureza democrática que representasse uma normalização” (COUTO, 1999, p. 208). Ou seja, a Abertura não poderia acontecer de forma abrupta.

Segundo estas fontes, entre elas o Coronel Tito Avillez, a afirmação de que “após a perda do controle do poder por Castello, o que houve foi uma sucessão de desvios éticos, morais e políticos e uma perda do apoio da sociedade” (CONTREIRAS, 1998, p. 53) não expressa efetivamente como o tecido social encontrou sua significação e se posicionou ante o regime neste período. Certamente, o governo ditatorial havia perdido o controle de boa parte das suas formas de organização da sociedade, no entanto, grande parte desta se colocava na contramão do processo de aceitação da Ditadura, reservando um pequeno espaço de apoio apenas para classes dirigentes interessadas na manutenção de seus privilégios e em projetos de condução para uma política desenvolvimentista da nação naqueles anos. Desta forma, pensar como o AI-5 serviu de instrumento regulador da caracterização de postura do regime é de fundamental importância e tomou boa parte dos discursos produzidos por essas memórias militares.

Se, segundo Contreiras (1998) o AI-5 foi o instrumento usado para diversos tipos de torturas, o pensamento do general Alfredo do Souto Malan, chefe do Estado Maior do Exército no governo Médici em 1971, confessa que este foi o erro humano de maior gravidade durante o regime, visto, inclusive, como um retrocesso. Ainda de acordo com o general, a proposta de Castello Branco era comandar a passagem para o governo de outro militar ou possivelmente um civil não envolvido em atividades ligadas ao Comunismo para que houvesse a normalização político-institucional e o governo não mais precisasse recorrer aos atos institucionais (CONTREIRAS, 1998). Estabelecendo um paralelo com a política adotada pelas Portarias Municipais em Recife durante os anos do Carnaval, observamos que a tortura empregada pelo AI-5 era do tipo psicológico, ou seja, foi uma forma de representação da atuação do Estado de maneira presente, mas tendo o cuidado de agir com discrição. Mesmo concordando com a ideia de que essa atuação do Estado sobre a festividade não é um elemento novo e exclusivo deste período, esta normatização foi agravada pelo AI-5, que determinou uma maior rigorosidade pairando sobre a sociedade civil, com relação a suas ações e manifestações culturais espontâneas.

Sendo assim, tentar situar a montagem a liberdade para que o militar pudesse envolver-se por meio do AI-5 não somente com os aspectos da política partidária como no âmbito dos espaços de significação da sociedade civil representa a abertura gradual da caixa-preta do Governo de Exceção para um melhor entendimento do cotidiano que havia entre esta

e os próprios militares. Nas palavras do Coronel Pires (apud CONTREIRAS, 1998), a hierarquia militar seria igualmente desrespeitada pelo sistema de repressão, pois homens que haviam recebido o poder acabaram por agir por contra própria e colocaram em risco a durabilidade e a imagem do Exército enquanto instituição. Ainda, segundo este, que se colocava na oposição desta postura abusiva:

Uma pessoa não pode dar choque elétrico em um preso político e depois dizer que está recorrendo à tortura em defesa da democracia. Osório (general Osório Duque Estrada), comandante do Exército Brasileiro na Batalha do Tuiuti, dizia: 'o preso desarmado é um ser humano e como tal deve ser tratado' (PIRES apud CONTREIRAS, 1998, p. 65).

A atitude então assumida pelos militares nacionalmente acabou por refletir-se nos âmbitos, estaduais e municipais, onde os poderes exercidos não precisavam ser necessariamente ligados às Forças Armadas no tocante a composição dos quadros dirigentes a partir de seus membros. No entanto, dirigindo órgãos de defesa interna e segurança pública, membros da polícia e do Exército se revezavam na atividade que era policial, nem sempre ostensivamente, a sociedade civil. O universo que envolvia a vida dos militares era amplo e reunia características que destoavam do que se concebe como um conjunto de práticas cotidianas como a vida regulamentada por uma necessidade de afirmação a qualquer custo, um caráter em grande parte do tempo nervosa e para muitos, constantes atitudes defensivas (BERG, 2002).

O comportamento dos militares, vistos por eles mesmos, segue essas encruzilhadas da memória. Embora exista um esquecimento nem sempre provocado pelos efeitos do tempo e pela seletividade própria da memória, os silêncios contidos nestes registros revelam um ambiente de verdades poucas vezes ditas, raramente interpretadas e quase ausentes de uma produção historiográfica capaz de estabelecer um horizonte de sentido mais claro para o entendimento do comportamento militar fora das esferas de amparo legal, a exemplo das legislações que legitimavam suas ações. Em relação ao Carnaval do Recife, Delegados de Costumes, Secretários de Segurança Pública e outros envolvidos no contexto revelam por meio de suas falas, homens que buscavam acima do gosto pessoal, o cumprimento da lei sem questioná-la, mesmo sabendo que assim, na maioria das vezes, estariam ferindo o livre arbítrio próprio da brincadeira. A compreensão dessa mentalidade é possível segundo uma análise de como este militar estava inserido na festa.

O Jornal do Commercio de 16 de fevereiro de 1969 trouxe uma matéria intitulada Gente que Não Brinca o Carnaval do Recife, onde nesta o propósito foi apresentar algumas

classes de profissionais que por conta das atribuições dos seus trabalhos não poderiam brincar nos dias de Carnaval, tendo que estarem presentes aos seus postos. A matéria em si não faz nenhuma referência aos policiais, mas traz uma fotografia que apresenta a vigília feita pelos seguranças da Casa de Detenção do Recife em sua porta principal, revelando assim uma importante imagem do militar envolvido na festa e que não estaria diretamente nas ruas, embora seu sentimento fosse o mesmo daquele presente junto ao folião (COSTA, 1969).

Existia como anteriormente discutido, um civil por trás de todo policial, militar das Forças Armadas, membro do Corpo de Bombeiros, entre outros que deseja vivenciar práticas que mostrem o Homem que existe além da farda, que libertem o espírito festivo daquele que é visto como uma máquina do Estado e capaz apenas de executar ordens para coibir a felicidade e divertimento da maioria, daquele que é representante do autoritarismo e revela o caráter rigoroso da lei através de suas ações. Para este, silenciar ou agir por obrigação são escolhas que não estão exclusivamente, mas racionalmente ao seu alcance em face à conjuntura na qual está inserido.

No entanto, buscar um entendimento sobre como as memórias destes homens que viveram o Carnaval no silêncio do revelar uma afeição para com a brincadeira significa tanto quanto tentar compreender aqueles que participaram das ações ostensivas e repressoras. O militar que viu, esteve presente na festa, mas não brincou - guardou as frustrações dentro de si como se fossem serpentinas que amarravam seus sentimentos e espalhavam suas esperanças (como se fossem confetes nos chãos dos salões dos bailes carnavalescos) em poder estar junto aos demais foliões, como um cidadão qualquer, aproveitando os dias de folia. Deixava-o mais frustrado ainda o fato de não poder participar porque ele era uma espécie de embrião do Estado de Exceção e sua função, os juramentos feitos na academia ao tornar-se um oficial, o impediam de descumprir a regra que lhe fora confiada no exercício de suas atribuições, embora esta não possa se configurar enquanto visão generalizada do processo histórico que envolve o recorte.

Neste ínterim, a ideia que se tem de militares e sua participação nas festas durante o período dos Anos de Chumbo vai além do que se pode considerar uma visão limitada do contexto. É possível encontrar nas falas destes para a imprensa um certo tom de receio em cumprir estritamente a regra, mas ao mesmo tempo, sabendo da rigorosidade do aparelho estatal, não existem tantas possibilidades em desfazer-se a questão hierárquica em prol das vontades pessoais. Cabe aqui lembrar um registro feito pelo Delegado de Costumes, Mário Tomás Alencar, em relação ao comportamento e aos trajes usados pelos foliões no Carnaval de 1971 e sua postura para com as festividades, suas caracterizações e sua função:

Sou um folião fanático, mas, como Delegado de Costumes, sou forçado a reprimir os abusos e excessos. Acho até gozado os homossexuais vestidos de mulheres, fazendo evoluções ao ritmo do frevo, mas fantasias dessa espécie trazem graves problemas para a polícia e, por isso, tenho o dever de proibi-los (ALENCAR apud POLÍCIA..., 1971b).

Dessa forma, a busca pelo entendimento das memórias dos militares não está alheia aos ucronismos, como diria Portelli (1993), mas apresenta uma carga emotiva um tanto quanto mais racional do que as memórias foliãs. Com base neste autor, é pertinente reconhecer que não se pode atribuir a todas as narrativas o caráter ucrônico, tendo em vista que elas não colocam um caminho único como satisfatório por estarem imbuídas de sentimentalismos que comprometem a construção dos fatos e remetem a falhas na composição da escrita da História. Assim, há um duplo viés presente nos chamados sonhos ucrônicos: por um lado, estes revelam que a realidade se conduzia para algo totalmente diferente do que propunha; por outro, este momento serviu para mostrar que a História Oficial não conseguiu dar uma explicação existencial para o caso de muitos personagens envolvidos (no caso em questão, os militares, foliões e brincantes).

Sendo assim, os atores sociais são os grandes líderes da mudança, da possibilidade de reescrever a História, consertando seus erros e transportando o fracasso para o universo mítico. O sonho ucrônico coloca a História na posição de simples evento. Centrado na figura do narrador, o sonho é dotado de sentido no retorno a um passado que oferece lições para um presente vitorioso por meio da transformação da identidade cultural histórica de um local, movimento onde as consequências estão voltadas para a realidade ou a imaginação, uma vez que se estabelece uma crítica direcionada para os descontentamentos que, uma vez tendo voz, afastam suas crises mais profundas e perturbações. O processo que move a História através de pontos de mudança, confrontações e um intenso procedimento de transformações não podem ser previstos pelos sonhos de alguns candidatos a instalarem novos modelos de sociedade, embora estes não apresentem efetivas propostas de mudança. Desta forma, a proposta da dessas memórias é fornecer uma nova leitura da realidade dotada de resignificações e conciliações, de modo que o idealizado e o realizado possam confrontar propostas sem, contudo, estabelecer uma batalha campal.

A memória é a ferramenta que desafia o tempo, que se situa no movimento desigual do ritmo das vivências, estabelece formas de relações e transmissão de informações, abre e fecha ciclos de conexões entre grupos sociais e formas de construção das identidades capazes de

direcionar a forma como um dado acontecimento ganha notoriedade por outras palavras, outros olhares e compreensões que estão nas entrelinhas sendo, portanto, uma importante fenda que precisa ser considerada num universo místico e real como o Carnavalesco, sobretudo em torno de observar outras significações para o período de Exceção.

Como diria Le Goff (2003, p. 422), “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Graças a esta manipulação, é possível tecer uma compreensão e encontrar caminhos possíveis para revisitar uma festa inserida na dinâmica do tempo como é o Carnaval, de forma a entender como a mesma apresenta, por meio das memórias dos envolvidos, uma forma de escape aos controles exercidos pelo autoritarismo em suas regras para o estabelecimento da segurança a qualquer custo. “Nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual” (LE GOFF, 2003, p. 422) é possível encontrar as chaves para a construção de um ambiente plausível de explicação de muitas ações, tanto por parte dos foliões como por parte dos militares, durante a brincadeira momesca.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em vias de conclusão, muitas interpretações são possíveis acerca da postura assumida pelo Poder diante das Festas, em especial do Carnaval. Mas uma colocação pode ser mais incisiva para compreender o sentido que almejamos dar a este estudo: toda ditadura, por mais soberana que possa parecer, mantém condições de garantir, inscritas em suas ações, instrumentos que avalizem uma relação entre ordem e democracia, embora este estado não seja aplicado, de fato e com vigor formal pelas autoridades representantes do sistema.

Neste sentido, nos parece comum perceber que, ao buscar uma anomia social e um espaço de caracterização da festa como justiça popular, os envolvidos (brincantes e foliões) ultrapassam o silêncio imposto pelo Estado Ditatorial Militar e determinam a catarse

momesca como o momento onde o direito se submete às condições da vida, constituindo uma paródia da vida real em que fica evidenciado um duplo paradigma – de um lado, a lei se institui como algo em que se não pode romper uma conexão com a vida (o que por si gera uma relação problemática), sendo essencial para determinar as ações sociais; do outro, a ideia de que a lei representa a inclusão da vida na normalidade, ou seja, sem esta a sociedade não conseguiria um modelo de organização coerente.

Tal debate demonstra, porém, que o jogo entre Carnaval e Ditadura também se insere no paradigma entre direito e vida pública. Uma vez que, na esfera de poder, esta relação caminha em sentido contrário, ou seja, a regência popular não se converte ao pré-estabelecido totalmente, é preciso uma intervenção mais efusiva que ressalte as características da *lex* que se faz presente naquele contexto. As posturas apresentadas pelo Estado Marcial nas páginas deste estudo mostram que o Carnaval não era apenas a válvula de escape da sociedade, mas antes era o ponto fixo de controle de um regime político que se autodeterminava como concededor dos reais benefícios inerentes à sociedade.

Porém, ao instituir o Estado de Exceção, ou seja, ao passar pela negação dos direitos fundamentais e da liberdade de ação e pensamento da sociedade civil, a Ditadura deixava de responder a uma lacuna normativa em busca do ordenamento das ações momescas. A diferença entre planejamento e aplicação das determinações contidas nas Portarias Municipais para o disciplinamento da festa pode ilustrar como o brinquedo passa, então, por ser alvo de controle, em detrimento de sua supressão completa. A manutenção e a garantia da existência da festa vão além de um desvio de foco das atitudes cometidas pela transposição do Estado de Direito pelo Governo Marcial: estão representadas como o espaço que preenche o vazio existente entre o que é legal e o que pode ser considerado subversivo, tomando por referência as ações repressivas e a manutenção das brincadeiras. Sendo assim, uma área de intersecção entre conceitos de permissividade, transgressão e legitimação, tanto por parte do brinquedo como pelo Estado se delineia durante os três, quatro dias de euforia nas ruas e nos clubes.

Visto que o Estado de Exceção se fez cristalizado na quase totalidade das esferas jurídicas presentes no país durante os anos de 1970, é possível também concluir que a violência apresentada pelo policiamento em relação às práticas brincantes é fruto da ideia de que àquela está incluída no direito por sua própria exclusão. Em outras palavras, o Estado de Exceção, que pretende se regulamentar por lei, o faz justificando garantir, dessa forma, os direitos e as liberdades individuais. Esta sentença indica, em toda medida, que a violência, neste jogo simbólico, não se encontra numa relação de meio quanto a um fim, mas mantém assim uma relação com sua própria medialidade.

As situações possíveis, neste contexto, mostram que as alterações aplicadas a governos, tendo por finalidade a neutralização de problemas ou perigos à governabilidade constitucional, produz o uso da forma de forma extrema, de modo que o Estado possua (e demonstre) que é dotado de mais poder que os próprios cidadãos. O Governo, por sua vez, justifica tal utilização usurpadora do poder através em busca da manutenção do regime democrático. Foi o que se processou durante a Ditadura Militar Brasileira.

Neste espaço, a partir de 1968, quando os representantes das Forças Armadas decidiram estabelecer a rigorosidade extrema da legislação a partir do AI-5, o Estado de Direito fora substituído pelo Estado de Exceção. Abrangente, este se fez presente como uma referência não apenas acima da Constituição recém-aprovada em 1967, mas contemplativo de diversas esferas da sociedade, em especial, a esfera cultural. Mesmo que quisesse se mostrar como um Governo que respeitava o cumprimento de uma Constituição, o Estado Ditatorial caracterizava a exceção a partir do momento em que classificava seus atos institucionais como mais importantes do que o próprio documento régio da nação. Neste momento, a Ditadura encontrou seu *modus operandi* legalizado e instituído como verdade perante a sociedade civil.

Podemos observar que muitas das principais características da legalidade autoritária foram criadas bem antes da ascensão do regime militar, em especial durante o período do Estado Novo Vargasista, inspirados ainda em alguns dos modelos totalitários europeus. Tal militarismo apresenta igualmente uma vasta gama de costumes, prestígios, ações e pensamentos associados às forças armadas, mas que transcendem os propósitos puramente militares. Associando esta caracterização às festas com o Carnaval, é pertinente afirmar que o brinquedo representou na História momentos de extrema euforia, de rebeldia e constantes substituições de paradigmas sociais. No entanto, o momento em que esta se manifesta durante os anos de 1968 e 1975, período de extremo rigor político no país, reflete a dinâmica que se coloca como ponto crucial para entender que a farsa ultrapassava o limiar legislativo da época – nenhuma determinação marcial foi capaz de reformular completamente a sociedade, de modo a adequá-la ao que se tinha como preceito que atendia à Segurança Nacional.

Deste modo, o Carnaval apresentou suas fantasias, suas músicas e seus membros constituintes da festa não como simples soldados da folia, mas como guerreiros da alegria, como gente que buscava na brincadeira uma forma de identidade, de celebração social, um esteio para os problemas. Apesar de a Quarta-Feira de Cinzas ser, para muitos, a representação do enterro temporário da liberdade, a perspectiva de que aquele período iria passar, como passava o samba popular na avenida, como dançava o passista de Frevo

freneticamente, representava um propósito maior do estar na festa, ser parte essencial desta e não deixar de lado este momento de exaltação da liberdade.

Cercear, limitar, tentar impor uma normatização a uma festa como o Carnaval, que por si apresenta-se dotada de suas próprias leis, apresenta-se como um desafio de duas ordens – a ordem dita democrática do Estado Ditatorial e a ordem da alegria, própria do folião, que não desejava se ver controlado também durante a folia. Entendemos que é impróprio aplicar um conjunto de determinações legais a um momento onde a Cultura possui seu espaço de significação e, portanto, é capaz de estabelecer as regras da convivência temporária e uma troca de valores que institui o lugar de cada ator social dentro daquele processo. Nesta direção, são duas leis que não poderiam estar juntas e, posto isso, viu-se uma relação de forças onde o Poder Militar não foi capaz de conter ou controlar o ambiente cultural como acreditava ser possível, ao menos no espaço das ruas.

Em relação aos espaços fechados, era mais provável de observar uma maior obediência aos preceitos militares, posto que muitos membros deste segmento frequentavam tais espaços também como foliões e havia a formação de um universo multidisciplinar que resistia às inovações e espontaneidade promovidas nas ruas. Colocar em contraponto estas duas visões, estes dois momentos de enunciação nos faz concluir que mesmo em um, quanto em outro ambiente, houve espaço suficiente para que a legislação ditatorial fosse colocada de lado e um conjunto de valores mais voltados à renovação promovida pela Contracultura própria da virada da década de 1960 para 1970 se manifestasse em seus aspectos mais particulares, sobretudo músicas, vestimentas, bebidas, vocabulários, entre outros.

Esta constante epidemia ganharia novos contornos com a chegada dos anos 1980. Nesta medida em que as Forças Armadas, após pressões vindas de diversas esferas da sociedade civil, paulatinamente foram cedendo espaço às liberdades democráticas, é que o país foi avançando, inexoravelmente, para a realização de um destino nacional. O Carnaval também acompanha esse movimento de mudanças de paradigmas, mostrando principalmente que somente quando existisse a aceitação de que o nacional era também o popular, o caráter ditatorial abriria espaço para o desfile de um conjunto de ações mais conscientes, dessa feita realmente mais abrangentes e sólidos em seus preceitos ditos democráticos.

Se a tentativa de estabelecer um estado militar na festa falhou, esta não foi por fraqueza ou falta de controle efetivo do sistema – foi, antes, um momento singular, de resistência, de preservação dos valores do passado, agregados aos novos conceitos do presente que permitiram uma gama de foliões, brincantes e visitantes a perceber o Carnaval do Recife como o melhor do mundo, aquele onde a memória permanece atrelada à atualidade de forma

que haja uma conjugação de aspectos suficientes para alegrar, esquecer os problemas, viver dias de êxtase e resistir ao Governo Ditatorial sem que isso seja tomado como ilegalidade passível de tortura, morte e perseguição.

Longe de esgotar o tema, apesar do detalhamento apresentado nesta pesquisa, *Brincantes do Silêncio: a atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968-1975)* pretendeu, até aqui, abrir um campo de debates acerca dos ciclos culturais regionais não apenas como focos de resistência e espaços de fala diferenciados dos ditames governamentais – a ideia aqui compreende o recurso da encruzilhada dos caminhos que até então pareceram distais, mas que, no entanto, apresentaram uma proximidade até então pouco explorada.

Entender a forma como os atores sociais se colocaram como agentes de transformação de seu cotidiano é uma tarefa ampla da História Social e Cultural, mas enquanto caráter político revela que os olhares se transformam quando são voltados para percepções, lógicas cognitivas, memórias, vivências e sensibilidades. Esses fenômenos político-culturais mostram, por sua vez, que os grupos, ao fazerem uso do passado em relação à sua experiência vivida, estabelecem categorias descritivas que permitem uma ampliação do campo historiográfico que os determina enquanto seres culturais conflitantes, inovadores ou concomitantes com os locais onde atuam.

Estudar, então, estas culturas como exemplos de formação, divulgação e enunciação de espaços produzidos tanto pelo cultural como pelo político se faz essencial à medida que vincula a implementação de políticas públicas, sobretudo em regimes autoritários, à elementos populares de modo a atingir um grau de legitimidade que mobilize crenças, valores e tradições da sociedade. Dessa forma, a busca de uma herança, de um passado histórico comum a esses dois âmbitos é a proposta principal da construção de uma Cultura Política.

Em linhas finais, este trabalho buscou manter laços com o passado não como um relicário, apenas – antes, tentou caracterizar a relação entre a sociedade e este, incluindo os aspectos político e cultural como meios para se desenvolver uma racional e objetiva escrita da História. Num sentido mais estrito, entender o que os homens entendem por seu passado e que lugar lhes destina mediante sua vivência de presente são os nortes desejados para a análise deste conjunto de iniciativas.

Assim como Clarisse Lispector vivenciou certo dia, durante sua infância, o Carnaval se afirmava enquanto discurso durante a Ditadura Militar despertando sentimentos que se exprimiam nos foliões e brincantes como se as ruas e praças do Recife enfim explicassem para que tivessem sido feitas. Do mesmo modo, era a expressão de que as vozes não se calariam diante do discurso da força e da autoridade, pelo contrário – existia aquela sensação

de que o Carnaval era dotado de um forte sentimento de pertença e não poderia ser apartado pela lei marcial. Nesse sentido, as vozes humanas presentes na festa tinham vários ecos, que não silenciados, entoavam a marcha dos prazeres contidos no íntimo de seus viventes, transformando-se em verdadeiros brincantes em meio ao silêncio buscado pela Ditadura dos Anos de Chumbo.

## REFERÊNCIAS

ABUSOS durante o curso serão coibidos. **Diario de Pernambuco**, Recife, 22 fev. 1968. Caderno 1, p. 8.

AERONÁUTICA comparece com a prévia 'Mamãe Eu Quero Voar'. **Diario da Manhã**, Recife, 27 jan. 1969. Capa, p. 1.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALFREDO quer orquestras no centro comandando carnaval. **Diario da Manhã**, Recife, p. 5, 27 jan. 1973.

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais**: estado militar na América Latina: o calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SILVA, Giselda Brito (Org.). **Ordem e polícia**: controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AMORIM, Maria Alice. **100 anos de frevo**: irreverência e tradição. Recife: Folha de Pernambuco, 2008.

ANDRADE, Maria do Carmo. **Nilo Coelho**. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=207&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=207&Itemid=1)>. Acesso em: 6 set. 2009.

ANSARA, Soraia. **Memória política, ditadura e repressão no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

APREENDIDAS camisas que atentam contra a moral. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 fev. 1972. Caderno 1, p. 6.

ARAÚJO, Madalena. Antigo campeão não tem dúvidas da vitória em 68. **Diário da Noite**, Recife, 17 jan. 1968. Não paginado.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas**: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

A ÁREA do frevo. **Jornal do Commercio**, Recife, 1 fev. 1969. Crônica da Cidade, Caderno 1, p. 3.

ASSEgurada ampla visão do desfile carnavalesco. **Diário da Manhã**, Recife, p. 5, 9 fev. 1974.

AUTORIDADES apregoam o fim do carnaval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 fev. de 1974. Geral, p. 11.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Coimbra: Minerva, 1999.

BARBOSA, Virgínia. **Augusto Lucena**. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=346&Itemid=180](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=346&Itemid=180)>. Acesso em: 6 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Eraldo Gueiros Leite**. Disponível em:  
<[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=261&Itemid=184](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=261&Itemid=184)>. Acesso em: 6 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Geraldo Magalhães Melo**. Disponível em:  
<[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=283&Itemid=186](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=283&Itemid=186)>. Acesso em: 6 set. 2009.

BAROJA, Julio Caro. **El carnaval**. Madrid: Alianza, 2006.

BARRACAS também servirão para ornamentar a cidade no carnaval. **Diario da Manhã**, Recife, p. 3, 15 fev. 1974.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

BELFORT, Angela Fernanda. **Nelson Ferreira: o dono música**. Recife: Comunigraf, 2009.

BENJAMIN, Walter. A infância em Berlim por volta de 1900. In: \_\_\_\_\_. **Rua de mão única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 71-142. v. 2. (Obras Escolhidas).

BERG, Creuza. **Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)**. São Carlos: Edufscar, 2002.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BEZERRA, Amilcar Almeida. **Evoluções: histórias de bloco e saudade**. Recife: Bagaço, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BRADLEY, Carol. A Ditadura do AI-5. **Revista Algo Mais: a revista de Pernambuco**, Recife, v. 3, n. 33, p. 24-28, dez. 2008.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Zero**. 12. ed. São Paulo: Global, 2001.

BRASIL. Congresso. Senado. **A constituição que não foi: história da Emenda Constitucional n.1, de 1969.** Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

BRASIL. (Constituição 1967). da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 out. 1967. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 1969a. Seção 1, p. 1394. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0667.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social, estabelece o seu processo de julgamento e dá outras providências. **Coleção de Leis e Decretos da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1366, set. 1969b.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969.** Código Penal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=227135>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual básico.** Rio de Janeiro: ESG, 1976.

BRASIL: nunca mais. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRENNAND, Rosalvo W. Título. **Diário da Manhã**, Recife, 28 fev. 1968. Cadeira na Calçada, p. 3.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRIGAGÃO, Clóvis. **A militarização da sociedade.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

BURITY, Joanildo; VAINSENER, Semira Adler. **Escuridão no fim do túnel: o cotidiano das famílias de presos no estado de Pernambuco.** Recife: Massangana, 2005.

BURKE, Peter. O carnaval de Veneza. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura.** Campinas: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cultura popular na idade moderna: 1500-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história: para ler a história oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAMPOS, Renato Carneiro. Carnaval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 fev. 1972. Diária, p. 5.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPIBA. **De chapéu-de-sol aberto**. [S.l.: s.n.], 1972. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/capiba/de-chapeu-de-sol-aberto.html>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

CARNAVAL civilizado. **Jornal do Commercio**, Recife, 7 fev. 1973a. Caderno 1, p. 5.

CARNAVAL com ordem. **Diario da Manhã**, Recife, 24 fev. 1973b. Capa, Nossa Opinião, p. 1.

CARNAVAL de 1970. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 fev. 1970a. Editorial, Caderno 1, p. 2.

CARNAVAL de rua será aberto com desfile de fantasias. **Diario de Pernambuco**, Recife, 9 fev. 1972a. Caderno 1, p. 3.

CARNAVAL e liberdade. **Diario de Pernambuco**, Recife, 18 fev. 1972b. Caderno 2, p. 11.

CARNAVAL 1970 do Recife foi um sucesso. **Diario de Pernambuco**, Recife, 12 fev. 1970b. Capa, p. 1.

CARNAVAL não é festa urbana. **Diario de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1975. Caderno 2, p. 3.

CARNAVAL não terá maconha. **Diario da Manhã**, Recife, 5 fev. 1972c. Capa, p. 1.

CARNAVAL sem excessos. **Jornal do Commercio**, Recife, 6 fev. 1972d. Caderno 1, p. 2.

CARNAVAL tranquilo. **Jornal do Commercio**, Recife, 16 fev. 1972e. Caderno 1, p. 2.

CARNAVAL vem aí e clubes vão ter que tirar licença na SSP. **Diario da Manhã**, Recife, 15 jan. 1972f, p. 2.

CARNAVAL. **Diario da Manhã**, Recife, p. 4, 26 jan. 1970c.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

CASTELLO BRANCO, Eurico. **Dos crimes contra a segurança nacional: comentários**. Rio de Janeiro: José Konfino, 1971.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: memórias políticas. Recife: Guararapes, 1980. v. 2.

CENSURA previne clubes quanto à sua regularização na SSP. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 fev. 1970. Caderno 1, p. 10.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 1.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2000.

CHEGOU mais um carnaval. **Revista Veja**, São Paulo, n. 19, p. 19-42, 19 fev. 1969.

CLUBES apelam para bingos porque falta de verba ameaça afastá-los do carnaval. **Diário da Noite**, Recife, p. 2, 12 jan. 1968, p. 2.

CLUBES devem entregar documentos até dia 30 para receber subvenções. **Diário da Manhã**, Recife, p. 6, 16 jan. 1974.

CLUBES poderão ficar sem policiamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 fev. 1971. Caderno 1, p. 3.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Teixeira. **História natural da ditadura**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

COMISSÃO organizará também um festival nos pavilhões da FECIN. **Jornal do Commercio**, Recife, 2 fev. 1971. Caderno 1, p. 4.

CONTREIRAS, Hélio. **AI-5**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Militares**: confissões: histórias secretas do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009.

COSTA, Haroldo. **Política e religiões no carnaval**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2007.

COSTA, Lúcio P. Gente que não brinca o carnaval do Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 16 fev. 1969. Caderno 2, p. 1.

COSTUMES apreende 27 camisas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 fev. 1971. Caderno 1, p. 8.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. Evoé, tristeza! **Jornal do Commercio**, Recife, 5 fev. 1970a. Ponto de Encontro, Caderno 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. Já, já, o carnaval. **Jornal do Commercio**, Recife, 1 fev. 1970b. Ponto de Encontro, Caderno 1, p. 5.

\_\_\_\_\_. Meditações de momo. **Jornal do Commercio**, Recife, 6 fev. 1970c. Ponto de Encontro, Caderno 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. Neste amanhecer. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 fev. 1970d. Ponto de Encontro, Caderno 1, p. 5.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE tanga, não; ordem é menor bem vestido. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 fev. 1973. Caderno 1, p. 8.

DELEGADO vai colocar travestis no xadrez. **Jornal do Commercio**, Recife, 5 fev. 1970. Caderno 1, p. 8.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

DEPUTADO sugere proibir carnaval durante dez anos. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 fev. 1968. Caderno 1, p. 12.

DEZOITO clubes poderão ser impedidos de realizar festas por falta de licenças. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 fev. 1969. Caderno 1, p. 3.

DIAS, Lucy. **Anos 70: enquanto corria a barca**. São Paulo: Senac, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIVINOS, maravilhosos: os reis das plumas e lantejoulas. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, n. 129, p. 36-41, fev. 1971.

DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

DUARTE, Jodeval. Reinado de momo: ou quando a liberdade é mais libertinagem. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 fev. 1971. Caderno 2, p. 11.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

219 foliões ficaram por trás das grades. **Jornal do Commercio**, Recife, 12 fev. 1970, Caderno 1, p. 12.

EHRENREICH, Barbara. **Dançando nas ruas**. Tradução Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EMETUR tem planejamento para o carnaval 1974. **Diario da Manhã**, Recife, p. 5, 14 fev. 1974.

ENTRA em vigor hoje a portaria da SSP regulamentando o carnaval. **Diario de Pernambuco**, Recife, p. 10, 24 fev. 1973.

ESCOLAS de samba discordam da Comissão e não desfilam. **Diario de Pernambuco**, Recife, 6 fev. 1974. Caderno 1, p. 9.

ESCOLAS de samba rompem com a comissão do carnaval. **Diario de Pernambuco**, Recife, 14 fev. 1973. Caderno 1, p. 9.

ESTADO paga só 70% aos clubes. **Diario de Pernambuco**, Recife, 15 fev. 1974. Caderno 1, p. 10.

EXAME de camisas. **Diario de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1971. Caderno 1, p. 10.

FALCON, Francisco. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FATORES étnicos e sociológicos derrubam o carnaval de rua. **Jornal do Commercio**, Recife, 4 fev. 1969a. Caderno 1, p. 11.

FATORES étnicos e sociológicos matam o carnaval de rua. **Jornal do Commercio**, Recife, 4 fev. 1969b. Caderno 1, p. 11.

FERREIRA, Ascenso. **[Chegou o Carnaval do Recife]**. Disponível em: <<http://leaoramos.blogspot.com/2009/06/chegou-o-carnaval-do-recife-para-o.html>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Org.). **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, jan./jun. 2004.

FICO, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão**: da operação brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

FIDÉLIS, Guido. **Lei de segurança nacional e censura**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.

FILHO, Odylo Costa. Carnaval e democracia. **Revista Veja**, São Paulo, n. 19, p. 17, 19 fev. 1969.

FIM do intrudo. **Diário da Manhã**, Recife, p. 6, 21 jan. 1972.

FOLIA carnavalesca toma conta do Recife: muita alegria nas ruas e clubes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1969. Capa, p. 1.

FOLIÃO não deve abusar do álcool. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 fev. 1971. Caderno 1, p. 10.

FOLIÕES não se conformam com a morte do carnaval do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 fev. 1973. Caderno 1, p. 5.

FON, Antonio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCO, Moacyr. **Turbilhão**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/moacyr-franco/487500/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

FRANKLIN, Jeová. O carnaval do futuro será menos carnaval. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 fev. 1968. Caderno 2, p. 11.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos (Org.). **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.

GABRIEL melhora e não ficará cego. **Jornal do Commercio**, Recife, 23 fev. 1968. Capa, p. 1.

GAMA, João Augusto. AI-5: o regime militar endurece e perde a pouca ternura. **Jornal da Cidade**, Sergipe, 14 dez. 2008. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=21237>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIGANTES vê injustiça e ameaça deixar a COC. **Jornal do Commercio**, Recife, 12 fev. 1970. Capa, p. 1.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil sempre**. Porto Alegre: TCHÊ! Editora, 1986.

GONDIM, Renata. 40 anos do AI-5. **Folha de Pernambuco**, Recife, 14 dez. 2008. Caderno Política, p. 3.

GOVERNADOR mantém diálogo com a comissão. **Diario de Pernambuco**, Recife, 12 fev. 1970. Caderno 1, p.3.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e democracia**: uma reflexão política. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1975.

HABEAS a rei momo é uma hábil promoção. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 fev. 1969. Caderno 1, p. 11.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARGREAVES, Patrícia; CASTRO, Márcio Sampaio de. Revolução no Brasil. **Revista Aventuras na História**, São Paulo, n. 47, p. 24-31, jul. 2007. Edição Especial.

HEERS, Jacques. **Festas de louco e carnavais**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

HÉRCULES 56. Direção de Sílvio Da-Rin. [S.l.]: Riofilme, 2007. 1 videocassete (94 min), VHS, son., color.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Chico Buarque. **Sonho de um carnaval**. [S.l.]: Musical Arlequim, c1965. Disponível em:

<[http://letras.azmusica.com.br/letras\\_chico\\_buarque\\_de\\_holanda/letras\\_other/letra\\_sonho\\_de\\_um\\_carnaval.html](http://letras.azmusica.com.br/letras_chico_buarque_de_holanda/letras_other/letra_sonho_de_um_carnaval.html)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

HUGGINS, Martha K. **Operários da violência**: policiais, torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

UMA INJUSTIÇA. **Diário da Manhã**, Recife, 2 mar. 1973. Capa, Nossa Opinião, p. 1.

ISABELA impetrará mandato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 fev. 1974. Caderno 2, p. 3.

JAMES, Daniel. **Doña María**: historia de vida, memoria e identidad política. Buenos Aires: Manantial, 2004.

JOSE, Salatiel; GUTEMBERG, Rogério; GLADISTONE, Germano. **De sangue quente**. [S.l.: s.n.], 1973.

JUCÁ, Gisafran Nazareno da Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

KIRMELIENE, Wellington. Samba, suor e poder. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, [Rio de Janeiro], jul. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1844>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

KOSELLEC, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O carnaval de Romans**: da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEITE, Eraldo Gueiros. **Para servir a Pernambuco**. Recife: CEPE, 1974.

LIMA, Cláudia. **Evoé**: histórias do carnaval: das tradições mitológicas ao trio elétrico. 2. ed. Recife: Raízes Brasileiras, 2001.

LIMA, Cláudia de Castro; PALMEIRA, Cristina. O ano que sacudiu o mundo. **Revista Aventuras na História**, São Paulo, n. 58, p. 24-27, maio 2008. Edição Especial.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco. **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 1, n. 26, p. 171-190, jan./jun. 2008.

LISPECTOR, Clarice. Restos do Carnaval. In: \_\_\_\_\_. **Felicidade clandestina**: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 25-28.

LUCENA diz que eleição de Geisel consolida o processo democrático. **Diário da Manhã**, Recife, p. 4, 16 jan. 1974.

LUCENA entrega chaves ao rei momo e folia impera no Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 fev. 1972. Capa, p. 1.

LUCENA envia mensagem aos foliões recifenses. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 mar. 1973. Caderno 1, p. 6.

LUCENA, Iêda Arcoverde; MONTEZUMA, Paulo (Org.). **O Recife de Augusto Lucena**. Recife: O autor, 2009.

LUCILO quer carnaval planejado em 1970. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 fev. 1969. Caderno 1, p. 11.

MACIEL, Ayrton. **A história secreta (prontuários do DOPS)**. Recife: Bagaço, 2000.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MARCELO protesta contra venda de camisa. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 fev. 1971. Caderno 1, p. 12.

MARTINS, Luciano. **A “geração AI-5” e maio de 1968: duas manifestações intransitivas**. Rio de Janeiro: Argumento Editora, 2004.

AS MÁSCARAS do Carnaval. **Revista Veja**, São Paulo, n. 25, p. 20-25, 26 fev. 1969.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L.; SWENSSON Jr., Walter Cruz. de. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MEDEIROS, Roseana Borges de. Carnaval: luta de classes ou espetáculo?. **Revista Continente Documento**, Recife, ano 3, n. 30, p. 5-47, fev. 2005.

MEIGUINS, Alessandro. Licença para matar. **Revista Aventuras na História**, São Paulo, n. 4, p. 24-43, 2008. (Edição Especial).

MENEZES, Clóvis. Baile da saudade. **Diário da Manhã**, Recife, 3 fev. 1973, p. 3. Diária, p. 3.

\_\_\_\_\_. Polícia fugiu e o mela-mela apareceu. **Diário da Manhã**, Recife, 12 fev. 1972. Diária, p. 3.

MENEZES, Roberto. Quando a tristeza vira alegria (...). **Jornal do Commercio**, Recife, 10 fev. 1969. Caderno 2, p. 3.

MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Vinícius de; LYRA, Carlos. Marcha de Quarta-Feira de Cinzas. **Diário da Manhã**, Recife, 9 fev. 1969.

MORAIS, Paulo. **Segurança pública e as organizações policiais**. Recife: Bagaço, 2008.

MOTA, Mauro. **Bê-a-bá de Pernambuco ou apontamentos para uma biografia do estado**. Recife: Massangana, 1991.

NELSON Ferreira diz que todos são profissionais. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 fev. 1971. Caderno 1, p. 10.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NILO e Geraldo abrem o Carnaval com calhambeque. **Jornal do Commercio**, Recife, 7 fev. 1970. Capa, p. 1.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVA modalidade do curso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 fev. 1971. Caderno 1, p. 4.

NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

OLIVEIRA, Emerson Dionísio Gomes de. Esquecimentos possíveis: a hermenêutica da memória de Paul Ricoeur. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, DF, n. 14, p. 6-24, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Maria Goretti Rocha de. **Danças populares como espetáculo público no Recife, de 1979 a 1988**. Recife: O Autor, 1991.

OLIVEN, Rubem George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

ONTEM e hoje, tudo é carnaval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 fev. 1968. Caderno 3, p. 12.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo. Brasiliense, 1994.

PALHAÇOS e borboletas em tamanho gigante ornamentarão a cidade. **Jornal do Commercio**, Recife, 2 fev. 1968. Caderno 1, p. 2.

PARA o carnaval de 1971. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 fev. 1970. Caderno 1, p. 4.

PEDIDO de habeas em favor do rei momo é acolhido pelo juiz. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 fev. 1969. Caderno 1, p. 10.

PEDROSA, Cristovam. Travestis não têm vez no carnaval-74. **Diario de Pernambuco**, Recife, 17 fev. 1974. Caderno 1, p. 14.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Nilo. **Pernambucanidade**. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983. 3 v.

PERNAMBUCO. Portaria Municipal nº 56, de 6 de fevereiro de 1971. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Recife, 7 fev. 1971. Seção 1, p. 1490.

PERNAMBUCO. Portaria Municipal nº 71, de 15 de fevereiro de 1968. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Recife, 16 fev. 1968. Seção 1, p. 1490.

PINHEIRO, Marlene M. Soares. **A travessia do avesso**: sob o signo do carnaval. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

PMP tem 4 mil homens para a segurança durante o reinado. **Diario de Pernambuco**, 5 fev. 1970.

POLÍCIA divulga plano para o carnaval. **Diario de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1975a. Primeiro Caderno 1, p. 12.

POLÍCIA feminina. **Diario de Pernambuco**, Recife, 14 fev. 1971a. Caderno 1, p. 11.

POLÍCIA fiscalizará exibição de travesti. **Diario de Pernambuco**, Recife, 2 fev. 1971b, Caderno 1, p. 13.

POLÍCIA já apreendeu 500 camisas com dizeres imorais. **Diario da Manhã**, Recife, p. 4, 11 fev. 1972.

POLÍCIA oferece resultados da semana pré-carnavalesca. **Diario de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1969. Caderno 1, p. 8.

POLÍCIA proíbe tanga e biquíni no Carnaval. **Diario de Pernambuco**, Recife, 4 fev. 1975b. Caderno 1, p. 12.

POLÍCIA pune com prisão quem brigar no carnaval. **Jornal do Commercio**, Recife, 6 fev. 1970. Capa, p. 1.

POLICIAMENTO preventivo para o carnaval foi iniciado ontem. **Diario de Pernambuco**, Recife, 9 fev. 1969. Caderno 1, p. 8.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**: Revista do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PRÉ começa com muita animação, talco e água. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 fev. 1968. Capa, p. 1.

PREFEITO manda reforçar iluminação da pracinha e pediu mudança no curso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1969. Caderno 1, p. 3.

PRESIDENTE da COC acha queixa de gigante própria dos que não sabem perder. **Jornal do Commercio**, 13 fev. 1970. Caderno 1, p. 11.

PRESOS no curso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 de fev. 1971. Caderno 1, p. 8.

PRESSÃO à criminalidade. **Diário da Manhã**, Recife, p. 4, 6 jan. 1969.

PROIBIR a moda da época é tolice, diz Capiba. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 fev. 1968. Caderno 1, p. 6.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. São Paulo: Globo, 2007.

RAINHA rompeu com Mendez devido a presentes. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 fev. 1969. Caderno 1, p. 10.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1990.

RECIFE ameaçado de ficar sem decoração no Carnaval. **Jornal do Commercio**, Recife, 1 fev. 1968. Utilidade Pública, Caderno 1, p. 2.

REI momo perde trono após reunião do inter-clubes. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 fev. 1969. Caderno 1, p. 8.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REPRESSÃO aos excessos de foliões no curso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 fev. 1968. Caderno 1, p. 8.

REVOLUÇÃO ano zero: as sextas-feiras 13 da extinta UNE. **Revista Veja**, São Paulo, n. 15, p. 16-25, 18 dez. 1968.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de Legitimidade (1964-1984)**. Londrina: UEL, 2001.

RIVAS, Lêda. **Nilo Coelho: breve roteiro de um visionário**. Recife: Assembléia Legislativa, 2001.

ROCHA, Luiz. Agonia lenta de um grande carnaval. **Jornal do Commercio**, Recife 18 fev. 1973. Diária, Caderno 1, p. 10.

ROTTERDAM, Erasmo de. **O elogio da loucura**. Lisboa, Portugal: 1979.

SAMPAIO, Ivanildo. O Recife de Geraldo. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 mar. 2009. Opinião, p. 11.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)**. 2010. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saúl (Org.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

SECRETARIA de segurança dispõe de 100 viaturas para o policiamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 fev. 1970. Caderno 1, p. 10.

SECRETÁRIO da Segurança otimista quanto ao êxito do tríduo momesco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 fev. 1968a. Caderno 2, p. 10-11.

SECRETÁRIO da SSP baixou portaria, disciplinando o Carnaval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1968b. Caderno 1, p. 8.

SECRETÁRIO proíbe camisas com nome de Cristo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 fev. 1971. Caderno 1, p. 2.

SEGURANÇA proíbe baile. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 fev. 1974. Caderno 2, p. 3.

SELVAGERIA impune quase cega criança no centro do Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 fev. 1968. Caderno 1, p. 8.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, dez. 2002.

SILVA, Jorge da. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SILVA, Leonardo Dantas. **O carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOIHET, Rachel. **Reflexões sobre o carnaval na historiografia**: algumas abordagens. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-15, jul. 1999.

\_\_\_\_\_. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SOIHET, Rachel; ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOLDADOS sabem como atuar quando forem solicitados. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1970. Caderno 1, p. 10.

SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas. **Antologia do carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1991.

SOUTO MAIOR, Mário; VALENTE, Waldemar (Org.). **Antologia pernambucana de folclore**. Recife: Massangana, 2001.

SSP libera uso da tanga e biquíni, mas adverte as garotas contra excessos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 fev. 1975. Caderno 1, p. 10.

STEPAN, Alfred. **Authoritarian Brazil**: origins, policies, and future. United States of America: New Haven and London, 1973.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público**: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). 2004. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TABOSA Jr., Florilton. Brasilidade, carnaval e travestismo: considerações para uma análise da fotografia de Pierre Fatumbi Verger. **Revista Ícone**, Recife, v. 2, n. 9, p. 141-150, dez. 2006.

TAGÉ, Terezinha. **Cultura e vida cotidiana no jornal**. São Paulo: Com-Arte, 2006.

TAVORA, Silvia. “O carnaval já está morto”. **Revista Veja**, São Paulo, n. 75, p. 3-6, 11 fev. 1970.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, José. **O frevo rumo à modernidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. “Quem inventou o carnaval? Ninguém”. **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 40-43, fev. 2005.

TIPOS exóticos foram poucos nas ruas do Recife. **Diario de Pernambuco**, Recife, 7 mar. 1973. Caderno 2, p.13.

TODOROV, Tzvetan. **Os abusos da memória**. Paris: Arléa, 1995.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.

TROPICALISTAS vetados em clubes recifenses. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 fev. 1969. Caderno 1, p. 10.

TUDO esteve errado no decorrer da apresentação das agremiações. **Diario de Pernambuco**, Recife, 8 mar. 1973. Caderno 1, p. 10.

TURISTAS podem ver tranquilos nosso carnaval. **Diario de Pernambuco**, Recife, 3 fev. 1973. Capa, p. 1.

TURMA do "mela-mela" concentrou-se na av. guararapes sob os olhares da polícia. **Diario de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1969. Caderno 1, p. 14.

VALLE, Alvaro. **Estruturas políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VASCONCELOS, Adelmo. **40 anos do golpe militar**. Recife, 2008. Folheto.

VEIGA, José J. **Sombras de reis barbudos**. São Paulo: Difel, 1985.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VEREADOR quer talco e batom no carnaval. **Diario da Manhã**, Recife, 10 fev. 1973. Capa, p. 1.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. **A fresta do estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010a.

\_\_\_\_\_. Propostas de um carnaval moderno em Pernambuco (1964-2004). **Revista Tempo Histórico**, Recife, v. 2, n. 2, p.1-16, 2010b.

VILA NOVA, Júlio César. **Panorama de folião: o carnaval de Pernambuco na voz dos blocos líricos**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

VICENTE, Ana Valéria. **Entre a ponta do pé e o calcanhar: reflexões sobre como o frevo encena o povo, a nação e a dança no Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

WALENTE, Waldemar. Coluna folclore e religião. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1970. Caderno 2, p. 5.